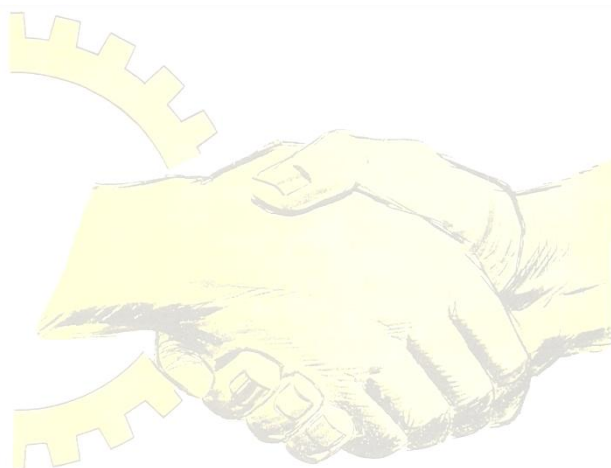


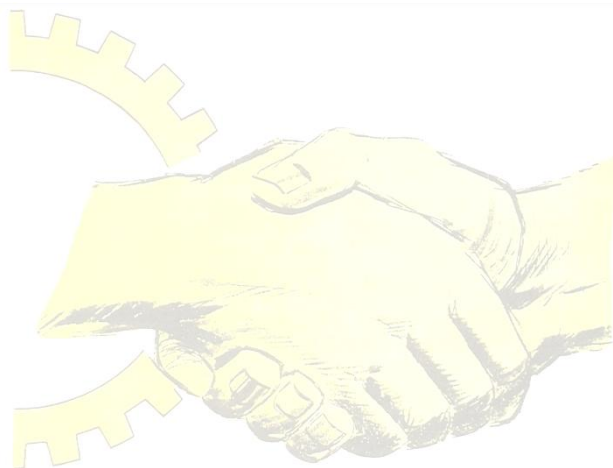
JANE MARIA DOS SANTOS REIS



A PEDAGOGIA INDUSTRIAL DA FIEMG:
Um estudo sobre o pensamento empresarial a partir da Revista Vida Industrial
(1961-1974)



JANE MARIA DOS SANTOS REIS

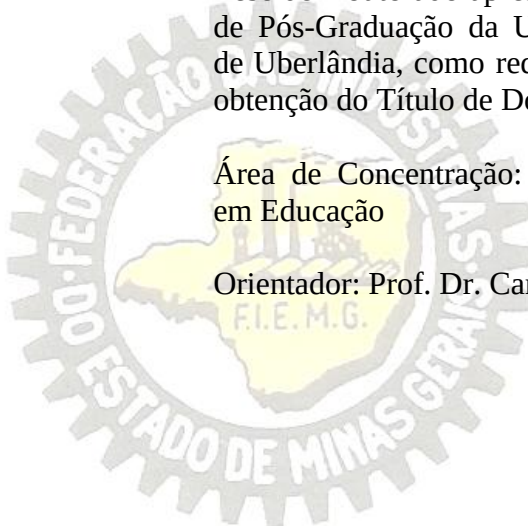


A PEDAGOGIA INDUSTRIAL DA FIEMG:
Um estudo sobre o pensamento empresarial a partir da Revista Vida Industrial
(1961-1974)

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para a obtenção do Título de Doutor em Educação.

Área de Concentração: Políticas e Saberes em Educação

Orientador: Prof. Dr. Carlos Alberto Lucena.



Uberlândia
2013

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

R375p Reis, Jane Maria dos Santos, 1982-
2013 A pedagogia industrial da FIEMG: um estudo sobre o pensamento
 empresarial a partir da revista vida industrial (1961-1974) / Jane Maria dos
 Santos Reis. -- 2013.
 341 f. : il.

 Orientador: Carlos Alberto Lucena.
 Tese (doutorado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa de
 Pós-Graduação em Educação.
 Inclui bibliografia.

1. Educação - Teses. I. Lucena, Carlos Alberto. II. Universidade Federal de
Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em Educação. III. Título.

CDU: 37

JANE MARIA DOS SANTOS REIS

APEDAGOGIA INDUSTRIAL DA FIEMG:

**Um estudo sobre o pensamento empresarial a partir da Revista Vida Industrial
(1961-1974)**

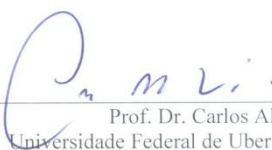
Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para a obtenção do Título de Doutor em Educação.

Área de Concentração: Políticas e Saberes em Educação

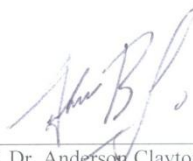
Orientador: Prof. Dr. Carlos Alberto Lucena.

Tese de doutorado defendida e aprovada pela banca examinadora em: 19/08/2013

BANCA EXAMINADORA



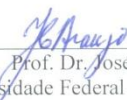
Prof. Dr. Carlos Alberto Lucena
Universidade Federal de Uberlândia – UFU



Prof. Dr. Anderson Claytom Ferreira Brettas
Universidade Federal do Triângulo Mineiro - UFTM



Prof. Dr. Wander Pereira
Escola Superior de Administração, Marketing e Comunicação - ESAMC



Prof. Dr. José Carlos Souza Araújo
Universidade Federal de Uberlândia – UFU



Prof. Dra. Sandra Leila de Paula
Universidade Federal de Uberlândia – UFU

Aos meus pais e familiares, que representam os trabalhadores do mundo inteiro que não tiveram a oportunidade de avançar nos estudos e às duas pessoas que me ensinaram o verdadeiro sentido do amor eterno: Lorena, minha filha e Cinval meu esposo e eterno namorado. Vivo por vocês e para vocês!

AGRADECIMENTOS

Eu só peço a Deus
Que a dor não me seja indiferente
Que a morte não me encontre um dia
Solitário sem ter feito o que eu queria.

Eu só peço a Deus
Que a injustiça não me seja indiferente
Pois não posso dar a outra face
Se já fui machucado brutalmente.

Eu só peço a Deus
Que a guerra não me seja indiferente
É um monstro grande, pisa forte
Toda pobre de inocência desta gente.

É um monstro grande, pisa forte
Toda pobre de inocência desta gente.
MERCEDES SOSA

A Deus, que está à frente de tudo que eu tenho e que sou e aos seus intercessores de luz que me abençoaram nessa árdua trajetória, em especial, à minha mãe única e que comanda a minha vida e a minha família: Nossa Senhora das Graças. A minha fé, o meu conhecimento e o meu amor à humanidade afastam de mim a indiferença frente às mazelas do mundo.

À minha família, meu porto seguro, que fazem com que o meu lar seja um ambiente sagrado e repleto de Deus. Cinval, meu eterno namorado, companheiro, esposo, que com toda paciência do mundo está sempre firme ao meu lado, me acompanhando desde os primeiros passos da minha trajetória acadêmica e também na descoberta do que é a felicidade. Lorena, minha filha, minha oncinha, presente de Deus que me trouxe a certeza de que a vida é muito mais que o estudo e o trabalho, porque o que prevalece na vida e para além da vida é o amor incondicional que estamos descobrindo e construindo juntas. Meu pai Odecio, fonte propulsora para toda a minha vontade de querer sempre mais a partir do meu trabalho e do meu esforço... ao senhor dedico meus estudos e todas as vitórias deles advindas. Minha mãe, Maria, batalhadora incansável por dias melhores para os seus... a senhora dedico todo o amor. Minha irmã Tania, meus sobrinhos Vinícius e Eduardo, pelos laços de amor que nos unem e nos fazem aceitar as nossas diferenças. Meus sogros, Cinval e Irene, meus segundos pais, que com paciência e carinho sempre estão ao meu lado, me abençoando com as suas orações. Meus cunhados e cunhadas sempre orgulhosos com a minha dedicação à vida, à família, aos estudos e ao trabalho. E a duas pessoas especiais, praticamente da família, irmãs que Deus enviou para ficar ao meu lado no momento que eu muito precisava: Michelle e Elisângela.

Aos amigos da primeira graduação, em Ciências Sociais (Ildamara, Fernanda, Flávio e Carolina Grande) e da segunda graduação, em Pedagogia (Nilza, Marco Aurélio, Fernanda, Isabel, Erli, Divina, Wanice, Sandra, Sirlaine, Willian, Luci). Amizades que suportam o tempo e a distância ao longo da vida.

Aos amigos do Programa de Pós Graduação – Mestrado e Doutorado UFU. Em especial, Sangelita e Mário, irmãos, grandes presentes de Deus para a minha vida e para a minha família. Aos colegas de disciplina que fizeram com que a trajetória da pesquisa fosse menos solitária.

Aos amigos da UFU que vieram de presente junto com a minha posse no cargo de Técnica em Assuntos Educacionais. Aos poucos amigos verdadeiros da Faculdade de Educação Física: Ana Paula Media, Cristiane, Daniel Cury e Carla Mariana. À Pró-Reitoria de Graduação que sempre acreditou em meu trabalho, em especial, à Diretoria de Ensino, à Divisão de Licenciatura e todas as pessoas que passaram por este ambiente organizacional. Em especial, à Professora Camila Coimbra, anjo de luz que Deus enviou para a minha vida em momento de inquietação profissional, me abrindo as portas da realização profissional no exercício do meu atual trabalho. Aos vários amigos e companheiros da Pró-Reitoria de Graduação que sempre acreditaram no meu potencial: Prof. Waldenor, Antônio Machado, Magna, Wanda, Santiago, Hélder, Cirlei, Geovana e em especial ao Francisco, grande camarada que muito auxiliou na pesquisa.

Às amizades verdadeiramente construídas nas relações de trabalho docente e que vão permanecer por toda vida, pelos ideais humanos, profissionais e éticos que temos em comum: Tatiana Mendes de Oliveira - irmã, amiga, companheira, confidente que me deu de presente uma filha linda, nossa exemplar Laura Mendes e de quebra, Helinho Reis com seu companheirismo e bom humor; Vanessa Nunes: comadre, amiga, irmã que se faz presente nos momentos mais importantes da minha vida juntamente com sua linda família – Compadre Elder, Alexandre e minha belíssima afilhada Laura; Gustavo Alves de Leva, pessoa de coração nobre, educador de corpo e alma e grande irmão, que com sua família maravilhosa – Débora, Geovana e Fernando, fazem minha vida ficar mais alegre e colorida; Renatinho – grande irmão em Cristo e exemplo de garra e humildade com um humor fantástico.

Aos amigos que Deus nos presenteia, em momentos oportunos: Alana e família, meus padrinhos de casamento, os padrinhos de minha filha (Rodrigo e Cynthia), Antônio Peixoto sempre presente; Simone e Dagoberto com sua amizade sincera; JoellenRafacho e família, sempre me mostrando a vida pela alegria de viver; família maravilhosa e abençoada por Deus que amo e admiro do fundo da minha alma: padrinho Elci, madrinha Matilde, Darielli, Daniel, Suziane e minha amiguinha Milene.

Aos familiares próximos, que sempre acreditaram nos meus propósitos pessoais e profissionais, me dando colo, me acolhendo com amor e sinceridade: madrinha Aparecida, padrinho Geraldo, Ana Livia, Stéphany, Alícia, Franciele, Alan, João Victor, Júlia, Maria José, Luiz, Carla Nayara, Angela, Sérgio, Sara, João Victor, Fabiana e filhas. Meus primos de coração: Geraldo sempre companheiro; Débora Martins, sempre bem humorada; Odete em sua incrível batalha pela vida; Sueli e família – sempre acreditando em mim. Meu padrinho Geraldino Martins e Dona Tereza: exemplos de vontade de viver.

Aos meus queridos e amados amigos que fiz na Faculdade Cidade de João Pinheiro e que me ensinaram, que mesmo trabalhando em condições adversas, é possível ser feliz sempre e dando o melhor de nós mesmos: Thaís (eterno Teco, irmã em Cristo e amigona), Luiza, Paula, Kelly, Rosana, Tânia, Alex e Mateus.

Ao CEPAE (Centro de Pesquisa, Ensino, Extensão e Atendimento em Educação Especial) e em especial ao GEPEPS (Grupo de Estudos e Pesquisa Políticas e Práticas em Educação Especial e Inclusão Educacional), que sob a coordenação da Professora Lázara, me oportuniza continuar minha trajetória de pesquisadora, juntamente com pessoas especiais: Eleodora, Elenita, Vilma, Lidiane, Simone Shimamoto, Geovana, Lilian, Wender, Eliamar, Fernanda, Idalice, Márcio, Paulo Celso. Vanessa, Viviane e Alexandre. E também às eternas companheiras do Curso de Atendimento Educacional Especializado – Alunos Surdos: Clarice, Elemária, Fernanda e aos milhares de al com os quais já estabelecemos a mediação pedagógica.

À Faculdade UNIESSA, pela oportunidade de exercer com alegria e dedicação minha amada profissão e aos ex-colegas de trabalho que sempre me aqueceram o coração: Sérgio Bueno e família, Susana, Sandra, Anderson, Neli, Xuxa, Neuma, Lucas, Sabrina, Ivando, Gláucia, Márcio, Dener, Edson, Alzira, Jacaré, Norival, Cristiane, Maria Cláudia, Sr. João.

Ao Instituto Passo 1, pelas oportunidades de trabalho e também de me tornar cada vez melhor enquanto pessoa e enquanto educadora. Em especial Deborah pelo compartilhamento de angústias e questionamentos acadêmicos e a sua família para além de especial: Alexandre – inesgotável crença na educação para um mundo melhor; Priscila e Bryan – exemplo de jovens engajados para uma sociedade digna de se viver; Paulo Gustavo – descortinando o mundo pela leitura e Danielzinho. Ao carinho e respeito sempre presentes: Zilda, Leoclécio, Renata, Ronan, Juliano, Tatiana, André, Geovana e Rui.

À Professora Sandra Leila, que me acompanha desde os primeiros passos acadêmicos e pessoais. Grande amiga a qual eu tenho a honra de ser por ela avaliada neste momento crucial.

À professora Fabiane, amizade interrompida pela contraditória dinâmica da vida, porém com o mérito de ter feito parte, durante um tempo, da minha formação e da minha família.

À professora Maria Vieira, atualmente coordenadora do PPGED-UFU meus eternos agradecimentos por ter proporcionado minha iniciação apaixonante nas trilhas da educação.

Aos eternos mestres da graduação: Elisabeth, Eliane, Paulo Albieri, Gilmar e Larissa Maciel. Hoje grandes amigos e referência para a minha atuação docente.

Aos inesquecíveis mestres da pós-graduação, dignos de respeito e de admiração: Guido, Gabriel, Maria Vieira, Mara Rubia, Antonio Bosco e Niemeyer.

Aos secretários do PPGED-UFU, James e Gianni, sempre me acolhendo com sorrisos e prestatividade.

À Universidade Federal de Uberlândia e aos cidadãos que lhe mantêm, pela oportunidade de acesso aos estudos e ao trabalho digno e estável.

A todos que já foram meus alunos e os quais não citarei os nomes para não atrever em colocar em risco a possibilidade de me esquecer de alguém. Foram tantos, que para além da sala de aula tornaram-se amigos verdadeiros, colegas de profissão. Dedico a vocês e a todos os mais que a vida me der de presente, a minha profissão e esta titulação.

A FIEMG e especificamente ao seu Centro de Memória localizado em Belo Horizonte e à biblioteca do SESI-MG, locais onde foi possível coletar dados para a pesquisa documental. Em especial à Gizele Maria dos Santos, pessoa adorável, de nobre coração e Supervisora Técnica do Centro de Memória do atual Sistema FIEMG.

Ao meu pai intelectual, amigo e padrinho Carlos Lucena: ao longo de quase uma década somos unidos pelos laços do carinho e da amizade verdadeira, que transcendem as formalidades acadêmicas. A você, minha eterna gratidão. A sua família, Lurdes, Gabriel e Letícia, extensão da minha família, todo o meu afeto.

Aos professores da banca, Professor José Carlos, Professor Anderson e Professor Luiz Bezerra, pela honra de contribuir para com a finalização deste trabalho a partir de suas valorosas e indispensáveis contribuições.

E por fim, a todos os trabalhadores e trabalhadoras que não tiveram a oportunidade de acessar estudos, mesmo pagando para que essa e inúmeras outras pesquisas fossem concretizadas.

*Fenômeno **ou** essência?*

*Fenômeno **e** essência...*

Pensar dialeticamente pressupõe ambas as coisas...

que quando são compreendidas em sua concretude contraditória, se transformam numa totalidade.

Eis portanto, o entendimento do fenômeno e a compreensão da essência dos fatos.

JANE MARIA DOS SANTOS REIS

RESUMO

A presente pesquisa resulta dos estudos e debates, inerentes ao processo de doutoramento em Educação pelo Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia, pertencente à Linha de Pesquisa “Políticas e Saberes em Educação”. Esta tese objetiva problematizar o sentido contraditório da educação enquanto formação humana histórica, especificamente sob a lógica educacional representativa do empresariado industrial associado à FIEMG (Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais) no contexto de 1961 a 1974. Esta delimitação histórica se justifica pelo fato de se tratar de um período, marcado pelas crises cíclicas do capital e seus respectivos impactos na fase final do processo de industrialização no Brasil: inicia-se com um dos ápices do crescimento econômico no país, impulsionado pelo nacional desenvolvimentismo, prossegue com uma severa crise política em 1966, impactando também na esfera econômica e por fim, com a constante busca pela estabilidade econômica que mesmo sob altos preços, eclodem os fatores que conduziram a economia brasileira para o contexto do “Milagre Econômico”. Para isso, fez-se necessária a articulação do debate entre educação e trabalho sob a perspectiva do materialismo histórico dialético e seus respectivos subsídios teórico-metodológicos e epistemológicos. No primeiro capítulo, foi elaborado um “estado da arte” da categoria “formação humana”, pensada enquanto processo educacional e histórico, a partir dos pressupostos marxistas, visando a reconstrução de conceitos e significados do que consiste a formação de trabalhadores na lógica contraditória, pelo viés da formação integral e pela perspectiva da acumulação de capital. Em seguida, no segundo capítulo, foi elaborada uma análise acerca da industrialização, do empresariado industrial e sua perspectiva de desenvolvimento de 1961 a 1974. No terceiro capítulo, foi estabelecida uma contextualização acerca do Estado e suas peculiaridades, do empresariado industrial e sua proposta de desenvolvimento tanto no âmbito nacional quanto no âmbito estadual (Minas Gerais). Por fim, no quarto capítulo, foi organizado o diálogo com as fontes, a partir de um levantamento histórico das ações do empresariado industrial com ênfase na educação, que convergiram na consolidação de uma *Pedagogia Industrial* em consonância com a conjuntura econômica e política específica do período de 1961 a 1974. Trata-se de discussão bibliográfica que tem como referência o pensamento empresarial expresso na concretude da formação dos trabalhadores da e para a indústria de Minas Gerais, em consenso com as demandas de trabalho e de formação das empresas mineiras. A tese desse estudo consiste na defesa que as ações empresariais que constituíram a *Pedagogia Industrial*, estavam articuladas às concepções políticas e econômicas do desenvolvimento no Brasil, visto que o disciplinamento para o trabalho imposto por tais concepções atendia à formação humana do trabalhador voltada para a acumulação do capital em geral e do capital industrial em específico. Estabelecem-se, portanto, diferentes lógicas, do âmbito estatal, do âmbito do capital privado estrangeiro e do capital privado nacional, que veio intensificar o processo de acumulação do capital, carregando, contraditoriamente, as possibilidades de se construir a formação humana para além do capital, ou para uma pedagogia do trabalho.

PALAVRAS-CHAVE: Formação Humana. Pensamento Empresarial Mineiro. *Pedagogia Industrial*. FIEMG. Revista Vida Industrial.

ABSTRACT

The present research results of the studies and debates inherent in PhD in Education at the Graduate Program in Education at the Federal University of Uberlândia, belonging to the Research Line "Politics and Knowledge in Education." This thesis aims to analyze the contradictory meaning of education as training human history, specifically educational representative under the logic of the industrial business associated FIEMG (Federation of Industries of the State of Minas Gerais) in the context 1961-1974. This definition is justified by the historical fact that it was a period marked by the cyclical crises of capital and their impacts in the final phase of the industrialization process in Brazil: it starts with one of the apexes of economic growth in the country, driven by national developmental, continues with a severe political crisis in 1966, also impacting the economic sphere, and finally, with the constant quest for economic stability even under high prices, hatch the factors that led to the Brazilian economy to the context of the "Economic Miracle". For this, it was necessary to link the debate between education and work from the perspective of historical materialism and dialectical their subsidies theoretical-methodological and epistemological. In the first chapter, we designed a "State of the art" category "human formation", conceived as a process of education and history, from the Marxist assumptions, aiming at the reconstruction of concepts and meanings of which is the formation of workers in contradictory logic, the bias of comprehensive training and the prospect of capital accumulation. Then, in the second chapter, we present a review about industrialization, the industrial business and its development perspective 1961-1974. The third chapter was established on a contextualization of the state and its peculiarities, the industrial business and its proposed development both nationally and at the state (Minas Gerais). Finally, in the fourth chapter, was organized dialogue with the sources, from a historical survey of the shares of the industrial business with an emphasis on education, which converged in a pedagogy industrial consolidation in line with the political and economic conditions specific period from 1961 to 1974. It has mailing bibliographic reference business thinking expressed in the concreteness of training workers and industry of Minas Gerais, in agreement with the demands of work and training of mining companies. The thesis of this study is the defense that the corporate actions which constituted pedagogy industrial concepts were articulated to political and economic development in Brazil, since the discipline to work imposed by such conceptions met the human worker training geared to the accumulation the general capital and industrial capital in particular. Establish, therefore, different logics, the state level, the scope of private foreign capital and domestic private capital, which came up the process of capital accumulation, loading, contradictorily, the possibilities of building the human beyond capital, or a teaching job.

KEYWORDS: Human Formation. Thought Enterprise Miner. Industrial Pedagogy. FIEMG. Industrial Life Magazine.

LISTA DE REDUÇÕES (ABREVIACÕES E SIGLAS)

BDMG	Banco de Desenvolvimento do Estado de Minas Gerais
BIRD	Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento
BNDE	Banco Nacional de Desenvolvimento
BNH	Banco Nacional de Habitação
CBAI	Comissão Brasileiro-Americana de Ensino Industrial
CDI	Companhia de Distritos Industriais
CENAFOR	Centro Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal para a Formação Profissional
CIEE	Centro de Integração Empresa-Escola
CNI	Confederação Nacional da Indústria
DSNeD	Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento
DSS	Divisão de Serviço Social
EPEM	Equipe de Planejamento do Ensino Médio
ESG	Escola Superior de Guerra
EUA	Estados Unidos da América
FMI	Fundo Monetário Internacional
FIEMG	Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais
GEEI	Grupo Executivo do Ensino Industrial
GOT's	Ginásios Orientados para o trabalho
GTEEI	Grupo de Trabalho de Expansão do Ensino Industrial
IAPI	Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários
IEL	Instituto Euvaldo Lodi
INDI	Instituto de Desenvolvimento Industrial
IPES	Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
JK	Jucelino Kubitschek
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação e Cultura
ONU	Organização das Nações Unidas
PAEG	Programa de Ação Econômica de Governo
PASEP	Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PED	Programa Estratégico de Desenvolvimento
PIB	Produto Interno Bruto
PIPMO	Programa de Preparação Intensiva de Mão de Obra
PIPMOI	Programa Intensivo de Preparação de Mão-de-Obra Industrial
PIS	Programa de Integração Social
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PNVT	Plano Nacional de Valorização do Trabalhador
PREME	Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Médio
SENAI-MG	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – Departamento Regional de Minas Gerais
SEOS	Serviço de Educação e Orientação Social
SER	Saúde – Educação – Recreação
SESI-MG	Serviços Social da Indústria – Departamento Regional de Minas Gerais
SFH	Sistema Financeiro da Habitação
SNI	Serviço Nacional de Informações

SRF	Setor de Recreação Física
SUMOC	Superintendência da Moeda e do Crédito
TWI	Training With in Industry - Treinamento Dentro da Indústria
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
USAID	United States Agency for International Development - Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 - Qualificação geral dos trabalhadores da indústria brasileira (1966).....	245
Gráfico 2 - Trabalhadores qualificados da indústria brasileira (1966).....	246
Figura 1 - Hierarquia de qualificações da indústria brasileira em 1966.....	248

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Taxas de crescimento da economia brasileira em percentagens (1962-1975)	95
Tabela 2 - Comparação quantitativa das qualificações da indústria brasileira em 1966	247
Tabela 3 - Projetos e ações do empresariado industrial mineiro constituintes da <i>Pedagogia Industrial</i> da FIEMG (1961-1974)	297

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
CAPÍTULO 1 - (RE)CONSTRUINDO CONCEITOS E SIGNIFICADOS: “ESTADO DA ARTE” DA CATEGORIA FORMAÇÃO HUMANA SOB A PERSPECTIVA DO MATERIALISMO HISTÓRICO DIALÉTICO	45
1.1 Humanização do homem em suas contradições: os pressupostos da formação humana	47
1.2 Trabalho como princípio educativo: a ontologia da formação humana.....	57
1.3 A formação humana em suas contradições: a contribuição da educação para o desenvolvimento econômico	69
1.4 A Teoria do Capital Humano e suas implicações sociais: indivíduo, liberdade e formação humana	74
1.5 A Teoria do Capital Humano e a educação como investimento produtivo: formação humana sob a perspectiva do processo de industrialização e do empresariado industrial	81
CAPÍTULO 2 - A INDUSTRIALIZAÇÃO, O EMPRESARIADO INDUSTRIAL E SUA PERSPECTIVA DE DESENVOLVIMENTO (1961-1974).....	92
2.1 Desenvolvimento e industrialização no Brasil: o empresariado industrial rumo ao seu fortalecimento.....	92
2.2 A emergência da burguesia brasileira: dos primórdios da industrialização ao desenvolvimento econômico do capitalismo dependente, desigual e combinado.....	108
2.3 Estado e empresariado industrial e suas respectivas propostas de desenvolvimento com ênfase na expansão da industrialização (1961-1974)	123
2.3.1 Industrialização e desenvolvimento na década de 1960: entre os avanços e a recessão	127
2.3.2 O ciclo expansivo brasileiro: do I Plano Nacional de Desenvolvimento à consolidação do capitalismo dependente (1968-1974).....	136
CAPÍTULO 3 - O DESENVOLVIMENTO DEPENDENTE BRASILEIRO E MINEIRO EM SUAS INTERFACES COM O PENSAMENTO EMPRESARIAL: estrutura da <i>Pedagogia Industrial</i> da FIEMG expressa na Revista <i>Vida Industrial</i>.....	152
3.1.1 A dialética da dependência no Brasil: desenvolvimento dependente, desigual e combinado em debate	152
3.1.2 Desenvolvimento, industrialização e empresariado no Estado de Minas Gerais: a modernização tardia e a “mineiridade”	161
3.2 Da formação humana à consolidação da <i>Pedagogia Industrial</i> a partir do pensamento empresarial expresso na Revista <i>Vida Industrial</i> (1961-1974).....	176

CAPÍTULO 4 - O PENSAMENTO EMPRESARIAL MINEIRO E SUAS REPRESENTAÇÕES DE EDUCAÇÃO: A <i>PEDAGOGIA INDUSTRIAL</i> DA FIEMG A PARTIR DA REVISTA VIDA INDUSTRIAL (1961-1974).....	195
4.1 O período pós desenvolvimentista na Revista Vida Industrial: o crescimento econômico e seus impactos na <i>Pedagogia Industrial</i>	195
4.2 A crise política e econômica e o Golpe Militar na Revista Vida Industrial: os planos e estratégias dos processos formativos voltados para os trabalhadores da indústria.....	217
4.3 “Milagre Econômico” e desenvolvimento em Minas Gerais e no Brasil: fundamentos e princípios da <i>Pedagogia Industrial</i> expressos na Revista Vida Industrial	242
4.4 A <i>Pedagogia Industrial</i> expressa no órgão oficial de comunicação do empresariado industrial mineiro: fundamentos e aspectos identificados na Revista Vida Industrial	297
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	325
REFERÊNCIAS	331
DOCUMENTOS CONSULTADOS/FONTES PRIMÁRIAS	338

INTRODUÇÃO

O homem não deve só apreender, mas também dominar o pensamento, conquistá-lo, subordiná-lo, governá-lo. (KOPNIN)

Tendo como referência as mudanças políticas e econômicas ocorridas na sociedade brasileira desde as primeiras décadas do século XX, é perceptível que o mundo do trabalho e o próprio trabalho em si, sofreu transformações, acarretadas principalmente pela constante reconfiguração da sua organização técnico-organizacional, mediante o processo de industrialização.

Neste cenário, historicamente contextualizado entre o período de 1961 a 1974, pelas ações do Estado, do empresariado nacional, do empresariado estrangeiro e por diversas transformações no setor produtivo, os projetos e ações do empresariado industrial adquirem destaque no âmbito da educação, no que concerne ao processo formativo dos trabalhadores da indústria, haja vista que é notável a ênfase das entidades representativas dos interesses empresariais na reformulação do sistema educacional, objetivando uma economia avançada e competitiva.

Essa perspectiva se efetiva historicamente a partir da consolidação cada vez mais consistente, dos principais órgãos representativos da burguesia industrial, dentre as quais se destaca, tanto em termos nacionais quanto em termos estaduais, a Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG). Essas instituições “personalizam” o empresariado industrial brasileiro enquanto um dos principais protagonistas socioeconômicos de vários processos de mudanças continuamente em curso. Nas palavras de Rodrigues (1998, p. 43-44), trata-se do “Moderno Príncipe Industrial Brasileiro: “[...] um complexo organismo que se constrói com o fim de corporificar uma vontade coletiva, no caso, a hegemonia da visão de mundo da burguesia industrial, para com isso, preservar e dinamizar a acumulação do capital em geral e do capital industrial em particular.”.

Para isso, foi fundamental que o debate acerca das relações entre educação e trabalho nortear as análises aqui desenvolvidas. Hoje são inúmeros os conceitos e significados que envolvem tais relações. Além disso,

A educação ou formação para o trabalho não pode ser considerada uma forma isolada de outros processos sociais, pois ela assume diferentes aspectos, papéis de organização conforme o contexto histórico e as novas relações sociais em que se desenvolve. É preciso, então, ter como referência

considerações sobre a sociedade, a estrutura social e a produção e para qual trabalho ela está orientada. (FIDALGO & MACHADO, 2000, p. 128).

Isso porque a relevância desta proposta de trabalho está no fato de debater de modo crítico e pormenorizado uma reflexão circunscrita à temática trabalho e educação, contribuindo com a produção e avanço da área do conhecimento que tem como foco as complexas práticas e relações sociais, que são delineadas pelas forças produtivas e pelas relações de produção tipicamente capitalistas.

Nesse sentido, a articulação trabalho-educação foi aqui problematizada a partir da categoria formação humana e suas respectivas contradições. Trata-se de algo complexo, que abarca diferentes dimensões, transitando desde o fenômeno até a essência da formação do homem, se entrelaçando por diferentes aspectos, tais como: qualificação, adestramento, profissionalização, formação profissional, competência, capital humano, etc. Eis que vão de maneira simplista e superficial “renovando” o que na sua essência é a formação humana, presente em diferentes discursos incorporados, interesses díspares, de caráter classista, como novos conceitos, novas tendências de formação de trabalhadores.

Tais expressões, largamente utilizadas em outros momentos históricos, oriundas de visões teóricas com matrizes epistemológicas diversas aparecem, por vezes, como sendo unívocas, politicamente neutras e consensuais. [...] Há, portanto, uma disputa histórica também no campo da fixação de sentidos que nos remete à necessidade de compreendê-los, para que possamos visualizar limites, possibilidades, demarcar diferenças e peculiaridades entre diferentes projetos sociais e de educação disputados pelas diversas forças sociais. (MANFREDI, 1990, p. 2).

Faz-se necessário, nesse sentido, problematizar os contraditórios significados que carregam os diferentes termos que convergem rumo à categoria formação humana, recorrendo à sociologia do trabalho, à economia e às discussões acerca das relações entre educação e trabalho, a partir do paradigma dialético. É fundamental, para estabelecer a discussão aqui proposta, que sejam identificados os sentidos do processo educativo em questão, a partir das diversas dimensões dialéticas que compõem a sua totalidade. Para isso, fundamentada na concepção materialista da história, essa pesquisa implica em pensar a formação humana em sua dimensão específica do desenvolvimento econômico ocorrido entre 1961 e 1974 e, concomitantemente, em sua dimensão ampla, partindo do pressuposto que o modo pelo qual a produção material é organizada e realizada por meio de determinadas relações sociais de produção, constitui o fator determinante da organização política e das representações intelectuais de uma época.

A partir de uma retomada histórica de fatores apontados como essenciais para o entendimento e compreensão da formação humana, o presente estudo se atém a investigar a referida formação a partir das demandas de trabalhadores por parte do empresariado industrial nacional e especificamente mineiro.

Por meio do Estado e do empresariado – particularmente o industrial, são nítidas as constantes iniciativas e discursos voltados para a reformulação de um sistema educacional rumo a uma economia competitiva e utilitarista, que destina ensino industrial e/ou a formação de trabalhadores para a efetivação dos seus respectivos projetos de desenvolvimento econômico. Assim, por um lado o empresariado se posiciona enfatizando o sólido investimento em educação especificamente industrial, no intuito de adequar a estrutura e organização dos níveis de ensino aos interesses econômicos e políticos em ascensão e por outro, o direito social e humano que o indivíduo possui pela sua condição de humanidade. No que se refere ao empresariado, “[...] o seu interesse fundamental é a confecção de um modelo econômico e político que coloque a reprodução dos seus interesses em primeiro plano mesmo que, em decorrência disso, ampliem-se as contradições sociais.” (OLIVEIRA, 2003, p. 251)

A formação humana e as características que lhes são pertinentes consistem em respostas às demandas de formação do homem do seu respectivo tempo histórico e econômico, respondendo a diversos fenômenos sociais, tais quais: fordismo, desenvolvimento combinado e dependente, Teoria do Capital Humano, qualificação profissional, treinamento etc. “Pelo exposto, verifica-se o quanto é necessário vincular à história do ensino industrial brasileiro os problemas mais gerais, a nível da política e da economia, para que se possa entendê-la numa dimensão mais ampla e profunda.” (MACHADO, 1989, p. 52). Ou seja, como parte de um todo mais complexo, tanto o papel da formação humana, como o tipo de interesses em jogo, que se manifestam no seu interior, e como a *Pedagogia Industrial* por eles gestados, são determinados por contradições que ocorrem fora de seu âmbito, nas relações sociais de produção.

Essa realidade, por seu turno, consiste no desdobramento do cenário internacional, marcado por um caráter fundamentalmente ideológico e apologético, no contexto da economia mundial na qual o principal recurso é o conhecimento, que por sua vez, não tem limites e está acessível, pelo menos em tese, para todos (FRIGOTTO, 2003). Fato esse que demanda a expansão dos processos técnicos de qualificação e requalificação da força de trabalho. Em contraposição à inexorável produção de conhecimento e à falácia de sua acessibilidade, o alcance aos serviços básicos de sobrevivência, nessa lógica, vem tornando-se cada vez mais restritos: alimentação, habitação, saúde, proteção, trabalho e educação.

O rápido e intenso processo de crescimento industrial acionado pelo Estado, nos marcos do corporativismo, levou a uma complexificação da sociedade brasileira, propiciando o surgimento de uma teia de organizações que passaram a articular e dar identidade coletiva aos agentes sociais, que moldam seu comportamento e veiculam suas demandas fora do antigo encapsulamento corporativo. (CUNHA, 2000, p. 213).

Essa reorganização da estrutura histórica e produtiva se expressa na educação, a partir de fatores determinantes para a construção e consolidação de projetos de formação humana a favor do capital, ou seja, numa *Pedagogia Industrial*, da fábrica (KUENZER, 1989) e, consequentemente na formação de um trabalhador industrial alienado.

Mediante essa contextualização, cabe indagar: o que significa para o empresariado industrial preparar para o trabalho em uma realidade política e econômica como a que foi posta entre 1961 e 1974? Quais conhecimentos, para que trabalho? Segundo Ciavatta (1998), a formação de trabalhadores ou o ensino profissional é sinônimo de uma resposta estratégica embora polêmica aos problemas colocados pelas formas de organizar a produção, pela busca da qualidade e competitividade e pelas mudanças ocorridas no mundo do trabalho. No que se refere à qualidade, o termo para Gramsci (1976) é erroneamente utilizado, haja vista que ele se relaciona intimamente enquanto atribuição humana, e não enquanto atribuição utilitária a coisas, objetos, que por seu turno remetem à questão da “quantidade”. “A política da qualidade quase sempre determina o seu oposto: uma quantidade desqualificada.” (GRAMSCI, 1976, p. 403).

Segundo Ciavatta (1989), o trabalho, o emprego e a formação profissional são percebidos por determinados ângulos e visões, que constituem três perspectivas: o Estado, os empresários e os trabalhadores. O Estado possui o papel de regulador da correlação de forças políticas e os setores hegemônicos, ainda que tal função tenha sofrido com as diretrizes da Teoria do Capital Humano, na qual o trabalhador fica à mercê dos impactos da precarização do trabalho. Para os empresários, a formação e/ou disciplinamento de determinado padrão de trabalhador é vista claramente como meio de aumentar a produtividade e de geração de riqueza, e, além disso, eles se organizam e agem estrategicamente de modo a configurar a produção da melhor maneira possível para que tais objetivos se concretizem, independentemente da desumanização que tal fato possa acarretar para a classe trabalhadora. E, por fim, quanto aos trabalhadores e suas respectivas necessidades de sobrevivência. Às quais, as reais possibilidades educacionais de aquisição de novos conhecimentos e habilidades

para a valorização de sua força de trabalho que, em suma, correspondem a uma pedagogia do trabalho, são mais obscuras.

Nesse contexto, a educação na indústria, implica em pensar e repensar de forma contextualizada na sua respectiva demanda por um determinado perfil de trabalhador, que corresponde ao homem do seu tempo, que é submetido a uma formação que esteja histórica e economicamente em consonância com a realidade produtiva e organizacional do trabalho. Porém, é importante destacar que, a empresa, utilizando das “artimanhas” do capital, se articula ideologicamente objetivando a seguinte inversão: a indústria não depende da educação, mas a educação depende da indústria e a partir da primeira e das necessidades do capital, a segunda é configurada. Logo, enquanto a FIEMG é considerada a “porta-voz” da indústria mineira, a sua voz, propriamente dita, foi, por várias décadas, a Revista Vida Industrial e foi justamente ela que veiculou as representações do empresariado em relação à educação para a indústria. A FIEMG hoje é uma das 27 federações dispersas no território nacional, destinadas à consolidação, expansão e manutenção da indústria e do empresariado nacional. Nesse cenário, a tal entidade assume destaque por pertencer à região sudeste, à qual apresentou e apresenta significativa concentração industrial.

O objetivo principal da FIEMG é defender e representar a indústria mineira em diferentes esferas e sua atuação tem como foco estabelecer objetivos e metas que garantam estabilidade no desenvolvimento dos negócios do seu empresariado industrial, em defesa tanto da acumulação de capital em geral, quanto da acumulação do capital industrial em particular.

Desde sua fundação em 1933, a FIEMG esteve à frente do processo de industrialização do país, juntamente com as federações de São Paulo, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro. Tal qual foi problematizado em pesquisas anteriores (SANTOS, 2008), era perceptível sua atuação em prol do desenvolvimento industrial do Estado. E, até hoje, levando em consideração suas respectivas mudanças, seu eixo norteador consiste em fortalecer, consolidar e expandir o parque industrial mineiro, mediante um processo histórico complexo e contraditório, marcado pelo caráter predominante do capitalismo monopolista. Segundo Santos (2008, p. 35) “A FIEMG, tem suas raízes fíncadas no processo de modernização conservadora ocorrido em Minas Gerais, por meio da diversificação econômica de sua estrutura produtiva, por seu turno fundamentada num projeto desenvolvimentista nacional.”

No que concerne à educação, a FIEMG, além de fomentar seus próprios projetos educacionais, em toda sua história esteve articulada ao departamento regional do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – Minas Gerais (SENAI-MG) inaugurado em 1942 e

seus respectivos serviços ligados ao ensino profissional e ao Departamento Regional do Serviço Social da Indústria (SESI-MG) inaugurado em 1947.

Cabe analisar como a FIEMG, o SENAI-MG e o SESI-MG traçaram suas diretrizes educacionais, que em suma, consistem na educação para a indústria ou *Pedagogia Industrial* do empresariado mineiro, tendo como referência a conjuntura histórica e socioeconômica do Brasil e do mundo, em suas interfaces com o estado de Minas Gerais próprios do período de 1961 a 1974 – período no qual o desenvolvimento econômico movimenta entre a recessão e o impulso rumo à integração da estrutura industrial brasileira.

Nesse sentido, a educação a serviço do capital e sob a representação do empresariado industrial, é concebida como chave para o desenvolvimento econômico. O que justifica a necessidade de se pensar a essência de toda essa discussão a partir da categoria de análise “formação humana” em seus mais diferentes sentidos e significados.

Trata-se de uma problematização norteadas pelo projeto das elites, voltado para a formação da mentalidade e do comportamento tanto da classe trabalhadora, quanto da sua própria classe (no caso, do empresariado industrial), que perpassa desde os diversos níveis da educação brasileira (da básica à superior) a até mesmo à construção do conhecimento tácito implícito no ato de “aprender-fazendo”. Por isso, foi fundamental recorrer às fontes primárias da presente pesquisa, em síntese expressa pela Revista Vida Industrial da FIEMG, por se tratar justamente da expressão consolidada das diferentes nuances do projeto de formação humana do empresariado industrial mineiro.

Essa construção de um tipo médio de trabalhador aponta a afirmação de Gramsci (1976) que a vida da indústria demanda à “adaptação psicofísica” de determinadas condições de trabalho, costumes, habitação etc., que não é algo inato, mas que requer uma assimilação, que consiste na delimitação de um processo formativo por parte das elites. Sendo por meio da reconfiguração do sistema educacional vigente, colocando uma nova maneira de viver e trabalhar – que por seu turno, não é assimilada passivamente pelos indivíduos, pelo contrário, é conflituosa e possui focos de resistência. É justamente o delineamento dessa maneira de viver e trabalhar, própria da FIEMG e de suas entidades associadas, que no presente trabalho correspondem à categoria *Pedagogia Industrial*.

A história do industrialismo sempre foi (e hoje o é de forma mais acentuada e rigorosa) uma luta contínua contra o elemento “animalidade” do homem, um processo ininterrupto, muitas vezes doloroso e sangrento, de sujeição dos instintos (naturais, isto é, animais e primitivos) a sempre novos, complexos e rígidos hábitos e normas de ordem, exatidão, precisão, que tornem possíveis formas sempre mais complexas de vida coletiva, que são a

consequência necessária do desenvolvimento do industrialismo. (GRAMSCI, 1976, p. 393).

Ora, se essa maneira de viver e trabalhar, própria da FIEMG e de suas entidades associadas, no presente trabalho correspondem à categoria *Pedagogia Industrial*, para Kuenzer (1989), essa pedagogia se define como ajustamento dos trabalhadores às normas e formas de trabalho às quais eles são submetidos.

Essa imposição de certo perfil se faz presente nos diferentes modos de organização da produção, ainda que se utilize da captação da subjetividade dos trabalhadores para que a face exploratória e precarizada do trabalho se tornem ainda mais oculta e complexa. O que demanda que constantemente sejam criadas e recriadas técnicas de controle tanto do trabalho quanto do trabalhador (SALM, 1980).

Mediante a realidade colocada pelas mudanças historicamente sociais, políticas e econômicas próprias do início das décadas de 1961 e de 1970, a indústria nacional competitiva requer um projeto que forme um tipo de trabalhador, adaptado e/ou adaptável à falácia dos conteúdos de aprendizagem, delineados pelo empresariado industrial nos mais diversos setores produtivos, por meio da *Pedagogia Industrial*.

Sob o discurso da Teoria do Capital Humano, no qual a educação é concomitantemente vista enquanto peça chave para o desenvolvimento do país e empreendimento econômico, a preocupação com formação dos trabalhadores que nela atuam ou com a *Pedagogia Industrial* propriamente dita, se dá no sentido de contribuição para a “sustentabilidade” da indústria na sociedade e, como consequência, uma força de trabalho dotada de melhor nível educacional. Entretanto, como aponta Salm (1980) o sistema capitalista concretizou uma lógica na qual é a educação que depende dele e ele, por sua vez, não é detido pela educação e suas demandas. E ainda, por outro lado, a educação consiste numa força social dinâmica e contraditória: por mais que, sob a ótica do Estado e do empresariado industrial se façam presentes os projetos das elites voltados para a reformulação do sistema educacional, nunca se tem total controle sobre esse processo de formação. E Kuenzer (1989, p. 15) aponta com clareza e coerência essa questão:

Assim sendo, a qualificação do trabalhador compreendida como aquisição do conteúdo do trabalho desenvolvido pelo capitalismo é fundamental, mas não esgota a questão; é imprescindível o desenvolvimento da consciência da classe trabalhadora, de tal modo a permitir a superação do modo capitalista de trabalho.

Ou seja, há formas de resistências a esse novo perfil de trabalhador. É por isso que segundo Fidalgo & Machado (2000), a educação para o trabalho pode e deve se recusar à formação de mentalidade que lhe é imposta; pode e deve ampliar o conhecimento dos trabalhadores refletindo de modo crítico sobre os aspectos sociais, econômicos e políticos das situações de vida e de trabalho, de modo a perceber novas alternativas de construção de uma vida social. E são estes, portanto, os pressupostos para o que aqui é designado de Pedagogia do Trabalho.

É possível perceber que há diversos interesses em disputa, cerceados por projetos contraditórios. As resistências presentes nessa dinâmica, constituem no que Salm (1980) denomina de entraves decorrentes das condições naturais do trabalhador, de não-submissão às condições de trabalho que lhe são colocadas. Neste sentido, a formação para o trabalho remete a “[...] funções que se revestem de um duplo aspecto coletivo e, outro, despótico, necessário para enfrentar as resistências dos trabalhadores.” (SALM, 1980, p. 65).

A questão chave é que o trabalho é concomitantemente processo de valorização do capital e a este objetivo deve estar submetido: de se adequar a quaisquer alterações ocorridas no âmbito do processo produtivo e nas suas respectivas qualificações necessárias.

Da perspectiva da valorização do capital quer dizer, trabalho concreto aplicado na produção de algo útil, os trabalhadores utilizam os meios de produção. Da perspectiva da valorização do capital, são os meios de produção que utilizam o trabalhador e o farão de forma cada vez mais eficaz, no sentido da eliminação progressiva dos entraves que o processo de trabalho possa apresentar ao processo de criação de valor. (SALM, 1980, p. 63).

Por isso, compartilhando da mesma perspectiva de Antunes (2002), torna-se necessário destacar a importância de um redesenho de um projeto alternativo, capaz de resgatar os valores fundamentais da essência da formação humana por meio da pedagogia do trabalho.

A partir dessa breve explanação, é possível perceber que a questão da formação de trabalhadores e da *Pedagogia Industrial* sempre se fez presente e necessitou ser debatida no que se refere a qualquer contexto ou conjuntura. Consequentemente, essa pesquisa que envolve em seu bojo as relações entre trabalho e educação, objetiva abordar as transformações no mundo do trabalho e suas implicações em tais processos formativos no âmbito do empresariado industrial mineiro e de suas respectivas representações acerca da educação.

Nesse sentido, esta proposta consiste no avanço e aprofundamento dos estudos desenvolvidos durante o mestrado, cuja pesquisa também foi desenvolvida na Universidade Federal de Uberlândia, no Programa de Pós-Graduação em Educação, na linha de pesquisa “Políticas Públicas e Gestão em Educação” intitulada “Educação para a indústria: a FIEMG, a formação humana e o nacional desenvolvimentismo (1951 - 1960)”.

O referido trabalho, apresentado e defendido no ano de 2008, consistiu na concretização da primeira etapa, que agora, confere continuidade à análise das representações de educação do empresariado industrial, a partir de outra contextualização, circunscrita aos desdobramentos identificados no primeiro estudo e às transformações econômicas, sociais e históricas que caracterizam o período que compreende de 1961 a 1974.

Em síntese, a primeira parte da pesquisa problematizou as estratégias, propostas e projetos educacionais formulados e desenvolvidos pelo empresariado mineiro associado à FIEMG no contexto do nacional desenvolvimentismo, mediante a emergente necessidade da educação voltada para a formação de trabalhadores (SANTOS, 2008). E a segunda parte da pesquisa, agora em nível de doutoramento, propõe analisar a última fase do processo de industrialização, enquanto consequência dos aspectos históricos, políticos e econômicos próprios do contexto do nacional desenvolvimentismo (década de 1950). Para isso, foi estabelecido um diálogo entre as fontes primárias e a fundamentação teórica referente ao tema abordado. Tais fontes, localizadas na capital mineira (Belo Horizonte), pertencem ao Centro de Memória da FIEMG e também estão presentes, ainda que em menor teor, na Biblioteca Regional do Sesi. Ou seja, em continuidade a este trabalho, a presente pesquisa vem desenvolver, embasada nas mesmas fontes, porém a partir de um novo recorte, focada em um diferente tempo histórico: 1961 a 1974 – onde se tem dois significativos momentos de crescimento econômico (o pós-desenvolvimentista e o milagre econômico) em meio a um período de recessão (a crise política de 1964 e seus desdobramentos na esfera econômica). Eis então o cenário que compõe o debate acerca da formação humana no âmbito da educação para a indústria ou da *Pedagogia Industrial* sob a perspectiva do empresariado industrial brasileiro e mineiro (FIEMG).

Por isso, fez-se necessário o retorno ao principal referencial empírico da pesquisa, que consiste nas fontes primárias, disponibilizadas pelo Centro de Memória da FIEMG – revistas, correspondências, relatórios anuais, fotografias, atas, estatutos, livros, artigos, etc. Assim, o eixo norteador das análises, em continuidade à pesquisa desenvolvida no mestrado (SANTOS, 2008), continua sendo a dimensão educacional da FIEMG no período de 1961 a 1974. Por conseguinte, os estudos alavancados na referida pesquisa apontaram para a continuidade das

análises, avançando agora para um trabalho mais aprofundado e focado em diferente tempo histórico, marcado por profundas mudanças de caráter político e econômico, que contextualizaram as ações e representações educacionais do empresariado industrial mineiro, em consonância com a conjuntura nacional e internacional. Pois, rumo a uma investigação mais pormenorizada, torna-se necessário que essa análise seja contextualizada nas dimensões econômicas, históricas e sociais próprias da realidade brasileira e de suas respectivas mudanças. Na mesma perspectiva da pesquisa de mestrado, objetiva-se a partir de então, avançar as reflexões e investigações, continuando o diálogo com fontes da FIEMG, vinculando-as ao debate teórico, no intuito de elaborar uma análise minuciosa acerca da constituição da *Pedagogia Industrial* proposta e efetivada pelo empresariado industrial rumo ao almejado desenvolvimento econômico.

De acordo com Kosik (1989), o trabalho que se direciona às fontes é sinônimo de uma reação contra a pseudoconcreticidade, uma vez que o exame do material nelas contidas, expressam por um lado, a realidade autêntica e por outro, descobrir o que está oculta no processo de trabalho. “[...] ‘a autêntica realidade’ do homem concreto por trás da realidade reificada da realidade da cultura dominante, de desvendar o autêntico objeto histórico sob as estratificações das convenções fixadas” (KOSIK, 1989, p. 20)

Ou seja, é necessário discutir o projeto educacional do empresariado industrial acerca da formação humana e especificamente a *Pedagogia Industrial*, de maneira articulada a determinado contexto político, na qual a primazia do mercado sobre o Estado fortemente nacionalista, do econômico sobre o social se estabelece na sociedade brasileira.

À medida que o governo brasileiro foi se aproximando da ideologia neoliberal, o empresariado nacional foi, aos poucos, assumindo uma posição mais clara em favor das reformas institucionais que assegurassem o domínio da regulação do mercado e da privatização os serviços, tradicionalmente, mantidos pelo Estado. (OLIVEIRA, 2003, p. 253).

A proposta de pesquisa aqui apresentada, objetivou dialogar com as fontes primárias¹ da FIEMG, uma vez que elas não falam por si só. Para isso, foi essencial a aplicação técnica da análise documental, que é realizada a partir de documentos, contemporâneos ou retrospectivos, considerados cientificamente autênticos, podendo ser de fontes primárias e secundárias, escritas ou não. Logo, a análise documental constitui uma técnica importante na pesquisa qualitativa, no que concerne ao desvelamento de novos aspectos do problema de

¹ Foram consultadas outras fontes primárias, mas que não foram utilizadas na presente pesquisa.

pesquisa, além de conferir tratamento analítico aos dados coletados. E esta análise, por seu turno, deve observar os objetivos e planos desta pesquisa específica, que implicam em levantar documentos de natureza não mensurável, os quais serão estudados pelo pesquisador, a fim de lhes conferir significado. Essa análise documental está centrada nas publicações da entidade patronal que consiste no objeto de estudo do presente trabalho, a FIEMG, especificamente no que concerne às suas representações e projetos educacionais voltados para a educação, mais especificamente a formação de trabalhadores para a indústria, que constitui o que aqui é designado de *Pedagogia Industrial*. Dentre os documentos analisados, estão o de âmbito interno (publicações diversas, atas, correspondências, estatutos, etc.) e de âmbito externo (publicações específicas destas entidades patronais –FIEMG, referenciais teóricos condizentes com a pesquisa etc.). Contudo, o documento que mais se destacou foi a Revista Vida Industrial, haja vista a quantidade de debates, artigos, reflexões e divulgações próprias do âmbito da indústria, de maneira favorável ao empresariado que estava à sua frente.

Do mesmo modo, foram analisados os programas e projetos educacionais geridos pela FIEMG e gestados pelos departamentos regionais do SENAI e do SESI– fontes representantes da *Pedagogia Industrial* mineira, que se concentram no centro de memória desta entidade (revistas, correspondências, publicações, atas, etc.). A aplicabilidade da análise documental veio, então, subsidiar a coleta do material acima relatado.

Com isso, pensando sob o viés da complementaridade, foi imprescindível articular a análise de conteúdo à análise documental. Pois, a análise de conteúdo é considerada como um conjunto de técnicas de análises de comunicações, que por sua vez confere significado à análise documental.

Resumindo: o que está escrito, falado, mapeado, figurativamente desenhado, e/ou simbolicamente explicitado sempre será o ponto de partida para a identificação do conteúdo, seja ele explícito e/ou latente. A análise e interpretação dos conteúdos são passos (ou processos) a serem seguidos. E, para o efetivo caminhar neste processo, a contextualização deve ser considerada como um dos principais requisitos, e como o pano de fundo para garantir a relevância dos sentidos atribuídos às mensagens. (FRANCO, 2007, p. 16-17)

Por conseguinte, foram utilizados procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, objetivando realizar a inferência² de conhecimentos relativos às

² Segundo Franco (2007), a produção de inferências em análise de conteúdo implica na exposição do significado, a partir da comparação dos dados (de discursos ou símbolos) e de pressupostos teóricos de diferentes concepções de mundo, de indivíduo e de sociedade – oriunda das condições da práxis de seus produtores e receptores, juntamente como o contexto sócio histórico.

condições de produção e de recepção das mensagens, inferência esta que recorre a indicadores quantitativos, ou não (BARDIN, 1977). Nesse sentido, a significação do conteúdo das fontes primárias coletadas no objeto de estudo dessa pesquisa (FIEMG), reside na especificidade de cada um de seus elementos e na relação que eles estabelecem entre si – o que vai além da mera quantificação. Segundo Franco (1973, p. 43):

[...] a análise de conteúdo trabalha a palavra, quer dizer, a prática da língua realizada por emissores identificáveis. A lingüística estuda a língua para descrever seu funcionamento. A análise de conteúdo procura conhecer aquilo que está por trás das palavras sobre as quais se debruça.

Além disso, a análise de conteúdo também foi utilizada para a apreensão e compreensão dos discursos tanto por parte do empresariado, quanto por parte dos trabalhadores envolvidos no estudo, auxiliando, neste sentido, na identificação da dimensão ideológica presente nestas falas.

Essas técnicas de pesquisa, que foram aplicadas no desenvolvimento desta proposta de trabalho, estão epistemológica e metodologicamente orientadas pelo paradigma dialético. Tanto que, nesse sentido, as análises e reflexões aqui propostas, nessa perspectiva paradigmática, estão fundamentadas, segundo Lima (2003), quatro princípios:

1) O princípio da totalidade, no qual tudo se relaciona: ou seja, problematizar o objeto de análise em sua conexão com o todo, de modo a expressar a dinamicidade da realidade que contextualiza o estudo proposto. Dessa maneira, tem-se como foco refletir sobre a formação do trabalhador para a indústria, na sua relação com o todo, o que por sua vez, implica em articular essa referida qualificação às atuais mudanças sociais, políticas e econômicas que configuram o sistema que impera na realidade concreta.

2) O princípio do movimento, no qual tudo se transforma: “A limitação de uma totalidade por outras totalidades na visão marxista é o que propiciará o movimento, a transformação da(s) totalidade(s) em novas totalidades, também não totalmente acabadas” (LIMA, 2003, p. 62). Nessa perspectiva, tem-se como pressuposto que as limitações na formação do trabalhador para atuar na indústria, propiciam lacunas que possibilitam o redesenho de um projeto alternativo, alicerçado nos vários mecanismos de resistência e interesses em disputa, que estão inseridos próprio planejamento de qualificação profissional lançados pelo empresariado industrial – o que desemboca mudanças e expressa o movimento, a dinamicidade complexa deste processo.

3) Princípio da mudança qualitativa: a concretização da pesquisa aqui proposta tem como meta, justamente uma mudança qualitativa a partir de uma reflexão crítica dos projetos de formação para o trabalho proposto pelo empresariado industrial, objetivando discutir a dialética do trabalho, tendo em vista, de um lado sua dimensão ontológica e de outro, sua precarização cada vez mais acirrada.

4) Princípio da contradição, ou unidade e luta dos contrários: este aspecto metodológico consiste em um dos principais desafios colocados à pesquisa – a tentativa de problematizar dialeticamente o objeto deste estudo e captar os conflitos que lhe são inerentes, mediante às inúmeras “armadilhas” de cunho positivista – “[...] romper com o padrão positivista-empiricista da observação convencional e de estabelecer uma nítida ligação entre a dimensão metodológica e a dimensão política do processo de investigação.” (THIOLLENT, 1980, p. 120), que estão presentes na trajetória dessa pesquisa. Essa lógica da dialética também pode ser destacada da seguinte maneira:

O botão desaparece no desabrochar da flor, e pode-se dizer que é refutado pela flor. Igualmente, a flor se explica por meio do fruto como um falso existir da planta, e o fruto surge em lugar da flor como verdade da planta. Essas formas não apenas se distinguem, mas se repelem como incompatíveis entre si. Mas a sua natureza fluida as torna, ao mesmo tempo, momentos da unidade orgânica na qual não somente não entram em conflito, mas uma existe tão necessariamente quanto a outra, e é essa igual necessidade que unicamente constitui a vida do todo. (QUINTANEIRO; BARBOSA; OLIVEIRA, 1995, p. 65)

Estes são então, os princípios norteadores do paradigma aqui adotado para a concretização desta pesquisa. Além disso, é necessário destacar que, no intuito de avançar na produção de conhecimento científico, incessante no mundo acadêmico, objetiva-se primeiramente o rigor acadêmico e científico, distante de uma pseudo e pretensa neutralidade e com a convicção de que a pesquisa não venha a ser instrumento suficiente para esgotar a realidade a ser estudada, mas que ela possa ser compreendida criticamente perante toda a complexidade que apresenta, tanto a partir do seu fenômeno, quanto a partir da sua essência.

Segundo Kosik (1989), o de acesso ao mundo real é o *détour*, em virtude do fato que as coisas não se apresentam imediatamente ao homem como são e este não consegue, a priori, detectar a essência de sua realidade. Assim o *détour* consiste em conhecer as coisas e a sua estrutura. “[...] o concreto se torna compreensível através da mediação do abstrato, o todo através da mediação da parte. [...] o homem pode perder-se ou ficar no meio do caminho” (KOSIK, 1989, p. 30).

Desse modo, buscando entender a totalidade das inter-relações, o trabalho aqui proposto

[...] é um modo de pesquisa aberto e dialético, em vez de um corpo fixo e fechado de compreensões. A metateoria não é uma afirmação de verdade total, e sim uma tentativa de chegar a um acordo com as verdades históricas e geográficas que caracterizam o capitalismo, tanto em geral como em sua fase presente. (HARVEY, 1996, p. 321).

Um estudo que objetiva ser científico e crítico deve estar atento tanto às continuidades quanto às rupturas que, quando captadas, conferem sentido ao resultado das investigações. No entanto, é necessária certa cautela, pois

Hoje já é quase geralmente reconhecida a tese segundo a qual o processo de criação científica não se reduz a operações lógicas de dedução de efeitos de conhecimento antes obtido. Em realidade mesmo não se pode, como às vezes se faz, interpretar de modo tão simplista o movimento do conhecimento no sentido de novos resultados apenas como processo de inferir de premissas dadas conclusões conforme as leis da dedução lógica rigorosa. (KOPNIN, 1978, p. 223)

Por conseguinte, é viável que este trabalho se movimente dialeticamente entre as contradições e as semelhanças, entre o homogêneo e o heterogêneo, que em determinados momentos podem até mesmo se complementar e conduzir as investigações à totalidade do objeto da pesquisa.

É interessante constatar que, embora conceitos como “materialismo dialético” ou “materialismo histórico” sejam, por vezes, utilizados de forma isolada, eles formam um todo indissociável, dado que o ser histórico do homem é estudado pelo materialismo histórico, que junto com a dialética materialista, formam um todo indivisível [...]. (LIMA, 2003, p 65).

É preciso, pois, “transitar” dialeticamente, em termos de desenvolvimento sócio-histórico-econômico e educacional, entre o nível micro (as especificidades da realidade brasileira) e o nível macro (a conjuntura internacional), porque

[...] uma sociedade em desenvolvimento opera sua mudança dentro de uma ordem mundial também em transformação e que os movimentos dessas duas trajetórias embora em graus diferentes, são mutuamente condicionados. O que importa, portanto, é buscar correspondências em cada um dos pólos da relação e analisar a maneira pela qual, aqui e agora, se combinam para produzir este ou aquele padrão de relacionamento. (MARTINS, 1968, p. 89).

Objetiva-se realizar uma análise crítica, característica da Sociologia articulada à Educação, abrangendo a totalidade do objeto, buscando compreender as suas respectivas inter-relações. Além disso, traçando objetivos factíveis e considerando o tempo disponível para a realização dos objetivos aqui propostos, a pesquisa esteve fundamentada simultaneamente em dois momentos de um mesmo processo: a pesquisa empírica e a pesquisa teórica. Pois a concretização do estudo aqui apresentado se baseia no seguinte pressuposto:

Dominar o pensamento significa transformá-lo em meio ainda mais eficiente na conquista prática das potencialidades da natureza e da sociedade, relacioná-lo de modo ainda mais estreito com o objeto que ele reflete. Para tanto a lógica não deve se limitar à descrição e à interpretação de formas isoladas de pensamento, mas estudá-lo no todo como processo de movimento no sentido de novos resultados. (KOPNIN, 1978, p. 225).

A pesquisa empírica ou trabalho de campo se refere ao diálogo com as fontes primárias anteriormente descritas. E a pesquisa teórica se fundamenta tanto no pensamento clássico ou interpretações do desenvolvimento brasileiro, quanto nos autores, também clássicos, que apresentaram aspectos importantes da conjuntura internacional que diretamente se articulam com a realidade brasileira. Além disso, fez-se necessária a realização de uma revisão bibliográfica nos periódicos mais importantes do país, para que a discussão se articule com a literatura referente à temática abordada. Tornou-se também necessária, entremeio a essa discussão, a contribuição academicamente reconhecida e legitimada que versa sobre a questão da formação do trabalhador, que por sua vez, incide na questão da formação não somente de operário da indústria, mas de todos aqueles atuantes na estrutura hierarquicamente organizada de diversos setores produtivos.

Na pesquisa de campo, o primeiro passo foi identificar e registrar nos acervos da Biblioteca do Sesi e do Centro de Memória da FIEMG todo o material de pesquisa que se relaciona com os objetivos desta análise. Desde o destaque do empresariado industrial nacional perante as demais classes produtoras do país, até a sua presença institucionalmente estabelecida por suas associações, a própria FIEMG e, dessa entidade patronal, aos Departamentos Regionais do SENAI e do Sesi, tendo como referência a dimensão educacional do projeto das elites industriais de desenvolvimento da economia brasileira.

Para alcançar o objetivo de captar informação ou verbalizações situadas na fronteira da ideologia dominante, o dispositivo de questionamento deve levar aos respondentes uma informação dirigida que produza diversos efeitos de desbloqueio ou de deslocamento de perspectiva. A partir dos elementos presentes nas explicações recolhidas, é possível ordenar outras perguntas

para efeito de elucidação sobre assuntos menos conhecidos ou que ficam ocultos pelo apego às normas, autoridades ou instituições. (THIOLLENT, 1980, p. 109)

A fundamentação principal deste estudo está calcada na elaboração crítica, pormenorizada e contextualizada da categoria de análise aqui designada de “formação humana”, a partir do paradigma dialético, de modo a trabalhar com as contradições que o termo carrega consigo, captando e problematizando o que é esse projeto educacional tanto na perspectiva do empresariado, quanto na dos trabalhadores. “Por isso é necessário elaborar uma série de novas categorias e formas que traduzam o conhecimento enquanto pesquisa. É isto que se insere na tarefa da lógica da investigação científica.” (KOPNIN, 1978, p. 227). Encara-se como um desafio a tentativa de formular seriamente este conceito de “formação humana”, a partir das próprias condições de humanidade que são colocadas nos sentidos do trabalho. Pois segundo Thiollent (1980, p. 99),

Em conclusão, os problemas da categorização e da projeção, encontrados na apreensão da realidade psicossocial devem ser considerados ao nível dos investigados (formulação das respostas) e ao nível dos investigadores (formulação das perguntas e interpretação das respostas). No primeiro caso, já existem muitos estudos sociolinguísticos relativos às características de categorização dos indivíduos em função à classe social a que pertencem. No segundo caso, a problematização das características de categorização e de projeção dos pesquisadores é um assunto pouco trabalhado, ou até mesmo “tabu”, na medida que tal problematização não deixaria de desvendar certas máscaras das ditas ciências humanas, tais como são praticadas.

Elaborar e problematizar a categoria de “formação humana” a partir de diferentes horizontes (empresariado e operariado) expressos à prudência metodológica e comprometimento científico com o paradigma que alicerça toda análise aqui exposta:

As condições de descrição dos fatos e as condições de verbalização ou produção das opiniões, que variam consideravelmente em função das classes ou conjunturas, não são levadas em consideração, a não ser de modo ingênuo, como no caso da influência da aparência do entrevistador sobre a resposta do entrevistado. (THIOLLENT, 1980, p. 129)

Eis então, a importância de dialogar, de questionar os dados coletados no decorrer da pesquisa. Por isso, paralelamente à etapa metodológica expressa pelo trabalho empírico, foi realizada a pesquisa e o debate teórico. Até porque, no que se refere à busca de fontes primárias, também foram identificadas e utilizadas nessas análises, várias referências bibliográficas pertencentes ao acervo das referidas entidades (FIEMG e CNI).

Deve-se, neste sentido, fazer a seguinte “indagação materialista”: “[...] por que os homens tomaram consciência de seu tempo justamente nas categorias expressas na Revista Vida Industrial e destacadas nessa fonte primária e qual o tempo que se mostra aos homens nestas categorias?” (KOSIK, 1989, p. 18). Analisar e compreender o fenômeno e a essência da formação humana implica em contextualizar historicamente o movimento dialético de tal formação, pensando, especificamente, na *Pedagogia Industrial*, tal qual consiste na formação dos trabalhadores da indústria no período de 1961 a 1974, ou seja, a partir de dois importantes momentos do desenvolvimento da indústria brasileira e mineira: o primeiro (1961) marcado por um significativo crescimento econômico, seguido por uma crise econômica e por um regime político essencialmente autoritário e o segundo (1970) rumo ao “milagre econômico” via dependência e endividamento e abertura ao capital estrangeiro – lembrando que todos estes fenômenos possuem as suas peculiaridades próprias do Brasil e, conseqüentemente, da sua burguesia industrial. Desse modo, o problema de estudo da presente pesquisa implica a questionar qual(is) projeto(s) de formação humana e de representação da educação que em sua totalidade, representaram a *Pedagogia Industrial* proposta e consolidada pelo empresariado industrial visando o desenvolvimento econômico?

Assim, indagações como essa, consistem na preparação da pesquisa para que as análises nela desenvolvidas possam destruir a pseudoconcreticidade das ideias e das condições, para posteriormente chegar à explicação racional da formação humana, fundamentada na articulação entre o tempo e a ideia.

O pensamento que quer conhecer adequadamente a realidade, que não se contenta com os esquemas abstratos da própria realidade, nem com suas simples e também abstratas representações, tem de destruir a aparente independência do mundo dos contactos imediatos de cada dia. (KOSIK, 1989, p. 17).

Que formação humana é a “formação em si” ou a “coisa em si”? O pressuposto para responder a esta pergunta implica em pensar e estabelecer a ontologia e a epistemologia que fundamentam a análise da pesquisa aqui proposta, centrada na categoria “formação humana”. Logo, o trabalho se fundamenta, em termos epistemológicos, nos elementos da matriz do materialismo histórico dialético. Além disso, na perspectiva ontológica, a formação humana é pensada tendo em vista sua “essência” que se situa no princípio fundante do homem enquanto ser social, a partir do trabalho.

Ou seja, somente a história, pode possibilitar o conhecimento da essência. Por conseguinte, “A ciência deve ‘reproduzir artificialmente e experimentalmente este caminho

natural da história” (KOSIK, 1989, p. 22). E o conhecimento científico, por seu turno, é uma, dentre variadas maneiras de se apropriar do mundo pelo próprio homem. Para que este conhecimento se consolide, enquanto maneira humana de apropriar-se do mundo, deve-se reconhecer que há dois elementos constitutivos: o objetivo e o subjetivo – intenção, visão e sentido da formação humana.

A teoria materialista distingue um duplo contexto de fatos: o contexto da realidade, no qual os fatos existem originaria e primordialmente, e o contexto da teoria, em que fatos são, em um segundo tempo, mediatamente ordenados, depois de terem sido precedentemente arrancados do contexto originário do real. (KOSIK, 1989, p. 48)

Ambos os sentidos são imprescindíveis para compreender-se a realidade e o sentido da formação humana, enquanto produto histórico-social. Em termos objetivos e críticos, no processo de formação humana sob os moldes do capital é possível observar que

[...] o desenvolvimento da ciência e sua aplicação à tecnologia permitirão uma diminuição, um recuo progressivo do trabalho necessário do homem, da pura e simples exploração da sua força de trabalho, sobretudo da sua força física de trabalho, e uma utilização das suas capacidades intelectuais susceptível de reduzir a uma ‘abstração’ a energia de trabalho realizado, em relação à enorme força energética do processo de produção desenvolvido pela grande indústria. (MARX, 1980, p. 26).

O conhecimento, deste modo, está fundamentado na práxis objetiva da humanidade, ligado a outras diferentes maneiras de captá-la e/ou compreendê-la, a favor dos interesses que estão em jogo.

A teoria não é nem a verdade nem a eficácia de um ou de outro modo não teórico de apropriação da realidade; ela representa a sua compreensão explicitamente reproduzida, a qual, de retorno, exerce a sua influência sobre a intensidade, a veracidade, e análogas qualidades do modo de apropriação correspondente. (KOSIK, 1989, p. 26).

Na história, o homem revela a totalidade do mundo e concomitantemente, o próprio homem que existe na totalidade do mundo (KOSIK, 1989).

Na história atuam três momentos fundamentais: a dialética da situação dada e da ação; a dialética das intenções e dos resultados do agir humano; a dialética do ser e da consciência dos homens, isto é, a oscilação entre o que os homens são e como eles se consideram ou são considerados, entre o autêntico e o suposto significado e caráter do seu agir. Na osmose e na

unidade destes elementos se baseia a pluridimensionalidade da história. (KOSIK, 1989, p. 220).

Nesse sentido, a partir da história, no primeiro momento é possível captar e investigar o fenômeno que é a “formação humana”; em seguida, estão neste processo as contradições da referida categoria de análise, no caso, no contexto da indústria capitalista; por fim, ao apreender a complexidade de todo este movimento, em busca da essência da formação humana, se revela a realidade desta formação humana sob o viés da *Pedagogia Industrial* no contexto do capitalismo e também do aspecto ideológico que este cenário acarreta consigo.

Além disso, de acordo com os pressupostos marxistas, o método de investigação, para Kosik (1989), compreende três níveis: no primeiro, a matéria é detalhadamente apropriada, a partir de todo o movimento histórico a ela inerente – neste caso, estabelece-se apropriação do fenômeno que é a formação humana; em segundo, é analisada cada uma das formas de desenvolvimento do material – no que concerne à formação humana, apresentam-se as suas diferentes perspectivas, a partir de distintos interesses (empresariado industrial X trabalhador); e, por fim, ocorre a investigação da coerência interna que implica na unidade dialética das diferentes formas de desenvolvimento – captar a essência da categoria formação humana, a partir de suas contradições que se complementam. Posteriormente, é possível partir para o método da explicitação, que neste caso, incide na efetivação do conhecimento construído pela pesquisa: “A explicitação é um método que apresenta o desenvolvimento da coisa como transformação necessária do abstrato em concreto.” (KOSIK, 1989, p. 32). Com isso, a partir do método de investigação articulado ao de explicitação, é possível compreender a categoria formação humana, enquanto atividade prática objetiva do homem histórico.

Numa constante busca de novas contribuições para o desenvolvimento desses estudos, a revisão bibliográfica se fez presente durante todo o tempo de execução da pesquisa, para que houvesse um sólido e amplo levantamento dos autores e de suas respectivas produções científicas que fossem condizentes com o referencial e com a problemática proposta – haja vista que o nível de formação envolvido nesta pesquisa demanda a formulação de um trabalho consistente e coerente.

Com isso, o presente estudo tem como objetivo geral debater os projetos educacionais e representações da educação próprias do empresariado industrial mineiro associado à FIEMG e às demais entidades a ela vinculadas - SENAI-MG, SESI-MG - de 1961 a 1974 (período no qual se efetiva definitivamente o processo de industrialização no país em três períodos distintos: o crescimento econômico pós-desenvolvimentista, a crise política e economia no

contexto do regime militar e o milagre econômico), em suas interfaces com as diretrizes norteadoras do desenvolvimento econômico brasileiro e suas respectivas demandas de formação de trabalhador no âmbito da indústria, que desembocam numa *Pedagogia Industrial*, tendo como referência a vigência da acumulação do capital em geral e do capital industrial em particular.

Consequentemente, os objetivos específicos deste estudo implicaram em:

- ✚ Elaborar/categorizar de modo crítico o conceito de “formação humana” a partir das contradições que lhes são inerentes tanto na perspectiva da acumulação do capital quanto na perspectiva do processo educativo e formador do homem integral, sob o respaldo do materialismo histórico dialético.
- ✚ Compreender as particularidades da FIEMG, do Departamento Regional do SENAI-MG e do Departamento Regional do Sesi-MG em relação à elaboração, consolidação e manutenção dos projetos educacionais e das representações de educação por parte do empresariado industrial que estava à frente de tais entidades, rumo à consolidação de uma *Pedagogia Industrial* e da expansão do desenvolvimento econômico mineiro e brasileiro;
- ✚ Estabelecer um diálogo entre as fontes primárias e secundárias da FIEMG, do SENAI-MG e do Sesi-MG que estão diretamente relacionadas à esfera da educação no sentido da formação de trabalhadores, visando efetivar uma *Pedagogia Industrial*, entre as peculiaridades históricas, econômicas e sociais do desenvolvimento econômico brasileiro e do processo de industrialização no período de 1961 a 1974;
- ✚ Problematicar as possibilidades de resistência da classe trabalhadora mediante a efetivação da pedagogia industrial proposta e posta pelas representações de educação e pelos projetos e programas educacionais da FIEMG, do Departamento Regional do SENAI-MG e do Departamento Regional do Sesi-MG;
- ✚ Analisar as tendências de expansão da indústria no Brasil e em Minas Gerais (capitalismo dependente e associado), face ao capitalismo monopolista, às formas de organização da produção e suas implicações no processo de formação de trabalhadores dentro e fora das empresas.

O fato é que as representações de educação e os projetos educacionais do empresariado mineiro, neste cenário, são funcionais ao processo de acumulação do capital em geral e do capital industrial em específico, via desenvolvimento econômico de caráter dependente e combinadas pelas relações desiguais e também combinadas entre a economia mundial e a economia nacional. Logo, em consonância com as diretrizes educacionais

traçadas pela entidade patronal em análise, ou seja, pela FIEMG associada ao Departamento Regional do SENAI-MG e ao Departamento Regional do SESI-MG, as representações de educação e os projetos educacionais no período de 1961 a 1974 revelam, no plano ideológico, uma simbiose entre princípios do fordismo associados à captação da subjetividade do trabalhador, para que ele não consiga enxergar o sentido opressor do trabalho que executa e a dimensão unilateral da formação educativa à qual ele está submetido. Essa simbiose, por seu turno, consiste na efetivação de uma *Pedagogia Industrial*, uma vez que nas décadas em questão, o trabalhador e sua formação foram essenciais para o alcance dos objetivos e metas postos pelo empresariado industrial e sua respectiva projeção de desenvolvimento econômico. Pois, “Para o dialético materialista não pode haver qualquer dúvida de que a hipótese científica surge e se desenvolve das necessidades de aquisição do conhecimento objetivo e do mundo, de que através das hipóteses ocorre o conhecimento das propriedades e leis objetivas.” (KOPNIN, 1978, p. 250). Contraditoriamente, a atividade que funda o homem enquanto ser social, humanizando-o, se transforma em instrumento de opressão, de sacrifício, alienando a vida do trabalhador.

A qualificação humana diz respeito ao desenvolvimento de condições físicas, mentais, afetivas, estéticas e lúdicas do ser humano (condições omnilaterais) capazes de ampliar a capacidade de trabalho na produção dos valores de uso em geral como condição de satisfação das múltiplas necessidades do ser humano no seu devenir histórico. Está, pois, no plano dos direitos que não podem ser mercantilizados e, quando isso ocorre, agride-se elementarmente a própria condição humana. (FRIGOTTO, 2003, p. 31 e 32).

As concepções e propostas dessa burguesia industrial para a educação, nesse sentido, não estão prioritariamente articuladas com os padrões tecnológicos nem com as demandas de qualificação, mas sim com os padrões de acumulação do capital, com ênfase, neste caso, nos interesses, objetivos e metas do desenvolvimento econômico e do processo de industrialização brasileiro. Tanto que, conforme destaca Rodrigues (1998), sempre fez parte das preocupações deste empresariado industrial consolidar, por si só, dentro de suas entidades, a suas proposições pedagógicas voltadas para os trabalhadores da indústria. São estes os indícios que começam a descortinar as representações do empresariado acerca da formação humana.

Assim, para além da pseudoconcreticidade da práxis utilitária, a formação humana implica em “(con)formar” os indivíduos, atendendo às demandas da sociedade – que por sua vez também são determinadas pelo Estado e pelos interesses econômicos que o cercam. Mas que formação humana é essa? Daí a necessidade do materialismo, da observação empírica:

pensar a formação humana a partir dos projetos empresariais que nela se focam. Neste caso, observação empírica centrada nos projetos e diretrizes educacionais do empresariado industrial. Para isso, é necessário então, articular as dimensões que configuram este contexto: social, político e econômico.

Apesar de todas as particularidades e diferenciações de como a produção é organizada, é perceptível que o desenvolvimento econômico industrial possui traços gerais e o que se destaca, neste cenário, é a constante busca de adequação e/ou (con)formação de trabalhadores – que constitui a *Pedagogia Industrial* e principal diretriz dos projetos educacionais do empresariado industrial e que são imprescindíveis para que tal desenvolvimento se concretize.

No entanto, nessa perspectiva analítica, é impossível descartar as prováveis formas de resistência presentes neste aspecto, de modo a apontar que, fazendo uma analogia ao pensamento de Marx, é entremeio a esta formação que se encontram os germes de sua autodestruição. Essa nova configuração da força de trabalho não é um processo passivo e homogêneo, mas complexo, constantemente mutável e conflituoso.

Ou seja, objetiva-se aqui defender a tese que os projetos e ações empresariais que em conjunto constituíram a *Pedagogia Industrial*, estavam articulados às concepções políticas e econômicas do desenvolvimento no Brasil, acompanhando o movimento das crises cíclicas do capital em âmbito nacional, no caso, a crise política e econômica do período do regime militar, visto que o disciplinamento para o trabalho imposto por tais concepções no âmbito da indústria atendia a formação humana do trabalhador voltada para acumulação do capital em geral e do capital industrial em específico. Tal processo se materializou num quadro socioeconômico e político fundamentando em um Estado forte, atuando em defesa da esfera privada, a partir de pactos firmados com o empresariado industrial, atuando na ampliação de força de trabalho de maneira articulada às peculiaridades do Estado Brasileiro – sob as vias da dialética da dependência ou do capitalismo dependente.

Este desenvolvimento econômico possui caráter combinado pelas relações desiguais e também combinado entre a economia mundial e a economia nacional que dependem do contexto de internacionalização do capital. Em outras palavras pode-se afirmar que a economia brasileira encontra-se condicionada ao desenvolvimento dos países desenvolvidos. Como pano de fundo, a Teoria do Capital Humano juntamente com os imperativos do sistema de produção capitalista, vêm respaldando a legitimação, entre os trabalhadores, do discurso da individualização do sucesso e do fracasso, na medida em que (con)forma estes indivíduos às demandas do capital: inserção e/ou manutenção de trabalhadores precarizados em postos também precarizados.

A especificidade da ação econômica, numa sociedade em que as decisões são “descentralizadas”, é definida pelo caráter crucial das antecipações do grupo social que detêm o controle da riqueza e que deve decidir o seu uso a partir do critério da vantagem privadas. Por um lado, os planos individuais de utilização da riqueza não podem ser pré-reconciliados; de outra parte, os resultados não-intencionais do turbilhão de ações egoístas modificam irremediavelmente as circunstâncias em que as decisões foram concebidas. (BELLUZZO, 2011, p. 1)

Além disso, entende-se também que esses estudos são de significativa importância para a análise da consolidação da *Pedagogia Industrial*, que por sua vez, corresponde à formação dos trabalhadores mineiros mediante a estrutura educacional posta pela FIEMG em parceria com o SENAI-MG e o SESI-MG. Acredita-se que estas análises estão distantes do seu esgotamento, porém, desde pesquisas anteriores (SANTOS, 2008), oferece contribuição para o desenvolvimento de análises e pesquisas posteriores. Cabe aqui, contribuir com as investigações que contemplam o empresariado industrial e sua influência na organização do sistema educacional do país e de Minas Gerais. Afinal, tanto a empresa quanto os empresários constituem as categorias-chave que expressam a concretude e dinâmica do sistema capitalista de produção na realidade social. E como se sabe, os parâmetros que norteiam a educação são frutos desse movimento.

O fato de ter como eixo norteador os projetos educacionais gestados e concretizados pelo empresariado industrial representado pela FIEMG, parte do pressuposto de que a educação sempre teve destaque dentre as preocupações empresariais – que ficou nitidamente notável na análise da fonte primária (Revista Vida Industrial). Embora fosse negado o caráter de investimento lucrativo aplicado à dimensão educacional, sabe-se que ele sempre esteve à frente dos interesses das classes produtoras. Tanto que,

Desde as preocupações de Adam Smith sobre a questão da mão invisível que regia o mercado, passando pela proposta de uma educação mais diversificada e constante de Condorcet, chegando aos princípios da educação liberal contemporânea de adequação de mão-de-obra, a partir da especialização e da disciplina, inerente à proposta taylorista, tem se destacado o papel do Estado como responsável pela educação básica, voltada para a preparação do trabalhador, em vista de aumentar a sua eficiência, adaptabilidade, além de uma outra subordinação total aos imperativos da produção, mesmo tendo como contraponto as escolas particulares voltadas para o outro lado: o dos futuros dirigentes das linhas de produção. É necessário pontuar sobre essa questão as iniciativas das organizações empresariais para criar centros de formação específicos, também de nível “básico” e “médio”, como o SENAI e outros. Destaca-se também, atualmente, as propostas pedagógico-industriais, no sentido de formar o trabalhador nas próprias fábricas. Na

verdade, a luta de classes nas fábricas deve ser analisada em torno da relação entre a teoria e prática, dos detentores do saber analítico – engenheiros – e funcional – discurso técnico e operativo. (ALMEIDA, 2003, p. 49).

O investimento na educação, em conformidade com a Teoria do Capital Humano, teve uma importância fundamental no favorecimento dos primórdios do processo de industrialização em Minas Gerais, haja vista que era urgente a necessidade de capacitar trabalhadores para atuar na indústria, ou seja, educar o “cidadão trabalhador” para a sociedade industrial (SANFELICE, 2007, p. 555). E posteriormente, mediante os esforços de expansão da indústria, não foi diferente, fazendo-se ainda presente a necessidade de “educar o trabalhador”, ou, em outras palavras, a necessidade de se estabelecer a *Pedagogia Industrial*.

A FIEMG foi fruto de um projeto industrial impulsionado pelo nacional desenvolvimentismo, enquanto projeto político voltado para o Estado de Minas Gerais, de caráter essencialmente urbano-industrial, sem, no entanto, romper com as elites agrário-exportadoras ou com o discurso em base agrária. Com isso, é possível constatar que este trabalho procura privilegiar em suas análises, a presença da ação empresarial nos projetos educacionais voltados para o processo formativo de trabalhadores para a indústria brasileira (*Pedagogia Industrial*) – o que por sua vez pode revelar não somente este aspecto aqui priorizado, como também as especificidades do empresariado nacional e mineiro e a maneira pela qual eles se despontam, concomitantemente, frutos e agentes do processo de acumulação do capital.

Isso implica reconhecer o Estado típico de uma sociedade de classes, que representa os interesses hegemônicos das classes dirigentes, nas quais se encontram as classes produtoras e dentre elas, o empresariado industrial – um instrumento de manutenção da ordem burguesa. É por isso que a educação, segundo as análises realizadas na pesquisa de mestrado (SANTOS, 2008) não era a mesma para todos. Era a educação burguesa, restrita às limitações econômicas, históricas, políticas, ideológicas e sociais do capitalismo, expressando um projeto educacional das elites (BRAVERMAN, 1980, p. 103). Este projeto, voltado para uma reconfiguração do sistema educacional adaptado às necessidades da economia avançada e competitiva é das elites, no sentido que:

Seriam os grupos que inovam, mobilizam, organizam, dirigem, explicam e põem em prática. O povo, as massas, os grupos e classes sociais são induzidos a realizar as diretrizes estabelecidas pelas elites modernizantes e deliberantes. Daí a necessidade de alfabetizar, profissionalizar, urbanizar, secularizar, modificar instituições e criar novas, reverter expectativas e outras diretrizes, de modo a viabilizar a execução e dinamização dos

objetivos e meios de modernização, modernos, modernizantes. (IANNI, 2004, p. 101).

Este projeto hegemônico se estabelece no interior das relações sociais – movimentos econômicos, políticos e culturais, que demandam o desenvolvimento de um amplo processo pedagógico, por meio do qual a classe objetiva ser dirigente, lançando mecanismos de persuasão e exercício da força. Logo, o projeto das elites é o que Kuenzer (1989) denomina de “Pedagogia da Fábrica”, ou alternativa pela qual a classe burguesa busca consolidar o seu projeto hegemônico.

Afinal, como aponta Sanfelice (2007, p. 544), o que parece bom para as elites – independentemente de estarem decadentes ou dependentes, é considerado bom para seus próprios interesses e, conseqüentemente, deve ser bom também para cada cidadão. Está em voga então o papel da *Pedagogia Industrial* em preparar o trabalhador para agir conforme as ordens ditadas por aqueles que se encontram no topo hierárquico da estrutura produtiva, de modo arevelar uma educação fragmentada, adaptável ao modelo produtivo vigente. Controle este passível de questionamentos, em contraposição à resistência das classes trabalhadoras a este contexto.

Ao defender a importância da educação como elemento fundamental para o desenvolvimento de uma economia competitiva, o empresariado deve levar em consideração que as ações e projetos por ele desenvolvidos mediante a FIEMG, obstaculizariam uma melhor distribuição de renda e acentuariam a diferença entre classes – ainda que provoquem certa ascensão social de parte dos seus trabalhadores, não que este fosse o seu objetivo central, mas sim em detrimento das instalações das bases necessárias para a concretização deste processo.

Portanto, a relevância da pesquisa se justifica pelo fato que a atuação da FIEMG, em conjunto com o SENAI-MG e o SESI-MG, é primordial para a expansão industrial brasileira e para a consolidação do desenvolvimento dependente e associado – fato este que merece ser analisado de modo crítico e aprofundado.

No primeiro capítulo deste trabalho, foi elaborado um estado da arte da categoria de análise central dos estudos aqui desenvolvidos: a “formação humana” pensada a partir dos pressupostos do materialismo histórico dialético, visando a reconstrução de conceitos e significados do que consiste a formação de trabalhadores na lógica de acumulação de capital rumo à efetivação de uma *Pedagogia Industrial*. Dando continuidade à pesquisa anterior (SANTOS, 2008), na qual se pensou a educação para a indústria no contexto do nacional desenvolvimentismo, trata-se daqui por diante, em problematizar não somente a educação

para a indústria, mas, por um lado a formação humana em sua integralidade e por outro sob o viés do empresariado – a formação humana enquanto *Pedagogia Industrial*. Trata-se do estabelecimento de um debate ontológico e epistemológico do trabalho enquanto princípio educativo, que se finaliza com a discussão acerca da Teoria do Capital Humano e suas implicações sociais no processo de formação humana enquanto investimento produtivo.

No segundo capítulo, as análises aqui desenvolvidas são continuadas a partir de uma contextualização acerca do empresariado industrial e sua proposta de desenvolvimento dentro da delimitação histórica das reflexões aqui desenvolvidas. Em termos pormenores, este capítulo vem analisar, a partir de três marcos ocorridos entre 1961 e 1974 (o crescimento econômico pós-desenvolvimentista, a consolidação do regime militar e seu consequente período pós-milagre e, por fim, a período do milagre econômico, no qual se destacou o I Plano Nacional de Desenvolvimento), o processo de desenvolvimento econômico brasileiro e mineiro, enfatizando o processo de industrialização e de configuração do Estado, que são peculiares à realidade em questão. Para isso, foi realizado um levantamento histórico da formação, do fortalecimento e das ações do empresariado industrial com ênfase no desenvolvimento econômico em debate, de maneira articulada à caracterização da política social e econômica deste período. Uma vez estabelecidas as bases do desenvolvimento em debate, foi lançada a tentativa de compreender a formação da burguesia no país. Com isso, foi possível compreender, questões posteriores, que apontaram o Estado e as peculiaridades a ele inerentes, o empresariado industrial e a relação entre ambos na lógica do desenvolvimento econômico circunscrito ao contexto de vai de 1961 a 1974.

No terceiro capítulo, as análises se iniciaram a partir do principal desdobramento do desenvolvimento econômico consolidado no Brasil no período de 1961 a 1974, que corresponde à formação do capitalismo dependente, desigual e combinado. Foi assim que a discussão estabelecida até essa parte permitiu compreender que o desenvolvimento econômico brasileiro efetivou-se pelas vias da dependência e da desigualdade, conduzindo o país para a condição de subdesenvolvimento. Após a construção da base de entendimento acerca do desenvolvimento no Brasil, consequentemente, compreendeu-se esse mesmo movimento, no âmbito de Minas Gerais, que desembocou a modernização tardia e a mineiridade (expressão das especificidades do desenvolvimento econômico do estado, rumo à diversificação econômica). Por fim, a discussão acerca da formação humana foi analisada com ênfase nas demandas de qualificação e de disciplinamento do trabalhador para as necessidades específicas da indústria e do capital industrial, em consonância com os imperativos da acumulação de capital – tendo em vista a consolidação da *Pedagogia*

Industrial, que expressou, dessa forma, o pensamento empresarial mineiro no período histórico aqui analisado.

No terceiro e último capítulo, foi estabelecida uma minuciosa análise dos planos e ações educacionais do empresariado industrial mineiro representado pela FIEMG. As fontes primárias³ foram coletadas (no Centro de Memória do Sistema FIEMG e na Biblioteca do SESI-G) e selecionadas tendo como referência o recorte histórico da pesquisa (analisou-se todas as edições da Revista Vida Industrial de 1961 a 1974) e o foco apenas no que se relacionava à educação/formação humana. E, em detrimento da delimitação histórica, essa análise foi subdividida em três partes: o período pós-desenvolvimentista; a crise política e econômica e o desencadeamento do golpe militar; o “Milagre Econômico”. Foi justamente essa análise das fontes que descortinou a percepção de elas constituem o que aqui foi designado de *Pedagogia Industrial* – a representação de educação do empresariado mineiro enquanto respostas, por parte da indústria, ao processo de desenvolvimento econômico no Brasil, em que pese, especificamente, à fase final da expansão da industrialização, . Assim, as fontes analisadas revelaram uma série de planos, programas, estudos e ações de formação humana que expressaram os fundamentos e os aspectos da *Pedagogia Industrial*.

Estabelecem-se, portanto, diferentes lógicas, do âmbito estatal, do âmbito político e do âmbito econômico, que vêm intensificar o processo de acumulação do capital, mas que ao mesmo tempo, carregam consigo, em suas contradições, as possibilidades de se construir a formação humana para além da *Pedagogia Industrial* e do capital, rumo à uma pedagogia do trabalho.

³Também foram analisadas as fontes secundárias da FIEMG, porém, foi na investigação das fontes primárias que se destacaram os projetos e ações educacionais do empresariado industrial mineiro, que em suma se encontram nas publicações da Revista Vida Industrial.

CAPÍTULO 1

(RE)CONSTRUINDO CONCEITOS E SIGNIFICADOS: “ESTADO DA ARTE” DA CATEGORIA FORMAÇÃO HUMANA SOB A PERSPECTIVA DO MATERIALISMO HISTÓRICO DIALÉTICO

O período histórico entre 1961 a 1974 foi marcado por uma série de mudanças acarretadas, sobretudo, pelo dinamismo próprio do desenvolvimento econômico brasileiro, de maneira a exigir constantes reconfigurações do processo de trabalho no âmbito das relações de produção (em específico da indústria), de caráter essencialmente educativo. Trata-se de um tempo histórico no qual se destaca, na dimensão econômica, o movimento do capital e de suas crises cíclicas, onde se sobressaíram dois períodos de auge (1961 e 1973) e entremeio a eles, no ano de 1966, um período de recessão gestado durante o regime militar. Por conseguinte, a realidade histórica pertinente a estes contextos despende dois elementos mediadores, tais quais: o trabalho e a educação no contexto da indústria.

Enquanto o trabalho é elemento básico de formação do homem, a partir do seu princípio educativo e do seu sentido dialético, a educação consiste na mediação elementar da vida social em qualquer espaço do globo. O trabalho consiste na “força motriz” e a educação, por seu turno, consiste no elo de articulação ou mediação – ambos das práticas inerentes ao estágio das forças produtivas em suas interfaces com as relações sociais de produção.

Partindo do pressuposto e do desafio de estabelecer o “estado da arte” da categoria “formação humana” do, e para o trabalhador da indústria, faz-se necessário pensar o que está em debate nos tempos em questão (1961 a 1974), com ênfase nos projetos que o empresariado traçou para a indústria brasileira e mineira a partir dos pressupostos econômicos e políticos dessa época.

Na junção dialética entre trabalho e educação, há dois pontos a serem destacados:

1) A produção e reprodução da existência humana é fortemente marcada e determinada pelos aspectos econômicos, uma vez que esta dimensão é mister para o desenvolvimento das demais dimensões da vida do indivíduo.

2) Entretanto, a educação e o trabalho vão muito além da vertente econômica e sua operacionalização, de maneira que desembocam diferentes sentidos e significados.

Por outro lado, na perspectiva da filosofia da Educação, a formação humana, em termos gerais e históricos, perpassa por três etapas distintas: 1) Na Antiguidade grega e Medievalidade latina, o seu referencial foi a ética, uma vez que formação humana, implicava

no ideal humano centrado no aprimoramento ético-pessoal, enquanto finalidade última da educação; 2) Em tempos modernos, a formação humana corresponde à inserção do indivíduo na sociedade; 3) Essencialmente política, a formação humana em tempos de contemporaneidade, requer a reflexão filosófica acerca da transformação do modo de se ver a educação, uma vez que a dimensão da formação humana consiste, concomitantemente, na afirmação, negação e superação das perspectivas éticas e políticas da educação, colocando na ordem do contexto a maneira pela qual vem sendo construído o sujeito humano em determinado tempo histórico e social. É notável que, em todas as etapas, há brechas para as contradições e complexidades.

Nesse sentido, é importante problematizar, no que se refere a este tempo em questão, o conceito de formação humana a partir de: sua totalidade, suas contradições, suas rupturas e continuidades, enquanto fenômeno, enquanto aparência e essência. Para isso, há a necessidade de se debater a formação humana, a partir de categorias específicas ou pressupostos do materialismo histórico dialético, tais quais, práxis, economia, liberdade, necessidade etc.

O que é perceptível, em termos amplos, é que a formação humana possui diversas dimensões, que por sua vez, estão diretamente atreladas ao contexto social, histórico, político e econômico no qual elas estão imersas. Dessa forma, é notável o quanto foram e vão sendo transformadas as concepções que o próprio homem fez e faz do seu ideal de humanização, que por sua vez, trazem em seu bojo, uma essência classista, na qual a concepção de formação humana é vista de forma enviesada. É nesse sentido que Severino (2006) destaca que na cultura ocidental, a educação corresponde ao processo de formação humana ou humanização do homem que não nasce pronto.

[...] o sentido desta categoria envolve um complexo conjunto de dimensões que o verbo *formar* tenta expressar: constituir, compor, ordenar, fundar, criar, instruir-se, colocar-se ao lado de, desenvolver-se, dar-se um ser. [...] seu sentido mais rico é aquele do verbo reflexivo, [...] que é uma ação cujo agente só pode ser o próprio sujeito. Converte apenas em transformar... (SEVERINO, 2006, p. 621, grifos do autor).

Juntamente com a ascensão do capitalismo, instauram-se no processo produtivo, diferentes maneiras de organizar a produção, tendo sempre como foco o aumento da lucratividade. Consequentemente, os projetos de formação humana postos aos trabalhadores da indústria em uma lógica política e econômica específica, partindo da problematização do próprio conceito (de formação humana), necessitam ser analisados em conjunto com as proposições do empresariado, no que concerne à *Pedagogia Industrial* e ao desenvolvimento

econômico fundamentado no capitalismo dependente. A partir deste amplo cenário, foi possível captar os diferentes significados e sentidos contraditórios deste processo de formação de trabalhadores, que em sua totalidade correspondem às contradições da formação humana.

1.1 Humanização do homem em suas contradições: os pressupostos da formação humana

Um dos objetivos gerais do presente trabalho consiste em desenvolver o “estado da arte” da categoria “formação humana”. Trata-se de construir esta categoria a partir de um conjunto de fundamentos alicerçados no materialismo histórico dialético, de maneira a articular os seus diferentes sentidos e significados aos seus respectivos aspectos sociais, políticos e econômicos.

Nesse sentido, os projetos educacionais empresariais se explicam na totalidade das relações sociais do seu tempo.

Totalidade significa: realidade como um todo estruturado, dialético, no qual ou do qual um fato qualquer (classes de fatos, conjuntos de fatos) pode vir a ser racionalmente compreendido. [...] Os fatos são conhecimento da realidade se são compreendidos como fatos de um todo dialético [...] se são compreendidos como partes estruturais do todo. (KOSIK, 1989, p. 36)

Dessa forma, apreender a categoria “formação humana” implica em pensa-la a partir de suas contradições, a qual se apresenta, numa articulação dialética, ao constituir, concomitantemente, a formação integral do homem enquanto possibilidade de engajamento na luta pela construção de uma sociabilidade para além do capital e forma de sociabilidade humana propriamente capitalista.

Kosik (1989) nos possibilita o entendimento acerca da dialética da totalidade do concreto que, em outras palavras, expressa que o foco não está somente no fenômeno ou exclusivamente na essência, mas na junção de ambos.

Captar o fenômeno de determinada coisa significa indagar e descrever como a coisa em si se manifesta naquele fenômeno, e como ao mesmo tempo nele se esconde. Compreender o fenômeno é atingir a essência. Sem o fenômeno, sem a sua manifestação, e revelação, a essência seria inatingível. (KOSIK, 1989, p. 12)

Porém, não basta captar o fenômeno e compreender a sua essência, pois, se a segunda não for problematizada a partir de sua totalidade, mas de maneira isolada ou fragmentada, ela novamente se aproxima da superficialidade do fenômeno, afastando-se do núcleo interno essencial que é inerente ao seu conceito. Logo, faz-se necessário problematizar a formação humana em suas contradições, em sua totalidade, analisando-a tanto do âmbito de sua integralidade, quanto no viés de seu enquadramento às prerrogativas do capital.

Deste modo, é primordial, no início deste debate, a problematização acerca de qual o fenômeno e qual a essência da formação humana? “Como o homem percebe os objetos isolados? Como únicos e absolutamente isolados? Ele os percebe sempre no horizonte de um determinado todo, na maioria das vezes não expresso e não percebido explicitamente.” (KOSIK, 1989, p. 25).

Essa indagação, em outras palavras, consiste em um dos grandes desafios deste estudo, em captar o fenômeno e a essência e não apenas de maneira unilateral e linear, que vem pormenorizar uma ou outra dimensão. É uma pergunta de cunho filosófico, na qual os pressupostos para sua(s) resposta(s), nas palavras de Kosik (1989, p. 229), somente se efetivarão “Quando o homem estiver compreendido na estrutura da realidade e a realidade for entendida como totalidade de natureza e história [...]”. É aí que está o cerne do desafio: responder a concepção de homem, de formação humana que se tem, a partir da estrutura específica de uma realidade analisada a partir de sua totalidade: a formação humana sob a ótica do empresariado industrial, de 1961 a 1974.

Até porque, há uma relação dialética entre o fenômeno e a essência, ainda que ambos sejam contraditórios. Pensar dialeticamente implica em ambos os elementos, que quando são compreendidos se transformam numa totalidade. E como desdobramento, ao final, objetiva-se, portanto, consolidar o entendimento do fenômeno e a compreensão da essência dos fatos: entender o fenômeno designado de “formação humana”, para posteriormente e/ou concomitantemente, compreender a essência da “formação humana”. Trata-se de conferir continuidade aos estudos que ao longo da construção de conhecimento científico, vêm lançando reflexões neste âmbito, no intuito de entender e compreender a formação do homem, a partir de questionamentos que convergem com os objetivos e finalidades deste estudo.

Formar integralmente o homem. Mas, o que significa exatamente isso? Pode-se definir esse conceito de modo a que seja um ideal válido para todos os tempos e lugares? Parece que não. Então, o que significaria isso, hoje? E como articular, hoje, a atividade educativa com uma formação humana integral? Muitas perguntas. (TONET, 2006, p. 10)

São estas as questões que, compartilhando com o mesmo ponto de vista de Tonet (2006), permeiam este estudo, que particularmente, vem tentar responde-las na delimitação circunscrita ao trabalhador da indústria, de modo que, o segundo questionamento, tem sua resposta no fato de o conceito de formação humana tem um aspecto amplo, de formação integral, que se articula e se aproxima ao ideal de educação ou de sociabilidade de plena realização dos indivíduos a partir do acesso aos bens materiais e espirituais necessários para esta formação.

Tendo como pressuposto que o conhecimento é a separação entre o fenômeno e a essência, faz-se necessária a decomposição da categoria analítica em questão, para que ela seja captada e compreendida. Uma vez que o raciocínio dialético é imprescindível para esta reflexão, para atingir a essência da categoria “formação humana”, é indispensável que o fenômeno também seja compreendido.

A atitude primordial e imediata do homem, em face da realidade, não é a de um abstrato sujeito cognoscente, de uma mente pensante que examina a realidade especulativamente, porém a de um ser que age objetiva e praticamente, de um indivíduo histórico que exerce a sua atividade prática no trato com a natureza e com os outros homens, tendo em vista a consecução dos próprios fins e interesses, dentro de um determinado conjunto de relações sociais. (KOSIK, 1989, p. 9-10).

O que contextualiza a formação humana enquanto objeto de estudo é fato de que, o que lhe confere sentido é justamente o homem enquanto ser histórico. Por conseguinte, a formação humana somente existe porque o homem também existe e, além disso, trata-se de um ser histórico, o qual, analisado a partir das categorias do seu tempo histórico, reflete em determinado estágio das relações sociais de produção e de desenvolvimento das forças produtivas.

Talvez nenhuma palavra tenha expressado tão bem a ideia de formação humana como a palavra grega Paidéia. Paidéia exprimia ideal de desenvolver no homem aquilo que era considerado específico da natureza humana: o espírito e a vida política. Mas, por isso mesmo, essa formação era privilégio apenas de alguns poucos, os cidadãos. Além disso, excluía todo tipo de atividades – as que lidavam com a transformação da natureza – que não fossem condizentes com essa natureza propriamente humana (TONET, 2006, p. 10).

Ou seja, as raízes da formação humana são de origem grega, a partir do termo “paidéia”, o qual representa a amplitude do desenvolvimento potencial humano, entretanto, desde seu início, de cunho desigual e excludente. Nas palavras de Severino (2006, p. 621,

grifos do autor), há os subsídios de reflexão sobre essa essência da formação humana: “Quando se fala, pois, em educação para além de qualquer processo de qualificação técnica, o que está em pauta é uma autêntica *Bildung*, uma *Paidéia*, formação de uma personalidade integral.”.

Trata-se, por seu turno, de uma perspectiva unilateral de formação humana. “Daí porque a formação se dirigia apenas àquelas pessoas que, não precisando trabalhar, podiam dedicar-se integralmente às atividades de cunho espiritual.” (TONET, 2006, p. 10). Essa percepção de desenvolvimento da natureza humana corresponde então, aos fundamentos da cultura grega clássica que, em suma, indicam a formação do homem a partir do corpo e do espírito – ora com ênfase em um (exercícios físicos), ora com ênfase em outro (faculdades espirituais). Nessa concepção de formação humana, o trabalho não era levado em consideração, uma vez que a atividade de transformação da natureza era reservada apenas àqueles que se encontravam em condição tida como “inferior” (TONET, 2006).

Vê-se, assim, que ao longo da história, foi extenso o período marcado por uma cisão entre o trabalho material e as atividades espirituais – que inclusive, até hoje, ainda se faz presente mesmo nas mais modernas fábricas capitalistas, nas quais, gérmens do modelo fordista de organização da produção, ainda se mantêm vivos no sistema. Entretanto, com o advento do capitalismo, a formação humana teve seu sentido alterado: o trabalho passou a ser considerado como principal atividade, enquanto meio de produzir mercadoria, sendo peça chave para a acumulação do capital (TONET, 2006). Entretanto, permanece seu sentido ideal, de atividade criativa, externalizadora das potencialidades humanas.

Este novo sentido da formação humana encontra seus fundamentos nas contribuições de Marx, considerada como uma “concepção radicalmente nova” (TONET, 2006), focada tanto da dimensão objetiva, quanto subjetiva que constituem o homem enquanto ser social. Nessa perspectiva, tem-se como pressuposto pensar o homem dentro do seu contexto histórico e social e, no caso da formação humana, corresponde à dimensão material e espiritual deste indivíduo dentro do referido contexto. Ou seja, na perspectiva teleológica a formação humana, corresponde ao domínio do homem sobre a natureza e sobre si mesmo.

Com isso, é possível então, apreender mais um significado de formação humana: “Trata-se, muito mais, de uma determinada forma de atividade dos indivíduos, determinada forma de manifestar sua vida, determinado *modo de vida* dos mesmos.” (MARX; ENGELS 1987, p. 27, grifos dos autores). Por isso, os significados e sentidos da categoria formação humana são diversos e até mesmo contraditórios: é constituído por determinantes históricos, que fazem parte do homem em si e da sociedade na qual ele vive. Em suma, a formação

humana, em sua amplitude, consiste na maneira, na forma pela qual seus meios de vida são produzidos.

O fato, portanto, é o seguinte: indivíduos determinados, que como produtores atuam de um modo também determinado, estabelecem entre si relações sociais e políticas determinadas. É preciso que, em cada caso particular, a observação empírica coloque necessariamente em relevo – empiricamente e sem qualquer especulação ou mistificação – a conexão entre a estrutura social e política e a produção. A estrutura social e o Estado nascem constantemente do processo de vida de indivíduos determinados, mas destes indivíduos não como podem aparecer na imaginação própria ou alheia, mas tal e como *realmente* são, isto é, tal e como desenvolvem suas atividades sob determinados limites, pressupostos e condições materiais, independentes de sua vontade. (MARX; ENGELS, 1987, p. 35-36, grifos dos autores)

O trabalho, sob o sentido do materialismo histórico dialético se constitui enquanto prerrogativa essencial e indispensável da “humanização do homem”, ou seja, o homem somente se torna ser social, a partir do processo de trabalho que executa, que por sua vez, se realiza em um contexto sócio histórico e econômico específico. Assim, o homem se constitui na história a partir de sua práxis, ou de seu agir prático coletivo.

O trabalho, como força engendradora do indivíduo humano e meio de produção e reprodução da existência, pressupõe a presença efetiva dessa rede de relações sociais com um mínimo de equidade e liberdade, o que exige a permanente luta política revolucionária contra todas as formas históricas de opressão, numa sociedade burguesa e capitalista, hierarquizada e cristalizada em classes sociais com interesses objetivos conflitantes. (SEVERINO, 2006, p. 628)

Mais do que emprego e/ou atividade laborativa, o trabalho, nas palavras de Kosik (1989, p. 180, grifos do autor) é “[...] um *processo* que permeia todo o ser do homem e constitui a sua especificidade.” Somente por meio desta atividade, ou seja, do processo de trabalho, é que se viabiliza a possibilidade de compreensão do que é trabalho em suas diferentes formas e manifestações e de quem é o homem. Consequentemente, também é possível compreender a realidade humana em suas várias dimensões, inclusive o que é a formação humana. O trabalho, dessa forma, é o sentido da vida humana e, por conseguinte do próprio homem e da sociedade à qual ele pertence (KOSIK, 1989). Eis, portanto, o caráter teleológico do trabalho, que em síntese, confere a humanização ao homem, afastando-o de sua animalidade. Por isso, no trabalho, ocorre a mediação dialética, isto é, um processo que se traduz na unidade das contradições.

[...] o modo de abordar o processo do trabalho, que fomos buscar na distinção do próprio processo, sob a condição de que nele não se observe apenas a esporádica ou isolada metamorfose da animalidade em humanidade, mas se descubra a metamorfose em geral. (KOSIK, 1989, p. 183).

A partir da nitidez excludente e desigual estabelecida pelas classes sociais antagônicas próprias do sistema de produção capitalista e do rápido desenvolvimento das forças produtivas, evidencia-se ainda mais a natureza contraditória presente na relação do trabalho com a natureza,

O trabalho superou o nível da atividade instintiva e é agir exclusivamente humano, transforma aquilo que é dado natural, inumano e o adapta às exigências humanas; ao mesmo tempo realiza os fins humanos naquilo que é natural e no material da natureza. (KOSIK, 1989, p. 184).

O trabalho é assim, ação objetiva do homem. Nessa perspectiva, a partir do trabalho, o homem alcança a objetivação e o objeto de seu trabalho é humanizado. E esta humanização é definida a partir das relações que o homem estabelece com a natureza e com a sociedade. Eis aqui a essência da formação humana: o homem é formado justamente com a finalidade da objetivação do seu trabalho, o que lhe confere o status de ser social, enquanto que, por outro lado, pensando nas contradições existentes, ele é também formado para humanizar seu objeto de trabalho, fato este, alienante. O trabalho humano objetivado e o produto da força deste trabalho é (des)humanizada, a ponto de ter “vida própria”.

[...] a propriedade privada, com a divisão do trabalho, também deu origem ao fenômeno da alienação, do qual participam não apenas os explorados, mas também os exploradores. Os explorados, por motivos óbvios. Os exploradores, porque seu acesso à riqueza acumulada pressupõe uma relação que reduz à desumanização a maior parte da humanidade. Além disso, porque a divisão do trabalho faz com que eles mesmos sejam levados a privilegiar o lado espiritual e a menosprezar a atividade que é o fundamento por excelência do ser social, que é o trabalho. Por tudo isso, a formação dos próprios exploradores não pode deixar de ser unilateralizante e, de certa maneira, deformada. (TONET, 2006, p. 13).

No caso especificamente, do objeto de estudo em questão, os explorados são os milhares de trabalhadores constituintes de parte significativa das indústrias e os exploradores consistem no empresariado, cuja formação também é corrompida.

Assim, não há mais essência divorciada da existência; o homem se define essencialmente pela produção, e pelo trabalho; desde que começa a produzir define-se como humano, distinto dos animais e, ao transformar a natureza e produzir-se a si mesmo, faz história, que é a da produção da vida material a partir da produção dos meios de existência. (KUENZER, 1989, p. 34)

O que o capitalismo deixa de forma nítida e, contraditoriamente, de maneira oculta, é a incompatibilidade entre o seu discurso “igualitário” de que todos têm o direito a uma formação integral e a realidade marcada pela exclusão dos meios que viabilizariam essa formação e pela própria formação em si, que a estes indivíduos é disponibilizada, tal qual como ocorrem no âmbito da *Pedagogia Industrial*. Essa preparação para o trabalho e no trabalho é imersa de elementos superficiais e ideológicos correspondentes à formação de mão-de-obra para o capital. Eis então, o caráter mercadológico da força de trabalho que está imbuído nesta dinâmica de modo naturalizado, apresentando por ora o pleno atendimento aos interesses reprodutivos do capital. “Na humanização da natureza e na objetivação (realização) dos significados, o homem constitui o mundo humano. O homem vive no mundo (das próprias criações e significados), enquanto o animal é atado às condições naturais.” (KOSIK, 1989, p. 184).

O fenômeno expresso nesta relação presente entre “explorados” e “exploradores”, consolida a formação humana enquanto forma de sociabilidade sob a égide do capital, que em sua essência, por sua vez, vem afirmar uma pseudo sociabilidade regida pelo capitalismo, haja vista que para ser autêntica e atingir esta essência, faz-se necessária a supressão do capital.

Consequentemente, para Kosik (1989), o trabalho em seu sentido filosófico é sinônimo do agir objetivo do homem, voltado para a constituição da realidade humano-social e em seu sentido econômico; é a atividade que cria uma forma histórica, particular e social de riqueza. Além disso, o trabalho tem também seu sentido existencial, uma vez que ele também se desdobra na subjetividade humana. “A *praxis* é tanto objetivação do homem e domínio da natureza quanto realização da liberdade humana.” (KOSIK, 1989, p. 205).

Há três momentos que podem e devem ser contraditórios entre si, a partir da divisão do trabalho: a força de produção, o estado social e a consciência.

Com a divisão do trabalho, na qual todas estas contradições estão dadas e que repousa, por sua vez, a divisão natural do trabalho na família e na separação da sociedade em diversas famílias opostas umas às outras, dá-se o mesmo tempo a *distribuição*, e, com efeito, a distribuição *desigual*, tanto quantitativa como qualitativamente, do trabalho e de seus produtos. [...] Além disso, divisão do trabalho e propriedade privada são expressões idênticas: a primeira enuncia em relação à atividade, aquilo que se enuncia

na segunda em relação ao produto da atividade. (MARX; ENGELS, 1987, P. 46, grifos do autor).

A divisão do trabalho traz consigo, contraditoriamente, a distribuição que, por sua vez, é de essência desigual, pois tanto o trabalho quanto os produtos não estão acessíveis a todos os indivíduos independentemente de serem proprietários dos meios de produção e/ou proletários – situação na qual os interesses coletivos se misturam com interesses individuais. “[...] a tragédia da existência histórica do homem como despossuído de sua essência pela alienação do trabalho imposta pelas ‘leis’ da produção material.” (SEVERINO, 2006, p. 627)

A relação conflituosa que emerge entre o interesse individual e o interesse coletivo é supervisionada, por conseguinte, pelo Estado, tendo em vista que se trata de uma sociedade de classes e na qual se trava, nos diferentes espaços e dimensões sociais, a luta de classes.

O homem é sujeito histórico real, que a partir da produção e reprodução do sistema, estabelece a infra e a superestrutura. Com isso, se estrutura uma realidade social que confere ao homem justamente seu caráter histórico e social, implicando na formação humana no sentido de “humanização do homem” enquanto indivíduo dotado de potencialidades e sentidos. Coube, a princípio, investigar nesse processo, qual o lugar histórico que a formação humana ocupa na sociedade: ou seja, não há lugar histórico, há lugares históricos com diferentes sentidos que, dialeticamente, ao longo no emaranhado histórico, vêm delineado as características complexas e contraditórias que compreendem este amplo processo educativo.

Na perspectiva do cientificismo e à práxis que lhe corresponde, o que interessa não é o homem bom ou mau, mas que sempre é moldável: ao homem sempre é possível atribuir uma forma, ou seja, uma formação humana. Logo, este homem moldável pode ser tornar instrumento de manipulação fundamental na ciência. É, portanto uma forma histórica de manipulação a qual fundamenta os princípios da *Pedagogia Industrial* proposta pelo empresariado e suas respectivas entidades representativas.

Nessa perspectiva, a práxis também é uma das categorias constituintes da formação humana uma vez que é a esfera do ser humano, ou seja, nas palavras de Kosik (1989, p. 201), “[...] formadora e ao mesmo tempo forma específica do ser humano.”.

Tomando como ponto de partida do trabalho, considerados como o ato ontológico-primário do ser social, Marx constata que este ser não se define pela espiritualidade, mas pela práxis. Ora, esta última, é exatamente uma síntese de espírito e matéria, de subjetividade e objetividade, de interioridade e exterioridade. Na realidade, ele mostra que entre interioridade e exterioridade não há uma relação de exclusão, nem de soma, mas uma

relação de determinação recíproca. Desta determinação recíproca é que resulta a realidade social. (TONET, 2006, p. 11).

A realidade humano-social é criada pela práxis que humaniza o homem por meio do trabalho, que também é práxis e ao mesmo tempo se constitui por meio dela. Assim, ela se desdobra na formação humana porque,

[...] na sua essência e universalidade é a revelação do segredo do homem como ser ontocriativo, como ser que cria a realidade (humano-social) e que, portanto, *compreende* a realidade (humana e não-humana, a realidade na sua totalidade). A *praxis* do homem não é atividade prática contraposta à teoria; é determinação da existência humana como elaboração da realidade. (KOSIK, 1989, p. 202).

Por isso, problematizar a formação humana enquanto atividade educativa voltada para o trabalho remete à necessária articulação ao contexto da sociedade capitalista contemporânea juntamente com seus imperativos. Ou seja, desde as suas raízes, o termo carrega consigo uma contradição: implica no desenvolvimento integral do homem, porém, vem como uma proposta inalcançável por muitos, ou melhor, pela maioria. Assim, o trabalho enquanto atividade essencialmente humana e transformadora da natureza se perde no contexto no qual se predomina sua dimensão técnica, própria da sociedade capitalista. Ora, na perspectiva do materialismo histórico dialético é impossível pensar o trabalho e a formação humana sem considerar as suas contradições.

Quando o capitalismo entrou em cena, houve uma profunda mudança nessa ideia da formação humana. [...] O trabalho passou a ser privilegiado como a atividade principal. Não, porém, o trabalho como uma atividade criativa, explicitadora das potencialidades humanas, mas o trabalho como simples médio de produzir mercadorias e, especialmente, a mercadoria das mercadorias, que é o dinheiro. (TONET, 2006, p. 10-11)

O sentido da formação humana, nessa lógica, está direta e contraditoriamente articulado à discussão acerca do trabalho tanto no seu sentido ontológico, no qual essa atividade funda o homem enquanto ser social, quanto no seu sentido alienante, próprio da sociedade de classes. Essa sociedade, por um lado, acelera o desenvolvimento das forças produtivas e a riqueza intelectual, entretanto, por outro lado, exclui o acesso da maioria dos indivíduos à riqueza material obtida.

A formação humana, em profundidade, em seu sentido de projeto de formação integral do homem no seu sentido ontológico e teleológico, perpassa pela criação dessa realidade humano social, no que concerne à reprodução intelectual e espiritual da realidade.

Conhecemos o mundo, as coisas, os processos somente na medida em que os “criamos”, isto é, na medida em que os reproduzimos espiritualmente e intelectualmente. Essa reprodução espiritual da realidade só pode ser concebida como um dos muitos modos de relação prático-humana com a realidade, cuja dimensão mais essencial é a criação da realidade humano social. (KOSIK, 1989, p. 206).

Nessa lógica, a formação integral do homem está diretamente articulada ao princípio da totalidade, à educação integral e/ou omnilateral e à própria essência da categoria de formação humana:

Integral vem de *integralis*, de *integer*, que em latim significa “inteiro”. O elemento *omnis* também vem do latim e significa tudo. Assim, educação ou formação omnilateral quer dizer desenvolvimento integral, ou seja, por inteiro, de todas as potencialidades humanas. Significa a livre e plena expansão das individualidades, de suas dimensões intelectuais, afetivas, estéticas e físicas, base para uma real emancipação humana. Uma formação integral (por inteiro) objetiva o alcance da omnilateralidade (a formação completa). Contrapõe-se, portanto, à educação instrumental, especializada, tecnicista e discriminatória. Busca o alcance da relação dialética entre teoria e prática, visa incrementar as ciências, as humanidades, as artes e a educação física na formação do educando. A formação omnilateral é reivindicada pela concepção de educação politécnica e de escola unitária, como meio para a consolidação da perspectiva do amplo desenvolvimento e emancipação do sujeito. (FIDALGO & MACHADO, 2000, p. 126, grifos do autor)

A partir da totalidade, que pertence ao homem e à sua relação com a realidade humano-social, é que se encontram, em termos de essência, as possibilidades para a consolidação da formação humana, nas palavras de Kosik (1989, p. 207) “[...] possibilidade da linguagem e da poesia, da pesquisa e do saber.”.

O que possui sentido, deste modo, não são as ações humanas por si próprias, mas sim em relação à sua realidade humano-social. Ou seja, a história se consolida como processo dialético e os homens são apenas instrumentos da dialética histórica.

Entre liberdade e necessidade, enquanto a primeira é suposta, a segunda, a ela articulada é fictícia. “A liberdade não é um estado; é uma atividade histórica que cria formas correspondentes de convivência humana.” (KOSIK, 1989, p. 221). Os homens agem na história e aparentemente fazem-na em busca de realização própria. É na história que o homem é humanizado. Portanto, a história é criada pelo homem e, além disso, foi instaurada na sociedade a necessidade de que esta criação tenha continuidade. A realidade precisa do

homem e o homem precisa da realidade (a realidade é do homem e o mundo é projeção humana).

Em síntese, a natureza e a função social da educação se inicia na atividade trabalho, que funda o homem enquanto ser social. Logo, o trabalho também é de caráter essencialmente social e o homem, ao nascer, não possui em termos inatos suas condições de humanidade, na medida em que elas são construídas no decorrer da produção e reprodução da existência do indivíduo. A educação, portanto, em seu sentido amplo, se define enquanto atividade e/ou ação que possibilita aos indivíduos o aprendizado dos conhecimentos necessários para que o homem seja considerado enquanto tal, tornando-se efetivamente, humanizado. Eis então, a possibilidade de articulação entre formação humana e educação.

1.2 Trabalho como princípio educativo: a ontologia da formação humana

Na Ideologia Alemã, Marx e Engels (1987, p. 27) apontam dois elementos essenciais para a investigação do significado da formação humana: de um lado, está o homem, enquanto “O primeiro pressuposto de toda história humana é naturalmente a existência de indivíduos vivos.” Ou seja, o homem se organiza enquanto indivíduo para se relacionar com o meio em que vivem, visto que, de acordo com o modo de produção vigente, tem suas particularidades próprias.

Por outro lado, são vários os fatores que distinguem os homens dos demais animais, “[...] tão logo começam a produzir seus meios de vida, passo esse que é condicionado por sua organização corporal. Produzindo seus meios de vida, os homens produzem, indiretamente, sua própria vida material.” (MARX; ENGELS 1987, p. 27). Relacionando os dois elementos, é perceptível que a formação humana, em sua dimensão ampla, consiste justamente na articulação de ambos os princípios fundamentais: o homem, para viver produzindo e reproduzindo as suas condições materiais de existência, necessita trabalhar. Ao fazer isso, automaticamente se distingue dos demais animais, não pelo seu exercício de pensamento e/ou sua intelectualidade, mas pela maneira que ele produz seus meios de vida. Por fim, para que todo este processo se efetive, há um aprendizado que historicamente vem adquirindo cada vez mais complexidade, tanto quanto o sistema, o modo de produção, a maneira de organizar a produção, também se complexificam. “[...] essa situação degradada do momento histórico-social que atravessamos só faz aguçar o desafio da formação humana, necessária pelas

carências ônticas e pela contingência ontológica dos homens, mas possível pela educabilidade humana.” (SEVERINO, 2006, p. 621)

A essência ontológica da formação humana é, por seu turno, a essência ontológica do homem, por sua vez alicerçada na atividade trabalho. “[...] a essência do trabalho humano está no fato de que, em primeiro lugar, ele nasce em meio à luta pela existência e, em segundo lugar, todos os seus estágios são produtos da autoatividade do homem.” (LUKÁCS, 1984, p. 2). Ou seja, no que concerne à essência da categoria “formação humana”, se situa o princípio educativo do trabalho, tanto enquanto representação da potencialidade humana – elemento essencial e fundante do homem enquanto ser social, quanto instrumento do empresariado na captação e apropriação da força de trabalho necessária para a produção da indústria.

O trabalho em sua complexidade compreende a atividade que funda o homem enquanto ser social, distanciando-o da sua animalidade. Nesse sentido, para Marx, o trabalho está presente em todas as sociedades, por ser atividade essencialmente humana que vem suprir as necessidades dos indivíduos no seu cotidiano, assumindo historicamente diferentes formatos e características. Por conseguinte, fundamentado na contribuição de Marx e em sua respectiva defesa da centralidade do trabalho, Luckás (1984) aponta que,

A aranha realiza operações que se parecem com as do tecelão, a abelha faz corar de vergonha muitos arquitetos ao construir as suas células de cera. Mas o que distingue, essencialmente, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu a célula na sua cabeça antes de fazê-la em cera. No fim do processo de trabalho aparece um resultado que já estava presente desde o início na mente do trabalhador que, deste modo, já existia idealmente. (LUKÁCS, 1984, p. 3)

É por isso que o trabalho humaniza o homem, ou seja, a essência da formação humana situa-se no trabalho enquanto elemento central, que fundamenta a existência dos indivíduos em sociedade.

Mais importante, porém, é deixar claro o que distingue o trabalho neste sentido das formas mais evoluídas de práxis social. Neste sentido mais originário e mais restrito, o trabalho é um processo entre atividade humana e natureza: seus atos tendem a transformar alguns objetos naturais em valores de uso. (LUKÁCS, 1984, p. 20)

O trabalho, além de promover a humanização do homem, ele faz que este se distancie do aspecto instintivo inerente aos demais animais, justamente pelo fato que antes de executar

sua atividade consolidando o processo de trabalho, o homem idealiza/projeta em sua mente a execução deste ato, associando-a à(s) finalidade(s) última desta ação.

Enquanto o homem adapta a natureza em função da satisfação das suas necessidades, o animal adapta-se à natureza, desfrutando das condições que ela oferece. Ou seja, a construção realizada por um homem é resultado da objetividade de sua subjetividade e também é influenciada pelas relações sociais às quais ele é constantemente submetido. [...] essa é a positividade do trabalho. (SANTOS, 2005, p. 1-2).

Eis então, o fundamento da centralidade do trabalho: o sentido teleológico do trabalho – a protoforma de uma práxis social que permite que o homem produza e reproduza suas condições de existência, em consonância com o estágio específico de modo de produção determinado pela relação entre as forças produtivas e as relações sociais de produção.

Por meio do trabalho, da contínua realização de necessidades, da busca da produção e reprodução da vida societal, a consciência do ser social deixa de ser epifenômeno, como a consciência animal que, no limite, permanece no universo da reprodução biológica. A consciência humana deixa, então, de ser uma mera adaptação ao meio ambiente e configura-se como uma atividade autogovernada. (ANTUNES, 2002, p. 138)

Da mesma forma que o trabalho é a essência da existência social do homem, também o é para a formação humana. Se sua essência ontológica está no fato desta atividade ser de modelo para compreender outras posições sócio-teológicas, é porque o trabalho, enquanto forma originária, também fornece todos os indicativos para a compreensão da totalidade da formação humana: a teleologia do trabalho também implica na formação do indivíduo, enquanto ser social e enquanto trabalhador, enquanto meio de alcançar determinadas finalidades, quais sejam, a favor da humanização integral do indivíduo e/ou da sua formação meramente para o trabalho, subordinado aos interesses do capital.

O trabalho, entendido em seu sentido mais *genérico* e *abstrato*, como produtor de *valores de uso*, é expressão de uma relação metabólica entre o ser social e a natureza. No seu sentido primitivo e limitado, por meio do ato laborativo, objetos naturais são transformados em coisas úteis. Mais tarde, nas formas mais desenvolvidas da práxis social, paralelamente a essa relação homem-natureza desenvolvem-se inter-relações com outros seres sociais, também com vistas à produção de valores de uso. Emerge aqui a práxis social interativa, cujo objetivo é *convencer outros seres sociais a realizar determinado ato teleológico*. Isso se dá porque o *fundamento das posições teleológicas intersubjetivas tem como finalidade a ação dos seres sociais*. (ANTUNES, 2002, p. 139, grifos do autor)

Por meio do trabalho, o homem transforma a natureza e a si mesmo a partir da execução desta atividade. Ou seja, o homem transforma os produtos do seu trabalho a partir de sua própria práxis social (atividade laborativa) e também a própria natureza humana. Estas primeiras modificações, apresentam consigo, os indícios da formação humana: o “transformar” o homem, já consiste no princípio educativo do trabalho.

Este domínio do corpo humano pela consciência, que afeta uma parte da esfera da sua consciência, isto é, dos hábitos, instintos, emoções etc., é um requisito básico até no trabalho mais primitivo, e deve dar uma marca decisiva na representação que o homem forma de si mesmo. [...] E a busca de uma vida cheia de sentido, dotada de autenticidade, encontra no trabalho seu *locus* primeiro de realização. A própria busca de uma vida cheia de sentido é socialmente empreendida pelos seres sociais para sua auto-realização individual e coletiva. (ANTUNES, 2002, p. 142, grifos do autor).

A formação humana vem possibilitar, desenvolver, estimular a consciência e o domínio do corpo enquanto requisito para o trabalho. Entretanto, este domínio, em sua essência, encontrado no próprio indivíduo, é apropriado pelas “mãos” de outrem, a serviços do seu próprio interesse, distanciando e até mesmo ausentando os sentidos na vida dos homens. Neste caso, o indivíduo produz a si mesmo a partir do seu trabalho, atividade que é viabilizada a partir dos fundamentos da formação humana.

[...] a humanidade é capaz de uma infinita variedade de funções e divisão de funções com base nas atribuições da família, do grupo e sociais. [...] Mas quanto a homens e mulheres, quaisquer padrões instintivos de trabalho que possam ter possuído nos inícios de sua evolução, há muito foram atrofiados ou afogados pelas formas sociais. [...] *A unidade de concepção e execução pode ser dissolvida.* A concepção pode ainda continuar e governar a execução, mas a ideia concebida por *uma pessoa* pode ser executada *por outra*. A força diretora do trabalho continua sendo a consciência humana, mas a unidade entre as duas pode ser rompida no indivíduo e restaurada no grupo, na oficina, na comunidade ou na sociedade como um todo. (BRAVERMAN, 1980, p. 53-54)

Nesse sentido, o trabalho varia de acordo com diversos arranjos próprios do momento histórico no qual ele se encontra, de maneira que, apesar de ser uma atividade desenvolvida a partir da própria consciência humana, ela pode ser corrompida por uma força externa – enquanto há os que executam, há, em nível hierárquico superior, quem governa esta execução. E a formação humana, por sua vez, se situa no fato de que a atividade dos que executam é “moldada” por aqueles que governam estas ações.

Portanto, a dimensão negativa do trabalho o revela como fator de coisificação da potencialidade humana no capitalismo, como atividade que foi transformada em labor, sacrifício, objetificação, devido à sobreposição de sua dimensão quantitativa em relação à qualitativa. (SANTOS, 2005, p. 2)

Assim, o trabalho é um princípio educativo fundamental para a existência e humanização do homem, porque se trata do elemento fundamental que confere sentido ao complexo movimento histórico, haja vista que para dominar e humanizar a natureza, é preciso produzir e aumentar a vida material e espiritual de cada um.

Entretanto, o trabalho em seu sentido dialético, possui concomitantemente, duas faces contraditórias, que compreendem a totalidade do que é homem: da mesma forma que o processo de trabalho se desdobra em produtos inacreditáveis e funcionais, no capitalismo, ele também provoca, junto com isso, a miséria e desigualdade entre os homens, ao precarizar a vida dos indivíduos a partir de sua atividade fundamental e inerente à sua existência.

Por certo, o trabalho humano produz maravilhas para os ricos, mas produz privação para o trabalhador. Ele produz palácios, porém choupanas é o que toca ao trabalhador. Ele produz beleza, porém para o trabalhador só fealdade. Ele substitui o trabalho humano por máquinas, mas atira alguns dos trabalhadores a um gênero bárbaro de trabalho e converte outros em máquinas. Ele produz inteligência, porém também estupidez e cretinice para os trabalhadores. (MARX, 2004, p. 7)

O homem enquanto ser social corresponde ao “[...] processo de produção e reprodução da realidade social, vale dizer, é ‘práxis’ histórica da humanidade e das formas da sua objetivação.” (KOSIK, 1989, p. 176). Além disso, por meio da práxis, o homem estabelece sua relação com o mundo da totalidade, ultrapassando sua animalidade. “A *praxis* humana objetivante e objetivada sob o aspecto das forças produtivas, da linguagem, de formas de pensamento etc., existe como *continuidade da história apenas* em relação com a *atividade dos homens*.” (KOSIK, 1989, p. 218, grifos do autor).

Dessa forma, para Fidalgo e Machado (2000) o trabalho concreto é sinônimo de trabalho útil, que, particularmente, no modo de produção capitalista, a partir da divisão do trabalho, vem adquirindo expressiva variedade e significado sob o domínio do capital, de maneira que o trabalhador não possui autonomia para executar a referida atividade de acordo com suas intencionalidades e interesses. E justamente, sob o domínio do capital, a *Pedagogia Industrial* se consolidou enquanto projeto de formação humana, proposto e efetivado pelo empresariado industrial.

No entanto, no decorrer do processo de trabalho, fazem-se presentes as manifestações de resistência e demais possibilidades para que, dentro do próprio sistema capitalista de produção, exista o espaço para que o trabalho concreto se efetive de maneira independente do domínio do capital.

Isso significa encontrar nesse espaço outra lógica de produção, através da qual o trabalhador cria projetos pessoais, produz valores de uso e saberes, experimenta sua inteligência, estabelece relações, realiza sua humanidade. [...] O pensar e o fazer, a concepção e a execução, o intelectual e o manual jamais se separam na atividade humana. (SANTOS; MACHADO, 2000, p. 336).

O trabalho abstrato, por sua vez, implica justamente na atividade dominada pela lógica de produção capitalista, ou seja, consiste no processo do qual resultam as mercadorias. A característica básica de qualquer mercadoria, por sua vez, é que ela possui valor e que, para isso, foi necessária determinada quantidade de trabalho humano para que ela fosse produzida.

Quando a relação social é a troca, os termos relacionados não são os indivíduos empenhados no trabalho, ou seja, não são diretamente os trabalhos, que dessa maneira seriam imediatamente sociais; ao contrário, são diretamente as coisas que, como tais, se convertem em mercadorias e apenas imediatamente os indivíduos aos quais se apresenta o vínculo social e se contrapõem como um vínculo “coisal” externo. (NAPOLEONE, 2000, p. 122)

Ou seja, o trabalho abstrato está circunscrito à produção de valor das mercadorias, que é mensurado a partir do tempo socialmente necessário para este processo. Com isso, independentemente de suas especificidades e/ou do trabalho concreto, todas as mercadorias são reduzidas ao valor que representam.

A capacidade real de produção objetivou-se e materializou-se na economia automatizada da sociedade, na ciência e na tecnologia, instituições sociais do progresso e da produção e é natural que cada indivíduo, **na sua qualidade de ser social**, tendo contribuído ao longo da história para o progresso dessa ciência e dessa tecnologia, e de um modo geral para a criação de bens materiais, veja nessa produção objetivada uma parte vital de si mesmo. **A atitude relativamente à produção automatizada e aos seus meios não mais pode ser a do proprietário privado, que seria absurda e insustentável, mas uma atitude de caráter coletivo e social.** (MARX, 1980, p. 26, grifos do autor).

Neste caso, a centralidade do trabalho abstrato nos permite compreender a subordinação da formação humana aos imperativos da produção da riqueza e/ou acumulação

de capital em geral e em específico, do capital industrial, por meio da *Pedagogia Industrial*, que representa os planejamentos, ações e estratégias do empresariado industrial voltadas para a formação do trabalhador da indústria, seja no próprio local de trabalho (que é priorizado), seja em instituições educacionais específicas.

Certamente, a formação humana é sempre histórica e socialmente datada. Por isso mesmo não é possível definir, de uma vez para sempre, o que ele seja como se fosse um ideal a ser perseguido. Porém, como o processo de tornar-se homem do homem não é apenas descontinuidade, mas também continuidade, é possível apreender os traços gerais dessa processualidade, traços esses que, não obstante a sua mutabilidade, guardarão uma identidade ao longo de todo o percurso da história humana. (TONET, 2006, p. 12)

Consequentemente, a produção destas mercadorias se apresenta, no nível de fenômeno, a despersonalização do trabalhador e da atividade que ele executa (MACHADO, 1989, p. 34). Logo, o trabalho concreto é subordinado ao trabalho abstrato, embora seja possível, dentro do próprio sistema capitalista, a efetivação de trabalho concreto desvencilhado do trabalho abstrato.

Quando os trabalhos dos indivíduos não são trabalhos imediatamente coletivos – ou seja, quando são trabalhos independentes e privados, de onde o peso da constituição da sociedade se remete integralmente à coisa, ao produto – é necessário que o produto, à sua determinação material como objeto de uso, seja valor, isto é, poder aquisitivo geral ou dinheiro; o trabalho que não imediatamente coletivo e sim privado chega a ser coletivo à medida que se torne produtor de dinheiro, isto é, converte-se em coletivo pela adoção da forma de valor por parte do produto; porém, já que em virtude dessa adoção todos os produtos são iguais, ou seja, riqueza genérica, precisamente dinheiro, assim todos os trabalhos, como produtores de dinheiros, são igualados, parcela de um trabalho genérico ou comum por si mesmo; portanto, o trabalho individual, ou seja, o trabalho concreto, útil, determinado, converte-se em coletivo à medida que se transforma em seu oposto, em trabalho *abstrato*. Quando a relação entre os homens é uma relação mediada pelas coisas – ou seja, quando a relação social é um vínculo material tornado independente dos indivíduos que a ele são sujeitos como uma relação externa –, os indivíduos são sociais apenas à medida que são genéricos, separados da própria individualidade determinada, isto é, apenas à medida que sua realização pelo trabalho seja uma realização mediante trabalho abstrato. (NAPOLEONE, 2000, p. 124, grifos do autor)

O caráter social do trabalho, na lógica do capital, é associado ao fato de que ele também consiste numa atividade geradora de dinheiro – este é, nessa dimensão, o seu caráter coletivo. “O capital implica, por definição, que o crescimento da força produtiva do trabalho se apresente como o crescimento de uma força exterior ao trabalho e como o enfraquecimento

do trabalho.” (MARX, 1989, p. 46). E a força de trabalho vendida pelo indivíduo, enquanto produto, é determinada pela produção coletiva e não um produto particular e determinado.

O caráter social da atividade, a forma social do produto e a participação do indivíduo na produção apresentam-se aqui como algo alheio e com caráter de coisa em face dos indivíduos; não como seu estar reciprocamente relacionado, mas sim como seu estar subordinado a relações que subsistem independentemente deles e nascem do choque de indivíduos reciprocamente diferentes. (NAPOLEONE, 2000, p. 121)

Com isso, é possível observar que, a formação humana está presente em ambas dimensões do trabalho. No trabalho concreto, enquanto labor, é mister que o indivíduo apreenda as técnicas necessárias para prover os bens os quais precisa em seu dia a dia. O trabalho útil, ou seja, em sua concreticidade, necessita da formação humana, para que possa se aperfeiçoar e acompanhar os movimentos históricos que delimitam este processo. E essa formação humana, no caso específico da indústria, corresponde à *Pedagogia Industrial*.

O trabalho, sob os imperativos do capital, se torna contraditório e desconfigurado, uma vez que o trabalhador perde sua autonomia mediante sua prática laboral. Nesse aspecto, a formação humana pode ser elemento acirrador de tal desconfiguração do trabalho e/ou elemento emancipador dessas condições alienantes: a formação humana pode, deste modo, assumir a forma de profissionalização e/ou qualificação profissional, ou formação para a vida em sociedade (pedagogia do trabalho).

Levando-se em conta que as condições objetivas do trabalho são essenciais para a realização do próprio, quando o trabalhador está separado dessas condições, o trabalho também acha-se separado dele; e nesta (e por esta) separação é trabalho abstrato, ou seja, trabalho apartado da subjetividade dos detalhes particulares, estabelecido como substância da qual os particulares, os trabalhadores, não são mais que a personificação. (NAPOLEONI, 2000, p. 127).

A formação humana, nesse aspecto, está voltada para os trabalhadores, que consiste na personificação do seu trabalho. Do ponto de vista do empresariado, essa perspectiva de formação humana vai ao encontro do que se pode designar de “tecnificação da educação”: os trabalhadores da indústria são formados não pela integralidade do homem enquanto ser social, mas pela mera atividade de executam dentro da empresa, ou seja, a ele é destinado o aprendizado das técnicas necessárias à intensificação e eficácia do processo de trabalho e também o disciplinamento tanto do trabalho em si, quanto da vida voltada para o trabalho. Eis aqui, portanto, a definição da categoria aqui designada de *Pedagogia Industrial*.

Por outro lado, o trabalho abstrato, que representa, sob a lógica do capital, o valor, e não necessariamente o trabalho humano que vem antes deste aspecto quantitativo, também tem consigo, a formação humana. A formação humana no trabalho abstrato aponta, por exemplo, os projetos educacionais fomentados pelo empresariado industrial para a formação de trabalhadores, que também desemboca na consolidação da *Pedagogia Industrial*. Aqui a complexidade está no fato de que se trata de uma formação desumanizadora e individualizante, que é a formação para o mercado de trabalho: caso essa formação não obtenha êxito, a culpa é individualizada e destinada ao próprio indivíduo.

Na sociedade burguesa, ao contrário, ode é proclamada a igualdade natural, supõe-se que a educação deveria propiciar a todos os indivíduos aquela formação integral [...]. Quando isso não acontece, as causas desse insucesso não são buscadas na matriz da sociabilidade burguesa, que é o capital, mas em inúmeros outros fatores, como má administração, falta de recursos, desinteresse, etc. (TONET, 2006, p. 17)

Aqui, o processo de trabalho consiste na mediação entre o homem e a natureza e na respectiva dimensão ambígua que há na articulação dialética entre ambos: até que ponto se dá a extensão dessa abstratividade? A extensão ou desdobramento do trabalho abstrato, por seu turno, é a alienação.

O *trabalho abstrato* é o trabalho unilateral, maquinal, e, evidentemente, é o resultado da divisão do trabalho sob as condições da concorrência. [...] Mas o preço desse desenvolvimento é a “redução da maior parte dela [da humanidade] ao trabalho abstrato”, porque as condições de concorrência sob as quais esse desenvolvimento se realiza são alienantes. [...] Para o trabalhador isso significa não somente que ele não encontra nenhuma satisfação humana em seu trabalho, por estar “corpórea e espiritualmente reduzido à máquina – e de um homem [é reduzido] a uma atividade abstrata e uma barriga”, mas significa também que, ao “descer à [condição de] máquina”, ele se encontra perante a máquina como diante de uma “nova concorrência”. (MÉSZÁROS, 2006, p. 134, grifos do autor).

O estranhamento do homem em relação ao seu trabalho, negando aquilo que produziu e apropriado pelos donos dos meios os quais lhe permitem e viabilizam a execução desta ação, que por sua vez é considerada por ele mesmo penosa, limitadora, entretanto indispensável para a produção e reprodução das relações sociais e da própria existência deste indivíduo.

O que constitui a alienação do trabalho? Primeiramente, ser o trabalho externo ao trabalhador, não fazer parte de sua natureza, e por conseguinte,

ele não se realizar em seu trabalho mas negar a si mesmo, ter um sentimento de sofrimento em vez de bem-estar, não desenvolver livremente suas energias mentais e físicas mas ficar fisicamente exausto e mentalmente deprimido. O trabalhador, portanto, só se sente à vontade em seu tempo de folga, enquanto no trabalho se sente contrafeito. Seu trabalho não é voluntário, porém imposto, é trabalho forçado. Ele não é a satisfação de uma necessidade, mas apenas um meio para satisfazer outras necessidades. Seu caráter alienado é claramente testado pelo fato, de logo que não haja compulsão física ou outra qualquer, ser evitado como uma praga. O trabalho exteriorizado, trabalho em que o homem se aliena a si mesmo, é um trabalho de sacrifício pobre, de mortificação. Por fim, o caráter exteriorizado do trabalho para o trabalhador é demonstrado por não ser o trabalho dele mesmo mas trabalho para outrem, por no trabalho ele não se pertencer a si mesmo mas sim a outra pessoa. (MARX, 2004, p. 8).

O trabalhador, mediante essa discussão contraditória acerca do trabalho abstrato, empobrece na medida em que produz a riqueza a partir do seu trabalho e quanto mais cria bens, mais arraigado se torna enquanto mercadoria cada vez mais desvalorizada. “O trabalho não cria apenas objetos; ele também se produz a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, de, deveras, na mesma proporção em que produz bens.” (MARX, 2004, p. 5).

O produto do trabalho humano, que sob os imperativos do capital, se torna alheio ao seu produto, torna-se objetificado e a apropriação deste mesmo produto, pelo capitalista, é dessa forma a alienação.

A alienação do trabalhador em seu produto não significa apenas que o trabalho dele se converte em objeto, assumindo uma existência externa, mas ainda que existe independentemente, fora dele mesmo, e a ele estranho, e que com ele se defronta como uma força autônoma. A vida que ele deu ao objeto volta-se contra ele como uma força estranha e hostil. (MARX, 2004, p. 6)

O produto do trabalho, agora com vida própria, estranho ao homem que lhe produziu, se faz com que além de desapropriar-se deste trabalhador, se distancie diretamente até dos seus meios de subsistência, uma vez que está alienado – além de ser subvalorizado pela máquina, indivíduo ainda concorre com ela.

Esta alienação se dá em dois planos: o subjetivo e o objetivo. Considerada do ângulo subjetivo, a alienação significa o não reconhecimento de si nos seus produtos, na sua atividade produtiva e nos demais homens, que lhe surgem como seres estranhos e exteriores a si. Independentemente do que possa sentir o operário, a alienação tem um conteúdo objetivo, evidenciado pela sua pauperização material e espiritual em contraste com a riqueza que produz; o trabalho alienado, além de produzir mercadoria, produz a força de trabalho como mercadoria. O produto do trabalho se traduz em pro meio de subsistência e não em uma atividade vital; o operário é separado do seu

produto e dos meios de produção, que são apropriados pelo capitalista. (KUENZER, 1989, p. 33)

Consequentemente, é perceptível que a alienação acarretada pelo trabalho, também está presente no processo de formação humana. Quais os objetivos e finalidades do indivíduo sair em busca de sua formação? A opção e/ou delimitação de sua qualificação é decidida por aquilo que ele gosta ou pelas demandas do mercado de trabalho ou por ambos? Geralmente, da mesma forma que o produto do trabalho é estranho ao trabalhador, a busca e os resultados a serem obtidos com a sua formação também lhe são estranhos, pois não lhe pertencem, mas sim às demandas que lhe são impostas pelo próprio capital. Bem como o trabalho alienado é penoso, a formação do trabalhador também o é: em plena valorização do mundo das coisas em detrimento de desvalorização do mundo do homem, a formação humana também se torna objetificada. Eis, portanto a formação humana para o capital, ou a *Pedagogia Industrial* para a indústria. “Mas, mesmo na forma alienada, o homem está na práxis e na história; ambas lhe permitem a negação do trabalho alienado e a conquista do trabalho criador, constituindo-se no ponto de partida para a construção de novas relações sociais, de um mundo humanizado.” (KUENZER, 1989, p. 33).

A própria sociedade coloca aos indivíduos, desde muito cedo, que o trabalho e a ascensão profissional comumente estão articulados aos estudos, ao processo de aprendizagem, numa perspectiva cujos elementos de maneira geral, que caracterizam a educação e os diferentes espaços educativos (família, escola, empresa, sindicato, federação etc.) são voltados para a formação do indivíduo para seu convívio social e para o seu trabalho. “A educação tem duas funções principais numa sociedade capitalista: (1) a produção das qualificações necessárias ao funcionamento da *economia*, e (2) a formação dos quadros e a elaboração dos métodos de controle *político*.” (MÉSZÁROS, 2006, p. 275, grifos do autor). Ou seja, a educação, em sua essência, não serve ao homem e à sua formação integral, mas à economia e à política – ambas as esferas a serviço do capital. E a *Pedagogia Industrial*, nessa lógica, é então, a educação a serviço da indústria. Enquanto, que, como fenômeno, a princípio, a educação vem servir às necessidades sociais do homem, no contexto em que vive.

Assim, além da reprodução, numa escala ampliada, das múltiplas *habilidades* sem as quais a atividade produtiva não poderia ser levada a cabo, o completo sistema educacional da sociedade é também responsável pela produção e reprodução da estrutura de *valores* no interior da qual os indivíduos definem seus próprios objetivos e fins específicos. [...] É com isso que os indivíduos “contribuem para manter uma concepção de mundo” e para a manutenção de uma forma específica de intercâmbio social, que

corresponde àquela concepção de mundo. (MÉSZÁROS, 2006, p. 263-264, grifos do autor)

A formação humana para o capital, deste modo, está diretamente atrelada ao modo de produção capitalista. É possível captar então, que não é o capital que depende da educação, mas, contrariamente, que o sistema educacional é que depende e tende a estar a serviço da ordem capitalista, trabalhando efetivamente, para a manutenção do processo de produção e reprodução do capital.

Apesar de não ser possível negar o trabalho concreto, é preciso, portanto, entender o trabalho em sua abstratividade, enquanto conjunto de relações políticas, econômicas, sociais que são de caráter classista, que permitem ao homem explorar a natureza. O trabalho abstrato é mero criador de valor e sua função última é gerar trabalho excedente sob o modo capitalista de produção (trabalho humano apropriado e explorado pelo capital). E é dentro da abstratividade do trabalho que está também a possibilidade do potencial revolucionário do trabalho.

Se estas instituições – incluindo as educacionais – foram feitas para os homens, ou se os homens devem continuar a servir às relações sociais de produção alienadas – esse é o verdadeiro tema do debate. A “contestação” da educação nesse sentido mais amplo, é o maior desafio ao capitalismo em geral, pois afeta diretamente os processos mesmo de “interiorização” por meio dos quais a alienação e a reificação puderam, até agora, predominar sobre a consciência dos indivíduos. (MÉSZÁROS, 2006, p. 275).

Logo, a problematização dos estudos em questão indica que a educação e a formação humana em debate, devem ser pensadas e repensadas para além do capital, uma vez que as próprias condições de opressão e precarização do trabalho que alimentam o capital podem sinalizar também, as possibilidades para o seu final. Afinal como Gramsci (1976, p. 381 e 382) apontou em suas análises, “A hegemonia vem da fábrica e, para ser exercida, só necessita de uma quantidade mínima de intermediários profissionais da política e da ideologia.”.

Para que isso aconteça, como aponta Mészáros (2006), o ponto de partida é justamente pensar a condição humana a partir da que historicamente vem sendo refletido, por meio das utopias educacionais do passado e que atualmente se direcionam para uma práxis centrada na estratégia educacional de âmbito socialista.

1.3 A formação humana em suas contradições: a contribuição da educação para o desenvolvimento econômico

Para compreender a perspectiva da formação humana no contexto sócio econômico capitalista, pensando os homens de seu tempo e suas respectivas percepções de educação, faz-se imprescindível estabelecer um debate no qual o investimento do processo educativo consiste em uma das condições de maximização dos lucros, além de justificar a desigualdade social. Trata-se de uma redefinição da educação em proposição aos imperativos da acumulação de capital, visando: a aplicação cada vez mais eficaz da ciência e da pesquisa na produção, a legitimação da cisão entre trabalho intelectual e trabalho manual e a justificação a hierarquia estabelecida entre as remunerações no trabalho (MACHADO, 1989).

Trata-se de problematizar a categoria “formação humana” a partir dos sentidos do trabalho e sua relação com as transformações socioculturais, econômicas e políticas e, posteriormente, identificar a referida categoria em um referencial teórico e ideológico comum.

Para isso, tornou-se necessário estabelecer o debate acerca da formação humana a partir da reflexão do sentido ontológico e alienante do trabalho, tal qual se apresentou nas seções anteriores deste estudo, para que fosse possível identificar nos princípios da economia da educação a concepção de educação propriamente dita.

Em continuidade aos objetivos propostos pela presente pesquisa, alicerçada no materialismo histórico dialético, a totalidade da formação humana em suas contradições também requer que se estabeleça a sua articulação com os sentidos do trabalho e com suas aproximações ao referencial teórico e ideológico de cunho liberal. É importante destacar que o foco dessa análise enfatiza a preocupação em aprofundar análises e estudos da categoria formação humana a partir do viés liberal e, sobretudo a partir da Teoria do Capital Humano e sua respectiva economia da educação, que, por sua vez, se tratam de referenciais ideológicos com respaldo científico. Além disso, as teses liberais trazem consigo as raízes da atual configuração da formação humana na sociedade capitalista contemporânea, por meio dos imperativos dessa política econômica. Porém, a formação humana enquanto resposta peculiar ao desenvolvimento econômico brasileiro se articula diretamente com a Teoria do Capital Humano e indiretamente com o liberalismo. Isso porque, tendo como referência as especificidades do desenvolvimento econômico brasileiro, foi possível observar que os ideais liberais não se estabeleceram em sua plenitude no caso do Brasil.

Se o entendimento do *quantum* da abertura do processo político era menos uniforme, havia, mesmo assim, um consenso de que a ampliação da escala de participação seria uma decorrência da mobilização de amplas camadas populares para o esforço de desenvolvimento e uma maneira de integrá-las no sistema. Para tanto concorreriam os valores democrático-liberais, que pareciam servir de parâmetro às elites brasileiras e estavam historicamente enraizados em sua tradição cultural. Eles iam na verdade implementando sob a forma de maior participação e aperfeiçoamento do processos político eleitoral (através, por exemplo, da cédula oficial de votação) melhor representatividade e organização sindical, resistências a pronunciamentos militares que ameaçassem uma ordem constitucional que parecia capaz de absorver e arbitrar os conflitos em jogo, e toda uma série de indicadores de aberto do processo político. (MARTINS, 1968, p. 20, grifos do autor)

Por isso, juntamente com essa sistematização encontra-se a necessidade de pensar o cerne dos moldes da economia da educação que configuram a formação humana e a *Pedagogia Industrial* propriamente dita, como fator diretamente articulado à preparação para o trabalho, que por sua vez, ainda que sob críticas profundas, delimita o processo educativo dos dias atuais – para entender o porquê de a formação humana tornar-se sinônimo de formação para o trabalho entremeio às contradições da sociedade capitalista.

Para isso é de suma importância debater e compreender o conceito de capital humano, a questão dos retornos individuais e sociais oriundos do investimento na educação e também a explicação dada às questões relativas à educação e ao emprego. Essa ênfase em compreender a formação humana sob a perspectiva do desenvolvimento econômico tem suas raízes nas estratégias de recuperação econômica dos países desenvolvidos, que pautaram três fatores (bom sistemas educacionais, estoque de recursos humanos de boa qualidade e tradição cultural), como respostas pela rápida recuperação em momentos de crise (MACHADO, 1989).

A formação humana necessita ser pensada e repensada a partir de um referencial econômico, social e histórico, que vem respaldar a materialidade da categoria na realidade social, para que posteriormente a crítica possa ser realizada. No que concerne à política econômica, a formação humana no contexto do capital tem suas raízes nos pressupostos liberais desenvolvidos por Adam Smith, justamente pelo individualismo acirrado próprio dessa vertente, que impregna o termo “formação humana”. Sob a ótica liberal, Smith (1983, p. 200), destaca que:

A rivalidade e a emulação tornam o mérito, mesmo nas profissões mais humildes, objeto de ambição, gerando muitas vezes os mais satisfatórios empenhos. Ao contrário, os grandes objetivos, por si sós, e se não forem apoiados na necessidade de aplicação, raramente têm sido suficientes para originar algum empenho considerável.

O ideal da educação divulga a formação de indivíduos críticos, participativos e criativos. Por outro lado, este discurso se perde na realidade concreta que, por sua vez, concentra suas finalidades em uma trajetória essencialmente oposta a este ideal.

Tanto que para Tonet (2006), a formação humana atual nada tem de novo. São apenas pressupostos de formação para o trabalho, adequados à lógica do modo de produção vigente, juntamente com a política econômica em voga.

É somente na era do monopólio que o modo capitalista de produção recebe a totalidade do indivíduo, da família e das necessidades sociais e, ao subordiná-los ao mercado, também os remodela para servirem às necessidades do capital. É impossível compreender a nova estrutura ocupacional – e, em consequência, a moderna classe trabalhadora – sem compreender esse fato. Como o capitalismo transformou toda a sociedade em um gigantesco mercado é [...] uma das chaves para toda a história social recente. (BRAVERMAN, 1980, p. 231)

A formação humana é então, adequada às necessidades do capital captando estrategicamente a subjetividade do trabalhador, por meio do princípio educativo do trabalho. Uma vez que o “novo”, o “moderno” é o que Braverman (1980) designa de mercadejamento, que em termos pormenores implica na transposição da lógica do mercado para as várias esferas da sociedade, dentre elas, a educacional, a formativa.

Para que isso aconteça, os princípios do liberalismo clássico pregados por Smith (1983) vêm garantir que uns exerçam controle sobre os outros. Nesse processo, o mercado é o fator que provoca a unidade entre os sujeitos, a propriedade vem justificar o Estado e, o Estado, por sua vez, pode e deve ser determinado pelo mercado. Logo, as relações coletivas são determinadas pelas leis de mercado. Tanto que a preocupação central do liberalismo não está centrada no Estado, mas sim no mercado e na economia. Somente há preocupação com o Estado se ele vier a intervir na economia.

O trabalho sob essa perspectiva é configurado pela lógica liberal: a propriedade advém do “meu” trabalho – destaca-se aqui a dimensão individual da propriedade. Com isso, quanto mais se caminha rumo a uma sociedade complexa, mais desigualdades sociais vão se concretizando. “A economia da educação surge, então, como uma justificativa teórica da necessidade de regulação do livre jogo entre a oferta e a procura dos serviços técnicos e qualificados de maneira geral. (MACHADO, 1989, p. 106)”. Ou seja, no Brasil, país no qual não se configurou efetivamente a ideologia liberal, houve a consolidação da economia da educação, que posteriormente, em 1969, desdobrou-se na Teoria do Capital Humano.

Sob a ótica marxista, é possível afirmar que o Estado é instrumento da burguesia, ou seja, é sempre um Estado de Classes. Há uma correlação de forças tanto no interior quanto no exterior do Estado/Governo.

O Estado torna-se cada vez mais intervencionista em quase todas as esferas da sociedade. Intervém, por exemplo, na produção, subvencionando, orientando, planejando e, também, através de inversões próprias. Intervém no sistema político, tornando-se cada vez mais autoritário e conservador. (MACHADO, 1989, 106)

É, nesse sentido, que a contextualização política da efetivação da Teoria do Capital Humano, se consolida por meio de um estado essencialmente nacionalista e autoritário, que se destaca no período histórico aqui analisado (1961-1974).

E as políticas sociais, por sua vez, “atenuam” o sofrimento, enquanto equalizadoras das relações sociais – lembrando que igualizar é diferente de equalizar: pois enquanto o primeiro termo tende a igualdade entre os indivíduos, o segundo tende à redução das tensões entre os diferentes grupos/classes sociais. O Estado é classista, ou seja, torna-se instrumento de uma classe. E neste contexto, segundo Tonet (2006, p. 13, grifos do autor):

[...] na sociedade burguesa é proclamada a igualdade de todos os homens por natureza. O que significa que, em princípio, todos eles deveriam poder ter acesso ao conjunto do patrimônio humano. No entanto, como isso, de fato, não é possível [...], a dissociação entre o discurso e a realidade efetiva põe-se como uma necessidade. Proclama-se o direito de todos a uma formação integral. Mas, de um lado, a maioria é excluída do acesso aos meios que possibilitariam essa formação e, de outro, essa mesma formação é definida privilegiando os aspectos espirituais: formação moral, artística, cultural, intelectual.

Por que liberdade ao invés de autonomia? Por causa da categoria “necessidade”, que a burguesia/liberais tenta se apropriar e não consegue. A liberdade remete ao corpo, ao indivíduo enquanto soberano de si mesmo e consequentemente prima pelo individualismo – somente há liberdade quando há ausência de algo. Enquanto que autonomia remete ao corpo, entretanto no seu sentido coletivo – somente há autonomia onde há um bem coletivo. Logo, na perspectiva liberal, a necessidade tem de ser controlada pela vontade, uma vez que esta consiste numa categoria individualizante. A ideia de necessidade está presente no ser humano, na natureza humana e dela não pode ser retirada.

As contribuições de Macpherson (1979) acerca do “individualismo possessivo” justificam a ênfase liberal (ou, segundo ele “Democracia liberal”) no que concerne ao

indivíduo. Segundo o autor em sua análise crítica à democracia pautada no liberalismo, a sociedade internaliza o princípio ético liberal que por seu turno, é sinônimo de garantia das liberdades individuais pela defesa do desenvolvimento das potencialidades do indivíduo. Liberdade, neste sentido, “garante” os direitos individuais de posse das próprias capacidades. Em outras palavras, o indivíduo, neste processo, se realiza em sua “liberdade” – eis, portanto, o individualismo possessivo, no qual a liberdade somente impera enquanto prerrogativa da propriedade.

O homem, no pensamento liberal, é por natureza um indivíduo em constante competição com os demais pelos bens e pelo poder. [...] Este desejo inato de competição leva os homens à procura de inovações e à criatividade. É um homem competitivo e empreendedor. Acumulará ganhos das disputas e se tornará, por isso mesmo, possessivo. Esta imagem de homem corresponde à verdadeira ideia do homem burguês, para o qual a liberdade é a liberdade de competir no mercado, nunca a de destruir o mercado. (FIDALGO E MACHADO, 2000, p. 201)

A categoria “individualismo possessivo” tem suas raízes no pensamento político burguês, numa perspectiva analítica a qual a sociedade se resume a uma sociedade é um modelo de mercado possessivo (MACPHERSON, 1979). Delimita-se, nesta lógica, que prevalece a primazia do mercado e do individualismo enquanto características peculiares a uma sociedade desigual. E o desenvolvimento da sociedade possessiva, sobrevive essencialmente deste sistema de desigualdade, a partir do “individualismo possessivo”.

Assim, a liberdade está regulada pelo poder soberano representado pelo Estado e o Estado, por seu turno, existe para regular um conjunto de liberdades individuais. E, o princípio da competitividade é a liberdade do sujeito. Por conseguinte, Friedman (1984) equipara a liberdade a uma planta rara e frágil, que é ameaçada pela concentração do poder. Por isso, o Estado é necessário para preservar essa liberdade de modo que ela se concretize, contudo, em virtude do poder estar concentrado nas mãos políticas, ele também se torna uma ameaça à liberdade, pois elas estão suscetíveis a serem corrompidas pelo referido poder. Ou seja, na perspectiva da política econômica liberal, há uma forte concentração do poder político.

1.4 A Teoria do Capital Humano e suas implicações sociais: indivíduo, liberdade e formação humana

A questão principal é que no Brasil, um Estado que não foi liberal, mas sim autoritário e nacionalista, interveio, a partir de 1961, em várias esferas, inclusive na educação, na tentativa de adaptá-la de acordo com as necessidades empresariais – haja vista à ênfase destinada à educação, enquanto pressuposto para o desenvolvimento. E o desenvolvimento econômico, por seu turno, se focou então na orientação de determinados tipos de educação e quantidades previamente definidas de componentes tanto atuais quanto futuros da força de trabalho. “Como consequência, procurou-se também colocar cada vez mais na dependência do mercado de trabalho, as transformações que estivessem ocorrendo na esfera educacional. A escola se concretiza, então, como um apêndice da empresa.” (MACHADO, 1989, p. 106). Porém, apesar do liberalismo não ter se desenvolvido plenamente no Brasil, há uma série de aspectos, ligados a essa perspectiva, que vão de encontro com essa discussão acerca da formação humana. Por isso, é importante debater tanto tais aspectos liberais, quanto a concretude da Teoria do Capital Humano no que concerne ao processo de formação humana, fomentado e consolidado pelo empresariado industrial mineiro, constituindo então, a *Pedagogia Industrial*.

Na perspectiva do Estado Liberal, a formação humana inclui também a formação para o trabalho. Contudo, ao ser analisada em profundidade, essa formação nada mais é do que sinônimo de formação de força de trabalho para o capital. Consequentemente, a formação humana passa a ser concebida de forma naturalizada, como transformação do sujeito em mercadoria, em instrumento de reprodutibilidade do capital. “Isso porque toda essa formação leva o indivíduo a aceitar como natural uma forma de sociabilidade que implica que o acesso de uma minoria esteja alicerçado no impedimento de acesso da maioria.” (TONET, 2006, p. 14) Com isso, o sentido do trabalho enquanto atividade educativa é sobreposto por outro sentido: um meio de viver e/ou sobreviver, ou seja, uma maneira de ganhar dinheiro que possibilite a manutenção das suas condições materiais de existência.

Vista como um meio para a obtenção da liberdade política, a organização econômica é importante devido ao seu efeito na concentração ou dispersão do poder. O tipo de organização econômica que promove diretamente a liberdade econômica, isto é, o capitalismo competitivo, também promove a liberdade política porque separa o poder econômico do poder político e, desse modo, permite que um controle o outro. (FRIEDMAN, 1984, p. 18).

Segundo Smith (1983), dentre seus vários deveres, o Estado possui a prerrogativa de criar e manter instituições e obras públicas, desonerando a esfera privada de participar desse processo:

O terceiro e último dever do soberano ou do Estado é o de criar e manter essas instituições e obras públicas que, embora possam proporcionar a máxima vantagem para uma grande sociedade, são de tal natureza, que o lucro jamais conseguiria compensar algum indivíduo ou um pequeno número de indivíduos, não se podendo, pois, esperar que algum indivíduo ou um pequeno número de indivíduos as crie e mantenha. (SMITH, 1983, p. 173).

Logo, a atribuição da responsabilidade de manutenção da sociedade é centrada no Estado, enquanto que o mercado delimita os padrões de “formação humana” que são necessários para a continuidade e desenvolvimento das forças produtivas e relações sociais de produção vigentes. Entretanto, neste processo, as instituições/organizações privadas são destituídas da responsabilidade de criar as condições e estruturas para que essa formação aconteça. Segundo Smith (1983), essa hegemonia é a mão invisível do mercado.

As instituições e obras públicas, dentre elas as educacionais, para Smith (1983) geram gastos que não necessitam serem pagos com a receita pública geral do país, uma vez que o objetivo é que cada uma delas gerem sua própria receita, cobrindo seus respectivos custos. Para Braverman (1981), há os que concebem e os que executam o processo de trabalho e, neste contexto o principal é que essa estrutura seja eficiente dentro da subdivisão econômica de uma empresa. Dessa forma questiona-se: qual a formação necessária para se trabalhar em uma indústria? Certamente uma formação “humana” em padrões liberais e bastante distantes de uma formação humana integral e pedagogia do trabalho propriamente dita, calcada no sentido ontológico do trabalho enquanto princípio educativo

Além disso, a preocupação primordial nesse processo é de facilitar o comércio. Ou seja, o Estado enquanto provedor das instituições públicas, deve centrar suas medidas e ações no que facilite este comércio da sociedade e na promoção da “instrução do povo”. Essa instrução se resume no que se trata e se define a formação humana sob os moldes liberais. Essa lógica utilitarista é facilmente identificada nos escritos de Smith (1983, p. 203):

Para se obter as honras de um diploma, não se exigem que uma pessoa apresente certificado de haver estudado durante determinado número de anos em uma escola pública. Se ela demonstrar, no exame, que aprendeu aquilo que nessas escolas se ensina, não se pergunta em que lugar aprendeu.

Desse modo, a formação humana na percepção das classes dominantes, é uma ideologia e no caso do empresariado industrial, corresponde à *Pedagogia Industrial*. O povo, o proletariado, a classe trabalhadora, precisa de qual formação para executar o seu trabalho? Precisa de uma formação condizente com as condições estruturais do modo de produção vigente e sua respectiva política econômica em ação. Apresenta-se então o aspecto ideológico da *Pedagogia Industrial*:

Para Marx, claramente, ideologia é um conceito pejorativo, um conceito crítico que implica ilusão, ou se refere à consciência deformada da realidade que se dá através da ideologia dominante: as ideais das classes dominantes são ideologias dominantes na sociedade (LÖWY, 1989, p. 12).

A lógica do Estado tanto para o proletariado, quanto para a burguesia, é opressora, por constituir a essência que condiciona/determina certas práticas, dentre elas, a formação humana, de modo que por meio do Estado, interesses e indivíduos são intencionalmente direcionados. E, pra isso, algo exterior adentra a mente e a subjetividade dos indivíduos.

O Estado liberal é o mediador entre os conflitos e grupos sociais, no sentido de mecanismo de controle. Nesse sentido, a política social é equalizadora e o Estado tem o papel de socializador/conciliador de tais conflitos. Com isso, sempre se planeja para o outro e não com o outro. O Estado tem o poder de pensar para o outro e pelo o outro. Os indivíduos até podem planejar com o outro, mas desde que se tenham objetivos em comum, como por exemplo, a lógica empresarial. Porém, nesse aspecto, não houve no Brasil, no período de 1961 a 1974, um Estado Liberal, mas sim indícios de uma política econômica liberal. Até porque, no âmbito político, a configuração do Estado entre as décadas de 1950 e 1970, transitou entre governos populistas e mais no seu fim, por um governo militar autoritário e conservador.

Percebe-se imediatamente que a ideologia e utopia são duas formas de um mesmo fenômeno, que se manifesta de duas maneiras distintas. Esse fenômeno é a existência de um conjunto estrutural e orgânico de idéias, de representações, teorias e doutrinas, que são expressões de interesses sociais vinculados às posições sociais de grupos ou classes, podendo ser, segundo o caso, ideológico ou utópico. (LÖWY, 1989, p. 13).

A lógica liberal implica em que todos defendam a propriedade privada, independentemente de possuí-la ou não. Por isso, no liberalismo há individualismo e não individualidade – o poder de escolha está no indivíduo (eis a democracia na lógica liberal).

Nas palavras de Macpherson (1979) a partir dos subsídios de Hobbes, este individualismo é fruto da sociedade de mercado possessivo ou sociedade de mercado

competitiva moderna – e o que a caracteriza enquanto tal se situa nos seguintes fatores: a divisão do trabalho não é impositiva; não existe sistema de auxílio baseado em recompensas ao trabalho; o cumprimento do contrato é definido e estabelecido de maneira impositiva; todos os indivíduos objetivam racionalmente tirar o máximo de proveito no seu trabalho, ou seja, todos são livres para transitar na sociedade de mercado possessivo.

Segundo Smith (1983), a democracia se constitui na materialidade de ir, de estar no mercado de forma igualitária ou poder de escolha; direito de ir ou de estar no mercado. Em continuidade, Friedman (1984, p. 22) afirma que: “A troca pode, portanto, tornar possível a coordenação sem a coerção”. Um modelo funcional de uma sociedade organizada sobre uma base de troca voluntária é a economia livre da empresa privada – que denominamos aqui, de capitalismo competitivo. Essa pseudodemocracia é então, contraditoriamente compatível com a margem de ação de um Estado centralizador e autoritário.

O mercado, incorporado pelo Estado, passa por cima de qualquer interesse. Tanto que a democracia para Smith não é feita para todos. Ora, a liberdade econômica é pressuposta para a liberdade política, e nesse contexto, o governo deve preservar a primeira liberdade por meio da segunda, centralizando o poder, agindo em parceria com o mercado. Por conseguinte, na visão de Friedman (1984) o poder econômico pode ser descentralizado, pois a economia é tida como livre – o mercado é impessoal e não possui autoridade centralizada e o capitalismo competitivo está solto na sociedade em geral. “Quanto maior o âmbito de atividades cobertas pelo mercado, menor o número de questões para as quais serão requeridas explicitamente políticas e, portanto, para as quais será necessário chegar a uma concordância.” (FRIEDMAN, 1984, p. 30)

Segundo Smith (1983), há quatro causas naturalmente geradoras da subordinação, que numa instituição civil confere aos indivíduos uma superioridade em relação aos demais. São elas: 1) Superioridade das qualificações pessoais; 2) Superioridade de idade; 3) Superioridade de fortuna; 4) Superioridade de nascimento.

Nesse sentido, torna-se relevante destacar os aspectos de formação humana que podem ser identificados nesses processos de subordinação. O primeiro deles se refere à superioridade das qualificações pessoais, engloba desde as qualificações corporais relacionadas à estética, beleza e agilidade corporal até as qualificações de espírito, relacionadas à intelectualidade, sabedoria, virtude etc.

Somente um homem muitíssimo forte consegue, pela simples força corporal, obrigar duas pessoas fracas a lhe obedecerem. Somente as qualificações do

espírito são capazes de conferir autoridade muito grande. São, porém qualidades invisíveis, sempre sujeitas a contestação, e efetivamente contestadas, em geral. (SMITH, 1983, p. 165).

Ou seja, as qualificações do espírito, justamente por conferirem mais poder ao indivíduo e por serem invisíveis, geram mais contestações. Neste sentido, a formação humana aqui, deve ser ideologicamente contestada, uma vez que na sociedade atual, a superioridade das qualificações pessoais do espírito colocadas por Smith (1983) se tornaram uma falácia. Prega-se que a superioridade está articulada à educação ou à formação humana, gerando o individualismo exacerbado e a busca desenfreada por titulações, entretanto a tão almejada ascensão na hierarquia social não é alcançada. “Onde quer que haja grande propriedade, há grande desigualdade. Para cada pessoa muito rica deve haver no mínimo quinhentos pobres, e a riqueza de poucos supões a indigência de muitos.” (SMITH, 1983, p. 164). Desse modo, a escola e a educação em si precisam ser conservadoras e, conseqüentemente, o local da transformação de pensamento, conhecimento e ciência torna-se o sindicato, o partido etc. – as matrizes de formação não estão no interior da escola, mas nas lutas, movimentos sociais etc. O Estado reproduz as injustiças e a escola é a mantenedora das injustiças. Eis aqui então, a articulação entre alguns aspectos do liberalismo e a Teoria do Capital Humano, que vem para justificar essa desigualdade no processo educativo e defender o investimento na educação a favor da acumulação do capital.

Em continuidade às reflexões aqui desenvolvidas, fica perceptível que a superioridade das qualificações pessoais se alia à superioridade de fortuna. Nessa ótica, quem mais tiver o seu espírito qualificado, pelo menos em “tese”, terá mais chances de se tornar afortunado. Eis um dos princípios da Teoria do Capital Humano. A lógica do capitalismo, aliada à política econômica liberal, fundamenta um de seus princípios, partindo do individualismo, que aquele que gozar de uma formação humana integral, ou seja, aquele que adentrar no mundo da educação e se qualificar, mais próximo fica da riqueza por si próprio e pelas suas qualificações de espírito. Tanto que, mais a frente, no que se refere a essas reflexões, Smith (1983) destaca que os indivíduos que não se adéquam ao uso das faculdades intelectuais humanas, são mais do que covardes, pois descaracterizam a sua natureza humana.

Desse modo, a formação humana se restringiu em princípio, aos “homens de fortuna”, para que entre a infância e os compromissos da fase adulta, já se começasse a adequação à vida social, que na perspectiva materialista e dialética, se refere à preparação para o mundo do trabalho. “A educação das pessoas comuns exige atenção por parte do Estado, mais do que das pessoas de posição e fortuna, cujos pais podem cuidar de seus interesses e que gastam sua

vida em ocupações variadas, sobretudo de tipo intelectual, ao contrário dos filhos dos pobres.” (SMITH, 1983, p. 214-215)

E, por último, a via da superioridade de nascimento implica no fato de que as origens hereditárias e consequentemente socioeconômicas garantem a ascensão do indivíduo.

O nascimento e a fortuna constituem, evidentemente, as duas circunstâncias primordiais que conferem a uma pessoa autoridade sobre outra. São as duas grandes fontes de distinção entre as pessoas e, por isto, representam as duas causas principais que estabelecem naturalmente a autoridade e a subordinação entre os homens. [...] O grande pastor ou dono de rebanhos, respeitado devido à sua grande riqueza e ao grande número dos que dele dependem para a sua subsistência, é reverenciado em razão da nobreza do seu nascimento, bem como da antiguidade natural sobre todos os pastores ou donos de rebanhos inferiores de sua horda ou clã. (SMITH, 1983, p. 166-167).

É interessante destacar que todas essas superioridades apontadas por Smith se articulam, posteriormente, às colocações Friedman (1984, p. 21) acerca do indivíduo, quando ele afirma que para os liberais, o mais importante é que os problemas éticos sejam resolvidos pelo próprio indivíduo: “Os problemas éticos, realmente importantes, são os que um indivíduo enfrenta numa sociedade livre – o que deve ele fazer com sua liberdade.”.

Smith coloca que os operários, que geralmente passam suas vidas inteiras executando as mesmas atividades, não tem oportunidade e nem acesso do desenvolvimento de suas qualificações intelectuais, até porque também irão precisar desse fator para continuar a desenvolver o seu trabalho.

O entorpecimento de sua mente o torna tão somente incapaz de saborear ou ter alguma participação em toda conversação racional, mas também de conceber algum sentimento generoso, nobre ou terno, e, conseqüentemente, de formar algum julgamento justo até mesmo acerca de muitas das obrigações normais da vida privada. (SMITH, 1983, p. 213)

Por fim, Smith (1984) aponta que se as instituições públicas para a educação não existissem, somente seria ensinado o que é útil, a ponto de indagar sobre a possibilidade do Estado em dispensar sua atenção à educação.

Em alguns casos, o estado da sociedade necessariamente leva a maior parte dos indivíduos à situações que naturalmente lhes dão, independentemente de qualquer atenção, por parte do Governo, quase todas as capacidades e virtudes exigidas por aquele estado e que talvez ele possa admitir. Em outros casos, o estado da sociedade não oferece a maioria dos indivíduos em tais situações, sendo necessária certa

atenção do Governo para impedir a corrupção e degeneração quase total da maioria da população. (SMITH, 1983, p. 213)

Friedman confere continuidade às proposições individualistas desenvolvidas por Smith, destacando que o homem livre ao invés de perguntar o que a sua pátria pode fazer por ele ou ele por ela, deve questionar o seguinte: “o que eu e meus compatriotas podemos fazer por meio do governo” para ajudar cada um de nós a tomar suas responsabilidades, a alcançar nossos propósitos e objetivos diversos e, acima de tudo, a proteger nossa liberdade?”(FRIEDMAN, 1984, p. 11). Ou seja, o Estado, nessa perspectiva, caminha rumo à sua auto-desoneração das responsabilidades que lhe cabem.

A partir dessa discussão, fica perceptível que a educação é um instrumento essencial de formação dos indivíduos. Tanto que por de trás de um discurso ideológico e tendencioso próprio da sociedade de classes, a formação humana, nos moldes do imperativo do Estado a serviço do mercado, revela a sua mais perversa face: mera falácia. Formação humana, neste sentido, se baseia nos princípios do individualismo possessivo enquanto princípio ético liberal. É justamente, a partir dessas reflexões que o quarto e último capítulo vem analisar as representações do empresariado acerca da educação a ponto de constituir uma *Pedagogia Industrial*.

Apesar de estar-se em uma contraditória sociedade de classes ou sociedade de mercado possessivo, é também nela que estão as possibilidades de luta pela emancipação humana a partir do conhecimento aprofundado da realidade social concreta e de suas respectivas crises. Pois, apesar de constituir uma enorme potencialidade, o capital não consegue exercer domínio absoluto e possui em sua estrutura, os fatores necessários para a sua autodestruição. Enquanto os liberais e a Teoria do Capital Humano pregam a emancipação política, a emancipação humana requer a sua superação, uma vez que os princípios da propriedade privada defendem a liberdade do proprietário e não do conjunto da humanidade. E o Estado, por seu turno, é o gestor dos direitos do homem, de maneira favorável ao modo de produção capitalista.

A formação humana, na perspectiva de Friedman (1984), está sob a responsabilidade do governo, que deve proteger seus cidadãos, de modo que, o homem não é livre para escolher o seu destino, mas é livre para circular no mercado. Ou seja, a formação humana não é escolha do homem, mas sim da sociedade, do Estado, do governo no qual ele está inserido e principalmente das instituições privadas nas quais ele trabalha – e prioritariamente do mercado possessivo que movimenta a ênfase na singularidade do sujeito.

Pensar as questões aqui desenvolvidas se desdobra no desenvolvimento do processo de construção de conhecimento, que por seu turno, inevitavelmente implica em diferentes pontos de vista, contradições etc. Foi deste modo, que se instaurou a necessidade de analisar e problematizar a formação humana a partir das raízes ou princípios que até hoje estão impregnados pela política econômica vigente e configurados pelos imperativos e demandas do processo de acumulação de capital.

1.5 A Teoria do Capital Humano e a educação como investimento produtivo: formação humana sob a perspectiva do processo de industrialização e do empresariado industrial

De acordo com Euvaldo Lodi (MOURÃO, 1992) e com os interesses da burguesia industrial por ele representadas, um país subdesenvolvido como o Brasil, deve-se fazer uma opção preliminar: “educação como consumo” e “educação como investimento”.

Ou seja, a filosofia da educação – sua tábua de valores – em tempos de industrialização deve pautar o ensino básico no valor da atividade produtiva. [...] Hábitos, atitudes e preferências, aliás, bastante pragmáticas e conectadas ao padrão de acumulação. [...] O princípio da produtividade dos recursos aplicados à educação também deveria repercutir nos procedimentos didáticos utilizados nas escolas brasileiras. (RODRIGUES, 1998, p. 73)

O capital e sua organização assumem, historicamente, diferentes e novas formas de se estabelecer no processo de acumulação capitalista. Entremeio a este complexo e contraditório processo, efetiva-se também o sentido de formação humana sob a ótica do capital: a teoria do capital humano na qual a educação é concebida como investimento, assim como apontou Lodi, em defesa dos interesses do empresariado industrial mineiro.

Segundo Schultz (1974), é capital porque se trata de uma fonte de satisfações e/ou rendimentos futuros e é humano porque se configura no homem. Não é vendido, mas pode ser adquirido não no âmbito do mercado, mas enquanto investimento do próprio indivíduo.

A teoria do capital humano tem suas raízes fincadas no contexto socioeconômico das décadas de 1950/1960, em virtude da necessidade de aperfeiçoarem-se os investimentos do Estado de maneira planejada e racional. “[...] a Teoria do Capital Humano, ou a imagem ideológica e promocional da educação, que se apresenta como instrumento de democratização social, ao proporcionar os meios que considera adequados de ascensão social.” (MACHADO,

1989, p. 90). Consequentemente, tal fator implicou na adequação do sistema educacional às demandas de trabalho advindas dos imperativos do mercado. E no âmbito educacional brasileiro, propriamente dito, esta teoria se articula à educação de cunho tecnicista.

A visão do capital humano vai reforçar toda a perspectiva da necessidade de redimir o sistema educacional de sua ‘ineficiência’ e, por sua vez, a perspectiva tecnicista oferece a metodologia ou a tecnologia adequada para constitui o processo educacional como um investimento – a educação geradora de um novo tipo de capital – o ‘capital humano’. A educação, para essa visão, se reduz a um fator de produção. É sob este duplo reforço que a teoria do capital humano vai esconder, sob a aparência de elaboração técnica, sua função principal – ideológica e política. (FRIGOTTO, 2001, p. 121)

Como aponta Frigotto (2001), a teoria do capital humano incidiu na educação tecnificada, na qual o sistema de ensino, a partir da década de 1950, foi de fato percebido pela ótica econômica e empresarial também como uma empresa e a educação é densamente mercantilizada.

A crítica à teoria do capital humano, feita por educadores que privilegiam o ideal da igualdade social, avolumou-se nos anos 1970 e 1980 e o trabalho como princípio educativo foi explicado como sendo uma relação mais complexa e abrangente. A principal bandeira destes críticos foi a defesa da educação politécnica para todos. No entanto, este ideal é sempre frustrado diante de uma sociedade fragmentada. Ou seja, enquanto a sociedade for esta que aí está, teremos, de um lado, escolas técnicas profissionalizantes que, mesmo quando competentes, não ensinam arte, nem filosofia, nem política. De outro lado, temos algumas poucas escolas humanistas que ensinam arte e filosofia, porém desvinculadas do mundo do trabalho. Haverá, ainda, outras, assistencialistas, que quase nada ensinam. (NOSELLA, 2009, p. 46)

As principais contribuições acerca do capital humano são subsidiadas pelo economista americano Schultz (1974), que destacou a importância da formação do “capital humano”. Para ele,

[...] o pensamento econômico tem negligenciado examinar duas classes de investimentos que são de capital importância nas modernas circunstâncias. Estas duas classes de investimento seriam o investimento no homem e na pesquisa. Esta negligência não se justificaria, pois, as capacidades adquiridas dos agentes humanos seriam a fonte mais importante dos ganhos de produtividade não explicados. (SCHULTZ, 1974, p. 15)

Ou seja, de “recursos humanos” preparados para trabalhar na indústria capitalista, absorvendo a maneira de ser, de viver e de trabalhar, própria deste contexto, por ele chamado

de industrialização, que caracterizou os países capitalistas ocidentais. Nesse sentido, os gastos com o aperfeiçoamento não poderiam ser considerados apenas como consumo, mas, principalmente, como investimentos, que retornariam em forma de benefícios para a sociedade e o indivíduo em particular.

[...] a teoria do capital humano constitui-se numa particularidade das teorias de desenvolvimento e das teses neocapitalistas, uma especificidade das apologias do capitalismo em sua etapa monopolista, onde o oligopólio representa a forma mais evidente das novas formas de sociabilidade do capital. (FRIGOTTO, 2001, p. 120)

Nessa perspectiva, o progresso do conhecimento somente é possível a partir da formação de capital humano, que reúne habilidades, educação (no sentido de adestramento/disciplinamento), experiência e quaisquer outros fatores ou elementos que venham contribuir com o aumento da produtividade das empresas capitalistas – fenômeno este necessário, segundo a teoria do capital humano, para que um país se desenvolva em termos políticos e econômicos.

No plano macrossocietário, esta concepção de qualificação gerou uma série de políticas educacionais voltadas para a criação de sistemas de formação profissional estreitamente vinculados às demandas e necessidades dos setores mais organizados do capital e de suas necessidades técnico organizativas. A história dos sistemas de formação profissional no Brasil enquadra-se dentro desta lógica da qualificação entendida como preparação de mão de obra especializada ou (semi-especializada), para fazer frente às demandas técnico organizativas do mercado de trabalho formal. (MANFREDI, 1990, p. 3)

É perceptível que os impactos da teoria do capital humano chegaram ao Brasil para atender as demandas educacionais de (con)formação de trabalhadores para as empresas capitalistas, de modo que seu conteúdo foi indispensável na sistematização da educação profissional e a articulação dos trabalhadores de acordo com as prerrogativas do sistema capitalista.

A característica distintiva do capital humano é a de que é ele parte do homem. É humano porquanto se acha configurado no homem, e é capital porque é uma fonte de satisfações futuras, ou de futuros rendimentos, ou ambas as coisas. Onde os homens sejam pessoas livres, o capital humano não é um ativo negociável, no sentido de que possa ser vendido. Pode, sem dúvida, ser adquirido, não como elemento de ativo, que se adquire no mercado, mas por intermédio de um investimento no próprio indivíduo. Segue-se que nenhuma pessoa pode separar-se a si mesma do capital

humano que possui. Tem de acompanhar, sempre, o seu capital humano, quer o sirva na produção ou no consumo. Desses atributos básicos do capital humano, surgem muitas diferenças sutis entre o capital humano e não-humano, que explicam o comportamento vinculado à formação e à utilização dessas duas classes de capital. (SCHULTZ, 1974, p. 53)

Na lógica do capital humano, a articulação entre aumento da produtividade a partir da capacitação do trabalhador e os pressupostos individualistas relacionados a meios e a fins – que a partir do investimento no recurso humano, o trabalhador posteriormente poderia ser compensado com melhores remunerações.

A Teoria do Capital Humano é uma derivação da teoria econômica neoclássica e, ao mesmo tempo, uma atualização, do axioma liberal do indivíduo livre, soberano e racional. Seu prestígio é cíclico. Com a crise do modelo taylorista-fordista, ela ressurgiu associada à redefinição das relações de trabalho na empresa e do papel do sistema educacional. (CATTANI, 2010, p. 1).

Com isso ficam nítidas as raízes liberais desta teoria, em que, portanto, é possível associar essa concepção de formação humana, enquanto fenômeno, à formação de trabalhadores sob o crivo do capital – educação enquanto investimento produtivo ou “valorização” da força de trabalho por meio da educação. “Trata-se de uma resposta necessária, de um lado, à crescente mecanização, automação, com a ampliação de inversões de capital em grandes unidades de produção; e, de outro, e em decorrência disso, pelas mutações que sobre o processo de trabalho.” (FRIGOTTO, 2001, p. 122)

Logo, é possível depreender que a teoria do capital humano se efetiva pelo empresariado industrial mineiro, por meio da *Pedagogia Industrial*, que corresponde a uma das contraditórias faces do processo de formação humana, alinhando as prerrogativas do processo de acumulação de capital.

Na perspectiva das entidades patronais (FIEMG, SENAI-MG, SESI-MG) é significativamente notável a influência da economia da educação considerada, enquanto investimento na produtividade, necessária para a alavancagem cada vez mais intensa da lucratividade das indústrias.

A categoria capital humano remete, dessa forma, os princípios liberais postos por Adam Smith, que até hoje se mostram firmemente presentes na conjuntura atual, assumindo, a partir de “novas roupagens” que hoje, definem o cenário econômico, político e ideológico, como neoliberal. E, no caso dos países subdesenvolvidos como o Brasil, essa teoria atingiu

grandes proporções, daqueles que estavam na busca pelo desenvolvimento econômico, visando a redução de desigualdades sócias e aumento da renda.

O conceito de capital humano vai mascarar, do ponto de vista das relações internacionais, a questão do imperialismo, passando à ideia de que o subdesenvolvimento nada tem a ver com relações de poder, mas se trata fundamentalmente de um problema de mudança ou modernização de alguns fatores, onde os recursos humanos qualificados – capital humano – se constitui no elemento fundamental. (FRIGOTTO, 2001, p. 126).

Ou seja, a teoria do capital humano aplicada em países subdesenvolvidos como o Brasil, se estabeleceu justamente a partir da via a-histórica e desprovida de conflitos de países e classe, que em sua essência, visa atenuar as contradições entre capital e trabalho.

Aqui se situa, nessa perspectiva, para indivíduo e/ou trabalhador, outro sentido da formação humana, enquanto qualificação profissional: conjunto de conhecimentos técnicos, competências e habilidades que são adquiridos para o exercício de determinada profissão. “A qualificação profissional, nesse sentido, expressa a combinação, em dado momento histórico, de um conjunto de fatores que constituem as relações sociais que vivem os profissionais no exercício de sua atividade.” (FIDALGO e MACHADO, 2000, p. 274)

A teoria do capital humano teve diversos desdobramentos, tais como, subsidiar e revitalizar seus fundamentos com ênfase na justificativa que as diferenças salariais seriam dos próprios trabalhadores.

No que concerne à educação, essa versão do utilitarismo racional supôs que a formação aumentaria a produtividade. Quanto mais o indivíduo investisse na autoformação, na constituição do seu ‘capital pessoal’, tanto mais valor de mercado teria. Porém os indivíduos são desigualmente dotados. Para alguns, a formação exigira muito mais esforços que para outros, chegando ao ponto de gasto de tempo e de esforço serem superiores aos rendimentos no futuro. (CATTANI, 2010, p. 2).

No âmbito da gestão do processo de trabalho, a teoria do capital humano teve ênfase a partir dos critérios da competitividade, implantados na indústria capitalista. Competitividade esta, considerada “saída ideológica” ou alternativa possível para situações de complexa resolução, própria dos países subdesenvolvidos (OLIVEIRA, 2001). E, juntamente com essa saída, se instalou no sistema educacional brasileiro a defesa contínua pela formação profissional.

A teoria do capital humano trata do problema das relações entre emprego e educação. Os problemas relativos ao emprego e à educação devem ser resolvidos no âmbito da economia. Para alcançar o equilíbrio entre a oferta e a demanda de recursos humanos, é necessária a construção de uma situação de equilíbrio na qual lucrariam ‘o indivíduo, a produção e o país’. Com efeito, seriam minimizadas as tensões sociais causadas pelo desemprego. Os defensores da teoria do capital humano acreditam que nas relações entre emprego e educação ocorrem os seguintes problemas: a existência de vagas que não são preenchidas por falta de recursos humanos; recursos humanos, desempregados e subempregados, qualificados para o preenchimento de vagas que não estão disponíveis. As causas mais comuns dos problemas entre educação e emprego podem ser assim apresentadas: o mercado de trabalho não possui transparência e os empregadores desconhecem as qualificações específicas que compõem a força de trabalho. É importante observar que no capitalismo a relação entre educação e trabalho possui limites. Não se deve exigir do sistema educacional uma qualificação de ótimo nível, se for mantida a tendência da gradativa parcelização do saber, da divisão entre trabalho intelectual e o trabalho mental inerente à produção capitalista. (LUCENA, 2004, p. 190-191).

Os determinantes econômicos preponderantes na infraestrutura da sociedade tiveram seus efeitos expandidos pelas mais diferentes dimensões da sociedade, entre as quais se destacam a educação. A tentativa de equilíbrio entre o trabalhador, a produção e o país, tal como prega a teoria do capital humano, é tendenciosa: o peso maior é o da produção em uma situação na qual os países, o Estado, também agindo em consonância com o mercado, acabam se manifestando de forma opressora, sobre o trabalhador, que ainda é ideologicamente induzido a assumir o ônus e responsabilidade tanto de seu “êxito” quanto de seu “fracasso”.

É interessante destacar o quanto é nítido o movimento cíclico do capital: a teoria do capital humano veio como uma das prerrogativas de desenvolvimento própria do contexto pós 2ª Guerra Mundial.

Estes moldes de formação humana foram e são implementados pela tecnocracia elitista, a qual está associada a um dos ícones representativos dos detentores dos meios de produção: o empresariado e seus interesses particulares e focalizados, atuando juntamente com lógica excludente e seletiva do mercado.

Por sua natureza, a sociedade burguesa está assentada em uma contradição insanável. A forma do trabalho, que lhe dá origem – a compre-e-venda de força de trabalho – leva à produção da desigualdade social. Esta é uma determinação insuperável nos limites da sociedade burguesa. Não há como impor ao capital uma outra lógica que não seja a da sua auto-reprodução através da exploração do trabalho. Por outro lado, a reprodução do capital exige, também, ao mesmo tempo, a instauração da igualdade formal. Capitalistas e trabalhadores são livres, iguais e proprietários e assim têm que ser para que o capitalismo se reproduza. (TONET, 2006, p. 17)

Segundo Machado (1989), a Teoria do Capital Humano necessita de sustentação teórica enquanto conceito científico, porém, enquanto categoria ideológica corresponde à ideologia do homem capitalista e o cerne da escola que lhe (re)produz. Entretanto, para além da escola, o processo educativo ocorre também no âmbito das relações de produção e, nessa dinâmica, ocorre, portanto, na indústria. É nesse sentido que, a Teoria do Capital Humano, foi também a ideologia do empresariado industrial e diretriz norteadora para a consolidação da *Pedagogia Industrial*.

A desigualdade social assola os sentidos da formação humana a partir das contradições inerentes ao sistema capitalista. Esta desigualdade é componente deste modo de produção, sendo essencial para sua produção e reprodução e é tão forte a ponto de, a formação humana ser disponibilizada ao indivíduo, conforme a classe a qual ele pertence. Exemplos nítidos desta assertiva são encontrados na própria estrutura e organização do ensino brasileiro: aos trabalhadores ou indivíduos em busca de trabalho, são destinados, por exemplo, cursos de formação rápida, com retorno breve ao mercado de trabalho – tais como os cursos técnicos de nível médio; enquanto que aos que estão à frente do sistema produtivo (gestores, diretores, engenheiros etc.), são disponibilizados cursos de maior duração, de formação holística, tal como se destaca a tecnocracia. Entretanto, fragmentações e/ou cisões como estas não ficam socialmente explícitas, afinal, em que pese a perspectiva da Teoria do Capital Humano, a todos é dada a mesma oportunidade: todos são livres e iguais para obter suas propriedades, por isso, cabe a cada um conseguir.

Por conseguinte, o indivíduo “tem em suas mãos” a escolha livre e racional de maneira que se ele é alvo das desigualdades sociais ou de renda inferior, é por culpa sua, uma vez que ele não investe em sua formação para garantir aumentos salariais.

A perspectiva crítica aponta, também, a estratégia utilitarista adotada pelas empresas no que diz respeito à formação profissional. A valorização do capital humano significa a apropriação de qualidades sociopsicológicas do trabalhador, buscando o consenso e o espírito de lealdade à empresa, acenando com a possibilidade de participação autônoma e livre no processo produtivo. (CATTANI, 2010, p. 3).

Por outro lado, a justificativa para o fato de que as vagas de emprego não são preenchidas possui sua explicação na teoria liberal, de que faltam recursos humanos apropriados – ou seja, não são necessariamente as oportunidades de emprego que inexistem. Em seu aspecto crítico, na sociedade de moldes capitalista, sempre haverá aqueles indivíduos que irão compor o “exército industrial de reserva”.

Eis dessa forma, mais uma “contribuição” para o desmantelamento da escola, da educação, que se caracteriza pela sua transformação em um negócio inerente à lógica do mercado. Por outro lado, a democracia, a igualdade de oportunidades, a politecnicidade e demais fatores necessários à formação humana, se tornam aspectos secundários ou até mesmo irrelevantes no decorrer deste processo.

Por isso, há duas possibilidades de se pensar a formação humana: pelo viés do liberalismo e Teoria do Capital Humano e pelo viés de Marx e do marxismo (ou pela sua totalidade). Pelo liberalismo/Teoria do Capital Humano tem-se o fenômeno, enquanto que a essência é profundamente analisada a partir dos subsídios de Marx.

Para um liberal a sociedade não é vista por meio das classes sociais que a compõem. Nessa linha de pensamento, a sociedade se constitui pelos consumidores e produtores de mercadoria – o que não necessariamente incide numa relação de exploração. Aqui, o trabalho abstrato, torna-se corrompido pelo capital.

Contudo, para Marx, o trabalho abstrato se constitui a partir de uma ambiguidade: ao mesmo tempo em que se trata de uma atividade resultado de uma troca, por ser assalariado, ele se contrapõe ao capital e é a partir dele que há a possibilidade de superar-se este sistema de produção. Ou seja, as análises de Marx são um contraponto às teses liberais.

A sociedade produtora de mercadoria, a sociedade mercantil, é, para Smith, a expressão da racionalidade, a realização da natureza humana. O capital, considerado antecipação de subsistência aos trabalhadores, não é nada mais que o meio pelo qual se realiza a divisão de trabalho possibilitada pela troca. (NAPOLEONE, 2000, p. 120)

Por um lado, o liberalismo de Smith e por outro as críticas de Marx, ao serem pensados, debatidos e problematizados, transitam dialeticamente entre o fenômeno (teses liberais) e a essência (problematização crítica por meio do materialismo histórico dialético) – e ambos auxiliam na compreensão da discussão a partir da dimensão da totalidade da categoria “formação humana”.

As teses liberais, por sua vez, correspondem à defesa da liberdade individual, pregando ideológica e prioritariamente a liberdade de mercado. Consequentemente, estão em convergência com os propósitos da *Pedagogia Industrial*. O homem no pensamento liberal corresponde ao indivíduo que se encontra em competição ininterrupta pelo poder e pela propriedade. Ou seja, a liberdade nesta dimensão não é sinônima de democracia, uma vez que o que se objetiva no liberalismo é limitar o poder do Estado para que ele esteja subordinado às

leis do mercado, enquanto que a democracia, em termos gerais prega a inserção do poder popular no Estado (FIDALGO e MACHADO, 2000).

Em continuidade à lógica liberal, tem-se a definição de troca para Smith, a qual se baseia no fato de que a riqueza depende do grau de produtividade do trabalho que deve ser racionalmente planejado. Assim, o trabalho é gerador de valor quando se incorpora às mercadorias.

[...] o trabalho não é, sistematicamente, produtor de dinheiro, até que, como mercadoria – ou seja, força de trabalho – seja adquirido pelo dinheiro e por este incluído em sua lei. Portanto, a assim chamada “sociedade mercantil simples”, isto é, uma sociedade de troca generalizada entre produtores independentes de proprietários dos meios de produção não constitui segundo Marx, uma sociedade possível. (NAPOLEONE, 2000, p. 129)

O que para Marx é uma inversão, justamente por ficar na esfera da aparência e/ou fenômeno e não na essência, pois o que cria valor não é o trabalho geral, mas especificamente, o trabalho abstrato, subordinado à forma histórica capitalista, subentendido como criador de valor de troca.

Com efeito, se o trabalho fosse integralmente possuído pelo trabalhador, mediante a posse das condições objetivas do próprio trabalho, seria dotado de sua característica essencial, que é a de ser trabalho social, não devendo, por isso, chegar a ser social por meio de seus produtos, ou seja, pela troca. (NAPOLEONE, 2000, p. 129)

E neste complexo, o trabalho é determinado pelo tempo que se gasta socialmente para a produção de uma mercadoria, que por sua vez possui uma parte paga e outra não paga (trabalho excedente do qual se extrai a mais-valia ou valor excedente, explicando assim a totalidade do processo de produção de mercadorias). Por outro lado, para Marx, em contraposição a Smith,

[...] a troca mercantil está longe de constituir a expressão da natureza ou racionalidade que, nele, o caráter intrínseco do trabalho humano – ou seja, o ser trabalho social – é negado, e a sociedade se recupera fora do trabalho, ou seja, quando o trabalho constitui apenas um objeto. Assim, ao contrário das sociedades baseadas em vínculos de dependência pessoal, a sociedade mercantil corresponde à dependência universal dos indivíduos a um nexo social – a troca – estabelecido independentemente deles. (NAPOLEONE, 2000, p. 120-121)

Segundo Marx, a racionalidade é algo muito mais profundo do que seu caráter meramente técnico. Na realidade ela se situa nas relações entre o trabalho concreto (que gera valor de uso) e o trabalho abstrato (que gera valor de troca) – enquanto que a mercadoria

possui ambos os valores: de uso e de troca, expressando as relações materiais entre os indivíduos e as relações sociais entre as coisas. Nesse sentido, a racionalidade depende das relações de troca que os indivíduos estabelecem entre si e do processo de trabalho no qual estão inseridos.

A articulação entre liberdade e necessidade é complexa, prioritariamente em virtude do fato que se trata de uma relação que, em termos históricos sofre variação e condicionamento. Na dimensão o fenômeno, o trabalho contraditoriamente se opõe e se complementa com a liberdade.

A liberdade não se revela ao homem além das fronteiras da necessidade, como um campo autônomo independente em face do trabalho; surge do trabalho como e um pressuposto necessário. O agir humano não está dividido em dois campos autônomos, um independente do outro e reciprocamente indiferentes, um que é a encarnação da liberdade e outro que é o campo de ação da necessidade. (KOSIK, 1989, p. 188).

Ou seja, enquanto fenômeno, a liberdade está condicionada à necessidade e, enquanto essência, a liberdade transcende a lógica da necessidade, ao se pensar na humanização do homem a partir de sua integralidade e não restrito ao seu trabalho, embora seja no trabalho que ela é iniciada.

“[...] a liberalização do ‘sujeito’ (vale dizer, a visão concreta da realidade, ao invés da ‘intuição fetichista’) coincide com a liberalização do ‘objeto’(criação do ambiente humano como fato humano dotado de condições de transparente racionalidade), posto que a realidade social dos homens se cria como união dialética de sujeito e objeto.” (KOSIK, 1989, p. 20)

A economia, erroneamente, não pode ser vinculada apenas à necessidade ou à liberdade: ela é a esfera da necessidade, na qual a liberdade humana historicamente se efetiva. Logo, a economia é

[...] realidade humano-social que se vai *formando e constituindo*, realidade fundada sobre o agir *objetivamente prático* do homem. [...] a economia ocupa o lugar *central* na realidade humano-social porque ela constitui a esfera da metamorfose histórica de que se cria o homem como ser racional e criatura social, a esfera onde ocorre a humanização do homem. (KOSIK, 1989, p. 190, grifos do autor).

Dessa forma, a economia também consiste em um dos elementos da formação humana, uma vez que trata de humanizar a animalidade do indivíduo por meio do seu trabalho

e de suas respectivas necessidades. A economia é então um “modo” das relações humanas e fonte desta própria realidade humana.

Portanto, uma vez estabelecido o debate acerca da formação humana de maneira faz-se necessário analisar e compreender a especificidade das ações políticas e essencialmente econômicas do empresariado industrial, a partir da perspectiva de desenvolvimento na qual o Brasil se situa no período de 1961 a 1974.

Ora, trata-se de problematizar desde a composição até a atuação de parte da classe social que detêm parte do controle da riqueza e que vem decidir o seu uso a partir do critério dos interesses econômicos em jogo, isto é, o empresariado industrial, de um lado representados por uma entidade patronal, qual seja, a FIEMG, os planos e projetos classistas de utilização da riqueza são (im)postos aos trabalhadores de maneira cada vez mais precária, refletindo assim os pressupostos da *Pedagogia Industrial*. Por outro lado, os resultados de tal planejamento se desdobram nas consequências sociais que refletem as desigualdades e opressões da formação humana em debate.

Na lógica do empresariado industrial mineiro, a formação humana expressa, em sua concretude, pela *Pedagogia Industrial*, converge com os pressupostos da tecnificação da educação. Ou seja, o processo formativo da maneira de viver e de trabalhar do operariado industrial se distancia da integralidade do homem enquanto ser social, priorizando o preparo para a execução de determinadas tarefas no âmbito da indústria e também qual a configuração do comportamento adotado pelo indivíduo não somente em seu trabalho, mas também em sua vida, tendo como finalidade última o crescimento ilimitado da produtividade e do lucro. As técnicas utilizadas para este ensino de viver e trabalhar para indústria correspondem à *Pedagogia Industrial*, que por sua vez, converge com o tecnicismo⁴ que desde os primórdios, ronda a educação profissional.

São questões como essas que foram colocadas no capítulo seguinte, no qual estão sob o crivo de análise a industrialização, o empresariado industrial e sua perspectiva de desenvolvimento econômico que fundamentam a discussão posterior. No terceiro capítulo, acerca da consolidação da *Pedagogia Industrial*, retomando então, o debate acerca da formação humana sob a lógica do empresariado industrial mineiro.

⁴Efetiva-se portanto, um tecnicismo pedagógico ou educação tecnicista, que tem como princípio a redução do processo educativo a uma determinada sequência de aplicação de técnicas e de procedimentos formalizados. Uma concepção empobrecedora e reducionista do processo de ensino e de aprendizagem que predominou no processo educativo ocorrido entremeio às relações de produção, que vem ao encontro da Teoria do Capital Humano e da *Pedagogia Industrial* do empresariado industrial mineiro.

CAPÍTULO 2

A INDUSTRIALIZAÇÃO, O EMPRESARIADO INDUSTRIAL E SUA PERSPECTIVA DE DESENVOLVIMENTO (1961-1974)

2.1 Desenvolvimento e industrialização no Brasil: o empresariado industrial rumo ao seu fortalecimento

O desenvolvimento do Brasil especificamente no campo da economia, desde os seus primórdios, traz consigo a ideia de expansão, de crescimento e de autonomia de mercado – o que revela, diretamente, seu vínculo com a industrialização e o processo de modernização inerente a este processo.

Industrialização e desenvolvimento, eram, entendidos, portanto, como formulações até certo ponto sinônimas e isso, em grande parte, devido ao fato de que se atribuía ao processo industrial (e por extensão a seus agentes sociais) a função de motor e, simultaneamente, de correria de transmissão capaz de gerar desenvolvimento e o generalizar para as várias dimensões em que se manifestava o atraso. (MARTINS, 1968, p. 35-36)

Nesse sentido, para analisar e contextualizar a consolidação da *Pedagogia Industrial* no período de 1961 a 1974 é essencial elaborar, assim como fez Martins (1968), uma reapreciação do processo brasileiro de desenvolvimento, no qual se destacada também o estudo que ele fez acerca da formação histórica do processo de industrialização e do papel do seu respectivo empresariado.

O marco do desenvolvimento brasileiro atingiu como um dos seus ápices, a partir de 1930, com nacional desenvolvimentismo, que por seu turno efetivou-se definitivamente na década de 1950, sustentado pelo ideal de desenvolvimento. Porém, não só no Brasil, mas em quase toda América Latina, o contexto posterior à década de 1960, foi marcado por uma série de mudanças, principalmente no sentido de negar às expectativas desenvolvimentistas fomentadas até então, quando se instaurou um modelo alternativo ao anterior, visando reativar o sistema econômico, direcionado, em termos políticos, por um regime militar.

Uma situação clássica configurou-se nos anos de 60 com clareza: as orientações anteriores não mais respondem às exigências da nova situação e outras ainda não foram socialmente geradas para substituí-las. A expressão social dessa crise se traduziu com perfeição no estado de quase-anomia que veio então permear todas as estruturas do país e que se revelou, ao nível

individual de seus atores, através de uma dramática sensação de súbito rompimento entre a biografia de cada um e a história da nação. (MARTINS 1968, p. 18)

Entretanto, há de se destacar que os conceitos de progresso e de desenvolvimento não são homogêneos. O conceito de progresso é de cunho positivista, linear: o mesmo se baseia no crescimento tecnológico como norteador do avanço de um país. Por outro lado, o conceito de desenvolvimento possui cunho econômico, baseado no crescimento da economia de um país, condição fundamental para aproximá-lo aos países desenvolvidos. Nas primeiras décadas do século XX, o conceito de progresso era forte no Brasil, sendo gradativamente substituído pelo advento do nacional desenvolvimentismo.

Se considerarmos as fases iniciais de emergência e aceleração do desenvolvimento, verifica-se que a dinâmica do processo de substituição de importações e as políticas salariais e regionais adotadas parecem dirigir-se no sentido de proporcionar uma certa ampliação do consumo e se orientam, na tentativa de recuperação das áreas-problema, dando suporte, assim, a ideia de viabilidade de o projeto orientar-se cada vez mais nessa direção. (MARTINS, 1968, p. 19)

Assim, o debate acerca do desenvolvimento está posto desde meados do século XX, especificamente a partir do contexto pós-guerra e do contexto político, socioeconômico e histórico que delineia a sociedade desde a década de 1930⁵. O fato é que se criou uma grande expectativa que o desenvolvimento, principalmente econômico, produzisse efeitos cada vez mais abrangentes.

A discussão acerca do desenvolvimento em sua totalidade, também deve ser pensada a partir do âmbito social, a qual objetiva ir além do capitalismo superando os desdobramentos de sua produção material, visando o avanço das condições humanas. Entretanto, até hoje este objetivo é emperrado pelo desenvolvimento das forças produtivas, focadas prioritariamente no desenvolvimento econômico. Nessa perspectiva, por conseguinte, o avanço do capital tem suas possibilidades circunscritas ao desenvolvimento das forças produtivas, de maneira que transformações sempre são possíveis, ao mesmo tempo em que são limitadas pela maneira que a sociedade vem sendo socialmente estruturada.

⁵Com a 1ª Guerra Mundial e a crise de 1929, acelerou-se o processo de industrialização no país. Socialmente, as transformações na estrutura produtiva se expressaram no surgimento de uma classe média, a burguesia industrial, e ligado a ela o proletariado, que passou a pressionar os grupos políticos dominantes para ocupar seu lugar na política. O “Estado Novo” em 1937 de Getúlio, com a Revolução de 1930, já abordada neste trabalho significou o acerto de regras entre a burguesia industrial que se estabilizou no poder, junto com os latifundiários, e o proletariado que é beneficiado por concessões sociais.

Os meios de produção, juntamente com a força de trabalho, definem as forças produtivas que historicamente trazem no modo de produção vigente, o desenvolvimento da maquinaria, da indústria e também as mudanças no mundo do trabalho – aperfeiçoando continuamente as formas de explorar tanto os trabalhadores quanto a educação dos mesmos ao seu favor.

É nesse sentido que, em nível mundial, os países desenvolvidos buscam assegurar o alicerce necessário para o desenvolvimento acelerado, impulsionados pelo processo de substituição de importações, apresentando satisfatoriamente condições internas de mercado, recursos humanos, taxa de acumulação de capital e absorção de tecnologia. O Brasil, em seu caso específico, no qual o desenvolvimento era concebido pela lógica do pensamento tecnocrático, a busca pelo mesmo aceleração do desenvolvimento se expressava, restritamente, a mera operação técnica de reordenação de recursos nacionais e manipulação de recursos externos, objetivando a melhoria da produtividade (MARTINS, 1968).

Como aponta Oliveira (2002), a incessante procura pelo desenvolvimento econômico e pela industrialização conduziu grande parte dos países do mundo a focar suas ações rumo ao crescimento econômico objetivado tanto como meio quanto fim, ou seja, o crescimento do PIB⁶ (Produto Interno Bruto), de maneira que a qualidade de vida acabou ficando em segundo plano. “O desenvolvimento, em qualquer concepção, deve resultar do crescimento econômico acompanhado de melhoria na qualidade de vida” (OLIVEIRA, 2002, p. 38). Eis então a necessidade de problematizar a que ponto o desenvolvimento econômico, em que pese o especificamente industrial, impactou a maneira de viver e de trabalhar do homem trabalhador da indústria mineira – tal como será específica e profundamente discutido no capítulo 3.

Tanto que os marcos do desenvolvimento econômico se concentraram na criação de vários organismos internacionais, desde o contexto pós Segunda Guerra mundial. Nesse sentido, se destaca a consolidação da ONU (Organização das Nações Unidas) em 1945 e posteriormente o FMI (Fundo Monetário Internacional), BIRD (Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento) etc. O norte de atuação desses organismos, em convergência com os rumos do modo de produção capitalista, era, neste contexto, a manutenção e o melhoramento dos níveis de qualidade de vida de forma a contribuir para a elevação dos níveis de desenvolvimento.

⁶ Somatório de todos os bens e serviços produzidos em uma economia em determinado período de tempo (OLIVEIRA, 2002, p. 40).

Em contraposição à equivalência entre desenvolvimento e crescimento, é perceptível que o crescimento é essencial para o desenvolvimento, mas por outro lado não é condição suficiente para que ele se estabeleça.

Em nome do desenvolvimento buscam-se valores crescentes: mais mercadorias, mais anos de vida, mais publicações científicas, mais pessoas com títulos de doutor, dentre vários outros. Dessa maneira, na procura pelo crescimento sempre está presente o sentimento de que o bomé quando se tem mais, não importando a qualidade desse acréscimo. Nesse sentido, são consideradas desenvolvidas as sociedades capazes de produzir continuamente. (OLIVEIRA, 2002, p. 41).

Ou seja, a busca pelo crescimento é característica inerente ao desenvolvimento, que por sua vez é mais amplo e deve estar pautado tanto em elementos qualitativos quanto em elementos quantitativos. Nesse sentido, o crescimento consiste em um dos aspectos do desenvolvimento e, além disso, é essencial para o entendimento da historicidade própria da realidade brasileira alinhada aos movimentos cíclicos do capital entre períodos de recessão e períodos de avanço. Tanto que os números expressam com clareza os períodos de grande desenvolvimento brasileiro (1962, 1966 e 1973), bem como os de recessão (1963, 1967, 1974), próprios do contexto histórico analisado neste estudo:

Tabela 1 - Taxas de crescimento da economia brasileira em percentagens (1962-1975)

TAXAS DE CRESCIMENTO DA ECONOMIA BRASILEIRA				
em percentagens				
anos	PIB	indústria	agricult.	serviços
1962	6,6	8,1	5,5	5,8
1963	0,6	-0,2	1,0	-0,1
1964	3,4	5,0	1,3	1,4
1965	2,4	-4,7	12,1	2,3
1966	6,7	11,7	-1,7	6,6
1967	4,2	2,2	5,7	4,6
1968	9,8	14,2	1,4	9,9
1969	9,5	11,2	6,0	9,5
1970	10,4	11,9	5,6	10,5
1971	11,3	11,9	10,2	11,5
1972	12,1	14,0	4,0	12,1
1973	14,0	16,6	0,0	13,4
1974	9,0	7,8	1,0	9,7
1975	5,2	3,8	7,2	2,9

Fonte: Adaptada de Filho(1994, p. 68)

O desenvolvimento da indústria, por seu turno, vinculado ao estímulo e crescimento dos padrões de consumo, pressupõe reflexões acerca do homem e do seu papel na sociedade –

e nesse sentido, o que aqui adquire destaque são justamente as implicações, no âmbito da indústria, que o indivíduo tem na sua formação para o trabalho. “[...] o Estado no Brasil não podia ser abordado propriamente como um sistema de complexidade crescente, mas como um universo em expansão.” (MARTINS, 1969, p. 11). Consequentemente, é comum a associação, no âmbito da economia, entre desenvolvimento e industrialização.

Na literatura especializada em economia é muito comum associar desenvolvimento com industrialização, pois a indústria é responsável por incrementos positivos no nível do produto, no assim chamado crescimento econômico. Isso ocorre, principalmente, devido à ampliação da atividade econômica advinda dos efeitos de encadeamento oriundos do processo de industrialização. Tais efeitos servem para aumentar a crença de que a industrialização é indispensável para se obter melhores níveis de crescimento e de qualidade de vida. Essa é a razão pela qual todos os países do mundo almejam tanto industrializar seu território. (OLIVEIRA, 2002, p. 44)

Por isso, é importante destacar que o processo de industrialização foi uma das principais diretrizes norteadoras do desenvolvimento econômico brasileiro, rumo à acumulação do capital. Ou seja, o desenvolvimento e a industrialização no Brasil foram fenômenos distintos, porém interligados, em termos históricos, sociais e econômicos.

É importante destacar que, paralelamente, os proprietários das forças produtivas, no caso a burguesia industrial que vinha se consolidando no Brasil desde o início do século anterior, atuava de maneira significativa no cenário socioeconômico do país. A esta dinâmica é acrescentado, em parceria com o desenvolvimento econômico, o indivíduo que, neste cenário, se traduz no fato de aproveitar, por si só, a capacidade de produzir sempre mais e melhor. Tanto que o capital humano, tal como foi anteriormente discutido, atuou em parceria com o desenvolvimento econômico, incorporando à educação o sentido de progresso.

O que também se destacou nessa lógica do desenvolvimento econômico, se apresentou a partir do processo de internacionalização do capital, expresso pela globalização e pela integração de mercados financeiros nacionais à dinâmica capitalista global – o processo de mundialização do capital.

As circunstâncias que cercam, portanto, a emergência e continuidade da industrialização em países como o Brasil são de molde a obrigar uma revalorização da situação de dependência numa perspectiva globalizadora, pois suas disfunções se exercem, já nessa fase inicial, a partir de uma dupla estratégia de entrada: pelo lado da demanda e pelo lado da produção. E antes mesmo do transplante de investimentos estrangeiros para o país. (MARTINS, 1968, p. 49)

O que brilhava “aos olhos do capital” dessa forma eram os atrativos regionais favoráveis e potencialmente aptos para novos investimentos – movimento que se intensifica e atinge seu auge no início da década de 1970, com a abertura do país para a entrada e estabelecimento do capital estrangeiro.

Qualquer tentativa de compreensão dos problemas do subdesenvolvimento, sobretudo a emergência da industrialização e os padrões que assumo nos países inseridos nessa situação, deve necessariamente partir da existência de uma ordem mundial capitalista não apenas pré-existente ao esforço de desenvolvimento como organizadora da situação de dependência na qual é este gerado. (MARTINS, 1968, p.37)

No que diz respeito à contextualização do desenvolvimento econômico do Brasil neste plano internacional, havia dois extremos e entremeio a eles, posições heterogêneas: por um lado estavam aqueles que eram favoráveis ao fato de que este desenvolvimento somente se concretizaria à margem dos Estados Unidos e sua respectiva liderança, porém, por outro lado, estavam aqueles que concordavam que país deveria estabelecer um compromisso com a potência hegemônica central (Estados Unidos) e seu respectivo sistema de interesses (MARTINS, 1968).

Para Martins (1968) essa discussão acerca do desenvolvimento que se estabeleceu no Brasil, a partir da perspectiva desenvolvimentista, correspondia a dois padrões peculiares de desenvolvimento: o modelo Alfa (de caráter abrangente, democrático e autônomo), que prevaleceu até início da década de 1960, enquanto fruto do nacional desenvolvimentismo e o modelo Ômega (de caráter excludente, autocrático e dependente), que prevaleceu a partir da vigência do regime militar, em 1964.

À frente deste contexto de desenvolvimento econômico se destacava o complexo urbano industrial (com seu respectivo empresariado e operariado), a parcela nacional desenvolvimentista (burocracia civil e militar) e os setores tradicionais (agrário-latifundistas exportadores etc.). Dentre tais interesses conflitantes, o destaque do presente trabalho, em virtude do seu objeto de estudo, é o complexo urbano industrial, e a parcela nacional desenvolvimentista, que configura o desenvolvimento econômico até o início da década de 1960, até que em seus meados (1964), o desenvolvimentismo sai de cena em substituição ao regime político militar e autoritário.

Além disso, o debate acerca do desenvolvimento brasileiro pressupõe que se discuta e se compreenda o processo de industrialização. O foco de tal processo era estabelecer um sistema produtivo integrado, que fabricasse seus próprios bens de capital e que fosse detentor

do controle nacional do referido sistema ou de seus setores. Para isso, compartilhando da perspectiva de Martins (1968), no caso do Brasil, a melhor forma para analisar o processo da industrialização é começando pelo lado das barreiras que lhe foram impostas pela condição de subdesenvolvimento.

Numa breve perspectiva histórica, é possível detectar que a fase da produção de bens de consumo duráveis, ocorrida entre os meados da década de 1950 e o início da década de 1960, foi caracterizada pelo veloz crescimento da produção industrial. Porém, com o superdimensionamento e com as escalas mínimas ocorridos, neste contexto, com algumas indústrias, instauraram-se elevados níveis de capacidade ociosa que se intensificaram ainda mais no período de recessão (1963-1967). Contudo, quando tais margens de capacidade ociosa foram reduzidas, foi possível retomar os investimentos, sobretudo a partir da década de 1970.

A formação de capital industrial no novo ciclo de investimentos foi fortemente subsidiada pelo Estado. Havia três formas principais de subsídio à formação de capital na indústria: 1) isenções ou reduções da tarifa aduaneira e demais impostos (IPI, ICM) incidentes sobre a importação de máquinas e equipamentos destinados a projetos industriais aprovados pelo Conselho de Desenvolvimento Industrial (CDI) ou por órgãos setoriais e regionais de desenvolvimento. A partir de 1971 as isenções de IPI e ICM foram estendidas às compras de máquinas e equipamentos no mercado interno, de forma a eliminar a discriminação à produção interna de bens de capital, implícita na legislação anterior, e estimular o desenvolvimento da indústria de bens de capital; 2) subsídios implícitos nos financiamentos de longo prazo para investimento industrial, concedidos pelo BNDE. Esses financiamentos tinham correção monetária prefixada em limites significativamente inferiores às taxas de inflação observadas nos anos 70; 3) incentivos fiscais, administrados por órgãos regionais de desenvolvimento, para investimentos industriais em regiões menos desenvolvidas. (SUZIGAN, 1988, p. 3-4)

Nesse sentido, o processo de industrialização no Brasil gerou um feito excludente, por meio da determinação de fatores estruturais que caracterizavam o desenvolvimento econômico no país. O fato é que este efeito foi excludente em duas esferas: 1) das áreas que estão fora do polo dinâmico circunscrito ao processo produtivo; 2) dentro deste polo dinâmico, com a regressão da distribuição de renda e atendimento apenas dos que se situam nos extremos superiores da pirâmide. (MARTINS, 1968).

Foi assim que o processo de industrialização no Brasil, principal marco do desenvolvimento econômico, sofreu uma série de mudanças entre o período de 1961 e 1974: primeiramente o processo de desenvolvimento passou por uma severa recessão entre

1963 e 1967 – em virtude do regime autoritário e suas respectivas reformas institucionais; em seguida, a partir de 1964, este processo de industrialização vivencia um novo ciclo, marcado pela rapidez do crescimento e pelas mudanças estruturais pós 1968 (SUZIGAN, 1988, p. 4). É justamente nesse sentido que o Estado exerceu um papel ativo tanto na expansão do mercado interno, quanto nas condições propícias para a economia mundial (o que facilitou as ações do comércio internacional, as facilidades de aporte de capital externo de risco e também os empréstimos em moeda).

Essas condições tanto do desenvolvimento econômico quanto do processo de industrialização no Brasil conduzem vários pesquisadores a apreciar e reapreciar estrategicamente o desenvolvimento do sistema capitalista brasileiro, para que assim seja possível compreender e debater a sua organização social e política, além dos fatores estruturais dos quais se desdobram as crises cíclicas.

Numa tentativa de reinterpretar a industrialização no Brasil, Tavares (1985) associa o nascimento da Grande Indústria à acumulação cafeeira. Em outras palavras, o que explica para a autora o surgimento da indústria e também o seu vínculo com a economia cafeeira em si, foi o processo de acumulação de capital do complexo cafeeiro e sua diferenciação urbano-rural. Ora, a expansão do mercado no Brasil ocorreu a partir da diferenciação do capital cafeeiro em dimensões distintas – urbana, industrial, rural e financeira.

A indústria de bens de consumo assalariado, uma vez instalada, serve de suporte ao esquema de reprodução global do capital cafeeiro sob dois ângulos. O primeiro é o de garantir o custo de reprodução da mão-de-obra do complexo cafeeiro, mesmo nas etapas de declínio do ciclo do café, quando o poder de compra das exportações vem abaixo e diminui mais que proporcionalmente a capacidade para importar bens de consumo manufaturado. O segundo é o de manter a taxa de acumulação global quando esta começa a cair, ao caírem os preços internos do café, e ao desacelerar-se o ciclo de expansão na fronteira agrícola. (TAVARES, 1985, p. 99)

A partir de seus PIBs (Produtos Internos Brutos), os países do globo foram “classificados” conforme seu potencial econômico, dentre os quais, os países como o Brasil, hoje também designados como “países em desenvolvimento”, foram alocados no “terceiro mundo” e desde então, tendo como referência os países de primeiro mundo, objetivam produzir materialmente tanto quanto estes.

Eis então, a justificativa da interdependência entre o café e a indústria. Ambos focados na reprodução do capital, visando a efetivação dos lucros e a expansão de suas respectivas capacidades produtivas. E devido à sua submissão ao capitalismo internacional e à sua

decorrência da dinâmica interna de acumulação de café, é que desde o início de sua existência, a acumulação de capital industrial se submeteu ao desenvolvimento da produção e do capital mercantil exportador.

Esta dependência frente ao setor exportador, pelo lado da acumulação, é decisiva, pois, se bem o modo de produção capitalista se torna dominante no Brasil, por força da própria expansão cafeeira, não se geram, em simultâneo, forças produtivas capitalistas capazes de reproduzir, endogenamente, o conjunto do sistema. Vale dizer, não se passa, ao mesmo tempo, ao modo especificamente capitalista de produção, ao chamado “capitalismo industrial”. (TAVARES, 1985, p. 100, grifos da autora).

Apesar dos grandes marcos da industrialização no Brasil acentuarem-se na década de 1950, é perceptível, portanto, que a industrialização iniciou-se muito antes, num auge do capital cafeeiro. Os indícios da industrialização no país acentuaram na década de 1930, período pós-crise e na década de 1950, com o a substituição de importações. E foi entre este espaço de tempo, especificamente entre 1933 e 1955, que se consolidou a “industrialização restringida”.

Neste período de industrialização, pela primeira vez na história da economia brasileira, se combinam dois fatores contraditórios que permitem identificar uma nova dinâmica de crescimento. O primeiro é que o processo de expansão industrial comanda o movimento de acumulação de capital, em que o segmento urbano da renda é o determinante principal das condições de demanda efetiva, vale dizer da realização dos lucros. O segundo resulta de que o desenvolvimento das forças produtivas e os suportes internos da acumulação urbana são insuficientes para implantar a grande indústria de base necessária ao crescimento da capacidade produtiva adiante da própria demanda. Assim, a estrutura técnica e financeira o capital continua dando os limites endógenos de sua própria reprodução ampliada, dificultando a “auto-determinação” do processo de desenvolvimento. (TAVARES, 1985, p. 103).

A expansão industrial, juntamente com a acumulação urbana revelou o potencial interno de acumulação e de diversificação da estrutura produtiva e a partir disso se articulou com as relações internacionais. Trata-se de um ciclo que se iniciou em 1933 com a recuperação econômica e avança com a aceleração do crescimento industrial até 1937.

Foi, sobretudo, a crise do café e a pressão da classe industrial para participar do poder que culminou na “Revolução de 1930.” O compromisso político estabelecido no “Estado Novo” em 37, significou a aliança da burguesia com a oligarquia agrícola. Mas, por que se estabeleceu esse compromisso? Tratava-se de uma complementação entre os interesses da burguesia e da velha oligarquia: ao manter o nível de renda da oligarquia, a burguesia possuía

um mercado interno diante da crise conjuntural mundial. E, sendo a estrutura agrária deficiente, os trabalhadores rurais migravam para as cidades, contribuindo para rebaixar os salários e impulsionar a acumulação de capital exigida pela industrialização.

Porém, com o desenvolvimento econômico, o setor industrial e o setor agrário entraram em conflito, rompendo com aquela complementaridade: 1) crise geral da economia de exportação, prejudicando o fornecimento de divisas à indústria, além de imobilizar recursos do governo retirando-os da atividade industrial para socorrer a setor externo; 2) a incapacidade de ofertar bens agrícolas com a expansão da demanda urbana levou à alta dos preços; 3) baixa capacidade de emprego da indústria, em razão da modernização tecnológica.

Com essa ruptura da complementaridade, e com a necessidade de uma reforma agrária para enfrentar o problema de um mercado interno restringido, foi determinada a revisão por parte da burguesia do compromisso político de 1937. E, ao enfrentar o limite representado pelas relações com o imperialismo, configurou-se uma nova etapa do desenvolvimento.

Para não chegar à concepção de uma revolução, foi necessário considerar os “setores” da burguesia nacional: uma burguesia média e pequena, e uma grande burguesia comprometida com o imperialismo. A razão para essa diferença é evidente. Os capitais estrangeiros que entravam no país buscavam associar-se a grandes unidades de produção, que absorveriam a tecnologia obsoleta dos EUA (Estados Unidos da América). A consequência foi a aceleração da concentração do capital, na medida em que estas grandes, unidas, aumentavam sua mais valia e sua capacidade competitiva.

O desenvolvimento industrial capitalista foi, na realidade, o que prolongou no Brasil a vida do velho sistema semicolonial de exportação. Seu desenvolvimento, em lugar de libertar o país do imperialismo, vinculou-o a este ainda mais estreitamente e acabou por levá-lo à atual etapa subimperialista, que corresponde à impossibilidade definitiva de um desenvolvimento capitalista autônomo no Brasil. (MARINI, 2000, p.99).

O compromisso se manteve até o governo forte do Marechal Dutra (1945-50), quando começou um novo período de lutas políticas. A raiz das lutas até o golpe de 1964 reflete a disputa pelo poder, o crescimento constante do setor industrial e as dificuldades do setor externo, que conduziram a indústria e a atividade agroexportadora passar de complementar à oposição. Além disso, as massas atuavam em busca de novas concessões sociais, e a burguesia, por sua vez, via neste fato uma oportunidade de enfrentar as antigas classes dominantes e de se aliar ao movimento de massas:

Essa aliança era possível porque, propondo um amplo programa de expansão econômica, a burguesia abria perspectivas de emprego e de elevação do nível de vida para a classe operária e para as classes médias urbanas, criando assim uma zona de interesses comuns que tendiam a expressar-se politicamente em um comportamento homogêneo. (MARINI, 2000, p.14)

Entre 1930 e 1945, à frente do Estado brasileiro, Getúlio Vargas adotou uma política progressista e nacionalista. Para contar com o apoio operário, diante de um projeto de lei que limitava os lucros extraordinários e a sua exportação, nomeou João Goulart para estar à frente do Ministério do Trabalho que, por seu turno, concedeu um reajuste de 100% sob o salário mínimo, intimidando as classes dominantes e desembocando no exílio de Jango.

Getúlio Vargas, diante da reação da direita, adotou medidas para acalmar a oposição, implementou a Lei de Segurança Nacional para conter o movimento das massas (e que posteriormente serviu de base para o governo militar de 1964, tornando-se em “Doutrina da Segurança Nacional”). Além disso, promulgou a Reforma Cambial de 1953 que incentivou as exportações e promoveu a contenção das importações. Devido aos movimentos internacionais (queda do preço do café), caíram as exportações, o que desembocou uma nova crise cambial, somada à aceleração da inflação e a pressão das massas por reajustes salariais. Diante desse quadro, a campanha de direita, sob o comando de Carlos Lacerda, ganhou força e, neste ínterim, Getúlio Vargas suicidou-se.

Esse período marca a eclosão de várias contradições, dentre as quais o setor agroexportador que antes fornecia as divisas necessárias à indústria, recebia ajuda do governo diante da crise do setor externo. O governo de Café Filho (1954-1955) teve como ação mais importante, a instituição da Instrução 113 da SUMOC (Superintendência da Moeda e do Crédito), que concedeu abertura para os capitais estrangeiros, além de ser uma medida que fortemente apoiada pela burguesia industrial. A entrada significativa do capital externo no país teve repercussões sobre o equilíbrio social e político existentes. Além disso, ao aceitar a concessão de divisas para superar a crise, a burguesia renunciava à política nacionalista de Getúlio.

Entre meados da década de 1930 a 1955, o processo de industrialização se fez presente na acumulação de capital no Brasil em virtude de sua expansão, “[...] porque existe um movimento endógeno de acumulação em que se reproduzem, conjuntamente, a força de trabalho e parte crescente do capital constante industrial.” (DRAIBE, 1985, p. 13). Porém, a industrialização neste contexto estava restringida em detrimento do fato que o processo de acumulação de capital não tinha “fôlego” suficiente para consolidar plenamente, de uma só

vez, as bases técnicas e financeiras necessárias, ou seja, o núcleo da indústria de bens de produção – que era essencial para viabilizar o crescimento industrial.

O ano de 1950 foi marcado por uma série de acontecimentos significativos, tais quais: a crise do café; a quebra dos financiamentos que transferiam capital cafeeiro para capital industrial; a ruptura entre Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial – e seus respectivos desdobramentos nos problemas de financiamento externo; a construção de Brasília; a primeira baixa importante no poder de compras dos salários; a aceleração inflacionária; o início da ruptura do Estado de Compromisso que caiu definitivamente em 1964; a inviabilidade de a burguesia nacional manter-se associada no mesmo patamar do capital estrangeiro, via mediação do Estado (TAVARES, 1985). Tudo isso se desembocou na “associação subordinada”, ainda que não prejudicasse a taxa de acumulação de capital.

É importante destacar que exceto nos períodos de crise, o capital do empresariado nacional manteve-se em expansão, em termos absolutos, porém de forma desigual. O que se observa entre 1957 e 1961 e entre 1963 e 1968, é um aumento das margens de lucro e até mesmo do caráter oligopólico do empresariado industrial nacional. “Ocorre que o período de transformação estrutural de 1956 a 1967 produziu um excesso de capacidade significativo, particularmente no setor de bens de consumo durável.” (FILHO, 1994, p. 87).

Foi a partir do Plano de Metas dos cinquenta anos em cinco, traçado no governo de Juscelino Kubitschek, que foi viabilizada a entrada do processo da industrialização na sua última fase, de bens pesados e com ela começou a constituir-se um diferente padrão de desenvolvimento. Foi a partir do Plano de Metas que se efetivou o amplo apoio ao capital estatal e ao capital estrangeiro.

Esta última etapa caracteriza-se pela implantação do sistema produtor de bens de consumo durável de valor unitário alto ou relativamente alto. A compreensão das importações, pela pressão que sobre sua pauta exerce o processo substitutivo, fez crescer – e agora de maneira progressiva e constante – a demanda interna orientada pelo consumo dos estratos de rendas superiores (que, de resto, constituem o único mercado em expansão), dando início assim à produção local de bens industriais complexos. É a fase da grande entrada de capitais estrangeiros e que tem na indústria automobilística talvez a sua expressão mais significativa. (MARTINS, 1969, p. 56)

A implementação e os resultados do Plano de Metas marcou historicamente a formação de um padrão de acumulação especificamente capitalista no Brasil. E, além disso, foi a partir deste plano que a acumulação sofreu uma transformação qualitativa, que para

Tavares (1985) desembocou uma série de mudanças no padrão de acumulação até então existente.

O Plano de Metas tinha como foco ampliar e/ou criar segmentos da indústria de base e dos ramos de energia, transporte, alimentação e educação. E por outro lado, estava também focado na criação de condições propícias que inserissem o Brasil na ordem capitalista mundial, por meio da atração do capital estrangeiro e de suas respectivas tecnologias para o país. Outra meta era também promover o estímulo da poupança nacional e o incentivo de modernização geral do sistema produtivo, para que assim a economia fosse redinamizada e as taxas de investimentos elevadas (FILHO, 1994). Consequentemente, ocorreu uma profunda transformação de cunho estrutural, do processo produtivo.

Os interesses em jogo eram de ocupação dos mercados efetivos e potenciais dos países em desenvolvimento como forma de ampliação da base de acumulação de capital; e, como a tendência que se apresentava era de proteção crescente nas economias nacionais, o movimento foi de transposição/criação de plantas produtivas nesses mercados para garantir a expansão e antecipar-se à impossibilidade da livre importação. Esses aspectos tiveram inegável participação na formulação das metas. (FILHO, 1994, p. 33-34)

Trata-se de mudanças qualitativas que resultaram na consolidação do departamento de bens de produção relacionada ao Plano de Metas que, por seu turno, corresponde à intensificação da ação estatal voltada para a coordenação e para a intervenção concreta na produção. É o Estado e o capital estrangeiro subsidiando ações e estratégias voltadas para o desenvolvimento dos ramos de bem de capital e de consumo durável. “As ‘condições externas’, somadas às opções históricas de desenvolvimento feitas pela sociedade brasileira, definem um elemento estrutural fundamental que é a inserção do país na ordem capitalista mundial.” (FILHO, 1994, p. 63).

É por isso que o início da década de 1960 foi fortemente marcado pela presença do Estado e pela dominância do capital estrangeiro nessa nova fase do processo de industrialização.

A estrutura de financiamento e de risco, implícitas na própria estrutura técnica do capital, só representam “barreiras à entrada” para os empresários nacionais, apesar de que não os liquidam economicamente, nem impedem o surgimento de uma nova burguesia industrial de segunda ordem, constituída pelas pequenas e médias empresas que se instalam e proliferam como cogumelos nas etapas de industrialização acelerada. (TAVARES, 1985, p. 113)

Essa predominância do capital estrangeiro sinalizava questões complexas na esfera do desenvolvimento: de um lado a economia se desvinculava do setor agrário-exportador, porém, de outro, estabelecia

O recurso ao capital externo constituía-se numa faca de dois gumes: de um lado, resolvia-se a contradição crucial do modelo anterior, liberando-se a economia da circunscrição do desempenho do setor agrário-exportador. De outro, começava a consolidar-se um padrão de desenvolvimento baseado numa estrutura econômica fundada na associação desigual entre os capitais estrangeiro, privado nacional e estatal. Desigual em vários sentidos, sendo os principais relacionados a privilégios desproporcionais ao capital estrangeiro e a uma evidente subordinação tecnológica do capital privado nacional. O capital estrangeiro veio ainda em ramos da indústria constitutivos do departamento de bens de consumo durável - o automotivo, por exemplo - e passou, pelas razões apontadas, a ser o principal polo dinâmico da economia. (FILHO, 1994, p. 28)

É importante mencionar que enquanto no nível da acumulação ocorreu uma mudança qualitativa que engendra uma dinâmica peculiarmente capitalista, no nível da industrialização, onde ocorreu o funcionamento pleno das inovações, essa mudança não se estabelece de forma imediata. Ou seja, a estrutura do financiamento voltado para a industrialização não foi imediata.

O destaque é que houve uma significativa modificação na estrutura de investimentos do país, tanto no âmbito da matriz produtiva (com a mudança da importância relativa de cada um dos ramos industriais nos níveis de produção e de investimentos), quanto no âmbito da previsão de expectativas que definiam e alimentavam as decisões nas unidades de capital.

Assim, o que caracterizava a estrutura de investimentos foi a especialização setorial dos capitais privados, tanto nacionais quanto estrangeiros e também do capital estatal. Cada um destes capitais teve, relativamente, uma participação específica na determinação do nível de investimentos. Cada capital operava em poucos setores.

Em termos pormenores, os capitais privados de cunho nacional e estrangeiro foram especializados. O capital estrangeiro teve significativa participação principalmente nos bens duráveis e de capital.

O capital estrangeiro ocupa um papel essencial na estrutura de investimentos, não apenas pelo seu volume - de significativa importância relativa -, mas pela natureza do investimento inovador e determinante da dinâmica da economia. Esta é a nossa referência básica. A mudança na estratégia de concorrência realizada no bojo da reestruturação industrial

internacional não repatriou imediatamente - é evidente - a massa de capital sob seu domínio, sobretudo porque não se sabia que impacto teriam as transformações na ordem internacional sobre o Brasil. Todavia, houve uma perda crescente da importância do mercado nacional em relação aos planos de investimento. Numa economia que pretendia taxas elevadas de crescimento (10%, em média) a alteração teve o status de uma modificação estrutural importante. (FILHO, 1994, p. 85)

Nessa dinâmica, o capital estrangeiro só se fez presente com o ciclo de expansão em curso. Mas foi a partir de 1956 e 1957 que se atenuou a participação do capital estrangeiro no processo de industrialização.

As filiais estrangeiras que se instalaram no período 1956/61 vieram para ficar, e como manda a boa técnica do oligopólio diferenciado, instalaram capacidade produtiva bem na frente da demanda pré-existente, e prepararam-se para financiar em suas próprias importações e, posteriormente, forçar a diversificação de consumo tão logo este desacelerou ao ajustar-se ao crescimento espontâneo do Estado. (TAVARES, 1985, p. 114)

No que concerne ao capital estatal, sua resposta era voltada para a oferta de alguns insumos essenciais para a economia e também para a coordenação macroeconômica. O capital estatal também ficou a cargo da execução de políticas econômicas coordenadoras do movimento de curto prazo, participando quantitativamente de forma elevada no gasto corrente (consumo).

Foi assim que uma nova estrutura de investimentos se efetivou com o Plano de Metas. E a fase da industrialização pesada somente foi efetivamente superada a partir do período de Governo Militar, que compreendeu o período de 1964 a 1967. E mesmo assim, é complexo, após desse período, problematizar a superação dessa fase da industrialização, porque vários segmentos ainda demandavam complementação. É por isso que Filho (1994), afirma que o Plano de Metas foi “o começo do final” do processo de industrialização no país.

O que há de historicamente específico em relação as mudanças na economia iniciadas com o Plano de Metas é que a estrutura da demanda - ou, se quisermos, mais propriamente, a estrutura de consumo -, que orienta as sucessivas mudanças dinâmicas iterativas do sistema produtivo, não correspondeu imediatamente ao tipo de capacidade interna de produção existente e recém formada. (FILHO, 1994, p. 30)

Um dos impasses do Plano de Metas foi o desequilíbrio entre as condições de oferta e demanda que expressaram um desarranjo estrutural envolvendo os investimentos, o financiamento e a distribuição. Consequentemente, foi interrompido o ritmo dinamicamente

imposto por meio das mudanças na estrutura de investimentos ocasionadas pelo Plano de Metas.

Logo, este processo de “industrialização pesada” expressou a conformação da estrutura completa da industrialização brasileira. Em seguida, a fase na qual se desenvolveram, especificamente, as forças produtivas especificamente capitalistas, corresponderam a um novo tipo de industrialização, na qual a base industrial era complexa e sustentada num novo processo inovador, próprio dos países desenvolvidos. E foram justamente as fases e aspectos da industrialização no Brasil que vieram confirmar o quanto o processo foi tardio e excludente.

A partir daí é que Tavares (1985) desenvolveu o conceito de industrialização dependente, caracterizada pelas contradições inerentes a cada etapa de expansão e acumulação do capital.

Indo ao encontro e confirmando este processo de industrialização dependente, Martins (1968) aponta que a questão do desenvolvimento brasileiro se apresenta pelo que ele denomina de “círculo vicioso da riqueza”:

[...] uma demanda de altas rendas induz a um tipo de produção cujos efeitos circulares são represados no âmbito limitado do mercado de consumo que a condicionou. Está aqui, em resumo, a chave do mecanismo regressivo do *efeito excludente* que caracteriza o desenvolvimento brasileiro, tanto espacialmente quanto setorialmente. (MARTINS, 1968, p. 59)

Trata-se de destacar o fato que o processo de industrialização no Brasil foi incapaz de criar um mercado de massas que fosse capaz de generalizar, suficientemente, para toda a nação, os desdobramentos do progresso econômico e concomitantemente garantir que o sistema se expandisse. Essa insustentabilidade é que foi geradora e acirrador do efeito excludente:

Embora o modelo de substituição de substituição de importações tenha sido inspirado no modelo americano de industrialização, cuja base de sustentação estava dada pela indústria de bens duráveis e pelo consumo de massas, aqui a industrialização e o crescimento econômico assumiram um caráter fortemente excludente, isto porque incorporaram segmentos relativamente reduzidos ao mercado de trabalho organizado e criaram um mercado consumidor extremamente selecionado e restrito. Constituiu-se, assim num modelo essencialmente concentrador de renda, baseado quase exclusivamente na coerção – via Estado e via gestão de trabalho pelo capital – sem combinar a persuasão em termos salariais e de integração de amplas massas de trabalhadores a um novo padrão de vida proporcionado pelo desenvolvimento industrial. (LUCENA, 2004, p. 70)

Contudo, o Estado, neste contexto, atuou fortemente nos setores pesados da indústria e também nas operações de financiamento interno e externo da indústria. E mais do que isso, em suma, ele atuou, contraditoriamente, nas seguintes esferas: promoção de investimentos estrangeiros e privados nacionais; fornecimento de subsídios diferenciados fundamentados em garantias e até mesmo na permissividade de endividamento interno e externo (TAVARES, 1985).

O fato é que, como acentua Tavares (1985), as diversas interpretações sobre a industrialização no Brasil, sejam elas pautadas no modelo de substituição de importações ou nos fatores da dependência por si só são insuficientes para esclarecer de forma satisfatória o subdesenvolvimento do Brasil.

No que concerne à industrialização, essas condições de subdesenvolvimento apresentaram limitações e possibilidades internas de modo que a reprodução ampliada do capital industrial tornou-se endógena e dominante. Porém o preço deste processo foi caro para o país: desembocou-se numa situação de acentuado grau de subdesenvolvimento de uma parte significativa das forças produtivas e acentuou-se também o grau de dependência em termos financeiros, tecnológicos e políticos em relação ao capital internacional.

2.2 A emergência da burguesia brasileira: dos primórdios da industrialização ao desenvolvimento econômico do capitalismo dependente, desigual e combinado

Nesse tópico de discussão, as reflexões foram direcionadas para uma análise em busca do entendimento da formação da burguesia industrial, para que posteriormente, sejam compreendidas sua ação e sua atuação em suas respectivas tomadas de decisão quanto à (con)formação de trabalhadores para a indústria entre os anos de 1961 e 1974.

Pode-se afirmar que na perspectiva de Florestan Fernandes (1987), a Revolução Burguesa, ainda com ressalvas por não se tratar de uma revolução propriamente dita, foi fruto de um longo processo, que teve seus primórdios na sociedade escravista, a qual trouxe em seu cerne os principais determinantes para a formação e desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Também, a análise⁷ de Fernandes (1987) é fruto de longo processo, iniciada em 31 de

⁷Devido a divergências intelectuais ele desistiu de dar continuidade aos seus escritos por alguns anos e depois resolver retornar à sua produção intelectual. Nesta segunda tentativa, tendo como fundamentação em suas análises sua experiência docente e tendo também o apoio de seus companheiros intelectuais. Até que então,

março de 1964, como resposta intelectual ao regime militar instaurado no Brasil, nesse mesmo período. Logo, o que chama a atenção no presente debate, é a busca pela compreensão acerca da formação dessa burguesia industrial, haja vista o debate que está posto no terceiro capítulo, com ênfase no empresariado industrial (diretamente articulado a esta burguesia) e também o fato de que a análise acerca do desenvolvimento e da industrialização no Brasil pressupõe que seja também compreendido o assentamento do sistema capitalista em solo brasileiro e o processo de acumulação de capital a ele inerente.

Segundo Fernandes (1987), há um antes, um durante e um depois do que ele designa de Revolução Burguesa no Brasil. O antes, diz respeito à economia exportadora que preparou de modo estrutural e dinâmico o terreno para que a dita revolução acontecesse. O depois trouxe alternativas claras para o desenvolvimento econômico da sociedade brasileira, por meio de diferentes destinos históricos: 1) subcapitalismo; 2) capitalismo avançado. E o durante, que é o foco das análises de Fernandes (1987) e consiste na etapa em que o capitalismo é consolidado no Brasil, “[...] como uma realidade parcialmente autônoma, com tendências bem definidas à vigência universal e à integração nacional” (FERNANDES, 1987, p. 15) e em que são colocados os aspectos gerais da “Revolução Burguesa”. A estrutura dessa discussão se iniciou com o debate acerca da emergência da “Revolução Burguesa”, tendo como continuidade os caracteres estruturais e dinâmicos dessa “Revolução” e por fim, a apresentação dos limites a curto e longo prazo, “[...] parecem confiná-la e reduzir sua eficácia como processo histórico-social construtivo” (FERNANDES, 1987, p. 14).

Para o debate acerca da “Revolução Burguesa”, demanda a necessidade de que sejam apresentadas algumas “questões preliminares de natureza interpretativa” (noções de “burguês”/ “burguesia”, de “Revolução Burguesa” enquanto realidade histórica no Brasil, de como essa noção pode ser calibrada, partindo das situações históricas vividas ou em processo) e compreender a sociedade escravista no Brasil.

Sobre o termo “burguês”, torna-se necessário ter certo cuidado, haja vista que no Brasil assim como não houve feudalismo, também inexisteu o burgo característico do mundo medieval. “O burguês já surge, no Brasil como uma entidade especializada, seja na figura do agente artesanal inserido na rede de mercantilização da produção interna, seja como negociante (não importando muito o gênero de negócios...)” (FERNANDES, 1987, p. 18). Enquanto o primeiro tipo de burguês (agente artesanal) foi progressivamente se convertendo

em assalariado ou sumindo na “plebe urbana”, o segundo (negociante) teve crescente valorização social em função do “alto comércio”.

Consequentemente, fluía então, a “burguesia” em formação, que mais era uma *congrégie*/aglomerado social, do que uma classe propriamente dita, de caráter diverso e ambíguo, pois o que a unia não eram interesses em comum, mas o modo pelo qual suas utopias eram socialmente polarizadas. É neste aglomerado que é possível imaginar, a paulatina inserção do empresariado industrial. Além disso, havia nesse contexto, dois diferentes perfis do tipo clássico de burguês: o que era voltado à poupança e avidez de lucro, de modo a converter sua riqueza em sinônimo de independência e poder; e o que era audacioso, tinha capacidade de inovar com coragem e competência para efetivar grandes empreendimentos econômicos, característicos do mundo empresarial moderno. Portanto, o papel histórico do burguês no Brasil se derivava ou se impunha em detrimento de suas funções econômicas na sociedade (distante daquela figura dominante, pura, autônoma).

A segunda questão traz em seu seio a polêmica de ter ou não havido uma “Revolução Burguesa no Brasil”. Há uma tendência de negá-la devido ao fato de que se ela fosse admitida, seria o mesmo que pensar a história do Brasil sob o paradigma europeu. Nesse sentido, Fernandes (1987) coloca o seu ponto de vista acerca dessa “revolução”:

Trata-se, ao contrário, de determinar como se processou a absorção de um padrão estrutural e dinâmico de organização da economia, da sociedade e da cultura. Sem a universalização do trabalho assalariado e a expansão da ordem social competitiva, como iríamos organizar uma economia de mercado de ases monetárias e capitalistas? É dessa perspectiva que o “burguês” e a “Revolução Burguesa” aparecem no horizonte da análise sociológica. Não tivemos todo o passado da Europa, mas reproduzimos de forma peculiar o seu passado recente, pois este era parte do próprio processo de implantação e desenvolvimento da civilização ocidental moderna no Brasil. Falar em Revolução das grandes transformações histórico-sociais que estão por trás da desagregação do regime escravocrata-senhorial e da formação de uma sociedade de classes no Brasil. (FERNANDES, 1987, p. 20).

Dessa maneira, ao se referir à “Revolução Burguesa”, Fernandes (1987) não pretende explicar o Brasil pelo passado da Europa, mas sim questioná-la enquanto fenômeno estrutural que trouxe em seu cerne as condições e os fatores histórico-sociais vinculados ao como e ao por quê se deu a ruptura com a ordem tradicional e a emergência do processo social da modernização. Porém, do ponto de vista do materialismo histórico dialético, o corrido consiste num processo no qual se recompuseram as estruturas de poder distintas, porém conciliadoras de seus respectivos interesses: a oligarquia e a burguesia emergente. A questão

é que a burguesia brasileira não consolidou todos os aspectos de uma dita revolução, uma vez que as transformações ocorreram apenas no âmbito da economia, uma vez que, em termos políticos, os laços de dependência com os países desenvolvidos necessitavam ser mantidos. (PERONDI, 2007)

A burguesia em formação e expansão no Brasil, por meio de suas diversas situações de interesse, de comportamentos coletivos mais ou menos conscientes e inteligentes, deu origem a novas formas de organização do poder, que se deu concomitantemente em três níveis: economia, sociedade e Estado. Eis a terceira e última questão preliminar: complexa base psicocultural e política da “revolução”. Para que ela acontecesse, tornou-se imprescindível que existissem certos tipos de homens, que atuassem socialmente na mesma direção de modo intenso e persistente; e também que esses homens apresentassem de um mínimo de consciência social, capacidade de ação conjugada e solidária, e inconformada com o *status quo*, para que pudessem lidar com processos de construção social. Esses homens compunham uma complexa mistura de interesses sociais imediatos, de valores sociais latentes e de interesses remotos.

Consequentemente surgiram duas variáveis, que complicam as análises sociológicas: 1) condições externas da ação; 2) modos subjetivos de ser, pensar e agir socialmente. Ora, trata-se da dialeticidade que envolve a análise das formações sociais, de modo que “[...] as fases de desagregação e colapso de uma forma social são essenciais para o aparecimento e a constituição da forma social subsequente, tanto em termo estruturais quanto em termos dinâmicos” (FERNANDES, 1987, p. 22).

A burguesia, portanto, lançou transformações na sociedade brasileira, com duas facetas distintas: 1) origem dos móveis capitalistas de comportamento econômico introduzidos com a colonização no Brasil (renda absorvida de fora, cujo montante representava produto das atividades econômicas, dificilmente poderia ser compreendido sob a ótica do capitalismo comercial; drenagem de riquezas de dentro para fora – a grande lavoura não tinha poder de dinamização da economia interna) 2) reelaboração e expansão desses móveis capitalistas, sob o impacto da ruptura do estatuto colonial e das suas consequências socioeconômicas (afloramento das potencialidades capitalistas da grande lavoura em prol da formação de um Estado Nacional, desenvolvimento urbano e novas atividades econômicas).

O processo de construção do Brasil enquanto nação tem seus primórdios nas transformações acima e no período de consolidação do capitalismo, por meio de duas fases (ruptura da homogeneidade da aristocracia agrária e aparecimento de novos tipos de agentes

econômicos) e foi acentuado nas regiões beneficiadas pelo surto econômico provocado pelo café ou pela imigração.

Assim, a burguesia consistiu em novos tipos heterogêneos de homens, que impulsionaram tacitamente no percurso de seus erros e fracassos, “[...] a revolução que pôs em xeque os hábitos, as instituições e as estruturas sociais persistentes da sociedade colonial.”(FERNANDES, 1987, p. 29). Em nenhum momento, a burguesia defendeu implacavelmente o direito dos cidadãos, mas sempre se impôs contra o “arcaico”, o “colonial”. São nestas brechas que a burguesia empresarial foi encontrando espaço para se consolidar entremeio às prerrogativas de desenvolvimento econômico do país.

De acordo com Fernandes, foram três os fatores histórico-sociais que direta ou indiretamente foram essenciais para “[...] o desencadeamento da “Revolução Burguesa” e sua assimilação sociocultural pela sociedade brasileira” (FERNANDES, 1987, p. 30) e podem ser vistos por meio de um processo político (a independência – que teve como figuras centrais para suas transformações o “fazendeiro de café” e o “imigrante”), um processo econômico (mudanças nas relações padronizadas dos capitais internacionais com a organização da economia interna) e um processo socioeconômico (expansão e universalização da ordem competitiva): 1) o aparecimento e expansão das condições externas de atuação dos agentes econômicos ou funcionamento das instituições econômicas; 2) a formação, controle subjetivo ou exterior e desenvolvimento de novas conexões de sentido das ações e relações econômicas; 3) constituição e consolidação de uma situação de mercado de escala nacional.

A escravidão se constituiu e reconstituiu durante vários “ciclos econômicos”, nas mais distintas formas, alterando as relações de produção, a estratificação da sociedade e a articulação das “raças” inseridas em inúmeros pólos da dominação escravista. Nesse sentido, Fernandes (1987), que sempre teve em mente o fato de que a reflexão sociológica consiste numa história interpretativa de longa duração, se propôs a sintetizar os “[...] elementos estruturais invariantes, os quais tornaram esse conjunto de diferenciações possível e, mesmo, necessário” (IANNI, 2004, p. 360). Pois para tal autor, foram várias as vinculações da escravidão com o desenvolvimento interno do capitalismo no Brasil. Ou seja, a escravidão trouxe em seu cerne os pré-requisitos para a eclosão capitalista modernizadora e para a formação, consolidação do capitalismo comercial, um dos fatores da “acumulação originária” da cena histórica do Brasil.

Apesar das várias configurações sofridas no decorrer dos períodos históricos, o trabalho escravo sempre fora um “fator humano” que representou a base material da revolução histórica que se deu na economia interna brasileira (IANNI, 2004, p. 377).

Quando o objeto de análise faz parte da América Latina, como o Brasil, emerge uma pergunta essencial: “O que aconteceu “dentro” da colônia e “no” rebento tardio, que vem a ser a eclosão modernizadora do capitalismo nas sociedades de origem colonial” (IANNI, 2004, p. 361).

A emancipação do Brasil foi condicionada e alimentada pela preservação da estrutura e do dinamismo coloniais, que caso fossem destruídos, iriam obstaculizar a eclosão modernizadora. Desse modo, as pressões para que fosse mantida a estrutura colonial vinham concomitantemente de dentro (grupos econômica e socialmente dominantes) e de fora (expansão dos países industriais e mercado mundial). Nesse sentido a ebulição capitalista era aparente, haja vista que por trás dela estavam as estruturas coloniais, que fixaram o capitalismo emergente.

Há dois tipos de confronto a partir do ponto de vista descritivo e interpretativo:

1) Três fases socioeconômicas da evolução do sistema de produção e dominação econômica, historicamente delimitadas: era colonial (controle direto da Coroa em relação ao espaço ecológico, econômico e social); transição neocolonial (início do século XX – chegada da família imperial, abertura dos portos e independência – eclosão da modernização capitalista e formação de um novo setor da economia, o mercado capitalista com funções comerciais dominantes); e emergência e expansão do capitalismo dependente (primeiramente uma economia urbano-comercial e posteriormente, urbano-industrial). Nessa terceira fase socioeconômica, situa-se a delimitação histórica da dialética da dependência.

2) Três Fases da evolução do sistema social de poder: largo período colonial; uma era da emancipação nacional (reintegração da ordem escravocrata e senhorial no Império à luz de um Estado Senhorial); e outra era da emancipação nacional (emergência e consolidação de uma ordem social competitiva à luz de um Estado burguês) – que dentro dele encontra-se a burguesia industrial e seus interesses e ações em defesa da indústria.

Em ambas as perspectivas, a escravidão em termos de funcionamento e rendimento é concebida como contraparte de um contexto histórico-estrutural regulador e determinante.

A escravidão pautada como moderna, refere-se à “escravidão mercantil”, na qual o escravo é sinônimo de mercadoria principal de uma vasta rede de negócios, essencial para a expansão da acumulação do capital mercantil. É neste ponto que se situam duas conexões essenciais da escravidão com o capitalismo na fase colonial (crescimento interno da economia): 1) Nível do “mercado das peças”, no qual a colônia, de modo institucional, se incorporou com o espaço econômico da metrópole e com os centros econômicos subordinados a tal metrópole (comércio de escravos em larga escala). 2) O capital mercantil penetrou nas

formas de produção pré-capitalistas nas quais a escravidão de caráter mercantil se associava (o senhor se relacionava com o capital mercantil por meio da negociação de produtos e de escravos, de modo a ter acesso regular e institucionalizado à acumulação de capital mercantil, fazendo parte então, do “mundo de negócios” colonial-metropolitano).

A escravidão nesse contexto tinha um papel de conexão do capitalismo mercantil e consistia num investimento de capital mercantil. Ao analisar pormenorizadamente a escravidão, Fernandes (1987) se depara diante da necessidade de precisar melhor o termo “apropriação”, haja vista os dois tipos de relação que ela envolve e nunca fora estudada de modo mais profundo: 1) Apropriação por parte do senhor realizada no nível da produção escravista e da exploração do trabalho escravo; 2) A apropriação que constituía a essência da apropriação colonial, que era um circuito de um lado legal, político e fiscal e de outro econômico.

A escravidão colonial e mercantil foi erigida para produzir e reproduzir um butim⁸, compartilhado entre o senhor, a Coroa e seus funcionários, os negociantes metropolitanos e ultrametropolitanos (também produzindo e reproduzindo a si própria) e não para constituir um “negócio privado” em termos de capitalismo industrial. Já na era da transição colonial e de formação do capitalismo dependente, a escravidão continuara sendo de cunho mercantil. Na primeira era a escravidão mercantil funcionou como base material que revitalizou a grande lavoura, além de contribuir com a perpetuação das estruturas de produção coloniais. Enquanto que na segunda, o trabalho escravo foi uma contribuição primordial para a revolução urbano-industrial ao longo do século XIX.

Ao absorver o capitalismo como sistema de relações de produção e de troca, a sociedade desenvolve uma ordem social típica, que organiza institucionalmente o padrão de equilíbrio dinâmico, inerente à integração, funcionamento e diferenciação daquele sistema, e o adapta às potencialidades econômicas e socioculturais existentes. Essa ordem social tem sido designada, por historiadores, economistas, sociólogos, juristas e cientistas políticos, como ordem social competitiva. [...] Nas “sociedades nacionais” dependentes, de origem colonial, o capitalismo é introduzido antes da constituição da ordem social competitiva. Ele se defronta com estruturas econômicas, sociais e políticas elaboradas sob regime colonial, apenas parcial e superficialmente ajustadas aos padrões capitalistas de vida econômica. Na fase de ruptura do regime colonial, tais estruturas alimentam e tornam possível a adaptação aos dinamismos econômicos do mercado mundial, que na realidade desencadeiam e condicionam a transição, e servem de base à gradual formação de uma economia nacional “independente”. A intensidade e os efeitos estruturais ou dinâmicos dessa

⁸Conjunto de bens materiais e de escravos prisioneiros, que se toma ao inimigo no curso de um ataque, batalha ou guerra; produto de roubo ou de pilhagem.

fase dependem, naturalmente, da herança econômica, cultural e política, recebida da época colonial. (FERNANDES, 1987, p. 149)

No que se refere à emergência do Estado-Nação, a escravidão mercantil era a fonte que viabilizava econômica e politicamente as novas estruturas sociais e políticas que também estavam emergindo. É nesse sentido que se deu o surgimento da emancipação nacional, modificando a relação entre a escravidão mercantil, a economia e a sociedade. Foram os pontos centrais desta transformação: 1) consequências econômicas do desaparecimento da apropriação colonial; 2) a escravidão mercantil e seu significado para o desenvolvimento na economia urbano-industrial em ascensão. Nesse contexto, o que entrou em crise foi apenas parte da política colonial, que prendia e submetia a colônia à dominação colonial metropolitana, enquanto as outras partes do sistema foram redefinidas. Por outro lado, o papel que a “[...] escravidão desempenhou para o desenvolvimento capitalista da Europa apareceram aqui e determinaram os rumos, a intensidade e os frutos do florescimento do capitalismo comercial como realidade histórica interna.” (IANNI, 2004, p. 384).

E por fim, nas palavras do autor:

Nas convulsões finais, portanto, a escravidão mercantil exercia influências construtivas que não preencheram antes, nem no período colonial nem no período de transição neocolonial, pela simples razão que antes não existia um meio capitalista consolidado, capaz de ampliar e de aproveitar seus efeitos multiplicadores. Sob um capitalismo comercial plenamente constituído e quase maduro, não se tratava mais de provocar certos deslanches, mas sim de pôr a acumulação de capital mercantil gerada pela escravidão a serviço da revolução burguesa (IANNI, 2004, p. 387).

Analisando as linhas gerais da estratificação social das fases históricas, foi complexa a situação histórica da escravidão, que devido ao seu fundamento monetário tornava uma “questão de mercado” a “liberdade do escravo”. Entretanto, a questão da liberdade do escravo não era simplesmente mercantil, pois inúmeras eram as barreiras e pressões que limitavam o processo de “liberalização por compra”. E o que realmente estava em questão era o trabalho escravo e sua respectiva existência e produção, que era a base da economia de plantação e da sociedade escravocrata.

Foi apontando os indícios da Revolução Burguesa que estaria por vir, que Fernandes (1987) prossegue analisando a sociedade escravocrata e seu esgotamento. Na esfera econômica, o mercado colonial interno, essencialmente arcaico e rígido, começou a diluir em detrimento do surgimento de um mercado capitalista essencialmente moderno, em constante

desenvolvimento. Já na esfera política, os traços coloniais ainda eram consideráveis, pois os senhores já tinham atingido uma solidariedade política necessária para se imporem socialmente e preservar o monopólio da terra, da propriedade do trabalho escravo e os privilégios da aristocracia.

Os fatores responsáveis pelo aprofundamento da crise da produção escravista foram internos e externos. 1) Internos: pressão emancipacionista e abolicionista; 2) Externos: a pressão inglesa.

Paralelamente, em relação ao processo de formação do capitalismo competitivo dependente, o senhor foi se convertendo em “homem de negócios”, de modo que se empenhou ao máximo em prol da duração da escravidão.

A crise da ordem social escravocrata e senhorial compôs um prolongado processo de extinção de um sistema econômico, social e político. Até que por fim, o que levou a crise ao seu colapso foi à impossibilidade de renovação do trabalho escravo e reprodução do modo de produção escravista, além de ter sido acirrada pela imigração e substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre. Enquanto isso, o antigo senhor voltava-se aos cuidados de salvar o seu poder oligárquico e o monopólio da terra, impondo à revolução burguesa em emergência, os seus arcaicos ritmos históricos, que iriam destruir a ordem republicana.

Enfim, todo esse circuito histórico deixou marcas e o Brasil não foi consolidado em sua plenitude. Principalmente o trabalho escravo, que até hoje continua existindo, camuflado por diversas “novas roupagens”. Desse circuito histórico, nas palavras de Ianni (2004, p. 423), podemos concluir que

Portanto, a ordem escravocrata e senhorial “foi destruída a partir de dentro”, através de desenvolvimentos capitalistas direta ou indiretamente engendrados pela economia de plantação escravista; e foi ao mesmo tempo suplantada e substituída por fora, pelos desenvolvimentos capitalistas que se irradiaram da economia urbano-comercial para a sua periferia agrária.

A partir desse complexo movimento foi que a Revolução Burguesa no Brasil se consolidou a partir de um caráter peculiar e

Ao que parece, o desenvolvimento capitalista aponta essa via (autocrática) como a normal, nos dias que correm, o que significa que o presente do Brasil contém o futuro de outros países, que pertençam à periferia do capitalismo mundial e não possam encaminhar-se diretamente para o socialismo (FERNANDES, 1987, p. 221).

Ao abordar essa temática, Fernandes (1987, p. 203) objetivou por meio de uma perspectiva sociológica, analisar “[...] os momentos de crise e de superação da crise do “poder burguês” e da “dominação burguesa” no Brasil, na transição do capitalismo competitivo para o capitalismo monopolista.” Tanto que, nas próprias palavras de Fernandes, Revolução Burguesa é em sua definição, “[...] um conjunto de transformações econômicas, tecnológicas, sociais, psicoculturais e políticas que só se realizam quando o desenvolvimento capitalista atinge o clímax de sua evolução industrial.” (FERNANDES, 1987, p. 203). Apesar de não ser uma revolução, tal fato remete à desagregação do modo de produção escravocrata e a fundação de uma ordem social competitiva, que aponta, com seus aspectos, as transformações dos vínculos coloniais no capitalismo tardio e dependente, além dos desdobramentos favoráveis ao domínio da burguesia no Brasil.

Segundo Fernandes (1987), há um ponto de partida e um ponto de chegada desse acontecimento histórico. Mas há dificuldades em detectar a fase histórica na qual esta “revolução” atinge o auge de sua irreversibilidade e maturidade, em que concomitantemente, o poder e dominação burgueses são consolidados.

No Brasil, a fase do Império e começo da República continham apenas os germes dessa revolução, enquanto que na crise do poder oligárquico, momento de transição, o poder e a dominação burguesa estavam sendo configurados e estruturas do poder sendo recompostas – o que marcou o início da modernidade do Brasil e sua ruptura entre a fase senhorial e fase burguesa.

Entre Rio de Janeiro e São Paulo, o poder da burguesia nasceu das “ilhas burguesas” que foram se constituindo de – modo justaposto – ao redor das cidades e da plantação. O ponto de encontro e área definidora dos interesses comuns dessas “ilhas” foi o comércio. Assim foi imposto pela burguesia que o estabelecimento de um pacto tácito (que algumas vezes também foi explicitamente formalizado) de dominação de classe fosse efetivado no terreno político. Nesse sentido, antes de converter-se em dominação socioeconômica, a burguesia se unificou no plano político, convergindo para o Estado.

A burguesia manteve então, múltiplas polarizações com as estruturas econômicas, sociais e políticas brasileiras, se comprometendo por igual, com tudo que lhe acarretasse longe de ser uma defensora da civilização ou instrumento da modernidade. Nesse contexto, a linha de situação aderida pela burguesia como um todo, ajustara a múltiplos interesses e ambíguas adaptações, optando então por uma mudança de caráter gradual e formação de uma modernização rápida e impetuosa (pelo menos nas cidades e regiões que estavam expandindo economicamente), no intuito de amenizar a mudança social espontânea.

A origem dessa burguesia era rural, provinciana, socializada e atraída pela oligarquia e posteriormente com ela conflitando, devido às preocupações particularistas e do conservantismo sociocultural e político de ambas – ou seja, discórdias de cunho materialista, focalizadas no interesse de expansão de negócios. Assim, apesar de repudiar o mandonismo oligárquico, a burguesia dele se utilizava em prol dos seus próprios interesses. Mas essa burguesia fora condicionada pelos requisitos tanto ideais quanto legais da ordem social competitiva.

A burguesia idealizava suas representações enquanto objeto de ostentação e símbolo do moderno e do civilizado, que somente eram válidas para ela mesma. Mas ao sofrer pressões de outros grupos, acerca de sua identificação simbólica, ela agiu de modo reacionário e ultraconservador. Portanto, a burguesia era dotada de um espírito civilizatório e modernizador restrito à esfera empresarial e ao crescimento econômico.

[...] ao contrário de outras burguesias, que forjaram instituições próprias de poder especificamente social e só usaram o Estado para arranjos mais complicados e específicos, a nossa burguesia converge para o Estado e faz a sua unificação no plano político, antes de converter a dominação socioeconômica no que Weber entendia como “poder político indireto”. As próprias “associações de classe”, acima dos interesses imediatos das categorias econômicas envolvidas, visavam a exercer pressão e influência sobre o Estado e, de modo mais concreto, orientar e controlar a aplicação do poder político estatal, de acordo com seus fins particulares. (FERNANDES, 1987, p. 204)

As associações de classe apontadas por Fernandes (1987) na citação acima remetem à FIEMG e sua respectiva organização em torno da defesa dos interesses industriais – eis fragmentos da dominação burguesa que fundamentam os indícios de uma fração e/ou representatividade industrial neste aglomerado de preocupações.

A evolução interna do capitalismo competitivo se refere desde a transição do século XX perpassando todo o processo de industrialização que foi até 1930. O eixo desta mudança foi erigido sob a égide da economia neocolonial, por meio da exportação e importação.

Interesses burgueses internos estavam em consonância com interesses burgueses externos e consequentemente a dominação burguesa gozava da primordial estabilidade econômica e política. Assim,

[...] a dominação burguesa se associava a procedimentos autocráticos, herdados do passado ou improvisados no presente, e era quase neutra para a formação e a difusão de procedimentos democráticos alternativos, que

deveriam ser instituídos (na verdade, eles tinham existência legal ou formal, mas eram socialmente inoperantes) (FERNANDES, 1987, p. 207)

Diante deste contexto, Fernandes (1987) apresentou dois elementos importantes para a interpretação sociológica da evolução da dominação burguesa:

1) O significado da dimensão autocrática da dominação burguesa (acordo tácito entre as elites das classes dominantes, no intuito de manter e reforçar o cunho autocrático da dominação burguesa).

2) O progressivo aparecimento de uma “oposição dentro da ordem” “a partir de cima”. Com o regime de classes, diferentemente do escravocrata e senhorial, esse tipo de oposição não pode ser detido. Expandiu-se então o cenário dos conflitos potenciais e dentro deles estava a “oposição de baixo para cima” que facilmente poderia chegar ao patamar de “oposição contra a ordem”. Apresentavam simultaneamente duas transformações às elites, que se mobilizariam em torno de opressões e repressões (mandonismo, paternalismo etc.) buscando impedir que as massas conseguissem conquistar espaço político, “dentro da ordem”.

No âmbito da superficialidade e da aparência, essas transformações eram sinônimas de “crise do poder oligárquico”. Devido à emergência dos conflitos estimulados por parte de alguns setores radicais da classe média e de setores insatisfeitos da grande burguesia, o poder monopolizado pela velha oligarquia foi se extinguindo, que adquirira, a partir de então, a oportunidade para restaurar sua influência econômica, social e política. Então a “crise” tornou os interesses oligárquicos menos visíveis e mais flexíveis, propiciando rapidamente o deslocamento do poder decisivo da oligarquia “tradicional” para a “moderna”.

Fernandes (1987) enfatiza o segundo elemento, pois foi nele que se consolidou de modo conservador, a dominação burguesa no Brasil. Foi graças a essa consolidação, que a oligarquia (tradicional e moderna) conseguiu criar a mentalidade burguesa e determinar o seu padrão de dominação. Foi ela que ditou a solução dos conflitos em longo prazo, cedendo terreno tanto aos setores intermediários e seu respectivo radicalismo e também aos círculos industriais. Portanto, a nova aristocracia, que fora antes a oligarquia (e não os industriais e as classes médias), é que na verdade decidiu na prática o que deveria ser a “revolução” burguesa. Foi ela que selecionou como eixo da Revolução Burguesa no Brasil, a luta de classes e a repressão do proletariado.

A dominação burguesa foi, portanto, imposta à classe operária. A lógica da dominação burguesa dos grupos oligárquicos dominantes prevaleceu perante a fusão do “velho” e do “novo”, da aristocracia comercial e das elites dos emigrantes.

O poder controlado pela oligarquia não era afetado pelo desenvolvimento desigual, mas pelo contrário, tinha sua universalização estimulada. Além de prevenir a desordem na economia, a oligarquia constituía a maior segurança possível para que o mundo pré-capitalista se convertesse em mundo capitalista. Ela protegeu tanto a acumulação pré-capitalista, quanto a propriamente capitalista, além de definir os seus inimigos, que nos primórdios eram os escravos e posteriormente foram os assalariados ou semi-assalariados.

Assim, sob a égide do capitalismo competitivo, a mercantilização do trabalho e as relações de produção capitalista viabilizaram a revolução urbano-comercial e sua simultânea transição para a industrialização. Toda essa lógica trazia em seu cerne uma política oposta à concepção de Revolução Burguesa sob a ótica hegemônica das classes dominantes, percebida inicialmente apenas pelos operários europeus. Anarquistas, socialistas e comunistas num posicionamento contra ideológico e contra hegemônico, foram além das aparências de tal “Revolução”, desmascarando o que ela realmente tinha vindo a ser.

O espaço político continuava sendo virtual e imobilizável: ele existia porque era engendrado pelas instituições, mas não era utilizável porque estas mesmas instituições impossibilitavam o seu acesso aos que não pertencessem ao rol dos dominantes. A “democracia burguesa” era também restrita para quem não fazia parte da dominação burguesa, que para Fernandes (1987), corria o risco de sofrer facilmente um deslocamento por grupos que invadissem o espaço político. Dessa discussão, desdobram-se dois problemas básicos:

1) A debilidade congênita da burguesia, que reduzia ao mínimo suas manobras e barganhas estratégicas. Mas na verdade não se trata de uma debilidade, mas sim de uma vulnerabilidade inerente à burguesia, devido a outras classes.

2) A Revolução Burguesa não era difícil, haja vista a redução de seu campo histórico e o fechamento do espaço político que se abria à mudança social construtiva. Portanto, a burguesia não escolheu outro percurso em função de sua limitada visão econômica e política, pois sua função no plano histórico era apenas possibilitar a formação e duração do capitalismo no Brasil.

Sob este prisma, a dominação burguesa é uma conexão histórica do capitalismo dependente, pois é a ele que ela conciliou sua existência e expansão, ao restringir o espaço político à mudança social construtiva.

A crise do poder burguês constitui o problema central da investigação histórico-sociológica da Revolução Burguesa no Brasil. Essa crise se situa na era atual e também como consequência da transição do capitalismo competitivo para o capitalismo monopolista.

Como parte da ideologia burguesa e fator de junção entre a oligarquia e os novos adeptos ao comércio e à indústria, “[...] as forças acumuladas sob o capitalismo competitivo seriam suficientes tanto para a autonomização do desenvolvimento capitalista interno, quanto para conferir à burguesia nacional (através e com base no seu setor industrial).” (FERNANDES, 1987, p. 215).

Um tempo histórico próprio foi imposto de fora para dentro, por parte da economia capitalista mundial. A transição foi determinada pelo relativo grau de avanço e de potencialidades da economia capitalista do Brasil, possibilitado a passar instantaneamente por um amplo e profundo processo de absorção de práticas financeiras, produção industrial e consumo – todos vinculados ao capitalismo monopolista. Foi esta oportunidade que a burguesia brasileira percebeu e tirou proveito.

Tal como os grandes centros hegemônicos servem de referência para o desenvolvimento econômico do país, o modelo francês serviu de parâmetro à burguesia, no que se refere ao ideal de desenvolvimento capitalista e industrialização.

Após 1930, a burguesia sofreu uma tripla e crescente pressão: 1) De fora para dentro, oriunda do capitalismo monopolista mundial e suas respectivas estruturas e dinamismos, em prol de desenvolvimento com segurança; 2) Do proletariado e das massas populares, em prol de um novo pacto social; 3) Da intervenção direta do Estado na economia.

Como reação a essas pressões, o poder burguês articulou uma contra revolução autodefensiva, que alterou substancialmente a forma e as funções da dominação burguesa. Por meio de uma nova posição de força e de barganha, a burguesia em relação à situação interna, ganhou vantajosas condições, que lhe possibilitaram: 1) uma maior intimidade em sua associação com o capitalismo financeiro internacional; 2) reprimir de modo violento ou intimidando, as ameaças operárias ou populares; 3) transformar o Estado em instrumento favorável e exclusivo do poder burguês, nas esferas econômica, política e social.

Além disso, sua posição de poder lhe possibilitou ir além devido a tais condições: ela adquirira também maior poder de manobra da situação interna e mais flexibilidade para fixar uma política econômica favorável ao aceleração do desenvolvimento capitalista. Torna-se válido destacar que essa dominação, diferentemente da dominação senhorial, não era homogênea, mas sim heterogênea e também teve que acomodar interesses de diferentes espécies.

A crise do poder burguês então não foi sanada mediante a evolução interna do capitalismo competitivo e do vigor adquirido pela aceleração do crescimento econômico foi efeito apenas do desenvolvimento capitalista espontâneo. “A reorganização do Estado, a

concentração e a militarização do poder político estatal, bem como a reorientação da política econômica sob a égide do Estado foram à mola mestra de todo o processo de ‘recuperação’ e de volta à ‘normalidade’.” (FERNANDES, 1987, p. 219).

Mas não houve ruptura com as relações de dependência e nenhum dos aspectos acima citados foram viabilizados em prol de uma transição independente. Pois, por trás da crise política oriunda do cenário nacional, também se encontrava uma crise econômica de fora (mundial) para dentro (nacional), que se resolveu por meio de uma reorganização do padrão de dominação externa (transição do capitalismo competitivo para o monopolista). Consequentemente,

Em nome do “desenvolvimento econômico acelerado”, ampliou-se e aprofundou-se, portanto, a incorporação da economia nacional e das estruturas nacionais de poder à economia capitalista mundial e às estruturas capitalistas internacionais do poder (FERNANDES, 1987: 219-220).

O ideal de uma revolução democrático-burguesa foi arquivado em detrimento da abertura ao agente econômico, social e político necessário para uma nova evolução. No entanto se admite a revolução de cima para baixo, desmascarando o sentido da dominação burguesa essencialmente autocrática, contra quem a impediu de lograr seus objetivos no período republicano.

A concretização da Revolução Burguesa transcende o seu modelo histórico porque está superado, mas também devido às especificidades dos países capitalistas atrasados e o seu respectivo confronto com um novo tipo de capitalismo mundial. A burguesia no Brasil foi moldada sob a égide do capitalismo competitivo e, no entanto, chegou ao auge de sua maturidade e plenitude de poder amparado pelo capitalismo monopolista. Consequentemente, seu aspecto autocrático e repressivo de dominação foi acentuado por não haver ainda outra força social que a ela se sobrepusesse e, também, por ela não ter conseguido conciliar o capitalismo monopolista imposto de fora para dentro, com os antigos ideais de Revolução Burguesa nacional-democrática.

A “Revolução” Brasileira foi entendida a partir das transformações na estrutura produtiva, com o processo de industrialização, e de uma tendência crescente de participação das massas na luta política. A “Revolução” Brasileira consistiu no próprio desenvolvimento econômico. O que chama atenção são os elementos que Fernandes (1987) elencou enquanto propulsores da burguesia no desenvolvimento econômico brasileiro. Ao invés de uma Revolução Burguesa, conceito forte, o que se evidenciaram foram as mudanças políticas e

econômicas na sociedade e não uma revolução que do ponto de vista do materialismo histórico dialético implicaria em profundas mudanças no modo de produção.

Portanto, a análise da complexa Revolução Burguesa no Brasil e dos aspectos a ela inerentes, é fio condutor indispensável para o posterior entendimento da formação da burguesia industrial, propriamente dita, e ao empresariado industrial que dela faz parte. Além disso, a discussão estabelece subsídios fundamentais para a compreensão do desenvolvimento brasileiro e do processo de industrialização que foi um dos seus grandes marcos, rumo ao alinhamento do país ao modo de produção capitalista, prioritariamente orientado para a acumulação de capital.

2.3 Estado e empresariado industrial e suas respectivas propostas de desenvolvimento com ênfase na expansão da industrialização (1961-1974)

Uma vez estabelecida a discussão e reflexão acerca do desenvolvimento econômico no Brasil, que neste contexto se articula diretamente à expansão da indústria, Suzigan (1988) apresenta de forma sintética e didática, as principais diretrizes e aspectos do processo de expansão da industrialização brasileira destacando que, independentemente do grau de envolvimento, o Estado esteve a postos, orientando e fomentando a referida expansão. Ou seja, na mesma perspectiva de Martins (1968), o Estado deve ser analisado para além da reflexão filosófica a partir da qual ele é concebido como aparelho de dominação da sociedade burguesa. Sua análise, de cunho sociológico, nos permite detectar que o pano de fundo dessa questão é o modo pelo qual o Estado se expandiu no Brasil pós 1961.

[...] a *questão do Estado* só ganha sentido teórico e prático – e daí parte das dificuldades que apresenta – se relacionada às formas particulares de estruturação da Sociedade Capitalista em contextos históricos específicos; vale dizer: se relacionada às formas históricas concretas de organização e funcionamento do mercado e do sistema produtivo, da estruturação das classes e das condições em que representam seus interesses, dos graus da autonomia assumida pela dimensão política e do novo papel das burocracias nas diferentes sociedades capitalistas contemporâneas. (MARTINS, 1968, p. 18, grifos do autor)

Outro elemento importante, no caso das indústrias, do empresariado industrial e da FIEMG, é compreender que tanto as instituições, quanto suas normas sofrem a coerção dos

imperativos do modo de produção capitalista, bem como do Estado, em virtude das características que ele assume no âmbito do desenvolvimento econômico.

[...] as “instituições” e as “normas” não podem se desenvolver arbitrariamente, pois sua formação e sua modificação estão sujeitas à “coerção da forma” resultante do modo de socialização capitalista, do jogo contraditório comum entre formas “econômicas” e “políticas”, as relações de classe institucionalizadas no Estado, bem como de condições ligadas ao desenvolvimento da hegemonia político-cultural. (HIRSCH, 2007, p. 60-61)

Ou seja, é de suma importância que a questão do Estado seja compreendida a partir das formas particulares de consolidação do capitalismo no Brasil, em suas respectivas especificidades. E a FIEMG, nessa dinâmica do Estado, consiste em parte integrante deste sistema regulador, em virtude das funções reguladoras que ela executa, em defesa dos interesses e objetivos do empresariado industrial mineiro.

A forma política (separação/ligação) entre Estado e sociedade realiza-se em um complexo institucional que compreende precisamente os aparelhos de Estado, estrito senso, e também as instituições da “sociedade civil”. Todos eles são partes integrantes do sistema regulativo na medida em que eles próprios cumprem funções regulativas (organização de interesses, auto administração, assinatura de acordos salariais, etc.). (HIRSCH, 2007, p. 55)

Nesse sistema regulador, é o aparelho estatal em si que codifica e garante “as regras do jogo”, porém levando em conta os distintos elementos que pertencem a este esquema, no qual se incluem tanto a FIEMG quanto o empresariado industrial propriamente dito.

Então, a contradição entre a socialização “pelo mercado” e a “de classe” impregna não apenas o Estado como todos os elementos do sistema regulativo: as federações empresariais são ao mesmo tempo representantes “do” capital e associações de produtores privados concorrentes; e os sindicatos são simultaneamente organizações (de parcelas) “da” classe operária e cartéis “voluntários” de oferta da força de trabalho de seus proprietários; a família é o lugar no qual, a um só tempos, são produzidas e reproduzidas as posições de classe, podem se desenvolver a individualidade e a emocionalidade, e a socialização específica de gênero e a divisão de trabalho encontram a sua base. (HIRSCH, 2007, p. 53)

O Estado, nessa lógica, não é sujeito da regulação e sim “ponto de entroncamento institucional” que está à frente do processo regulatório, garantindo e integrando a si próprio.

A regulação é realmente um “processo sem sujeito (dirigente)”, entretanto tem no Estado o seu *centro institucional* porque a força de coerção física é a

base para a manutenção das relações de classe, de suas formas sociais e a garantia de suas características institucionais, além do fato de que as relações de força entre as classes expressas em compromissos sociais devem ser ali codificadas. Isso não significa que o Estado *dirija* o processo regulatório. Ele o *garante*, ao mesmo tempo em que o integra. (HIRSCH, 2007, p. 56, grifos do autor)

É por isso que o Estado é utilizado pelas classes dominantes como justificativa e sustentação da sua situação de domínio a partir de uma complexa série de atividades teóricas e práticas, buscando também a passividade e subserviência dos que são dominados. É por isso que se tornou constante, ao longo da Revista Vida Industrial, a presença e o discurso de figuras políticas em grande parte dos artigos lidos e analisados, como se apresenta no terceiro e último capítulo deste trabalho.

Somente tem sentido, desse modo, em compreender o Estado se ele estiver relacionado às formas históricas concretas que organizam e funcionam o mercado e o sistema produtivo, impactando também na estruturação das classes e das condições que configuram seus interesses e do papel que a burguesia especificamente industrial assume no contexto do desenvolvimento brasileiro (MARTINS, 1985).

Na medida em que o desenvolvimento no Brasil segue seu processo histórico específico, também apresenta um padrão próprio de estruturação interna e também de inserção e alinhamento ao mercado mundial.

A hegemonia, em termos gerais, baseia-se, economicamente, na vinculação da classe trabalhadora com a forma valor, que pressupõe a formulação de um regime de acumulação estável e de um “modelo de crescimento nacional”; politicamente, na particularização do Estado que lhe permite aparecer como a corporificação do social em geral e como portador de um programa “nacional-popular”; e, ideologicamente, na possibilidade da livre associação e organização de pensamentos e interesses no plano da “sociedade civil”, que tem como pré-condição “uma multiplicidade de elementos da ideologia, que se manifestam pelas diferentes forças sociais, mas que podem ser unificados com êxito em um conjunto ideológico relativamente unitário. (HIRSCH, 2007, p. 69)

Ou seja, a hegemonia corresponde às representações gerais articuladas à ordem a ao desenvolvimento da sociedade e também às posições que nela os indivíduos ocupam. “De fato, projetos hegemônicos estão apoiados sobre a estrutura de classes e de interesses da sociedade, mas nunca são o produto conscientemente criado por atores sociais definíveis.” (HIRSCH, 2007, p. 70).

Trata-se de um processo inerente à realidade brasileira, uma vez que é impossível, inviável e incoerente universalizar a discussão do Estado mediante as distintas configurações que ele assume, em resposta ao contexto específico das realidades nas quais ele se instaura.

Em outras palavras: que a função precípua do Estado capitalista é a de garantir as condições materiais de produção e o sistema legal que ordena as relações capitalistas e a exploração da classe é algo que integra o domínio das evidências; todavia, a análise sociológica da questão do Estado somente começa quando se passam desse plano geral (ou, se quiserem, desse nível de abstração) para o entendimento das formas que assumes, aqui e agora, as relações concretas entre um dado tipo de Estado capitalista e uma dada estrutura de classes. É exatamente essa problemática que o procedimento descrito é incapaz de aprender: a análise filosófica (tanto em sua forma pura quanto em sua forma degradada de pensamento doutrinário) para onde os problemas sociológicos começam. (MARTINS, 1985, p. 19)

Por conseguinte, o Estado consiste num agente histórico de transformação em virtude da autonomia da dimensão política a ele inerente, face às demais esferas da estrutura social que condiciona sua autonomia específica, enquanto Estado propriamente dito. O Estado, nessa perspectiva, se refere a um dado modo de desenvolvimento, no caso contextualizado pela realidade econômica, social e política brasileira, onde prevalece uma “desarticulação social”.

O Estado brasileiro organizou uma base própria de acumulação⁹, na medida em que ela ocorre no âmbito do Estado revertendo-se, a partir de diferentes mecanismos, em benefício para o setor privado. Ou seja, o que constitui e expande este processo de acumulação são as atividades das empresas estatais que, além disso, ampliam o poder econômico do Estado e atua favoravelmente à exploração empresarial capitalista ao introduzir na gestão de suas empresas critérios essencialmente empresariais. “A expressão *Estado capitalista* deve ser entendida, assim, num duplo sentido: a de um Estado que garante a ordem social capitalista e a de um Estado cujo aparelho se expande com (e através de) práticas capitalistas.” (MARTINS, 1985, p. 40, grifos do autor).

Ora, são considerados aspectos estruturais aqueles que governam o processo de acumulação de capital. Nesse sentido, um destes aspectos é o processo de industrialização e suas respectivas bases estruturais voltadas para a acumulação de capital, de modo a determinar as possibilidades do desenvolvimento capitalista. Nessa lógica, a composição do conceito de padrão de acumulação sustenta a definição de industrialização, uma vez que se

⁹ “[...] a acumulação é um processo global e indivisível.” (MARTINS, 1985, p. 40)

trata de um processo que em termos teóricos e históricos é vencido pela constituição de um padrão de acumulação particularmente capitalista.

O padrão de acumulação é definido como uma articulação específica entre a diferenciação da estrutura produtiva e a distribuição social da renda, analisada a partir dos departamentos de produção da industrialização como um processo intrínseco ao sistema capitalista, de permanente “revolucionarização” das forças produtivas. (FILHO, 1994, p. 25)

Partindo do pressuposto que um mesmo modo de produção, neste caso o capitalista, pode engendrar diferentes modos de desenvolvimento, que por seu turno possuem um Estado a sua frente, garantindo a ordem social do referido modo de produção em vigência, destacou-se, portanto, o processo de industrialização especificamente brasileiro enquanto eixo principal de sustentação do desenvolvimento econômico.

2.3.1 Industrialização e desenvolvimento na década de 1960: entre os avanços e a recessão

O início da década de 1960¹⁰ foi marcado por uma das crises cíclicas provocadas pelo modo de produção capitalista. Foi uma grande crise econômica em pleno processo de expansão da industrialização, em detrimento de uma queda brusca dos investimentos e da taxa de crescimento da renda brasileira. Ou seja, a crise de 1960 foi a primeira de cunho econômico, originada pelo processo de industrialização instaurado no Brasil desde 1930.

No intuito de reverter essa situação, ao perceber os sinais de mercado acerca do esgotamento da capacidade produtiva e notando que o crescimento também não seria prolongado por muito tempo, o empresariado diminuiu o ritmo dos seus investimentos. O fato é que apesar de possuir capacidade para ampliar o potencial de produção da economia, é necessário um determinado espaço de tempo para que estes investimentos pudessem ser operacionalizados – tempo este superior ao necessário para poder suprir os imperativos da demanda em ritmo de crescimento rápido.

¹⁰ São vários os fatores que contextualizam o início da década de 1960: as exigências tecnológicas; a internacionalização da concorrência entre as empresas multinacionais e seus respectivos benefícios propiciados pelo Governo de Kubitschek, dentre os quais se destaca a antecipação de capacidade produtiva, etc. (FILHO, 1994).

Para que o desenvolvimento econômico continuasse, era necessário ampliar o setor de bens intermediários que estavam obsoletos e também a infraestrutura urbana. Também era necessário desenvolver o setor de bens de capital. Porém várias eram as dificuldades em relação à busca de mecanismos de financiamento adequado tanto para os setores privados, quanto para os públicos (que estavam em déficit em virtude dos gastos com o Plano de Metas). Tudo isso ocorreu justamente num momento em que eram incipientes as demandas por maiores recursos financeiros para que assim novos investimentos fossem viabilizados na economia brasileira. E para complicar, a demanda por produtos do setor de bens consumo duráveis era restrita em detrimento da concentração de renda e ausência de estratégias de financiamentos voltadas para o consumidor.

Com a eclosão de todos esses fatores, as taxas de crescimento se retraíram e o a inflação acelerou. Era recorrente a necessidade de reformas institucionais (tributária, monetária, financeira e do setor externo) para que os investimentos fossem retomados. E foi essa situação que configurou os governos de Jânio Quadros (1961) e João Goulart (1961-1964) – lembrando que ambos tentaram encontrar formas distintas de resolver a situação política e encontrar a solução econômica.

O governo de Jânio Quadros (1961) caracterizou-se, nessa perspectiva, por duas frentes: liberava-se dos compromissos partidários para agir em nome do interesse nacional, (nesse sentido desprezava qualquer tipo de organização e pressão social, representando sacrifícios para as camadas menos favorecidas); conseguiu a adesão das massas graças aos temas de estabilidade monetária, reformas estruturais e política externa independente. Sua ação mais importante foi a abolição da Instrução 113 e adoção da Instrução 204 da SUMOC, em que a taxa de câmbio era fixada livremente. Na medida em que desafogava o setor externo e através de indícios do liberalismo econômico, caminhava para uma “racionalização” com a eliminação dos setores considerados antieconômicos ou que ainda não eram capazes de enfrentar a competição.

Além disso, Jânio Quadros constituiu em seu governo uma política externa independente, procurando ampliar o mercado para as exportações tradicionais e também diversificando por meio da inclusão de manufaturas. Para tanto, aproximava-se dos países socialistas. Do lado interno, atacava os problemas estruturais do campo. Suas ações provocaram o descontentamento de diferentes setores da sociedade e, contando apenas com sua força pessoal, Jânio Quadros renunciou ao poder com menos de um ano de governo, com a expectativa de retornar. Mas o povo saiu às ruas contra a direita, apoiando seu vice João Goulart que era muito mais ligado às diretivas das massas.

No âmbito econômico, mesmo com as tensões políticas e com o aumento da inflação, a economia brasileira apresentou boas taxas de crescimento até 1962. Daí em diante, com a deterioração do quadro econômico, foi lançado o Plano Trienal, que objetivava conciliar a luta contra a inflação por meio de crescimento econômico de aproximadamente 7%. A estratégia foi a adoção de uma política de estabilização recessiva, a partir da contração monetária. Porém, os resultados não foram bons. O crescimento que em 1962 foi de 6,6%, foi reduzido, em 1963, para 0,6%.

No ano de 1961 em que Jânio Quadros foi eleito presidente e teve à sua frente uma série de problemas macroeconômicos do governo de Juscelino Kubitschek, dentre os quase se destacaram o aumento da inflação, o déficit fiscal e a pressão sobre o balanço de pagamentos.

Nesse sentido, a estratégia de Quadros foi lançar a desvalorização cambial, a diminuição do gasto público e política monetária restritiva. Porém, mesmo sob o respaldo dos credores internacionais e do Fundo Monetário Internacional (FMI), o governo Quadros não conseguiu obter uma base de sustentação. Foi aí que, como aqui já foi apontado, no mesmo ano em que assumiu a presidência, Quadros renunciou o cargo. Consequentemente, o vice-presidente, João Goulart, deveria assumir o poder – com ressalvas de não ser bem aceito em virtude de ser considerado populista, de esquerda e vinculado aos sindicatos. Por isso, para ter seus poderes reduzidos, o Congresso Nacional lançou uma medida conciliatória, aprovando a alteração no sistema de governo de presidencialista para parlamentarista.

Foi assim que em setembro de 1961, João Goulart foi empossado sob um sistema parlamentarista de curta duração – haja vista a realização de um plebiscito previsto para 1965, foi adiantado por Jango para 1963 e que retornou o presidencialismo ao sistema de governo.

Por conseguinte, João Goulart assumiu a Presidência de 1961 a 1964 sob o regime parlamentarista, começando uma campanha para retorno ao presidencialismo. A economia caracterizava-se pela estagnação, com o borbulhar dos movimentos reivindicativos de classe. A burguesia apoiava Jango com a expectativa de constituir um governo forte, devido à sua força junto às massas¹¹. Para enfrentar o problema econômico lançou o Plano Trienal que fracassou por conta da contradição que se encontrava na base do governo: a burguesia reivindicava a melhoria da rentabilidade dos investimentos, o que significava, no longo prazo, a ampliação do mercado interno através da reforma agrária, e em curto prazo, a contenção do movimento reivindicativo das classes assalariadas. “[...] apenas confessava a impossibilidade de sua ‘frente única’ operário-burguesa” (MARINI, 2000, p. 18).

¹¹ Quanto ao movimento de massas, foi resultado, sobretudo, do problema de desemprego causado pela modernização tecnológica. Somava-se a isso, a necessidade de qualificação da mão de obra.

Crescia o movimento de massas e em oposição a ele, as classes dominantes se organizavam. Logo os Estados Unidos intervieram apoiando a direita (contra o comunismo) e a elite. Essa oposição se agravou quando João Goulart tentou conter o movimento das massas, o que distanciou progressivamente a burguesia de seu respectivo governo. Até o momento em que perdeu o apoio de parte dos militares, amparados pela burguesia, contra o movimento de massas e organizações de esquerda. A burguesia, então, abandonou o governo diante da frustração de suas expectativas, e se uniu às classes dominantes – movimento este reforçado pela vinculação da burguesia ao capital estrangeiro. Até que, finalmente, o governo militar caracterizou-se pela repressão contra os movimentos de massa e pela aliança com o capital externo.

Os capitais norte-americanos, diante do contexto da economia norte-americana de incapacidade de absorção de todo o excedente econômico, buscavam novos mercados. Internamente, a diversificação econômica tornava as relações sociais cada vez mais complexas.

[...] entre os grupos industriais e a agricultura e os latifundiários exportadores; entre a indústria e a agricultura de mercado interno; entre os grandes proprietários rurais e o campesinato; e entre os grupos empresariais e a classe operária, assim como a pequena burguesia (MARINI, p.52).

Tais aspectos indicam que mais uma crise estava começando a ser gestada em virtude de uma série de fatores: desde a crise política iniciada com a renúncia de Jânio, que reduziu o nível de investimentos no país, até mesmo a forte concentração de renda, a ausência de mecanismos de financiamento a longo prazo e o desgaste político ocasionado pelo presidente João Goulart.

A grave crise do setor externo no governo Jango e a estagnação econômica colocou em xeque o setor industrial e, além disso, a burguesia deixou de lado sua pretensão de promover um desenvolvimento capitalista autônomo, preocupando-se unicamente em salvar o sistema, o que culminou no Regime Militar em 1964.

Como já visto, sua primeira ação era conter as massas, para tanto, a burguesia renuncia ao plano de reforma agrária e se une à oligarquia rural. E outra característica marcante é a sua associação com o capital externo. Tal política de integração ao imperialismo, de um lado, impulsiona os investimentos e estimula a modernização tecnológica, de outro, promove o desemprego.

Trata-se da agudização da lei geral de acumulação capitalista, da absolutização da tendência ao pauperismo, que leva ao estrangulamento da própria capacidade produtiva do sistema, já evidenciada pelos altos índices de ‘capacidade ociosa’ verificados na indústria brasileira mesmo em sua fase de maior expansão. O desenvolvimento dessa contradição essencial do capitalismo brasileiro o leva à mais total irracionalidade, isto é, expandir a produção, restringindo cada vez mais a possibilidade de criar para ela um mercado nacional, comprimindo os níveis internos de consumo e aumentando o exército industrial de reserva. (MARINI, 2000, p. 97)

Foi justamente a partir dessa dinâmica que o golpe militar de 1964 encontrou espaço para impor de maneira autoritária uma solução para essa crise também política – essa foi a condição para que se implementasse medidas de superação da crise econômica (reformas constitucionais e condução da política econômica de forma ajustada e garantida).

Para Martins (1968), a crise em 1964 veio como resposta, no plano econômico, ao esgotamento do nacional desenvolvimentismo em virtude de uma série de efeitos dinâmicos¹² e, no plano sociológico, à ocorrência de inúmeras questões de cunho social¹³.

Essa série de fatores desencadeou o golpe militar de 1964, o qual interrompeu o processo político democrático e finalizou o populismo. Nesse contexto, os militares que estavam à frente do país apresentaram um projeto de modernização do Brasil enquanto sinônimo do fim do atraso populista. Porém, é necessário destacar que apesar de os militares assumirem o poder em meio a uma crise econômica, foi justamente durante o populismo que o país apresentou notável crescimento econômico e desenvolvimento industrial. O marco deste governo militar era a nacionalismo exacerbado. Dentre as primeiras medidas, estava a aproximação com os países desenvolvidos, principalmente os Estados Unidos e também com os organismos financeiros internacionais. Nesse contexto, o PAEG (Programa de Ação Econômica de Governo) foi um plano que combatia a inflação e as reformas institucionais.

Em suma, o que é possível compreender é que a crise política e econômica gestada no início de 1960 desencadeou o golpe militar de 1964. E a partir deste golpe, os militares objetivavam a modernização do país e colocaram como condição o extermínio das políticas populistas, lançando o PAEG – que apresentou saldo positivo em sua avaliação – reduzindo a inflação e consolidando uma série de reformas institucionais (financeira e tributária). Porém, os custos sociais foram severos.

¹² Tais quais: a limitação da demanda por novas importações em detrimento da deterioração das relações de intercâmbio; o setor agrário que respondia lentamente às demandas de expansão do consumo e criação de empregos; a disfunção do processo inflacionário em virtude da deterioração do sistema de trocas; a debilitação da capacidade estatal de investimentos; e demais limitações próprias do desenvolvimentismo (MARTINS, 1968)

¹³ Em virtude da mudança de comportamento político-conjuntural de vários atores sociais (empresários, militares etc.) e seus respectivos conflitos ideológicos.

Entre 1964 e 1966, houve uma maior abertura da economia para o mercado externo. E, paralelamente, a economia mundial também se encontrava num período favorável para o comércio internacional. Ou seja, tudo fluía positivamente para o melhoramento do desempenho da economia brasileira.

O governo militar de Castelo Branco (1964-1967) rechaçou a ideia de uma política externa independente substituindo-a pela “interdependência continental”, assumindo que a própria posição geográfica do Brasil colocava-o sob a influência norte-americana.

O que se verificava, na realidade, era a evolução, de certa maneira inevitável, da burguesia para a aceitação consciente de sua integração ao imperialismo norte-americano, evolução que resulta da própria lógica da dinâmica econômica e política do Brasil e que pode ter graves consequências para a América Latina. (MARINI, 2000, p.61)

A política externa brasileira não significava apenas a integração à economia norte-americana, mas tinha intenção de colaborar para expansão do imperialismo na América Latina. A política de desenvolvimento integrado era apoiada pela burguesia, que ao estabelecer uma aliança com a oligarquia agrária para o golpe de 1964, estava impossibilitada de romper os limites do mercado interno através da reforma agrária.

Por isso, o golpe de 1964 não pode ser reduzido a uma intervenção estadunidense. Não se está negando a influência dos fatores externos, mas uma economia como a brasileira, diversificada e com uma realidade social complexa, ainda que condicionada e limitada, dada sua inserção externa, contorna as interpretações unilaterais.

Em termos imediatos, o golpe representou o afastamento dos setores mais atrasados das classes dominantes do núcleo do poder, substituídos pela burguesia industrial e financeira. Simultaneamente, ele representou o esmagamento e a desarticulação das forças populares, excluídas, doravante, de toda a possibilidade de participação em qualquer instância do aparelho de Estado. Os instrumentos definidores dessa nova ‘paz social’, tão ao sabor das classes médias que a apoiavam, foram uma nova legislação trabalhista e salarial, além da repressão no seu sentido mais físico. (FILHO, 1994, p. 86)

A compreensão da mudança política de 1964 e sua relação com a realidade econômico-social se dá a partir da análise das relações de forças existentes entre os grupos políticos e contradições de classe que se desenvolviam com base em uma configuração econômica dada.

E, além disso, ao optar pela integração ao imperialismo, a burguesia industrial concordou em intensificar o processo de renovação tecnológica, atendendo às necessidades de

exportação norte-americana de seus equipamentos obsoletos, dada a rapidez do progresso tecnológico. Mas, numa economia subdesenvolvida, a contrapartida era o problema do desemprego e da escassez de mão-de-obra qualificada.

Dado os limites já expostos para ampliação do mercado interno, a produção crescente voltou-se para o mercado externo. A pressão da concorrência levou a maior exploração das massas, em que a competitividade baseava-se nos baixos salários da força de trabalho.

A intensificação da exploração foi suficiente para intensificar as lutas de classe e ameaçar a posição da burguesia. A integração imperialista foi, ao mesmo tempo, a possibilidade de internacionalização da revolução latino-americana.

Analizando os aspectos abordados até então, pode-se afirmar que a década de 1960 foi marcada pelo esgotamento do modelo desenvolvimentista sob os moldes de uma economia subdesenvolvida e dependente, assim como a estrutura social, o processo político e a autonomia internacional da economia brasileira.

Segundo Martins (1968), os anos de 1960 conduziram modificações tanto no ritmo quanto no sentido do processo de desenvolvimento em quase toda a América Latina, em sentido contraposto às expectativas desenvolvimentistas pós 1930. E especificamente, no caso do Brasil, tais modificações foram sinônimas de uma elevada desaceleração econômica e de grande perplexidade social, de maneira que as diretrizes desenvolvimentistas não mais respondiam às atuais demandas dessa nova década. Por isso, Martins (1968) optou por elaborar uma reapreciação crítica da década de 1950, para melhor analisar a década de 1960. Nesse sentido, o processo de desenvolvimento brasileiro se subdividiu entre dois momentos distintos: o que antecede a crise e o que a configura – levando em consideração três aspectos: as formas de distribuição de recursos econômicos que o desenvolvimento gerou; as formas de organização e alocação de poder no interior da sociedade; e as formas de inserção de seus agentes no mercado e no sistema político mundial.

De um lado estavam as expectativas desenvolvimentistas em busca de autonomia política do país no plano internacional, numa lógica abrangente, democrática e autônoma e de outro lado, sob a ótica de Martins (1968), se configurava uma lógica de desenvolvimento excludente, autocrático e dependente¹⁴.

Tendo como referência a necessidade de compreender e destacar as configurações e ações tanto do Estado, quanto do empresariado industrial, é importante retomar os aspectos

¹⁴ Segundo Martins (1968), as condições necessárias para o êxito do desenvolvimentismo estavam além das possibilidades do capitalismo periférico, uma vez que desenvolvimento brasileiro é caracterizado por um efeito fortemente excludente.

elementares e circunscritos ao final da década de 1960 e ao início da década de 1970, que correspondem a um ciclo notavelmente expansivo. Este movimento analítico, historicamente aqui retomado de modo sintetizado, reflete também a preocupação de Marini (2000) em entender o golpe de 1964, a partir de fatores internos do desenvolvimento político e econômico no Brasil e o respectivo estabelecimento das relações de classe. Ou seja, no final da década de 1960, mais especificamente entre 1966 e 1973, o Brasil viveu uma situação econômica favorável, marcada pela estabilidade e pelo acelerado crescimento econômico (em detrimento das reformas ocorridas anteriormente e também das condições internacionais propícias). Eis o porquê de ser designado de “Milagre Econômico”¹⁵.

Primeiramente, é necessário analisar o estabelecimento da política macroeconômica expansionista focada em dois amplos setores, tais quais: 1) amplo programa de investimentos públicos áreas de infraestrutura econômica e sociais – energia, transportes, comunicações, urbanização e saneamento básico etc. 2) investimentos diretos das empresas estatais nas indústrias de base, principalmente na mineração e exploração de petróleo, siderurgia, química, petroquímica e fertilizantes, indústria de armamentos e aeronáutica. E, além disso, no que concerne aos investimentos das empresas privadas nacionais, elas recebiam financiamentos cujos créditos eram subsidiados pelo BNDE (Banco Nacional de Desenvolvimento) e por bancos regionais de desenvolvimento, além de receber também incentivos fiscais por parte destes órgãos regionais de desenvolvimento (SUZIGAN, 1988).

Depois, em segundo lugar, é necessário compreender o *boom* de construções residenciais urbanas: trata-se de uma decorrência relacionada às facilidades de financiamento destinado para a construção imobiliária, que foi criado como fruto das reformas institucionais consolidadas em meados de 1961, a partir das quais foi constituído o Banco Nacional de Habitação (BNH) articulado ao Sistema Financeiro da Habitação (SFH) – instituições focadas no empréstimo e captação de recursos a médio/longo prazos no sistema financeiro (SUZIGAN, 1988).

E por fim, houve também, no âmbito do mercado interno, a criação das condições necessárias para a expansão do consumo, reprimido desde o período de recessão ocorrido entre 1963 e 1967. O crescimento do consumo está relacionado à elevação no nível de emprego, ao aumento da massa de salários e também às facilidades de financiamento em

¹⁵Este “Milagre Econômico” foi consequência direta do que anteriormente foi implantado com o PAEG (Programa de Ação Econômica do Governo), em vigência de 1964 a 1967 (Governo Castelo Branco) – uma ação de cunho mais liberal e enquanto ação coordenada do governo por meio de programas estritamente indicativos que visavam combater a inflação e com o PED (Programa Estratégico de Desenvolvimento), implantado no Governo Costa e Silva, entre 1967 e 1969, que impactou no crescimento acelerado da economia, na redução da inflação e na ampliação dos níveis de emprego.

detrimento do desenvolvimento, a partir do sistema financeiro privado, de um segmento especializado em crédito direto ao consumidor. Consequentemente, ocorreu uma rápida expansão dos setores produtores de bens de consumo duráveis¹⁶, que ficaram à frente dos demais setores articulados à produção industrial no auge deste ciclo expansivo – entre 1968 e 1973 (SUZIGAN, 1988).

Consequentemente, a partir das reformas ocorridas entre 1964 e 1967, o país entrou numa fase de crescimento. Como pano de fundo de tais acontecimentos estava o objetivo de inserir o Brasil e sua respectiva economia na ordem capitalista global, na divisão internacional do trabalho e também no sistema financeiro internacional. Foi assim que prevaleceram, a partir de 1950, as condições internacionais: o capital estrangeiro começou a competir com os mercados nacionais, por meio de investimento direto.

O que queremos mostrar é, sobretudo, que as reformas, embora abrangentes e de grande impacto na estrutura econômica brasileira, não se confrontaram com as transformações anteriores impostas pelo Plano de Metas de Juscelino. Ao contrário, as reformas vieram a consolidar um padrão de desenvolvimento, a partir da consolidação da estrutura econômica, que começou a ser estabelecida na segunda metade da década de 50. As condições para as transformações foram dadas por uma mudança importante na correlação das forças sociais e no processo de arbitragem das políticas públicas. No período de Juscelino, as condições políticas não foram suficientes para permitir que algumas transformações básicas fossem realizadas. Por um lado, estabeleceu-se as condições técnico/financeiras para a consolidação de um departamento de bens de produção, isto é, criou-se as condições essenciais para a autodeterminação do capital. De outro, evitou-se enfrentar alguns aspectos necessários para que essa autodeterminação pudesse efetivar-se. (FILHO, 1994, p. 62)

Entre 1964 e 1967, foi montada uma nova estrutura de financiamento, no qual a rearticulação das forças políticas o poder centralizado do novo regime efetivaram uma seletividade específica, colocando a seu serviço, as instituições políticas. Estabeleceu-se então a preservação da estrutura econômica brasileira do padrão de desenvolvimento, sobretudo em condições sociais e internacionais avessas.

Foi assim que a indústria cresceu significativamente entre 1968 e 1973, atingindo mais de 16% de crescimento em 1973. E a expansão da industrialização, impulsionada com o Plano de metas, crescia principalmente no seu relacionamento com a agricultura. A capacidade produtiva acendeu de 76% em 1967 para 93% em 1971. Os investimentos também cresciam, alavancando o setor de bens de capital. As exportações incentivavam a atividade produtiva da

¹⁶ Principalmente das indústrias automobilísticas e de eletrodomésticos (SUZIGAN, 1988).

indústria nacional. E até mesmo no auge do crescimento, a inflação se manteve presente, porém era influenciada pela imposição de controle de preços (política de preços mínimos).

2.3.2 O ciclo expansivo brasileiro: do I Plano Nacional de Desenvolvimento à consolidação do capitalismo dependente (1968-1974)

Este ciclo expansivo que compreende o período de 1968 a 1973 foi sinônimo do auge do padrão de desenvolvimento brasileiro, devido aos seguintes fatores: elevação do crescimento econômico e do emprego, baixa inflação e principalmente em virtude do acelerado desenvolvimento e superação do atraso relativo aos países desenvolvidos – o fato é que os elementos estruturais permaneceram estáveis. Por outro lado, no que concerne às exportações,

A expansão das exportações de produtos manufaturados, por sua vez, foi estimulada por dois tipos de medidas: 1) uma substancial desvalorização cambial inicial (agosto de 1968), seguida da adoção do sistema de minidesvalorizações cambiais em compasso com a taxa de inflação; 2) criação de novos incentivos e subsídios fiscais e financeiros à exportação, à formação de *trading companies* e a programas especiais de produção para exportação, estes últimos através da Comissão para Concessão de Benefícios Fiscais a Programas Especiais de Exportação – BEFIEEX, criada em 1972. Não se deve esquecer, no entanto, que a expansão das exportações brasileiras de produtos manufaturados foi facilitada pelo dinamismo do comércio mundial até a crise internacional de meados da década de 70. (SUZIGAN, 1988, p. 4, grifos do autor)

E o grande destaque, para este ciclo expansivo, dentre outros planejamentos, foi o I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND). O I PND foi uma proposta direcionada ao Congresso em 15 de setembro de 1971, em conjunto com o segundo Orçamento Plurianual de Investimentos. Sua elaboração ocorreu durante o governo Médici, no mesmo período em que ocorria a expansão cíclica do período do Milagre Econômico. Nesse sentido, o governo Médici partiu do princípio que o pólo gerador do desenvolvimento brasileiro concentrava-se em São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, garantindo assim a expansão da indústria. Além disso, neste mesmo governo foram realizados empréstimos de capital estrangeiro a serem investidos nas instituições e na importação de tecnologia para as indústrias. Foi assim que nasceu a dívida externa brasileira e que também iniciaram os excelentes resultados a curto prazo: o crescimento foi de 10% ao ano atingindo 14% em 1973; entre as maiores economias

do mundo o Brasil passou da 15ª para a 8ª posição; as exportações aumentaram em torno de 174% entre 1971 e 1974. Todos esses fatores demonstraram os incríveis resultados do PND (MOTA, 2002). Por outro lado, também foi adotada uma rígida política de arrocho salarial.

Para Furtado (1981), trata-se de um período marcado pelo significativo crescimento da produção manufatureira no Brasil, o qual foi chamado de milagre, porém sem impactar profundas alterações na estrutura do sistema. Trata-se da junção de grandes projetos de integração nacional e de expansão do desenvolvimento no país, sustentado pelo crescimento econômico acelerado, pela substituição das importações e também pelo grande afluxo de capitais. (MOTA, 2002). Contudo, o milagre econômico obteve pouco tempo de vida, uma vez que suas bases não eram sólidas o bastante para permanecer. Consequentemente, o resultado foi o aumento da inflação e da dívida externa. Foi assim que, incentivando a presença do Estado na economia, o PND objetivava manter as multinacionais sob controle e também preservar o setor privado nacional.

As raízes do I PND estão situadas no binômio político ideológico pautado na Segurança e no Desenvolvimento, representando, em suma, uma ampla formulação do padrão ou modelo brasileiro de moldar as instituições e de organizar o Estado (MATOS, 2002). Em outras palavras, visando dar continuidade ao aceleração do crescimento econômico obtido até então, o objetivo do I PND era reconstruir e modernizar as instituições públicas e privadas, por meio do investimento em infraestrutura. Na perspectiva do governo, este crescimento deveria ser alcançado contando com a maior participação do setor privado, colocando assim o Brasil na categoria de país desenvolvido. O I PND estava atrelado às empresas privadas nacionais, às multinacionais e às estatais.

Contudo, o início da década de 1970 foi marcado por uma série de mudanças institucionais no sistema financeiro internacional e uma reestruturação industrial veio alterar as estratégias dos capitais. Com isso houve uma intensificação do conteúdo tecnológico das plantas produtivas, impactando no crescimento da produtividade, na flexibilização da produção e no direcionamento para países desenvolvidos, dos investimentos inovadores para mercados preferenciais, principalmente os Estados Unidos.

O ano de 1973 foi um período notável no que concerne ao crescimento da economia brasileira, em acompanhamento ao crescimento da economia mundial. Houve um aprofundamento do comércio entre os países desenvolvidos e os países subdesenvolvidos e, a economia brasileira, por seu turno, se beneficiou deste contexto. Contudo, no final deste mesmo ano, a elevação do preço internacional do barril de petróleo aumentou quatro vezes, desembocando o primeiro choque internacional do petróleo. Foi assim que a economia

mundial foi fortemente abalada com o aumento do preço da principal matriz energética do mundo.

Foi assim que entre os anos de 1973 e 1974, com o choque do petróleo¹⁷ e com a elevação dos preços das matérias primas no mercado internacional, foi ainda mais forte a influência do Estado em relação ao desenvolvimento industrial do país.

E juntamente com a crise do petróleo, agravaram-se as contas externas de todos os países, o que provocou uma grande liquidez internacional, favorável aos recursos de empréstimos no mercado privando, voltados para a viabilização da manutenção de estratégias nacionais de desenvolvimento de países como o Brasil.

Embora a política macroeconômica tivesse sido mantida moderadamente expansionista, à custa de maior endividamento externo, o ritmo de crescimento da produção industrial e os níveis de consumo caíram na segunda metade dos anos 70. O déficit da balança comercial fez com que fossem mantidos e ampliados os incentivos e subsídios à exportação de manufaturados, e aumentadas as barreiras não-tarifárias às importações. Entretanto, os níveis de investimento no setor industrial permaneceram elevados, o que se deve à ação estruturadora do Estado sobre o setor industrial na segunda metade dos anos 70, de forma semelhante ao que ocorrera na década de 50. (SUZIGAN, 1988, p. 4)

Consequentemente, o ano de 1974 foi inaugurado com a elevação dos juros do serviço da dívida externa, gerando uma crise aguda no balanço de pagamentos e obstaculizando a realização de novos empréstimos. Além disso, houve, neste ano, uma redução do PIB e uma queda nas relações de troca.

Porém, justamente no esgotamento deste ciclo expansivo e com o término da vigência do I PND, em conjunto com os acontecimentos econômicos e políticos deste referido contexto, o desenvolvimento brasileiro voltou a caminhar rumo a mais uma crise cíclica do capital. Ou seja, apesar dos altos índices inflacionários, do desequilíbrio externo e das desigualdades regionais, o Brasil, conseguiu manter um ritmo elevado de crescimento, a ponto de avançar significativamente no processo de substituição de importações. Contudo, em 1973, com o choque do petróleo, a situação se complexificou em detrimento de uma condição externa desfavorável e da redução da capacidade de financiamento do setor público, e além disso, elevou-se ainda mais a taxa de inflação interna. Consequentemente, estabeleceu-se o

¹⁷ No final de 1973 e início de 1974, ocorre o Primeiro Choque de Petróleo, levando à primeira recessão generalizada desde o final da Segunda Guerra Mundial. Os preços do petróleo foram elevados pelos grandes produtores, o que desencadeou o aumento da crise que já se consolidara. A década de 1970 vivenciou uma grande transformação nas relações inerentes ao petróleo mundial. O excedente de petróleo acumulado em 20 anos estava acabando. O mundo tornava-se cada vez mais dependente do petróleo do Oriente Médio e do norte da África. (LUCENA, 2004, p. 92).

esgotamento do milagre econômico e o governo implementou uma política de ajustamento na tentativa de evitar que o choque do setor externo se transformasse numa inflação permanente e também objetivando a contenção da demanda interna. Essa política de ajustamento não conseguiu alcançar os objetivos propostos e então o governo optou por continuar o processo de desenvolvimento com o lançamento do II PND¹⁸.

Logo, é notável a ação do Estado e sua respectiva importância nas ações voltadas para a tentativa de integrar a estrutura industrial brasileira e de consolidar efetivamente o processo de industrialização. Porém, as políticas e ações implementadas foram deficientes em termos de política industrial, ocasionando uma mentalidade protecionista, além de agravar o atraso tecnológico e de manter os baixos níveis de eficiência e de competitividade da indústria. “O resultado foi o desenvolvimento de uma indústria com elevado grau de ineficiência, e por isso mesmo não competitiva nacional e internacionalmente, e com pouca ou nenhuma criatividade em termos tecnológicos.” (SUZIGAN, 1988, p. 5).

O que faltou foi estratégia de desenvolvimento científico e tecnológico por parte das políticas de industrialização que foram implementadas desde a década de 1950. Além disso, a substituição de importações não pressupõe a absorção e o desenvolvimento de tecnologia. Tal resultado, sob a perspectiva do empresariado,

[...] contribuiu para incutir no empresariado industrial brasileiro uma *mentalidade protecionista*, que encara o protecionismo como um fim e não como um meio para que, num determinado horizonte de tempo, se implante uma indústria eficiente e competitiva, voltada tanto para o mercado interno quanto para o mercado internacional. Muitas indústrias contam até hoje com o mercado interno cativo, e essa mentalidade protecionista se constitui em verdadeira barreira a ser vencida para que se possa implantar um processo amplo de assimilação, adaptação e desenvolvimento de tecnologia (SUZIGAN, 1988, p. 5, grifos do autor).

Outra consequência, foi que a indústria brasileira, nessa linha da ação, conseguiu inserir-se no mercado mundial sem ter efetivado um significativo esforço de absorção e

¹⁸ A título de esclarecimento, é importante destacar que o II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) entre 1975 e 1979 emergiu como estratégia que desviasse o desenvolvimento brasileiro de mais uma crise cíclica. Neste período o Estado organizou um novo ciclo de investimentos públicos e privados centrando suas ações em três diferentes ramos: 1) nas indústrias de insumos básicos (siderurgia e metalurgia, química e petroquímica etc.); 2) nos bens de capital (material de transporte e máquinas e equipamentos mecânicos etc.); 3) e infraestrutura (energia, transportes e comunicações). Porém, as medidas implantadas pelo II PND não foram suficientes para conter o esgotamento do milagre econômico. Com essas ações o Estado visava completar a estrutura industrial no Brasil, além de instaurar a possibilidade e capacidade de exportar alguns insumos básicos. Um dos obstáculos frente a tais ações e para a concretização dos investimentos do II PND, foram as dificuldades de financiamento, principalmente para o investimento privado nacional. Porém, em suma, pode-se afirmar que este plano propiciou um esforço único de acumulação de capital e também a diversificação da estrutura industrial rumo à indústria pesada (SUZIGAN, 1988).

desenvolvimento tecnológico, pois tal inserção foi concretizada com base nos bens intensivos, nos recursos naturais e com mão de obra barata (SUZIGAN, 1988).

Consequentemente, o que se confirmou no contexto sócio-político e econômico no Brasil pós 1961 foi uma situação de dependência articulada à ordem mundial capitalista, que para Martins (1968) se configurou a partir do movimento histórico e contraditório que ocorre entre o capitalismo central (próprio dos países desenvolvidos) e capitalismo periférico (próprio dos países subdesenvolvidos). No que se refere à industrialização, observa-se que a partir de 1961, a fase da substituição de importações começou a sentir seus efeitos regressivos, diretamente articulados à situação da dependência. Posteriormente, foi possível observar, já na década de 1970, ações voltadas para a diversificação da estrutura industrial. E por fim, no auge da expansão da indústria brasileira, em meados da década de 1970, foi factível a implantação do sistema produtor de bens de consumo duráveis e a entrada de capital estrangeiro no país.

Para Martins (1968), o que se destacaram neste contexto foram os fundamentos do conceito de sociedade dual, próprio do nacional desenvolvimentismo, na qual a ideologia desenvolvimentista se concretizou a partir de duas estruturas sociais distintas: uma moderna (sistema urbano-industrial) e outra dinâmica (sistema agrário) – o moderno se projetando sobre o arcaico formando uma complementaridade funcional. Tudo isso implicou na abrangência da marginalidade estrutural, transitando entre o novo e o arcaico. Consequentemente, o resultado dessa dinâmica apontou as falhas do processo:

Acima de tudo, o desenvolvimento industrial brasileiro se ressentiu: 1) de melhor articulação com uma política agrícola que promovesse, sobretudo o crescimento da produção de alimentos básicos, de modo a viabilizar o crescimento econômico com ganhos de salário real e incorporação ao mercado de contingentes populacionais marginalizados; 2) de melhor articulação setorial, de modo a evitar o atraso relativo de alguns setores, a heterogeneidade tecnológica e as substanciais diferenças nos níveis de produtividade; 3) no desenvolvimento de um sistema financeiro privado capaz de mobilizar recursos para créditos de longo prazo para investimento, até hoje dependentes das agências públicas de fomento; 4) de melhor articulação social, que promovesse melhor distribuição de renda e maior acesso das camadas mais baixas de renda ao mercado e a serviços sociais básicos como educação, saúde e habitação. (SUZIGAN, 1988, p. 6)

A questão agora é que a ordem social competitiva capitalista, diferentemente do contexto desenvolvimentista, não se instaura mais sob o alicerce da burguesia, mas sim a partir de fundamentos que constituem uma configuração social muito mais complexa, na qual a existência do empresariado capitalista não se articula necessariamente à existência de uma

burguesia. Ora, o fato que se destaca nesse contexto é que um mesmo modo de produção pode conceber diferentes modos de desenvolvimento e é justamente nesses distintos modos que podemos encontrar os subsídios necessários para se compreender o Estado Brasileiro no contexto de 1961.

[...] a função precípua do Estado capitalista é a de garantir condições materiais de produção e o sistema legal que ordena as relações capitalistas e a exploração de classe é algo que integra o domínio das evidências; todavia, a análise sociológica da questão do Estado só realmente começa quando se passa desse plano geral (ou, se quiserem, desse nível de abstração) para o entendimento das formas que assumem, aqui e agora, as relações concretas entre um dado tipo de Estado capitalista e uma dada estrutura de classes. (MARTINS, 1968, p. 19)

Logo, o que ocorreu na década de 1960 foi a diversificação de modos de desenvolvimento, desdobrando-se em distintos padrões históricos de formação do sistema produtivo, modificando até mesmo as estruturas de classes dominantes e de organização do poder. E no caso do Brasil, este processo se manifestou, dentre outras dimensões, na rapidez da diferenciação e do crescimento do sistema produtivo voltado para a permanente adaptação aos imperativos dos países capitalistas centrais, de maneira a acelerar os processos de desorganização e de reorganização ocorridos em solo brasileiro e também nos demais que estão nessa mesma condição.

Isto aconteceu, dentre outras razões, porque, como se sabe, as fronteiras do econômico (o mercado mundial) e as fronteiras do político (o Estado-nação) deixam de coincidir e os interesses prevaletentes no âmbito de cada uma dessas esferas, que se cruzam no interior da nação, tendem a obedecer a lógicas que tanto podem ser complementares quanto contraditórias. Não são estranhas a esses fenômenos as tendências simultâneas para o enfraquecimento do Estado-nação e fortalecimento dos aparelhos de Estado no interior dessas nações. (MARTINS, 1968, p. 24)

Além disso, a expansão do aparelho do Estado no Brasil, ocorrida na segunda metade de 1960, viabilizou condições para fortalecer e diferenciar internamente sua burocracia – o que designa-se de tecnoburocracia. O fato é que visando a expansão da acumulação privada, a ação do Estado não decorre dos imperativos da classe capitalista sobre o aparelho do Estado, mas volta-se para o próprio interesse do Estado em garantir e favorecer a referida expansão, que depende do seu poder (MARTINS 1968).

O que prevaleceu, nessa situação própria do Brasil, enquanto país de industrialização recente, foi a desarticulação social¹⁹ marcada por uma estrutura de classes dominantes em contínua transformações. E, além disso, se fizeram presentes nessa complexa dinâmica, os atores internacionais, que atuam na detenção do controle de parte do sistema produtivo ou influenciando nas condições para a acumulação.

De fato, o Estado que emergiu no Brasil a partir da Revolução de 1930 e que se consolidou no curso do processo de industrialização, é um Estado que não se limitou a garantir a ordem capitalista (ou seja: manter as condições sociais externas necessárias à produção capitalista), mas que passou a atuar internamente ao sistema de produção para organizar a acumulação, tornando-se ao mesmo tempo promotor e ator da industrialização. Essa ação do Estado, que se anunciou ainda de forma mais ou menos incipiente nos anos de 1930 e 1940 (as iniciativas no campo da siderurgia e do petróleo sob o primeiro Governo Vargas, por exemplo), tornou-se cada vez mais importante e cada vez mais evidente, a partir da década de 1950, pelo papel por ele desempenhando na efetiva constituição (porque gerando seu próprio mercado) de um sistema industrial no país.

[...] Não menos importante é o fato de o Estado que surge no Brasil em 30, e que prevalecerá até 1964, ser também um Estado “populista”; ou seja: um Estado que se “interpõe nos conflitos de classe, tutelando as organizações tanto patronais quanto operárias, para melhor realizar a mediação populista clássica de compatibilizar acumulação capitalista e tensões sociais.” (MARTINS, 1968, p. 33-34).

O que é possível identificar, acerca da industrialização e do desenvolvimento econômico no Brasil, foi a presença e atuação do Estado, articulando, a favor do processo de acumulação de capital, o mercado interno e mercado externo, rumo à concretização da estrutura industrial no país. Em suma, todo esse processo revela que,

Desde os anos 50 até fins da década de 1970 o Estado desempenhou um papel ativo da estrutura e consolidação do setor industrial no Brasil. Nos anos 50, a partir da definição de uma estratégia de desenvolvimento econômico (Plano de Metas) e do estabelecimento de metas industriais, o Estado articulou o papel do capital privado nacional, do capital estrangeiro e do próprio Estado, criou um sistema de proteção ao mercado interno, fomentou o desenvolvimento industrial e investiu pesadamente em infraestrutura e indústrias de base. Entre fins dos anos 60 e meados dos anos 70, após as reformas institucionais de meados da década de 1960, a

¹⁹ “[...] a formação dos Estados nacionais em situação de dependência estrutural engendra a tendência para a dissociação entre as relações de produção e as relações de reprodução nessas sociedades.” (MARTINS, 1968, p. 30)

implementação de políticas macroeconômicas expansionistas, a criação de um sistema de promoção de exportações de manufaturados, o desenvolvimento do sistema financeiro e o subsídio à formação de capital industrial aceleraram a industrialização. Na segunda metade da década de 1970, o planejamento de um novo ciclo de investimentos públicos e privados nas indústrias de insumos básicos e bens de capital (II PND), ainda que à custa de maior endividamento externo, permitiu integrar a estrutura da indústria e consolidar a industrialização do país. (SUZIGAN, 1988, p. 9)

Após este ciclo expansivo, entre os anos de 1968 e 1974, tendo como referência as alterações na conjuntura econômica internacional e também com a crise ocorrida em meados da década de 1970, a estratégia de crescimento econômico adotada pela política econômica em vigência, se pautou no aumento do endividamento externo. Foram tais fatores que intensificaram, a partir da segunda metade da década de 1970, as exportações de manufaturados e a contenção de importações na geração de saldos comerciais necessários para o serviço da dívida (SUZIGAN, 1988).

Finalizando este balanço, Suzigan (1988, p. 9), além de apresentar os resultados da instauração da industrialização no país, também aponta os aspectos que justificam a ineficiência e as lacunas do referido processo:

Entretanto, os níveis elevados e o caráter permanente da proteção ao mercado interno, bem como o insuficiente desenvolvimento científico e tecnológico, levaram a uma indústria ineficiente, tecnologicamente atrasada e pouco competitiva a nível internacional. Sua abertura para o mercado externo foi possível porque o sistema de promoção das exportações de manufaturados compensou o viés antiexportação do sistema de proteção. Porém, a inserção da indústria brasileira no mercado internacional ainda se baseia, em larga medida, em produtos intensivos em recursos naturais, inclusive energia, e mão-de-obra barata.

De acordo com Dulci (1999), as “elites modernas”, os técnicos e os empresários são segmentos que pressupõem destaque, uma vez que a consolidação do capitalismo industrial se estabelece a partir das empresas e do empresariado. Nesse sentido, refletir sobre a efetivação da hegemonia burguesa em solo brasileiro requer a problematização acerca das dimensões a partir das quais o empresariado torna-se sujeito ou objeto do projeto modernizador e parte constituinte da burguesia brasileira²⁰ tal qual discutida no tópico anterior. E o que se destaca,

²⁰ “Se a ‘liberdade objetiva’ do empresário, na situação, é constringida pelas condições estruturais – forjadas pela dependência e, simultaneamente, reforçadoras dela – fatores esses dos quase passa a ser tributário, então a definição de seu papel no desenvolvimento não mais pode ser buscada ao nível da condução do processo, mas simplesmente no âmbito das resistências ou das induções que é capaz de trazer ao desenvolvimento. Em outros termos: de centro dinâmico de decisões nacionais passa a burguesia nacional a constituir apenas um grupo de pressão na sociedade.” (MARTINS, 1968, p 118)

nessa elite “moderna” é sua composição que ocorre com a tecnoburocracia, com os militares e com os quadros políticos.

Assim como afirma Diniz e Boschi (1978), a dimensão política possui um peso essencial tanto na atuação do empresariado brasileiro, quanto na caracterização de sua ideologia.

[...] o fato é que a posição da “burguesia nacional” frente ao Estado e ao capital estrangeiro pode ser adequadamente explicada por fatores estruturais de natureza econômica quanto por fatores inerentes às visões e decisões desse grupo enquanto ator político. (DINIZ E BOSCHI, 1978, p. 108).

Logo, o fio condutor da discussão acerca da atuação do empresariado nacional no contexto pós 1964 corresponde ao papel que este grupo exerceu ativamente na consolidação de um Estado autoritário. Nessa perspectiva, o referido autoritarismo político típico do Brasil enquanto país de capitalismo periférico se combinou com as ações de um Estado dependente e contraditório. E o empresariado nacional, nessa lógica, consiste numa força autônoma que incorpora os próprios parâmetros estruturais de sua atuação política, a ponto de gerir até mesmo os seus projetos educacionais.

Constituía um dos pressupostos básicos da maioria das análises do desenvolvimento que a impulsão e a dinâmica do processo estavam previamente referidas, em se tratando de um sistema capitalista, à existência de um setor privado capaz de deter os mecanismos fundamentais de decisão na sociedade e levar a termo seu papel empresarial na tarefa do desenvolvimento. Atribuía-se mais, e com frequência, a esses setores industrializantes as condições e a vontade de conduzirem ou dinamizam o processo na direção prevista no esquema das expectativas desenvolvimentistas. A mudança social e os interesses privados dessas camadas eram tidos, em suma, como duas faces de uma mesma moeda. (MARTINS, 1968, p. 107)

Diniz e Boschi (1978) incluíram o empresariado nacional no que denomina de “burguesia nacional”, destacando que se trata de um binômio que traz, de um lado, o termo “burguesia” para referir-se à classe e sua organização em associações de interesse (dentre elas, as patronais) e sua respectiva inserção no processo produtivo e/ou no quadro estrutural que delibera sua atuação e, por outro lado, o termo “nacional” relacionado à dimensão ideológica do grupo e de seu comportamento político (projeto político dos grupos empresariais brasileiros). A questão de fundo é analisar em que medida o empresariado

nacional incorporou o ideário de um projeto de industrialização em moldes nacionais e autônomos.

Essa burguesia nacional especificamente industrial tinha como objetivo formular um projeto nacional seja em decorrência de sua dependência ao capitalismo central, ou em relação aos grupos internos detentores do poder, ou pela cisão entre a racionalidade da empresa e racionalidade da sociedade. Contudo, tornou-se impossível a viabilidade da burguesia industrial implantar um sistema de dominação próprio.

Nessa lógica, a fragilidade do projeto econômico brasileiro que se revelou na década de 1970 foi em virtude da crise do modelo de substituição de importações e também do projeto político oriundo do pacto populista. Consequentemente, no plano econômico, a expansão industrial pregada desde meados de 1950 tornava-se cada vez mais dependente de novos investimentos e da utilização de tecnologia avançada e no plano político era notável a emergência do regime burocrático-autoritário, próprio da fase de acumulação de capital das economias dependentes.

Ou seja, se por um lado o Brasil alcançou um grau razoável de industrialização através do processo substitutivo, por outro lado, não logrou alcançar um desenvolvimento global equilibrado, seja no aspecto regional, seja no social, ou mesmo no industrial. Justamente as desigualdades no perfil econômico-social brasileiro levaram ao esgotamento no modelo substitutivo. [...] Na nova fase de industrialização, o volume de capital necessário amplia-se muito em relação à taxa de lucro marginal, desestimulando, assim, os investimentos. Daí a necessidade de se estabelecer uma estrutura capaz de financiar, a longo prazo, estes investimentos. A manutenção da rentabilidade do grande capital foi realizada artificialmente através do mecanismo inflacionário. (RODRIGUES, 1998, p. 58)

O fato é que o empresariado nacional não se pautou, em termos ideológicos, no nacionalismo, visando a manutenção de um projeto político, assim como anteviu como alternativa, optar pelo desenvolvimento dependente associado. Enquanto a orientação do empresariado nacional estava voltada para o mercado interno, objetivando fortalecer seu potencial econômico em setores estratégicos da indústria e também um projeto de desenvolvimento industrial autônomo – inviável desde o seu nascimento, desviou-se a atenção da penetração do capital estrangeiro em diferentes esferas da produção e da abertura para o capital estrangeiro (DINIZ E BOSCHI, 1978).

Em síntese, o que ocorreu foi que, na medida em que se restringia a vigência do empresariado nacional enquanto projeto político, era nítido o crescimento da importância do capital estrangeiro, a ponto de se tornar opção político pós 1964. “[...] a mudança fundamental

não está primordialmente no montante de capital estrangeiro instalado no país antes e após 64, mas no fato de que sua presença passou a ser incorporada como um projeto político das elites.” (DINIZ E BOSCHI, 1978, p. 116).

E o Estado, nessa lógica, se constituiu enquanto agente de acumulação de capital, além de também mediar as relações estabelecidas entre a sociedade dependente e o capitalismo internacional. Seu foco era atrair recursos e investimentos para o Brasil, a ponto de abrir mão de certas vantagens que poderiam afetar diretamente os interesses da burguesia nacional. Por outro lado, o capital estrangeiro, que não dependia de fontes internas de financiamento, estava à frente da burguesia nacional, instalando-se em solo brasileiro com capacidade produtiva superior. E o empresariado nacional, por seu turno, deparou-se com grandes dificuldades de obter financiamentos internos para seus respectivos projetos que demandavam alto investimento. Consequentemente, restava como alternativa mais viável, a importação de tecnologia.

É interessante observar como o caráter excludente, tem termos da participação de diversos setores sociais no processo decisório dos governos pós-64 em geral, reforça ainda mais a posição de dependência do empresariado, esvaziando sua capacidade política. O Estado se arvora numa posição de acumular funções empresariais e políticas, por lado excluindo o empresariado local da participação direta nas decisões que definem os rumos da política econômica, de interesse imediato daqueles grupos e, por outro, mantendo uma política salarial e anti-inflacionária que demanda um controle irrestrito e exarcebado das classes operárias. (DINIZ E BOSCHI, 1978, p. 117)

Outro fator a ser discutido, se refere à identificação dos grupos que compõem essa burguesia nacional, dentre eles, especificamente, o empresariado industrial. Nesse sentido, é necessário refletir sobre os arranjos grupais desse empresariado, tendo como referência as alterações políticas e econômicas ocorridas a partir de 1964, assim como também é importante levar em consideração as mudanças nas áreas de atuação das empresas e suas respectivas posições no quadro da economia nacional. Assim é possível detectar a dimensão do peso político (e demais dimensões) desse empresariado.

O que ocorreu com o empresariado industrial é que, a partir do processo industrialização e da diferenciação e diversificação da produção, os grupos empresariais se atomizaram no que concerne à sua participação nas distintas áreas da atividade industrial. O exemplo disso é o surgimento de associações de interesse dentro da estrutura sindical oficial de maneira bastante específica, orientada pelas particularidades de cada ramo de atividade da industrial. E, além disso, tem-se também a existência das entidades patronais ou associações

de interesse paralelas à estrutura sindical ou federações das indústrias em âmbito estadual (vinculadas às demandas econômicas, políticas e sociais de seus respectivos estados), em articulação com o órgão nacional que, neste caso se remete à Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Por conseguinte, este processo de competição e de especialização de associações acentuou a dificuldade de uma atuação política equilibrada por parte dos grupos empresariais nacionais e também a univocidade de interesses entre setores do empresariado local. O que é inegável foi a contribuição deste empresariado enquanto ator político fundamental na consolidação do capitalismo industrial no Brasil. Além disso, o que se destacaram foram os tipos de alianças estabelecidas por este empresariado, tanto no âmbito do Estado, quanto no âmbito dos setores multinacionais.

No próprio bojo do projeto de desenvolvimento industrial “autônomo”, que posteriormente foi conduzido rumo à substituição de importações, estava o germe para um novo modelo de desenvolvimento ocorrido a partir de 1964, que foi designado por Diniz e Boschi (1978) de dependente e associado, contexto no qual os grupos multinacionais entraram em cena, juntamente com o empresariado nacional e o Estado. Ou seja, a partir de 1964, abriu-se a tendência de internacionalização da produção e consequentemente, houve o fortalecimento (em alguns setores) e a expansão das áreas de atuação do empresariado nacional, ao passo que simultaneamente, também se expandiam as empresas estatais e as multinacionais.

Assim, na medida em que a heroica luta pela industrialização estava vencida, o processo substitutivo transformou-se em entrave ao novo tólos industrial: nação desenvolvida. Para alcançar este status, é preciso aumentar a produtividade e buscar a competitividade no mercado internacional. (RODRIGUES, 1998, p. 79)

E o que se destaca nesse novo modelo de desenvolvimento econômico e político pós 1964 foi justamente a presença marcante de três atores: empresas estatais, empresas estrangeiras e empresas nacionais.

As empresas estatais, já bastante dinâmicas o período anterior a 1964, consolidam de início sua posição na economia e se expandem, de maneira bastante concentrada, em áreas bem delimitadas; as empresas estrangeiras também se alicerçam nos momentos iniciais e, com o controle nítido de alguns setores, se espraiam também por outros; e por fim, as nacionais, já bastante dispersas em termos de sua atuação, progressivamente emergem

como um ator imprescindível dentro do modelo. (DINIZ E BOSCHI, 1978, p. 134).

E, além disso, em termos econômicos, este processo propiciou a mudança de um novo padrão de desenvolvimento econômico: o padrão fordista periférico²¹, que para Rodrigues (1998), correspondia ao modo fordista de organização da produção tipicamente de países subdesenvolvidos como o Brasil, no qual se destaca a inexistência, pelo menos plena, de um mercado consumidor de massa e de um Estado de Bem-Estar Social.

A economia brasileira, como não poderia deixar de ser, está inter-relacionada à economia mundial. No entanto, na medida em que o Brasil não pode ser caracterizado enquanto país pertencente ao centro dinâmico da economia mundial, algumas das mutações ocorridas nos países centrais tendem a se materializar na economia brasileira com certa defasagem temporal, por um lado, e certa adaptação à realidade brasileira, por outro lado. Assim, somente na década de 1980, o Brasil completou definitivamente sua industrialização sob o padrão de acumulação fordista, praticamente quando esse já estava superado nos países centrais. Mas o padrão fordista não se completou plenamente nessas plagas. O Estado de bem-estar social não foi implantado integralmente; o mercado consumidor, até hoje, não se constituiu plenamente como mercado de massas, excluindo dezenas de milhões de brasileiros (RODRIGUES, 1998, p. 93).

O perfil da indústria, no contexto pós-1964, já se assemelhava ao de uma economia madura, na qual os departamentos de bens de produção e de bens de consumos estavam completos, porém sem potencial de consumo que lhes conferisse determinada estabilidade dinâmica.

A medida que se reconhece uma tipicidade para o contexto histórico do subdesenvolvimento e seu processo, a questão do papel do empresário, e a novidade que ele possa conter, passam necessariamente a ter que ser abordadas a partir da situação que se quer compreender. A crise pós-desenvolvimentista oferece, no particular, vantagens excepcionais para ser o pano de fundo sobre o qual projetar a questão, pois ela traz à tona, como qualquer momento crítico, todos os elementos essenciais e antes encobertos da situação. (MARTINS, 1968, p. 109)

O fato é que, como aponta Martins (1968), é que as facções militares vitoriosas com a tomada do poder com o golpe de abril de 1964, desembocou, em termos políticos, uma

²¹ “O fordismo é compreendido como a grande expressão de um modelo de sociedade baseado na produção e no consumo de mercadorias em larga escala. Porém, seu estudo no limite do cotidiano fabril não dá conta da sua complexidade. O fordismo deve ser compreendido como um processo mais complexo do que a iniciativa empresarial de produção em massa. Ele foi muito além, concretizando-se como um projeto que afetou o jeito de viver da sociedade.” (LUCENA, 2004, p. 70-71)

significativa reorientação do desenvolvimento econômico brasileiro, rumo ao modelo Ômega: excludente, autocrático e dependente. “Os setores industrializantes, por sua vez, acomodaram-se com relativa docilidade a essa reorientação ou com ela se solidarizaram expressamente.” (MARTINS, 1968, p. 26)

No que concerne ao Estado, houve um alargamento de certas funções, dentre as quais se destacam não apenas as produtivas (empresas estatais), mas também as de coordenação, como por exemplo, os instrumentos de política econômica. Contudo, não houve uma redefinição do papel do estado e nem mesmo ocorreu a reestruturação da máquina administrativa.

O que a economia passava a sentir agora, eram os aspectos da desaceleração iniciada em 1962, que também ficou cada vez mais distante da recuperação dos desequilíbrios estruturais, dentre os quais se destacava a inexistência de mecanismos de financiamento mais avançados e que estimulassem os investimentos públicos e privados. E, além disso, a taxa de inflação continuava em ascensão.

Diante desse cenário econômico e no bojo de circunstâncias políticas efervescentes, ocorre o Golpe Militar de 1964. No plano político, ele vai significar uma reorganização das classes dominantes em torno de um novo projeto social, engendrando um novo processo de arbitragem das políticas públicas que permitirá a implementação das reformas necessárias à complementação da estrutura econômica. (FILHO, 1994, p. 16)

As reformas ocorridas no Governo Militar criaram uma nova forma de financiamento do setor público: reforma tributária; criação de fundos compulsórios e criação de novos títulos públicos; novas formas de financiamento privado e intermediação - reforma bancária; grande eixo de sustentação da moeda: a correção monetária. Em síntese, todas essas mudanças que correspondem às reformas institucionais foram sintetizadas pelos Atos Institucionais e a constituição de 1967.

Outro fator importante é que as finanças industrializantes não se constituíram no Brasil. Trata-se de finanças que possuem compromisso com o processo de desenvolvimento do país e que se baseiam em sistemas financeiros, permitindo a existência de financiamento de curto, médio e longo prazo.

Em conjunto, as reformas concentravam significativamente o poder decisório no âmbito federal, com profundas implicações para Estados e Municípios, isto é, tinham profundas implicações para a forma de funcionamento do sistema federativo. Os Estados e Municípios perdiam graus de liberdade quanto ao mecanismo de arrecadação - o sistema

tributário (veja Quadro 5) - e quanto às suas capacidades de influenciar, pelas suas políticas específicas, a política econômica global, que passa a seguir estritamente os objetivos do Governo Federal. (FILHO, 1994, p. 16)

No âmbito político, o início década de 1970 inaugurou, para a preocupação do empresariado, a estatização da economia brasileira. Já em meados de 1976, essa estatização perdeu sua centralidade e intensidade, para posteriormente, no início de 1980, ser retomada, porém sob novas perspectivas.

Eis aí uma história com começo, meio e fim. Esquemáticamente, pode-se resumi-la assim: *Antecedentes* (até 1974): identificação plena empresários-regime; debate sobre a institucionalização política ainda sumamente restrito, e dele os empresários não tomam parte. *Primeiro período* (março 1974 a último semestre de 1976): distensão; reanimação da vida política; discussão consideravelmente mais ampla sobre a abertura – mas os empresários dela se mantêm distantes, contrapondo, com frequência, surda resistência às mudanças que se operam. *Segundo período* (fins de 1976, fevereiro de 1977): brusca irrupção dos empresários na cena política; pela primeira vez, vários deles manifestam-se claramente em favor da abertura democrática. *Terceiro período* (março a julho de 1977): refluxo; mutismo quase total. *Quarto período* (agosto de 1977 em diante): após breve momento de desencontros, adesão geral às bandeiras do restabelecimento do Estado de Direito e da ordem democrática. (CRUZ, 1995, p. 231, grifos do autor).

O fato é que as transformações em âmbito mundial, principalmente as relacionadas com o sistema financeiro, latentes desde o início da década de 1960 e notáveis na década de 1970, impulsionaram o estímulo ao alinhamento do Brasil e de seu respectivo desenvolvimento aos países centrais. Nessa dinâmica, o mais importante para o Brasil e no caso, também para o empresariado industrial, foi a intensificação da reestruturação industrial (alteração do paradigma tecnológico e uma série de impactos para o padrão competitivo internacional).

Consequentemente, o empresariado nacional travou, na década de 1970, uma batalha contra a estatização – o que desemboca uma série de questões, que brotam da imprensa escrita, estendendo-se às publicações acadêmicas. Trata-se da “[...] operação político ideológica que constituiu, no Brasil, em meados da década passada, a campanha contra a estatização.” (CRUZ, 1995, p. 37). Inicia-se então a campanha contra a estatização.

A campanha contra a estatização, enquanto campanha, foi desencadeada na passagem do ano – fim de 1974 começo de 1975 – e por isso o discurso de Gudin no auditório do Hotel Glória é geralmente tomado como um marco. A partir daí, o tema se torna uma presença constante, quase cotidiana, na imprensa, as denúncias se avolumam, empresários – por definição cautelosos

– fazem pronunciamentos alarmados, sua entidades marcam posição por meio de estudos e documentos que são amplamente divulgados. (CRUZ, 1995, p. 38)

Posteriormente, observa-se, no Brasil, a superação do regime militar e seus respectivos desdobramentos, dentre os quais se destaca a ampliação dos espaços democráticos, marcados pelas fundações de centrais sindicais e também pelos avanços acarretados pela Constituição de 1988. Porém, mesmo sob tais condições, o padrão de acumulação fordista não conseguiu instaurar-se de modo pleno, na sociedade brasileira (RODRIGUES, 1998). Em síntese, este processo iniciou-se a partir da subordinação da economia brasileira às demandas da economia internacional, impactando em severas restrições às importações e ao consumo interno de produtos exportáveis. Consequentemente, imperou neste momento, um arrocho econômico sobre a classe trabalhadora e também um contexto de recessão.

Embora a classe burguesa seja fragmentada, é necessário recuperar, nas análises de atuação política, a sua capacidade de sustentar um projeto de dominação capitalista, quanto mais não fora, senão pela própria articulação de um núcleo da elite industrial que, como procuramos mostrar no presente trabalhos, conseguiu insinuar-se nos meandros da atividade estatal e manter sua integridade econômica (DINIZ E BOSCHI, 1978, 199)

Nessa perspectiva, por um lado estava, na visão da indústria, o Estado transferindo a renda de vários setores da economia brasileira, dentre eles, o setor industrial, a favor do Estado e do mercado brasileiro e de outro lado, a CNI atuava fortemente visando associar a noção de desenvolvimento econômico à defesa da livre iniciativa como fonte para o progresso humano. Este processo tem, como desdobramento, o estabelecimento da demanda de redefinição da política industrial pautada na melhoria da produtividade (RODRIGUES, 1998, p. 38).

A principal reivindicação da burguesia industrial ao Estado brasileiro é a suspensão das barreiras aduaneiras e o financiamento para a aquisição de máquinas no exterior. Mais uma vez, cabe assinalar que [...], não se encontra alusão à defesa de um desenvolvimento científico e tecnológico autônomo, mas sim à “assimilação de tecnologia avançada”.

Ora, a lógica de caracterização das ações do empresariado industrial acaba seguindo as mesmas orientações do sistema capitalista em solo brasileiro no contexto em análise: desenvolvimento combinado e dependente. Resta a partir de então, enquanto meta estratégica industrial, para o empresariado, se entregar à busca pelos mercados externos.

CAPÍTULO 3

O DESENVOLVIMENTO DEPENDENTE BRASILEIRO E MINEIRO EM SUAS INTERFACES COM O PENSAMENTO EMPRESARIAL: estrutura da *Pedagogia Industrial* da FIEMG expressa na Revista Vida Industrial

3.1.1 A dialética da dependência no Brasil: desenvolvimento dependente, desigual e combinado em debate

O desenvolvimento tipicamente brasileiro debatido até então, abre as possibilidades de consolidar, a partir de então, o processo de compreensão das relações dialéticas de dependência que o Brasil, assim como os demais países da América Latina, que vieram se adaptando e se conformando a uma estrutura internacional e interna dependente, que reafirmaram suas condições de subdesenvolvimento, aprofundando ainda mais as mazelas sociais da nação. “Por dependência nós entendemos uma situação em que a economia de determinados países é condicionada pelo desenvolvimento e pela expansão de uma outra economia que é sujeitada.” (SANTOS, 1970, p. 1).

Ora, a dependência neste caso, consiste no condicionamento que um país subdesenvolvido fica em relação à outra(s) economia(s) e do próprio movimento do capital financeiro no mundo. De maneira que a dependência do país subordinado é tamanha que ele somente se desenvolve à sombra do outro, independentemente dos impactos positivos e/ou negativos que podem se desdobrar dessa lógica. É por isso que processo de desenvolvimento econômico e de industrialização instaurados no Brasil e analisados até então, foram aqui articulados ao debate acerca da dialética da dependência²², para que dessa forma, possam ser compreendidas as alianças e/ou pactos entre a burguesia especificamente industrial.

O conceito e a teoria da dependência, de forma dialética, apontam tanto a situação interna do país, como também suas interfaces com a economia mundial consequente do processo de expansão do mundo capitalista.

²² Nesse sentido, Marini (2000) fundamentado em Marx, desenvolve uma visão crítica das concepções de desenvolvimentismo Cepalino e da política de luta antiimperialista e antifeudal do PCB (Partido Comunista Brasileiro), em aliança com a burguesia nacional.

Ao analisar o processo de constituição de uma economia mundial que integre as chamadas “economias nacionais” em um mercado mundial de commodities, capital e mesmo da força de trabalho, nós vemos que as relações produzidas por este mercado são desiguais e combinadas – desiguais porque o desenvolvimento de partes do sistema ocorre à custa de outras peças. (SANTOS, 1970, p. 1)

Ou seja, a questão da “Dialética da Dependência” expressa a articulação do processo de inserção das economias dependentes próprias dos países subdesenvolvidos no sistema capitalista mundial com as modalidades de acumulação e de exploração da força de trabalho. Sua principal conclusão é que a burguesia periférica busca compensar o baixo desenvolvimento das suas forças produtivas *vis-à-vis* os países centrais, com a superexploração do trabalho, uma combinação de mais-valia absoluta e mais-valia relativa. Nesse sentido, o processo de dependência é aprofundado e o desenvolvimento se dá com maior grau de desarticulação interna (econômica, social, política e ideológica).

Avançando na análise da dependência, é notável também, que se instala em território brasileiro, nessa ótica, o desenvolvimento combinado e desigual, no qual sempre algum componente deste processo, será oprimido em virtude desta desigualdade – certamente a esfera mais frágil.

Frente ao parâmetro de produção capitalista puro, a economia latino-americana possui suas peculiaridades – sejam insuficiências ou deformações das relações. Por isso, a retomada nos estudos da América Latina da noção de “pré-capitalismo”, mas no sentido de que as relações capitalistas nos países periféricos nunca poderão se desenvolver da mesma forma como se desenvolveram nas economias avançadas.

Dependência “entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo âmbito as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência” (MARINI, 2000, p 103). A relação de dependência foi assim estabelecida com a divisão internacional do trabalho, base para a grande indústria.

O desenvolvimento da grande indústria que se caracterizou pela forte especialização produtiva só foi possível com o fornecimento de bens agrícolas pelos países latino-americanos, permitindo a reprodução da população urbana ocupada na indústria e serviços. Mas não só isso, a América Latina forneceu também matérias-primas industriais. Com o crescimento da classe trabalhadora e o aumento de sua produtividade, a massa de matéria prima aumentou a produção em maior proporção. Nesse sentido, a América Latina “[...] contribuiu para que o eixo da acumulação se deslocasse da produção de mais-valia absoluta à

da mais-valia relativa, isto é, que a acumulação passasse a depender mais do aumento da capacidade produtiva do trabalho do que simplesmente a exploração do trabalhador.” (MARINI, 2000, p 103). Todavia, nos países latino-americanos, o desenvolvimento da produção que permitiu tal mudança nos países centrais, ocorreria fundamentalmente com uma maior exploração do trabalho.

No entanto, a mais-valia relativa não se valia apenas do aumento da produtividade, mas da redução do valor dos bens necessários à reprodução da força de trabalho. Para tanto, também contava com a oferta de alimentos da América Latina, cuja depressão dos preços no mercado internacional, garante a redução do valor real da força de trabalho.

Nesse sentido, Marini (2000) chama atenção para a lei de queda tendencial da taxa de lucro apontada por Marx, buscando mostrar que o caráter contraditório não é só ao nível da economia da dependência. Segundo esta lei, o aumento da composição-valor do capital provocada pela elevação da composição técnica do capital, levava também à queda da taxa de lucro.

Contudo, a oferta de alimentos continuou se expandindo mesmo com as relações de troca se deteriorando, pelo fato de que o intercâmbio entre as nações seja de matérias-primas e produtos manufaturados, se configurava de modo desigual. Daí identificou-se então um mecanismo de compensação para nação desfavorecida: a maior exploração do trabalho, que poderia ocorrer por meio do aumento da intensidade do trabalho e mediante a prolongação da jornada de trabalho. Assim, ao invés de esforçar-se para aumentar a capacidade produtiva do trabalho (como era o caso dos países centrais que obtinham lucros extraordinários através do aumento da produtividade), aumenta-se a exploração do trabalhador e por isso era necessário pensar e consolidar uma série de ações voltadas para o controle e a formação destes indivíduos – tal qual se estabeleceu, no caso da indústria mineira, a *Pedagogia Industrial*.

Não é porque se cometeram abusos contra nações não industriais que estas se tornaram economicamente fracas, é porque eram fracas que abusou-se delas [...] Em última instância, isto leva a reivindicar relações comerciais equitativas entre as nações, quando se trata de suprimir as relações econômicas internacionais que se baseiam no valor de troca. (MARINI, 2000, p.118)

Nessa lógica, identificavam-se como formas de superexploração do trabalho: o aumento da intensidade do trabalho; a prolongação da jornada de trabalho; a redução do consumo operário além de seu limite normal.

Os mecanismos identificados configuram um modo de produção fundado na maior exploração do trabalhador. Os países latino-americanos como o Brasil, cuja atividade produtiva se baseava na indústria extrativa e agricultura, com um baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas, se orientavam também, neste aspecto, pelo uso extensivo e intensivo da força de trabalho. Então, frente à acumulação de capital nos países avançados que se baseavam no aumento da capacidade produtiva do trabalho, na América Latina, a acumulação fundou-se por meio da superexploração do trabalhador. Ou seja, foi nessa contradição, que se localizava a essência da dependência brasileira e também a essência da formação humana para a indústria.

Ao basear-se na superexploração do trabalhador, o desenvolvimento brasileiro reproduzia o modelo de circulação que correspondia a este tipo de acumulação, qual seja, “a separação entre a esfera alta e a esfera baixa da circulação no interior mesmo da economia.”, já que o baixo nível de tecnologia e o exército de reserva reforçado pelo movimento dos campos para cidade impulsionavam o capitalista/empresariado industrial a pressionar os salários para baixo.

O que imperava nessa dinâmica do desenvolvimento desigual e combinado, era assim, o capitalismo monopolista e seus pressupostos. A ele cabe o papel de transferir o excedente gerado internamente, no país, para os países dominantes. No caso, os poder dominante está centralizado nas relações financeiras estruturadas nos empréstimos e na exportação de capital. Na forma de exportação de lucros e juros, o que é repassado aos países dominantes, não é retirado de elevados níveis de tecnologia, mas sim, da superexploração do trabalhador pela indústria. Santos (1970) compreende este processo como geração de “excedente doméstico”, cujo repasse se desdobra em relações desvantajosas, conduzindo a perda de controle sobre os recursos produtivos do país explorado.

O resultado é a limitação do desenvolvimento de seu mercado interno e de sua capacidade técnica e cultural, assim como a saúde moral e física de seus povos. Nós chamamos isso de desenvolvimento combinado porque é a combinação destas desigualdades e a transferência de recursos dos setores mais avançados e dominantes que explica a desigualdade, a aprofunda e a transforma em um elemento necessário e estrutural da economia mundial (SANTOS, 1970, p. 1-2)

No que se refere às formas históricas da dependência, Santos (1970) aponta que há pressupostos determinantes de seu delineamento, tais quais: 1) a economia mundial e suas próprias leis de desenvolvimento; 2) as relações econômicas tipicamente dominantes nos

países desenvolvidos e também o modo pelo qual os países subdesenvolvidos se expandem externamente; 3) as relações econômicas tipicamente periféricas que são alinhadas à situação de dependência, a partir de sua articulação com as relações econômicas internacionais emergentes pela expansão do capitalismo.

O Brasil, em consonância com a situação que o condiciona às relações internacionais com os países capitalistas e também com sua própria estrutura, tem sua produção orientada, o seu capital acumulado, sua economia e a sua estrutura sociopolítica reproduzidas, em uma forma histórica específica de dependência que no contexto entre 1961 e 1974, consistia na continuidade do tipo de dependência consolidado no período pós-guerra, no qual as corporações multinacionais vieram investindo nas indústrias pertencentes ao mercado interno brasileiro (SANTOS, 1970). Esta tipificação é designada de dependência tecnológico-industrial.

Na lógica da dependência tecnológico-industrial, são nítidas as relações de subordinação aos países que estão à frente do capitalismo global e financeiro. Determinada pelo mercado internacional e os mercados de capital, a nova dependência se fundamenta na possibilidade de gerar novos investimentos que, por sua vez, se esbarra na dependência da existência de recursos financeiros oriundos da moeda estrangeira, para comprar a maquinaria necessária e para processar as matérias-primas. Essas compras, por seu turno, estavam sujeitas à limitações tanto pelo limite dos recursos gerados pelo setor exportador e seus impactos na balança de pagamentos, quanto pelo monopólio das patentes que conduzem as firmas monopolistas à transferência de maquinaria enquanto forma de capital e não como produto de venda.

Consequentemente, como as relações de comércio ocorreram no contexto de um mercado internacional significativamente monopolizado, o preço dos produtos industrializados aumentou e o das matérias-primas se reduziu; modernas tecnologias substituíram produtos primários por produtos sintéticos; o capital estrangeiro ficou à frente do controle dos setores mais dinâmicos da economia, repatriando um elevado volume de lucros (sai muito mais capital do que entra); por fim, toda esta situação se desembocou na necessidade de se fazer financiamento estrangeiro para cobrir o déficit existente e também para continuar “financiando” o desenvolvimento econômico do país, além de estimular também os investimentos que ocasionavam excedente econômico interno.

A gravidade da situação se mostra mais claramente se nós considerarmos que estes créditos estão usados em grande parte no financiamento de investimentos norte-americanos, para subsidiar importações estrangeiras que competem com os produtos nacionais, para introduzir tecnologias não adaptadas às necessidades dos países subdesenvolvidos, e para investir em setores da baixa-prioridade para as economias nacionais. (SANTOS, 1970, p. 30)

E a este cenário de desenvolvimento dependente, combinado e desigual, ainda deve-se somar ao fato de que ele é também condicionado fortemente pelo monopólio tecnológico que se concentrava nos grandes centros imperialistas. E mesmo quando chegava aos países subdesenvolvidos, a maquinaria em questão já tinha sido substituída, nos países avançados, por outra ainda mais moderna.

[...] estes bens não estão livremente disponíveis para o mercado internacional; são patenteados e geralmente pertencem às grandes companhias. As grandes companhias não vendem a maquinaria e as matérias primas como simples mercadorias: exigem também o pagamento de royalties, etc., para sua utilização, ou na maioria dos casos, convertem estes bens em capital e introduzem-nos sob a forma de investimentos próprios. (SANTOS, 1970, p. 3-4)

Os aspectos até aqui retomados destacam dois importantes elementos: 1) o crescimento da influência dos grupos econômicos internacionais no desenvolvimento econômico brasileiro; 2) a articulação entre o setor agroexportador e a indústria, por meio do capital externo, uma vez que mesmo apesar de sua crise econômica, o referido setor não perdeu força política (o que se deve, em parte, a dependência entre a indústria e o setor agroexportador que foi reforçada pela participação do capital externo, já que os lucros obtidos pelas empresas estrangeiras só podiam ser liquidados com as divisas vindas do comércio exterior).

Para o capital externo o essencial era o aumento dos lucros das exportações. E o setor industrial, por sua vez, aceitou as medidas de proteção ao setor agroexportador – o que implicou numa análise das relações de classe estabelecida entre estes três setores.

Outro aspecto a ser destacado foi a transferência de renda para agricultura devido aos diferenciais de preços agrícola e industrial. A explicação para essa transferência da produtividade urbana para o campo está na rigidez relativa da oferta de bens agrícolas frente à demanda urbana crescente. E essa rigidez se justifica pela deficiência da estrutura agrária do país e distribuição de terras desigual e antieconômica. Esta situação se tornou mais evidente nos anos de 1960, com a maturação dos investimentos e a remessa de lucros pelas empresas

estrangeiras; com a queda dos preços das exportações, o que levou à necessidade de desvalorização cambial; com o esgotamento do mercado interno para os produtos industriais.

No campo, com a emergência da modernização conservadora, os trabalhadores rurais enfrentaram o desemprego e se viram forçados a mudar para as cidades, contribuindo para manutenção dos salários sem reajuste e de outro lado, afetando também a classe média, elevando os custos de vida, com o aumento desproporcional dos preços agrícolas. Esta tendência foi reforçada pela política do governo junto à industrialização que dependia de uma intensificação do processo de acumulação de capital. A base era a manutenção e o reforço da desigualdade tanto do lado dos trabalhadores rurais, pela estrutura agrária concentrada, como lado da classe média, pela manutenção dos salários sem reajuste.

Tudo reside em conseguir uma organização da produção que permita o pleno aproveitamento do excedente criado, isto é, que aumente a capacidade de emprego e de produção dentro do sistema, elevando os níveis de salário e de consumo. Como isto não é possível no marco do sistema capitalista, não resta ao povo brasileiro senão um caminho: o exercício de uma política operária, de luta pelo socialismo. (MARINI, 2000, p. 102)

Toda essa situação desaguou-se no empresariado industrial brasileiro, o qual apresentava uma série de dificuldades de financiamento além de ter que pagar o alto preço pela utilização desta maquinaria. É por isso que o Estado, em parceria com a burguesia industrial, facilitava a entrada de capital estrangeiro no país, para abastecer o mercado nacional, ainda que pelas vias da dependência, em busca da expansão da industrialização. Todas as vantagens concentram-se assim, nas “mãos” do capital estrangeiro.

A situação de dependência atua, portanto, pelo lado da produção e pelo lado da demanda, como se viu, para o estabelecimento de um determinado padrão que comanda as decisões empresariais de investimento. E dessas decisões, por sua vez, projetam seus efeitos cumulativos sobre o processo como um todo, gerando e mantendo o fenômeno da excludência que se irá manifestar. (MARTINS, 1968, p. 113)

Era nítida, portanto, a natureza dependente da estrutura produtiva da burguesia industrial nacional e em termos amplos, de todo o país aos imperativos do capital, a ponto de determinar o tipo de desenvolvimento econômico que devia reger o mercado nacional. Segundo Santos, (1970), os sistemas produtivos deste país economicamente subdesenvolvido, em sua essência, foram determinados pelas relações internacionais de forma desigual e combinada: reproduzindo o desenvolvimento do capitalismo internacional em todas as partes

do globo; respondendo prioritariamente aos interesses das grandes multinacionais em detrimento às necessidades internas de desenvolvimento, no que concerne à sua estrutura industrial e tecnológica; e por fim, concentrando as rendas de origem tecnológica e econômico-financeira, aos países desenvolvidos. Imperava assim, a superexploração da força de trabalho e a estrutura produtiva criada pela industrialização também dependente, limitando o crescimento do mercado interno, além de agravar este quadro em virtude da “ajuda” dos grandes centros.

Desta rápida análise nós percebemos que o suposto atraso destas economias não é devido a uma falta de integração com o capitalismo mas, pelo contrário, os obstáculos os mais poderosos a seu desenvolvimento pleno vêm da maneira em que são integrados a este sistema internacional e a suas leis do desenvolvimento. (SANTOS, 1970, p. 5)

O que fez com que um país como o Brasil fosse considerado um país dependente de modo desigual e combinado é o fato que ele estava imerso em um grande sistema de relações econômicas de âmbito mundial, as quais eram controladas pelo capitalismo monopolista sob a gestão dos principais centros econômicos e financeiros, onde também predominava a tecnologia de acessibilidade complexa. E para Santos (1970), é mera ideologia “disfarçada” de ciência a tentativa de justificar essa situação como um atraso que falhou por não procurar outros modelos mais avançados de produção.

A dialética da dependência possibilita a análise e entendimento do que ocorreu nos países subdesenvolvidos a partir de suas particularidades, uma vez que nessa perspectiva os mesmos somente são compreendidos a partir da maneira como eles se desenvolvem dentro da estrutura do processo de produção e reprodução dependentes. E no caso, a dependência ocorreu porque correspondia à reprodução de um sistema socioeconômico limitado pelas relações mundiais que conduziram o seu próprio desenvolvimento. Assim, longe de tomar uma situação vantajosa tanto nacional como internacionalmente, o desenvolvimento do capitalismo independente em um país como o Brasil reproduziu ainda com mais intensidade, a miséria, a estratificação social, a marginalização.

Por outro lado, mediante a lógica de formação humana inerente ao sistema capitalista, em consonância com a ordem mundial e simultaneamente levando em conta as especificidades do Estado Brasileiro e da sua respectiva burguesia industrial. Todo o debate até aqui discorrido (SANTOS, 2008), aponta para o destaque ao fato do quanto é notável a apropriação da formação dos trabalhadores da indústria, por parte dos representantes empresariais, a ponto de se instaurar a *Pedagogia Industrial*.

Em direção favorável ao privado, os desafios e tendências do ensino industrial no Brasil, o Estado vinha assumindo, numa lógica a favor do capital, funções produtivas e sociais, afirmando, as vias de dependências quanto ao desenvolvimento econômico do país.

Consequentemente, a formação dos trabalhadores neste cenário expressava uma finalidade produtiva da lógica financeira, na qual também se formava a subjetividade dos indivíduos, inculcando-os a partir de instâncias (con)formadoras representativas do empresariado industrial, a perversa e constante ameaça do desemprego de do trabalho precarizado e a imposição da maneira de viver e de se comportar de acordo com as demandas de trabalho enquanto respostas à infinita busca pelo aumento da produtividade e do lucro.

Da mesma forma que se instalou no desenvolvimento econômico brasileiro a dependência desigual e combinada, instalou-se, por parte do empresariado industrial, uma ordem de enquadramento do trabalhador ao sistema produtivo da indústria tanto a partir do seu próprio trabalho, quanto a partir de sua formação e da sua própria vida como um todo – relação esta também combinada e também desigual. E foi justamente este conjunto de fatores, que juntos correspondiam ao processo “educativo” na perspectiva da indústria, é que constituíram o que é designado de *Pedagogia Industrial*.

O projeto de desenvolvimento e de sociedade que veio se consolidando no Brasil, estava então alinhado ao projeto maior de um capitalismo dependente e à divisão internacional do trabalho (aliança com a burguesia internacional). Nesta mesma perspectiva, o programa educativo da classe trabalhadora consistia na extensão deste alinhamento ao capitalismo dependente que hoje acompanha a direção da política econômica em solos brasileiros, porém no caso da indústria, levando em conta os seus interesses específicos.

Com isso, a concepção de educação para a classe trabalhadora²³ está assentada na *Pedagogia Industrial*, a qual compartilha a mesma perspectiva da teoria do capital humano, em que predomina a organização da formação humana, dos projetos educacionais na própria indústria e até mesmo a certificação dos saberes dos trabalhadores que são construídos na própria prática do trabalho etc.

Todo este contexto indica que os fenômenos que lhe compõem, devem ser pensados e repensados para além da lógica formal, captando a essência desta complexidade.

O Estado, por seu turno, atuava mediando o capital e as mazelas sociais: nem máximo e nem mínimo: apenas Estado forte para o mercado e demonstrador da necessidade do controle, que controla de moderniza do Laissez-faire – os impactos sociais. Estado e capital

²³ Que apesar de ser cooptada também possui seus próprios interesses.

monopolista atuando mais fortemente no contexto de crises internacionais, em sua essência, o capitalismo dependente.

E a burguesia industrial, nessa lógica foi, portanto, historicamente incapaz de formular um projeto nacional por dois aspectos essenciais: sua dependência ao capitalismo central ou aos grupos internos que estavam à frente do poder; sua dificuldade em superar as limitações estruturais postas por pelo capitalismo dependente, desigual e combinado; a impossibilidade de se implantar um sistema de dominação próprio e legitimado.

3.1.2 Desenvolvimento, industrialização e empresariado no Estado de Minas Gerais: a modernização tardia e a “mineiridade”

No que concerne a Minas Gerais, os investimentos consolidados na década de 1950 transformaram o estado numa das regiões do país mais propensas a alcançar seu salto industrial.

A criação da Cemig e a construção de mais de 3 mil km de estradas foram o saldo do programa de JK. No setor industrial houve um grande fortalecimento dos setores metalúrgico, siderúrgico (a Usiminas havia sido criada em 1956) e cimenteiro. O parque industrial mineiro especializava-se, assumindo a liderança do setor de bens intermediários. (FIEMG, 1998, p.73)

Ou seja, as ações estruturadas até 1950, rumo à consolidação da industrialização em Minas Gerais foram marcadas, em síntese, pelo lançamento de um sistema energético público, pela construção da cidade industrial além do planejamento prévio a tais ações. Consequentemente, com esse movimento veio também, a instauração da tecnocracia no estado de Minas Gerais.

O quadro que emerge dos trabalhos que estamos comentando é o de um processo deliberado de diversificação econômica, conduzido por um Estado em que ganham posições de poder setores tecnoburocráticos ativos, à falta de uma burguesia habilitada para influenciar no sentido da industrialização. As condições laboriosamente preparadas pela tecnoburocracia afinal floresceram quando se logrou canalizar para Minas um volume considerável de investimentos externos. Estes vão dar ímpeto a um processo cuja marca principal é a forte dependência das estruturas políticas e institucionais. (DULCI, 1999, p. 154)

O nacional desenvolvimentismo no estado de Minas Gerais pautou suas ações em busca de uma via própria, utilizando-se de recursos políticos em prol de suas condições potenciais de mercado. Para isso, em primeiro lugar, configurou-se um sistema econômico regional de caráter diversificado e autônomo e posteriormente, especializou-se uma aglomeração industrial coerente com a lógica do sistema econômico nacional (DULCI, 1999). Nesse sentido, no princípio objetivava-se uma modernização endógena, que acabou gerando uma série de atividades dispersas pelo território mineiro e depois, a lógica do desenvolvimento econômico mineiro alinhou-se ao cenário nacional em consonância com o cenário internacional. Ora, em ambas contextualizações estava em jogo o foco em superar o relativo atraso de Minas ou modernização tardia, por iniciativa da sua burguesia.

Questões importantes, que surgiram na década de 1960, ainda iriam permanecer nos anos seguintes, desafiando os empresários e suas respectivas entidades sindicais na busca de soluções que favorecessem o crescimento e fortalecimento de suas atividades industriais. (GONTIJO, 1999,p. 68)

Para Gontijo (1999), os primeiros anos da década de 1960 foram marcados pelo acirramento dos conflitos entre o empresariado industrial e o movimento sindical de trabalhadores.

Os sindicatos não só pressionavam por mediadas que preservasse o valor dos salários, como também passaram a fazer reivindicações de cunho político, como a luta pelas chamadas “Reformas de Base”, que incluíam a Reforma Agrária, tema até então considerado tabu por todos os governos republicanos anteriores. (GONTIJO, 1999,p. 65)

Em 31 de março de 1964, o presidente João Goulart foi destituído do governo em detrimento do movimento político militar, período a partir do qual instaurou-se no Brasil um regime autoritário, centralizador e burocratizante. Consequentemente, tal regime era avesso às “Reformas de Base” de cunho nacional-populista e tampouco apoiava a participação dos setores populares na esfera política, de modo a consolidar-se a partir da estruturação de um poder executivo forte e repressivo focado no desmantelamento das organizações de raízes sindicais, de grupos de esquerda e de setores nacionalistas civis e militares (GONTIJO, 1999).

Nos anos iniciais do período de regime militar, em Minas Gerais, a indústria tradicional (açúcar, laticínios, bebidas e têxteis) foi profundamente afetada. E a política econômica, por sua vez, passou por significativas transformações marcadas pela forte concentração de capital. E assim, a crise política e econômica que se instaurou no país neste

período, provocou um atraso de alguns anos na retomada do desenvolvimento industrial de Minas Gerais (FIEMG, 1998).

Nesta época, foi elaborado por uma equipe de jovens economistas do recém-fundado Banco de Desenvolvimento do Estado de Minas Gerais (BDMG), o histórico documento “Diagnóstico da Economia Mineira”. A partir deste Diagnóstico, o Governo do Estado começou a desenvolver ações, visando à preparação de uma estrutura de apoio à industrialização e à atração de capital estrangeiro. Foram criados o INDI – Instituto de Desenvolvimento Industrial, e a CDI – Companhia de Distritos Industriais. (FIEMG, 1998, p. 73)

Em detrimento dos fatores discorridos até então, consolidou-se o Diagnóstico da Economia Mineira que foi elaborado por um grupo técnico ou “tecnocracia”²⁴ pertencente ao BDMG com o objetivo de analisar, de forma ampla, os fundamentos e as características inerentes ao desenvolvimento do estado de Minas Gerais, dentre os quais se destacaram os fatores de atraso (modernização tardia) e a “incapacidade” empresarial dos mineiros em efetivar o processo de modernização. Além disso, como é possível observar, tanto o INDI quanto a CDI refletem as iniciativas do desenvolvimento econômico mineiro, focadas na expansão da indústria e na defesa dos interesses do empresariado mineiro.

Posteriormente, contando com a mobilização dos grupos dirigentes e com o apoio da classe média, houve a possibilidade de se romper com o governo de João Goulart. E o desenvolvimento econômico, por seu turno, seguiu norteado pelos investimentos externos, pela compressão salarial e pela grande concentração de renda e capital.

Em Minas Gerais, o movimento de 1964 construiu uma base sólida, a partir da aliança formada entre os políticos, liderados pelo Governador Magalhães Pinto, os empresários, aglutinados nos IPES/Novos Inconfidentes e os militares, comandados pelo General Olímpio Mourão Filho, chefe da 4ª Região Militar. (GONTIJO, 1999, p. 65)

Um grupo designado de “Novos Inconfidentes” foi constituído no estado de Minas Gerais, sob inspiração do IPES – Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais²⁵, que dentre suas ações, se organizou para planejar o assassinato do presidente João Goulart, durante um comício ocorrido no dia 21 de abril de 1963, em defesa das reformas de base na cidade de

²⁴ O que corresponde a um esforço por parte deste grupo de pessoas, em legitimar o poder da tecnoburocracia, face aos variados atores em cena. (DULCI, 1999).

²⁵ O IPES foi criado no ano de 1961, no Rio de Janeiro, pelo general Golbery do Couto e Silva, que participava de um comando intitulado de revolucionário, que era composto por militares, profissionais liberais, estudantes e sobretudo empresários.

Belo Horizonte. Contudo, o atentado não se concretizou em virtude do que ocorrera no mês anterior (março) que fora o assassinato de João Goulart (GONTIJO, 1999).

Durante o período politicamente conduzido pelo regime militar e autoritário, a FIEMG foi presidida por Fábio de Araújo Motta, que esteve à frente da entidade pelo período mais longo da história: 23 anos – entre 1960 e 1983.

As entidades de classe, mediante um extremamente Estado autoritário, se voltaram para a busca de agentes e de instrumentos para lutar e reivindicar seus interesses.

Vale ressaltar que a conjuntura política não pode ser esquecida, pois o regime autoritário esvaziava a atuação dos sindicatos, inclusive os patronais, à medida que o atendimento aos interesses dos setores e categorias econômicas não se viabilizavam através do Congresso Nacional e nem dos partidos políticos, e sim por intermédio de lideranças com ligações muitas vezes pessoais com militares do alto escalão e tecnoburocratas dos órgãos do executivo. (GONTIJO, 1999, p. 65)

O início da década de 1970 o “Milagre Econômico Brasileiro” foi marcado pela junção de uma série de fatores de possibilitaram o país, ainda que de forma dependente e associada, a vivenciar altas taxas anuais de crescimento econômico – sustentado pelo capital estrangeiro e pelo endividamento externo.

Os anos finais da década de 60 e o início da de 70 foram marcados por um grande impulso no desenvolvimento do país, que ficou conhecido como “milagre econômico”. Apoiada nos setores de bens de capital, vinculados ao Estado, de bens duráveis, liderado pelo crescimento atrelado ao capital multinacional e no de produção de bens de consumo, vinculado ao capital nacional, a economia brasileira apresentou índices inéditos de crescimento. No entanto, em contrapartida, houve um aprofundamento da concentração de renda. Enquanto a classe média aproveitava o aumento de seu poder de compra e as facilidades de crédito, a classe trabalhadora era submetida ao arrocho salarial e à repressão, no período mais duro do regime militar. (GONTIJO, 1999, p. 68)

Nesse sentido, começou a entrar no país e em Minas Gerais um grande volume de capital (na forma de empréstimos, capital de risco ou investimento), pautado no alto nível de desempenho das economias centrais e no excesso de liquidez.

Os fatores que determinaram o beneficiamento de Minas no processo podem ser resumidos em cinco pontos principais:

- os esforços do governo mineiro, que desde a década de 1930 vinha investindo na infraestrutura necessária à industrialização e criou um aparato institucional voltado para a atração de investimentos industriais (BDMG, INDI e CDI);
- a política de concessão de incentivos fiscais;

- a localização privilegiada do Estado, dentro do cenário nacional;
- a existência de recursos minerais abundantes;
- o poder de atração das indústrias de base já implantadas no Estado. (GONTIJO, 1999, p. 71)

Logo, o que se observa no âmbito de Minas Gerais, é um grande esforço do governo em centrar seus investimentos da industrialização, tanto na sua dimensão interna, quanto na externa (no intuito de atrair novos investimentos industriais). Além disso, o movimento estatal mineiro favorável à industrialização acarretava uma série de benefícios por parte de quem investisse nessa expansão, tais como, incentivos fiscais, atração das indústrias de base existentes, além da localização privilegiada do estado no país e da abundância de recursos naturais.

Minas Gerais, nessa dinâmica, foi um estado privilegiado neste movimento de capitais em virtude da necessidade de desconcentração industrial demandada por representantes de todas as regiões do Brasil, exceto São Paulo (FIEMG, 1998). Em termos quantitativos, entre 1970 e 1977 25% do total investido no país por grupos estrangeiros, foi destinado para Minas Gerais. Esses novos investimentos inauguraram um novo movimento: contrário à concentração industrial ocorrida até então na Região Metropolitana de Belo Horizonte, houve a criação de vários pólos industriais em diferentes regiões do estado mineiro.

A atividade sindical neste contexto, sob estreito controle governamental, manteve as orientações básicas herdadas do período “getulista”, quais sejam, o corporativismo, a unicidade e a busca da conciliação de classes. A FIEMG firmou-se como órgão catalizador dos anseios e reivindicações dos sindicatos mineiros. De maneira geral, os sindicatos apenas acatavam as medidas tomadas nos níveis mais altos do governo. (GONTIJO, 1999, p. 69)

Sob a justificativa de estarem impossibilitados de agir efetivamente por si só, vários sindicatos delegaram à FIEMG inúmeros serviços, que deveriam ser prestados a seus respectivos associados (GONTIJO, 1999). Foi assim que instalada em novo prédio, em 1971, a FIEMG representada pelo presidente em exercício, Fábio de Araújo Motta, estabeleceu um contrato entre ela e aos seus sindicatos filiados que não tinham sede própria (tais como o da Indústria da Marcenaria, da de Serrarias, Carpintarias e Tanoarias). Em troca dessa prestação de serviços, a FIEMG recebia 40% da receita advinda da arrecadação do Imposto Sindical de cada sindicato a ela filiado.

As cláusulas deste Contrato espelham o esvaziamento político dos Sindicatos e a transferência de suas atribuições à Federação. Pelo referido contrato, a FIEMG se obrigava a prestar os seguintes serviços aos sindicatos:

- ceder parte do prédio para as sedes das entidades;
- assegurar, com seus próprios funcionários, o expediente interno e externo dos sindicatos;
- prestar assistência jurídica, judiciária e técnica aos sindicatos;
- expedir circulares com as instruções necessárias para o cumprimento das obrigações legais;
- cuidar da contabilidade, fichas de cadastro e da arrecadação das contribuições sindicais e socais das empresas filiadas àqueles sindicatos. (GONTIJO, 1999,p. 71)

Foi justamente essa transferência de responsabilidades à FIEMG que desencadeou a perda de sentido e de função dos sindicatos que aderiram este contrato, de maneira que os mesmos enfraqueceram-se enquanto entidades representantes e agregadoras de diferentes setores da indústria, além de terem sua expressividade política praticamente anulada durante todo o período militar.

Essa postura assumida pela maioria dos Sindicatos de indústrias filiadas à FIEMG, que funcionavam em sua sede, deve ser interpretada como um posicionamento estratégico, diante do regime autoritário vigente à época. As restrições efetivas ao jogo político, na prática, inviabilizavam a atuação autônoma dos sindicatos. Diante disso, a aglutinação de toso junto à entidade de 2º grau que os representava, significou maior poder de barganha frente às instituições estatais, o que beneficiaria a todos. (GONTIJO, 1999, p. 71)

A partir de 1973, o desenvolvimento econômico impulsionado pela entrada de investimentos estrangeiros no país voltado para a instalação de multinacionais e para a realização de empréstimos, começou a arrefecer. E nessa mesma lógica, a crise do petróleo contribuiu para o desencadeamento de uma queda nos índices de expansão econômica no país. Até que em 15 de março de 1974, com o general Ernesto Geisel na presidência do Brasil, o desenvolvimento econômico deixou de vivenciar a euforia do “milagre econômico” e no âmbito político iniciou o processo de “abertura”, definitivamente concretizado no governo posterior de João Batista Figueiredo (1979-1985).

O desenvolvimento do capitalismo mundial é caracterizado não apenas por rupturas no plano das formações, como também por diferenciações regionais. Regime de acumulação e modo de regulação são formados a partir de ligações estatal-nacionais, sendo determinados pelas condições de valorização econômica e pelas relações sociais de classe ali existentes. Esta ligação vale não apenas historicamente, como significa também que as formações nacionais devem ser o ponto de partida para a análise do

capitalismo. Entretanto, elas não existem isoladamente, pois estão calcadas na ligação e na dinâmica do mercado mundial. (HIRSCH, 2007, p. 62)

Ou seja, o alinhamento das decisões e ações no estado de Minas Gerais ao desenvolvimento do capitalismo mundial possui suas particularidades, que nesse sentido revelam a existência de um modo de acumulação e um modo de regulação tipicamente mineiros, orientados, no caso, pelas estratégias de expansão da indústria mineira e pela instauração do processo de modernização tardia.

O desenvolvimento regional desigual é uma base decisiva do processo de valorização intermediado pela concorrência, e com isso, da imposição e do progresso do capitalismo em escala mundial. A estabilidade de um abrangente regime de acumulação depende da possibilidade de uma regulação internacional entre formações nacionais e modelos de crescimento diferentes. (HIRSCH, 2007, p. 62-63)

Consequentemente, foi a partir de 1974 que iniciou a queda da taxa de crescimento do PIB, enquanto expressão da crise mundial do petróleo e também em detrimento do significativo aumento da dívida externa brasileira, a ponto de se tornar a maior do mundo.

Em busca de solução para essa situação, foi que o governo Geisel aprovou, ainda em 1974, o II Plano Nacional de Desenvolvimento, com o objetivo de ajustar a economia brasileira à conjuntura internacional. O ponto central dessa nova orientação foi a produção de bens de capital e de insumos básicos de tal forma que o governo concentrou seus investimentos nas áreas de infraestrutura, privilegiando a indústria nacional.

Porém, em resposta às inúmeras dificuldades enfrentadas nessa conjuntura, essa busca de soluções tornou-se inalcançável em Minas Gerais, como nos outros estados brasileiros, uma vez que se agravou ainda mais a crise internacional que por seu turno, elevou o preço de matérias-primas básicas, provocando a queda de preço das mercadorias que o Brasil exportava. Além disso, a balança de pagamentos também se desequilibrou em virtude das dificuldades do país em aumentar as exportações e reduzir as importações (GONTIJO, 1999).

No final da década de 1970, o agravamento da crise econômica e seus reflexos na política salarial do Governo, trouxeram à tona a insatisfação popular, manifestada em protestos e movimentos populares. O espaço da rua como lugar de manifestações, reivindicações e protestos foi ocupado por estudantes, trabalhadores e representantes dos mais variados movimentos sociais. Mas foi a classe operária que ocupou o centro dos acontecimentos sociais, lançando, a partir do movimento grevista dos metalúrgicos do ABC de São Paulo, em 1978m a volta da participação do operariado industrial urbano ao cenário político. Refletindo a insatisfação generalizada com a

situação política e econômica do país, as greves por melhores salários e condições de vida se espalharam, atingindo praticamente todos os Estados da Federação. As agitações que marcaram o final da década de 70 assinalaram as tendências do novo quadro político e social que se instalaria em meados dos anos 80, com o fim do regime militar e a redemocratização do país, no que se convencionou a chamar “Nova República”. (GONTIJO, 1999, p. 74-75)

No que se refere ao empresariado industrial mineiro, o que se destaca é que a estruturação dessa fração da burguesia se manteve participativa no âmbito da economia mineira e todas as discussões circunscritas a este debate demandam tomadas de posição em relação à forma e o curso das lutas no desenrolar do processo histórico. E nesse sentido, a atuação do empresariado foi fundamental. Desde o início do século XX, é perceptível a articulação dos interesses empresariais. E a prova disso foi a fundação de várias associações representativas de diferentes interesses²⁶, tais como a Sociedade Mineira de Agricultura (1909), o Centro Industrial de Juiz de Fora (1925) e a FIEMG (1933) propriamente dita: “De sua conexão surgiu uma elite empresarial bastante ativa, presente na cena política – inclusive nacionalmente – e sustentada na base por considerável esforço de mobilização e organização da classe nas localidades e regiões do estado.” (DULCI, 1999, p. 155). No que concerne à FIEMG, ela orientou-se para dentro da classe, visando a organização do setor industrial e preparando-o para lidar com os conflitos de outros setores. E, além disso, ficava na defensiva em relação ao movimento sindical. FIEMG e sindicatos.

A FIEMG, nessa conjuntura de transição, figurava como trincheira de ideias conservadoras. Mas nem sempre foi assim. Em seus primórdios, foi um órgão dinâmico, graças à projeção de seus dois principais organizadores, Giannetti e Euvaldo Lodi, que exerciam grande ascendência sobre a categoria e ao mesmo tempo se movimentavam nacionalmente, dando visibilidade à FIEMG no contexto de mobilização do empresariado que sucedeu à revolução de 1930. Lodi foi deputado federal classista em 1934, integrando a Comissão dos 26 que redigiu o projeto de Constituição aprovado naquele ano. Em 1938, tornou-se presidente da Confederação Nacional da Indústria. Giannetti, por seu turno, foi talvez o maior animador da FIEMG, tendo-a presidido ele próprio de 1939 a 1947. (DULCI, 1999, p. 175)

A princípio, o ramo metalúrgico era o setor de ponta da indústria mineira, assim como também predominou nos primórdios da FIEMG. Porém, quando a ela foram associando diversas empresas de ramos industriais distintos, foram desencadeadas nítidas consequências

²⁶ “Constata-se uma variação no grau de autonomia/dependência das principais entidades empresariais diante do sistema político, que não pode ser debitada apenas às diferenças entre regimes (ditatorial ou democrático), mas tem a ver também com a dinâmica interna dos setores econômicos.” (DULCI, 1999, p. 177).

políticas: a FIEMG começou a perder sua projeção na medida em que representantes de pequenos ramos da indústria passaram a predominar na referida entidade patronal.

O fato é que o empresariado industrial mineiro ocupou uma posição secundária no sistema que ele mesmo lograva viabilizar. Tal acontecimento se justifica em detrimento do envolvimento político do empresariado com o projeto de industrialização, uma vez que ele tinha suas insuficiências econômicas. Ou seja, essa realidade se estabelecia na medida em que a estratégia de especialização industrial se expandia.

Os obstáculos que dificultaram a liderança do capital local no processo de expansão da grande indústria mineira ficaram bem nítidos nas vicissitudes de dois empreendimentos de alta relevância para a meta brasileira da substituição de importações. Um deles foi o da Eletro-Química Brasileira, lançada por Américo Giannetti para ser a primeira indústria de alumínio do continente. A fábrica, situada em Outro Preto, começou a produzir em 1945, mas não suportou a concorrência do produto importado e foi vendida para a Alcan, multinacional canadense. O outro empreendimento foi o da Acesita/Aços Especiais Itabira, fruto de associação do velho Percival Farquhar com engenheiros-empresários mineiros, interessados na produção de aço inoxidável (de que ela, ainda hoje, é a única fabricante no país). Fundada em 1944, a Acesita começou a produzir em 1949. No ano seguinte, porém, o Bando do Brasil, principal financiador do projeto, assumiu o seu controle acionário e o levou adiante. (DULCI, 1999, p. 186)

No âmbito interno, a FIEMG e as outras entidades classistas, tinham o seu Departamento de Estudos Econômicos. O da FIEMG foi inaugurado em 1948, dirigido pelo economista Jayme Peconick.

É interessante observar que o Departamento de Estudos Econômicos da FIEMG se projetou durante o processo de fragilização institucional [...]. Neste sentido, ele se manteve como um nicho de formulação estratégica no interior de um órgão crescentemente dominado pelo jogo do “peleguismo dourado”. É bem provável que isto lhe tenha conferido bastante autonomia intelectual e política. (DULCI, 1999, p. 181).

É nesse sentido que para Delgado (1997), o empresariado mineiro compartilhava tanto das concepções políticas da elite industrial do país, quanto do projeto econômico – enquanto que, paralelamente, as suas entidades mantinham ações focadas na promoção de um projeto de desenvolvimento regional pautado, sobretudo, no ramo siderúrgico. Logo, além do plano econômico, o empresariado também se fez efetivamente presente no âmbito político (ainda que de forma obscura).

Dulci (1999), ao analisar a burguesia industrial mineira, volta suas análises para a compreensão das articulações existentes entre a tecnoburocracia e o empresariado, uma vez que detecta, por um lado, a emergência de um setor tecnocrático no estado de Minas Gerais e também, por outro lado, a organização, por parte do empresariado, dos seus interesses e de as respectiva atuação política visando reorganizar a sociedade em consonância com o paradigma das “classes produtoras” e com as suas relações com o Estado.

Primeiramente, pelo viés da tecnocracia, Dulci (1999) identificou o quanto é antiga a presença de administradores que possuem perfil técnico atuando em escalões superiores do governo de Minas Gerais²⁷ – o que se acentuou com a formação de engenheiros oriundos da Escola de Minas e com a fundação da Sociedade Mineira de Engenheiros. O que está por trás dessas articulações é o objetivo de consolidar, a partir de um olhar marcadamente técnico dos problemas do desenvolvimento de Minas Gerais e do Brasil, um projeto modernizante, com raízes na ciência e na técnica, voltado para a ordem urbano-industrial. Assim, outras escolas de Minas, inspiradas por essa dinâmica, também começaram a criar possibilidades e condições para viabilizar o crescimento econômico por meio da formação de quadros superiores.

Os indivíduos sociais ocupam posições “objetivas” na estrutura de classe e dispõem ao mesmo tempo – como sujeitos de direito e de mercado formalmente livres –, de um considerável espaço de ação no modo como constituem as suas vidas e articulam seus interesses. (HIRSCH, 2007, p. 53)

Tecnocracia para Dulci (1999, p. 159), corresponde a uma categoria social autônoma: “Esta caracterização se baseia na hipótese do deslocamento de poder rumo aos detentores de saber especializado, movimento que resultaria num modelo peculiar de decisão política em virtude da hegemonia de uma “nova classe” que se convencionou chamar de tecnocracia.” Logo, trata-se da ampliação do poder dos técnicos e, além disso, uma estreita vinculação entre eles e o empresariado, a ponto de Dulci (1999) designar, pautado neste vínculo, a existência de um tecno-empresariado²⁸. Assim se define então, ao empresariado de Minas Gerais:

²⁷ Nos espaços técnico empresariais, neste contexto, já se destacavam alguns nomes: “Entre os membros das comissões técnicas estavam os engenheiros-empresários Américo Giannetti, Cristiano Guimarães, Euvaldo Lodi (deputado federal classista), José da Silva Brandão, Demerval Pimenta, Octacílio Negrão de Lima (então prefeito de Belo Horizonte), Athos de Lemos Rache (deputado estadual classista), os advogados Daniel de Carvalho (deputado federal pelo PRM), Afonso Arinos de Mello Franco (diretor da *Folha de Minas*), Tancredo Neves e o banqueiro Magalhães Pinto. (DULCI, 1999, p. 272, grifos do autor).

²⁸ No âmbito do Estado de Minas Gerais, René Giannetti, que transitou do setor privado para o governo, ilustra este conceito de tecnocracia: “Giannetti (1896-1954) foi uma das personalidades centrais do empresariado mineiro em seu tempo, se não a mais importante. Presidiu vários anos a Federação das indústrias, de que foi um

De acordo com o exposto, encontramos nas elites mineiras um número significativo de personalidades polivalentes – empresários/técnicos/políticos – que vão da empresa privada à administração pública e/ou à política partidária. Ou, alternativamente, seguem o caminho inverso da política ou da área técnica estatal para a empresa privada. (DULCI, 1999, p. 160).

Trata-se de um empresariado ajustado ao modelo de concentração e centralização do capital. O empresariado industrial mineiro, amplia sua orientação, indo além das referências regionais, deixando-se conduzir pelas orientações nacionais em interfaces com o contexto internacional. Ou seja, suas diretrizes de ação passaram a serem articuladas a partir do processo de internacionalização da economia mineira fomentada desde o auge do nacional desenvolvimentismo e pautada na atração de capital estrangeiro para o país, associada aos parceiros internos (tais como o empresariado industrial nacional).

Em suma, com aponta Dulci (1999), os pilares essenciais dessa dinâmica foram o Estado e o capital externo. Com isso, a perspectiva regional tornou-se menos evidente tanto para os ramos oligopolistas produtores de bens intermediários, quanto para os provedores de serviços de infraestrutura, que ficaram em posição dominante em relação ao ramo metalúrgico e com o avanço das estratégias voltadas para a especialização industrial do estado de Minas Gerais²⁹.

Em Minas Gerais, a estratégia da especialização industrial culminou-se num movimento de centralização em proporção regional, fomentada e mantida pelo governo de Minas Gerais. O objetivo era alcançar uma polarização interna, de forma a contrabalancear a tendência dispersiva da economia estadual.

O fato é que a reorientação do empresariado industrial mineiro sob lógica da concentração e da centralização do capital desembocou uma mudança na escala do sistema produtivo nacional principalmente a partir de 1964, quando se extinguiu as indústrias de bens

dos fundadores da década de 30. Foi secretário da Confederação Nacional da Indústria e um dos criadores do Sesi e do Senai. Atuou também na Associação Comercial de Minas, como diretor e vice-presidente. Na área federal, foi membro da Comissão Federal de Comércio Exterior, da Comissão de Planejamento Econômico Nacional e do Conselho da Cia. Siderúrgica Nacional. Em 1936, Giannetti fez uma incursão na área política, candidatando-se a vereador em Belo Horizonte, mas não se elegeu. Foi atraído de novo para a vida pública em 1946, como presidente do Conselho Técnico da UDN. Como vimos, foi desse posto que ele passou à Secretaria da Agricultura em 1947. Perdendo a indicação da UDN para a candidatura a governador em 1950, elegeu-se prefeito de Belo Horizonte. (DULCI, 1999, p. 162).

²⁹ No período de 1959 a 1979, os índices de crescimento industrial em Minas Gerais foram tão significativos, a ponto de superar os índices do Estado de São Paulo. (DULCI, 1999).

de consumo dispersas pelo estado de Minas Gerais e também com a desestruturação do sistema bancário³⁰ mineiro (DULCI, 1999).

Foi apresentando e descrevendo, em linhas gerais, as carreiras de vários membros da elite mineira que Dulci (1999), identificou sua multifuncionalidade (entre tecnocracia e empresariado), que corresponde a uma diversificação de papéis tanto no âmbito da elite tradicional (que continuou no domínio durante o processo de modernização), quanto no âmbito daqueles que se projetaram de fora para dentro do sistema de poder tradicional (no qual foi notável o fluxo de imigrantes na indústria mineira).

Um dos efeitos dessa transformação interna foi a relativa perda de influência da elite empresarial em favor da elite técnica que ganhava espaço no aparelho estatal. Enfraquecido o alto comando do empresariado, o papel que vinha desempenhando em Minas, tanto na área econômica quanto na política, foi gradualmente assumido por quadros técnicos ou tecnopresariais envolvidos na implementação de políticas de desenvolvimento. Remontam, assim, aos anos 50 algumas das condições que propiciaram a consolidação do estilo de gestão tecnocrática depois de 1964. (DULCI, 1999, p. 178)

Vários dos membros da elite empresarial que fez parte do secretariado mineiro entre os anos de 1945-1970 (cerca de 30%) atuaram na presidência e/ou vice-presidência da FIEMG. Em suma,

Desde meados dos anos 40, observa-se uma tendência que devemos ressaltar na análise do processo de composição de forças que assinalou a experiência mineira. Trata-se do recrutamento de empresários para o governo, em postos de primeiro e segundo escalões. Diversos, dentre eles, eram dirigentes de classe que assumiram cargos governamentais em consequência de sua liderança ou projeção no mundo dos negócios. Assim é que, em todas as administrações estaduais posteriores ao Estado Novo, iremos encontrar líderes de segmentos empresariais, geralmente à frete de pastas econômico-financeiras. (DULCI, 1999, p. 169)

A composição da burguesia industrial mineira, portanto, se constituiu de um grande número de indivíduos com formação superior (DULCI, 1999). Foi justamente nesse sentido,

³⁰ “O gradual desaparecimento do sistema bancário mineiro resultou da centralização no plano nacional. Até 1964 os bancos privados mineiros estavam entre os mais importantes do país e os dirigentes do setor ocupavam lugar proeminente tanto na elite empresarial quanto nos escalões de poder estadual e federal. Na sequência, esse complexo financeiro passou por transformações profundas. Por meio de fusões e de incorporações, os bancos médios e pequenos desapareceram. Os bancos grandes se nacionalizaram, cortando suas raízes regionais e transferindo seus centros de decisão para fora do Estado.” (DULCI, 1999, p. 187).

que a FIEMG também se tornou um espaço reservado aos “tecno-empresariais”³¹ e suas respectivas discussões, formulações e também iniciação de projetos desenvolvimentistas.

A burguesia se organiza, busca seu espaço próprio, insere-se inclusive nos escalões de governo, mas, no que toca à questão do desenvolvimento, tende a agir como setor “tecnificado”, em circuito fechado, sem interlocução real com o resto da sociedade (que ela não busca liderar, mas enquadrar). Daí resulta objetivamente o reforço do Estado, que é utilizado como instrumento da aspirações econômicas da classe ou de sua elite. (DULCI, 1999, p. 184)

O destaque político vinculado a grandes ícones da indústria mineira refletiu uma característica atribuída ao mineiro enquanto ator político, que é a sua capacidade de acomodar interesses.

Ele é visto como politicamente habilidoso, pragmático e paciente. Neste sentido, a noção do equilíbrio geográfico tem sua contrapartida na noção do equilíbrio do temperamento. A isto se acrescenta o estereótipo da competência, da “política como vocação”. Esses diversos aspectos se reúnem para projetar no plano nacional a mesma imagem, em função da qual as elites mineiras pleiteiam reconhecimento para sua aspiração à liderança política do país. (DULCI, 1999, p. 203)

Ora, uma das instâncias reguladoras da sociedade capitalista consiste nas entidades patronais, dentre as quais a FIEMG se destacava entremeio a uma complexa série de instituições rumo à defesa da burguesia industrial. Logo assim como a FIEMG faz parte do complexo regulativo da sociedade capitalista em análise, a *Pedagogia Industrial* que dela emanou-se também faz parte desse contexto – qual requer uma análise crítica e rigorosa.

A sociedade capitalista não é regulada, mas se regula por meio de ações e lutas de grupos e classes, atadas às determinações sociais formais. Nem “o mercado”, nem “o Estado” a dirigem. A reprodução social sob tais condições é um “processo sem sujeito dirigente” que procede do jogo comum das lutas institucionalizadas e das relações de força. Não há nenhuma instituição regulativa que fosse “apenas” econômica ou “apenas” política e não há nenhuma instituição ou organização que não seja parte do complexo regulativo. (HIRSCH, 2007, p. 55)

³¹ “O perfil que nos interessa nesta investigação é o do técnico envolvido na discussão de políticas de desenvolvimento e na iniciativa de macroprojetos econômicos. No entanto, a confirmar a importância do tema, é possível constatar nas grandes entidades a forte influência exercida por funcionários graduados que não operavam na área econômica. Foi o caso de Aluizio Aragão Villar, que chefiou durante muito tempo o setor jurídico da FIEMG e depois se tornou assessor de várias outras organizações. [...] Villar é identificado como o principal articulador da mobilização empresarial contra o governo Goulart, em estreita ligação com o comando nacional do movimento.” (DULCI, 1999, p. 274).

Outro aspecto foi a abertura para a entrada de capital estrangeiro no Brasil, em busca novos mercados por meio do estabelecimento de financiamentos e investimentos diretos. A aceleração do progresso técnico gerava assim, a necessidade nos países centrais de exportar seus equipamentos obsoletos. Constitui-se uma nova hierarquização do capitalismo mundial, com a transferência para os países dependentes das etapas inferiores da produção industrial e o monopólio da tecnologia de ponta.

[...] produção capitalista, ao desenvolver a força produtiva do trabalho, não suprime, mas acentua a maior exploração do trabalhador, e segundo, que as combinações de formas de exploração capitalista se levam a cabo de maneira desigual no conjunto do sistema, engendrando formações sociais distintas segundo o predomínio de uma forma determinada. (MARINI, 2000, p.106)

Com isso fica factível que não importam os efeitos sociais desse tipo de desenvolvimento tecnológico, isto é, as consequências para os trabalhadores, mas a “dinâmica objetiva da acumulação de capital em escala mundial”. Essa forma específica de desenvolvimento tecnológico permitia ao empresariado industrial intensificar a exploração do trabalho, elevando sua produtividade, e manter os baixos níveis de salário.

Em suma, elaborando um breve balanço sobre o processo de industrialização em Minas Gerais, destacaram-se os seguintes aspectos:

- A fragilidade econômica do empresariado industrial mineira, de modo que a expansão da indústria ocorreu sob a dependência do capital público e estrangeiro;
- A fragilidade política, que impulsionou a formação e a atuação da tecnocracia enquanto uma das porta-vozes dos interesses regionais de cunho econômico;
- A firmação da industrialização via Estado e capital externo e consequentemente, o fato das experiências de modernização tardia ocorrida no estado de Minas Gerais;
- Apesar de sua fragilidade econômica, o empresariado influenciou ativamente o projeto de desenvolvimento econômico do estado de Minas Gerais.

Este balanço vem ao encontro do que Dulci (1999, p. 193) designa de “mosaico mineiro”: “[...] modo com que as elites viam a economia estadual e as causas do seu atraso. Economicamente, Minas seria uma colcha de retalhos vulnerada por interesses externos mais fortes.” É partir disso que Dulci (1999, p. 193) identificou que a identidade regional mineira não se definiu pelo econômico:

Neste caso, sobre que bases repousa a unidade do conjunto chamado Minas Gerais? Ela se originou de um fato jurídico, criado na era colonial em função do interesse estratégico dos portugueses na exploração de minerais

preciosos. Desse alicerce emergiu uma dinâmica política própria, com projeções geopolíticas, que constitui a melhor explicação para a questão proposta. Com efeito, o que se destaca na trajetória mineira é a combinação de elevada coesão política, tênue articulação econômica e acentuada diversidade cultural entre suas partes.

Porém, além dessa simbiose entre as dimensões política, econômica e cultural que juntas formam o complexo que compõe o “mosaico mineiro”, a identidade regional do estado de Minas Gerais também se concretizou via aparato simbólico que Dulci (1999) designa de mineiridade, que possui em seu bojo uma função ideológica no âmbito da esfera política, justificando então o nexos entre os interesses da burguesia ou elite e os caminhos da modernização regional de caráter tardio.

Pode discernir nessa construção três funções ideológicas, o que vale também para outras manifestações de identidade regional no Brasil. A primeira, provavelmente a mais importante, é a de servir como “ideologia da classe dominante” [...] o seu papel seria o de organizar os setores dominantes, mais que o de subordinar as classes dominadas. [...] Uma segunda função é a de ajudar a legitimar o domínio das elites, na medida em que o restante da sociedade, ou parcela significativa da mesma, compartilhe os valores e símbolos regionais. [...] Aqui chegamos à terceira função ideológica da “mineiridade”, que é a de fortalecer os interesses do estado na arena nacional, apoiando e justificando a ação de suas elites em face das de outras áreas. Ela serve a este objetivo ao obscurecer as diferenças internas à própria região, para projetar externamente um conjunto homogêneo e, por isto, forte. (DULCI, 1999, p. 200-201).

O fato é que em todas as suas funções, a mineiridade se mostra eficaz e além disso se justifica por meio dela a criação e atuação da FIEMG e de seus respectivos departamentos regionais do SENAI e do SESI, rumo ao fortalecimento da indústria no país. Na primeira função, focado em organizar os setores dominantes, a FIEMG atuou como entidade representativa dos interesses patronais, ou seja, dos interesses do empresariado industrial mineiro. Na segunda função, o fato de existir a FIEMG, que reúne os interesses das indústrias mineiras, vem diretamente ao encontro da legitimação das elites. E por fim, a última função, também se vincula diretamente aos objetivos da FIEMG, focados no desenvolvimento econômico de Minas Gerais, atuando em prol de um projeto de modernização do estado, ainda que tardio.

Em primeiro lugar, a “mineiridade”, ao servir de código unificador das elites, ajudou a compor o consenso estratégico de suas diversas frações em torno da definição e da implementação dos “interesses de Minas”. [...] Em segundo lugar, o argumento do equilíbrio era funcional para promover

externamente os objetivos das elites mineiras. Atuando de modo compacto para ampliar seus próprios espaços, elas fortaleciam assim as credenciais de Minas como fiel da balança, o que resultou em ganhos importantes em diversos momentos. A propensão da elite mineira a operar com a identidade regional para promover interesses econômicos sugere analogias com outros casos conhecidos. (DULCI, 1999, p. 204-205)

A mineiridade contribuiu então, para identificar a particularidade de Minas Gerais e também de seu empresariado industrial, rumo à defesa de seus interesses. É por isso que, concomitantemente, garantia-se também os interesses internos deste empresariado, o qual teve historicamente, como porta voz da indústria mineira e objeto de análise do presente estudo, a Revista Vida Industrial, visando ampliar tanto os interesses, quanto o espaço ocupado pela indústria – ora trata-se de um dos casos conhecidos, assim como cita Dulci (1999), focados na promoção dos interesses econômicos mineiros.

3.2 Da formação humana à consolidação da *Pedagogia Industrial* a partir do pensamento empresarial expresso na Revista Vida Industrial (1961-1974)

Segundo Marx (1980), no processo de produção e de riqueza, há uma distorção da importância do trabalho no sentido que, não é a atividade do trabalho em si e nem o tempo de trabalho que constituem o pilar principal do referido processo, mas sim o poder geral de produção que este trabalhador possui, justamente devido à sua existência enquanto ser social, de compreender e dominar a natureza. “[...] os economistas burgueses acham poder seguramente desprezar, porque estão interessados não nas relações sociais, mas nas relações dos preços; não no trabalho, mas na produção, não no ponto de vista humano, mas no ponto de vista burguês.” (BRAVERMAN, 1980, p. 54).

É nesse sentido que, interessados nas relações de preço, na produção e ponto de vista dos interesses patronais da indústria mineira, é que o empresariado industrial mineiro, representado pela FIEMG, divulgou seus projetos, pontos de vista, avanços, reflexões, etc., por meio da Revista Vida Industrial – fonte primária da presente pesquisa. Desse modo, a Revista Vida industrial, visando a ampliação dos interesses e do próprio processo de industrialização em si, rumo à sua efetiva consolidação, foi criada para promover os interesses do empresariado industrial mineiro.



(REVISTA VIDA INDUSTRIAL, dezembro, 1962, s/p.)

A Revista Vida Industrial é considerada órgão oficial de comunicação da FIEMG, com publicação irregular, que iniciou sua primeira publicação nos fins de 1949, em defesa dos interesses da indústria mineira e do empresariado industrial representado pela referida federação. Foi atuante em suas edições até a década de 1990, entremeio a algumas lacunas de períodos históricos nos quais não lançou novos números – dentre os quais se destaca o período de 1957 a outubro de 1961, quando a revista teve a sua publicação interrompida. Porém, não há nenhum documento ou indício do motivo pelo qual a revista interrompeu as suas publicações nesse período. O único registro sobre este fato segue abaixo, na retomada das publicações ocorrida em 1961. É interessante notar que logo na apresentação, ao apresentar a Revista, o presidente da FIEMG em exercício no período, Fábio de Araújo Motta destaca a importância em promover a abertura do estado para o capital estrangeiro, ao reforçar a aproximação com “países amigos” – uma vez que o marco do desenvolvimento em Minas Gerais, a partir de 1961, foi o vínculo com tal capital.

A Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais reinicia agora a publicação de “Vida Industrial”, interrompida durante quatro anos. É desejo da entidade fazer do seu órgão oficial um instrumento de intercâmbio e aproximação entre a classe industrial brasileira e de outros países amigos, que se têm dirigido continuamente à Federação, solicitando a remessa da revista.

Não cabem numa apresentação maiores considerações a respeito da importância de um órgão feito pela indústria e para industriais, mas o seu papel de divulgação e entrosamento entre homens e entre empresas afirma-se como essencial para o conhecimento da atuação industrial de Minas no desenvolvimento brasileiro.

O que faz a FIEMG, quais os seus propósitos e como trabalham seus vários departamentos será a matéria mensal de “Vida Industrial”, que procuraremos oferecer de acôrdo com o desejo da classe a que ela se destina.

FÁBIO DE ARAUJO MOTTA

Novembro de 1961

Vida Industrial

(REVISTA VIDA INDUSTRIAL, novembro, 1961, p. 2)

Também se destaca no texto do presidente da FIEMG, o interesse da instituição em consolidar os interesses classistas do empresariado industrial mineiro, chamando-os para o entrosamento entre si, para que assim estejam cientes da trajetória da indústria mineira e do seu papel no desenvolvimento brasileiro.

E por fim, o presidente da FIEMG enfatiza que o objetivo da Revista Vida Industrial era, naquele contexto, abordar os objetivos e as metodologias de trabalho de cada um dos departamentos da Federação – o que fica nítido ao analisar as ações de tais órgãos, voltadas para a *Pedagogia Industrial* proposta e estabelecida do empresariado mineiro.

Atualmente todas as edições da Revista estão disponíveis para consulta no Centro de Memória da FIEMG, na Biblioteca Comunitária do SESI-MG e no Arquivo Público Mineiro. É importante destacar que a Revista Vida Industrial sofreu modificações em sua estrutura, caso seja observada ao longo dos períodos históricos – principalmente se comparar as edições

veiculadas até o nacional desenvolvimentismo e as veiculadas no contexto pós-desenvolvimentista³².

As edições da Revista Vida Industrial selecionadas para análise e debate neste estudo, foram selecionadas tendo como referência a delimitação histórica da pesquisa, qual seja o período de 1961 a 1974. Contudo, não houve publicações da revista no ano de 1960 e parte do ano de 1961, conforme apontado anteriormente. Ou seja, foram analisadas todas as edições da revista que foram lançadas no referido período. Consequentemente, em convergência com o período histórico em questão, a análise dos projetos e ações do empresariado industrial destinados à formação dos trabalhadores da indústria, se dividiu no capítulo 4 (a seguir) em três partes, que em suma, abrangem o contexto no qual a industrialização efetivamente se consolidou no Brasil e em Minas Gerais: 1) O período pós desenvolvimentista, marcado por um significativo crescimento econômico, porém com indícios de crise (1960-1963); 2) O período no qual se desembocou uma crise política e econômica, instaurando no país o regime político militar e autoritário (1964-1965); 3) O período do Milagre Econômico (1966-1974), no qual se destacou a vigência do I Plano Nacional de Desenvolvimento.

Dessa forma, o que está em debate neste capítulo é o processo educativo voltado para a construção de um trabalhador “padrão” plenamente formado e adaptado para as demandas do processo produtivo da indústria, em resposta à divisão internacional do trabalho e à acumulação do capital. Pensar na formação desse trabalhador pressupõe que seja compreendido também o contexto que exige tal perfil. É justamente por isso, que até então se fez necessário elaborar uma longa trajetória de pesquisa e reflexão sobre: 1) a formação humana em suas contradições; 2) o desenvolvimento econômico brasileiro e seus respectivos elementos, dentre os quais se destacou o processo de industrialização e a instauração do capitalismo no país no período de 1961 a 1974. Somente a partir do entendimento do complexo emaranhado que constituiu, em termos histórico, econômico e social, é que foi possível compreender os rumos e processos decisórios tomados por parte do empresariado industrial mineiro representado pela FIEMG, no que se reporta aos projetos e ações educacionais voltados para os trabalhadores da indústria, que no seu conjunto definem o que é designado de *Pedagogia Industrial*.

³² Foi notável a modificação da estrutura da Revista entre a década de 1950 e 1960 – períodos nos quais essa fonte primária foi densamente analisada no mestrado (Santos, 2008) e atualmente no doutorado. O fato que as reflexões, estudos, divulgações e debates publicados nesse período, em seus princípios publicava textos densos e profundos e ao longo das décadas, acompanhando o movimento histórico e suas contradições, essa densidade foi paulatinamente reduzida, divulgando, de modo cada vez mais objetivo, o que fosse favorável para a indústria mineira e seu empresariado.

O movimento objetivo das coisas, dos fenômenos, nessa relação complexa e contraditória, é impulsionado pelas categorias econômicas que mediam duas dimensões: a vontade e a consciência dos homens. Entre a vontade e a consciência, fixa-se, por meio das categorias econômicas e mais especificamente pelo empresariado industrial, a formação humana dos trabalhadores da indústria. Ou seja, é a realidade concreta, as relações sociais de produção, que determinam a vontade e até mesmo a consciência do empresariado industrial.

Nas categorias econômicas fixam-se as relações produtivas sociais que passam através da consciência humana, mas são independentes da própria consciência, e, portanto, se servem da consciência individual como de uma forma da própria existência e do próprio movimento. (KOSIK, 1989, p. 175).

E nessa lógica, a situação na qual o indivíduo se encontra não é mantida e nem superada pela sua consciência, intenções ou projetos, mas sim por meio da práxis, ou seja, conferindo sentido às suas ações, imprimindo significado ao mundo e criando o seu próprio significado deste mesmo mundo. “Os homens agem dentro da situação dada e na ação prática conferem um significado à situação.” (KOSIK, 1989, p. 220). E foi agindo em resposta à expansão capitalista no Brasil pelo viés da industrialização, que constituiu-se então, a *Pedagogia Industrial*.

Projetos ideais não modificam e muito menos interferem na realidade. “A situação dada e o homem são elementos constitutivos da *praxis*, que é a condição fundamental de qualquer transcendência da situação. As condições da vida humana tornam-se situação insuportável e inumana *em relação à praxis* que deve transformá-las.” (KOSIK, 1989, p. 220, grifos do autor). Em outras palavras, por mais que seja possível pensar em atividades educativas voltadas para formação integral de indivíduos para além do capital, é factível que numa perspectiva solidamente racionalizada e pautada nas relações sociais de produção, o que prevalecem de forma clara, são os fins a serem atingidos em determinada situação, eis então a importância da consolidação da *Pedagogia Industrial*.

Os homens se submetem aos processos de formação que lhe são postos, no âmbito do seu trabalho, sem nem mesmo saber o que é e os sentidos dessa formação. Este é o mundo da pseudo concreticidade, pois o processo de formação é absorvido e concretizado de tal maneira, que se impregna no jeito de viver e trabalhar do indivíduo. Trata-se do mundo fetichizado da aparência que envolve e oculta o mundo real, da práxis humana: a *Pedagogia Industrial* consiste, então, neste caso, na captação da consciência do trabalhador.

O complexo dos fenômenos que povoam o ambiente cotidiano e a atmosfera comum da vida humana, que, com a sua regularidade, imediatismo e evidência, penetram na consciência dos indivíduos agentes, assumindo um aspecto independente e natural, constitui o mundo da *pseudoconcreticidade*. (KOSIK, 1989, p. 11 grifos do autor).

Na pseudoconcreticidade é possível encontrar indícios da essência do fenômeno. Cabe o “olhar” dialético do pesquisador, a partir de sua epistemologia e ontologia, compreendê-lo em sua totalidade, para que dessa forma, a pseudoconcreticidade dê lugar à concreticidade ou revelação do mundo real. Essa ontologia, nos debates de Kosik (1989) possui caráter revolucionário: qual a visão de homem remete à práxis revolucionária (convite para o “despertar do mundo”); por outro lado, o conceito é uma representação (teoria e ciência). O “olhar” pelo viés da totalidade incide a pensar, por meio da dialética, a formação humana a partir de seu fenômeno e de sua essência e não apenas enquanto categoria originária e independente. Eis, dessa forma, a dialética do concreto:

O progresso da abstratividade à concreticidade é, por conseguinte, em geral movimento da parte para o todo e do todo para a parte; do fenômeno para a essência e da essência para o fenômeno; da totalidade para a contradição e da contradição para a totalidade; do objeto para o sujeito e do sujeito para o objeto. (KOSIK, 1989, p. 30)

Para além da preocupação de preparar o homem para o trabalho – que por sinal, corresponde neste contexto, a execução de uma série e atividades rotineiras que expressam um saber-fazer fragmentado, está a preocupação em disciplinar o trabalhador para que ele execute o seu trabalho sem questioná-lo, atuando cegamente em prol do infinito aumento da produtividade. É na opressão promovida pela pseudoconcreticidade representada pela *Pedagogia Industrial*, que estão as possibilidades e as lacunas para o estabelecimento da concreticidade, na qual se situa a luta de classes.

É por isso que cabe então ao empresariado industrial, por seu turno, monitorar, reduzir e até mesmo cessar este poder do trabalhador por meio de inúmeras estratégias e ações, que em síntese expressam os princípios da *Pedagogia Industrial*: trata-se de moldar o trabalhador utilizando-se, principalmente, do próprio processo de trabalho e dos seus respectivos elementos (material de trabalho, meio de trabalho e trabalho vivo).

Originariamente, quanto do valor se transforma em capital, o processo de trabalho é puro e simplesmente retomado pelo capital no estado em que se encontra: face às suas condições materiais, o capital representa, então, simplesmente, a totalidade das **condições** do processo e cinde-se, como o

próprio processo, nos seus diversos elementos qualitativos: **material de trabalho** (expressão mais adequada do que a de matéria-prima), **meio de trabalho** (instrumentos, etc.) e **trabalho vivo**. (MARX, 1980, p. 35, grifos do autor)

Assim, é notável que a formação humana no contexto do capitalismo foi adequada por parte do empresariado industrial, aos seus interesses, tais quais: o material e o meio de trabalho, que juntos, caracterizam uma das faces da formação humana, são conduzidos e norteados pelos ideários do capital, enquanto adaptação passiva do trabalhador ao processo de trabalho que lhe é imposto. “[...] *quem é o homem, o que é a sociedade humano-social, como é criada esta sociedade?*” (KOSIK, 1989, p. 201, grifos do autor).

Desbravar os sentidos da formação humana implica, dessa maneira, em objetivar o conhecimento, e para isso, é indispensável, a decomposição do todo. Porém, na perspectiva dialética, esta decomposição não implica na fragmentação do saber, mas, precisamente em lançar o olhar para a totalidade, de modo que as partes sejam analisadas e problematizadas em relação ao todo.

O impulso espontâneo da práxis e do pensamento para isolar os fenômenos, para cindir a realidade no que é essencial e no que é secundário, vem sempre acompanhado de uma igualmente espontânea percepção do todo, na qual e da qual são isolados alguns aspectos, embora para a consciência ingênua esta percepção seja muito menos evidente e muitas vezes mais imatura. (KOSIK, 1989, p. 15)

A “cisão do único”, que nas reflexões aqui discurridas remete à pormenorização da categoria “formação humana” alude a maneira pela qual o pensamento capta a “coisa em si”, para posteriormente chegar à compreensão da realidade. A dialética é a “cisão do único” (como compreender a realidade?), que consiste no movimento de “transitar” entre o fenômeno e a essência a partir de diferentes trajetórias e/ou problematização. Uma vem que o mundo concreto, a priori, correspondente ao mundo da aparência, vem contribuir para com o desvendamento do mundo real.

Uma das prerrogativas do materialismo é justamente que o pesquisador tenha o concreto como ponto de partida e não suas abstrações. Logo, para se elaborar a categoria *Pedagogia Industrial*, que implica em uma forma de abstração lógica e sistematizada, precisa-se antes, estabelecer a problematização acerca do homem e dos interesses em questão, para o qual se voltam os propósitos da formação humana: “[...] apresenta-se como o campo em que se exercita sua atividade prático-sensível, sobre cujo fundamento surgirá a imediata intuição prática da realidade” (KOSIK, 1989, p. 10). Faz-se necessário então, pensar justamente nos

interesses em questão – que são os do empresariado industrial e suas respectivas entidades representativas, que possui, nesse sentido, sua concepção de homem e de formação humana, no caso, a *Pedagogia Industrial*.

No debate sobre a formação humana, pressupõe-se também que seja compreendido e analisado o empresariado e as suas representações de educação. “A representação da coisa não constitui uma qualidade natural da coisa e da realidade: é a projeção, na consciência do sujeito, de determinadas condições históricas petrificadas (KOSIK, 1989, p. 15).” Ou seja, o fenômeno precisa ser captado, e no caso dos projetos de formação humana fomentados pelo empresariado, consistem em captar o significado desta proposta, a partir das condições históricas destes empresários e suas respectivas entidades representativas. Logo, a *Pedagogia Industrial* corresponde aos projetos de formação humana do empresariado industrial humana, a qual, por sua vez, implica nos planejamentos e nas ações determinadas em conduzir a vida do trabalhador a partir das diretrizes do seu trabalho e da indústria.

Tanto cenário socioeconômico e político mineiro, quanto no brasileiro, há de se pensar, tal como se discutiu no segundo capítulo desta pesquisa, que existe um processo de composição de forças e de interesses em disputa que caracterizam historicamente este empresariado industrial e suas ações.

No sentido imediato, de caráter prático-utilitário, expresso pelo sistema de produção capitalista vigente, juntamente com uma maneira de organizar o trabalho sustentando-se em determinada política econômica, destacam-se os meios e os fins que neste estudo, o empresariado industrial em destaque, estabeleceu em detrimento das suas representações economicamente racionalizadas, que captam e fixam os seus projetos de formação humana rumo à consolidação da *Pedagogia Industrial*. Eis dessa maneira, a captação do fenômeno: são ocorrências externas que permeiam a superfície da essência.

Por outro lado, a essência da formação humana se efetiva a partir da práxis histórica, que viabiliza a possibilidade de elaborar a representação de formação humana, a partir das leis deste fenômeno – que por sua vez são contraditórias, para que posteriormente seja atingido seu núcleo externo essencial e por fim o seu conceito, que pelo viés da indústria corresponde à *Pedagogia Industrial*.

Ao final deste processo de construção de conhecimento, apresentar-se-á então a categoria de *Pedagogia Industrial* em contraposição à pedagogia do trabalho. Dessa maneira, na essência se situa o mundo real, que é o mundo da práxis humana. “[...] é um mundo em que as coisas, as relações e os significados são considerados como produtos do homem social, e o próprio homem se revela como sujeito real do mundo social.” (KOSIK, 1989, p. 18).

Entre o fenômeno e a essência, há obstáculos que impedem que a segunda seja imediatamente perceptível. A “coisa em si”, neste caso, a formação humana em profundidade, que expressa a *Pedagogia Industrial* é um processo complexo, que faz parte de uma determinada estrutura, na qual está o seu fenômeno e, por detrás deste fenômeno e para além das suas contradições, está a essência, vinculada a outra realidade, qual seja, a pedagogia do trabalho.

A dialética não atinge o pensamento de fora para dentro, nem de imediato, nem tampouco constitui uma de suas qualidades; o conhecimento é que é a própria dialética em uma das suas formas; o conhecimento é a decomposição do todo. O “conceito” e a “abstração”, em uma concepção dialética, têm o significado de método que decompõe o todo para poder reproduzir espiritualmente a estrutura da coisa, e, portanto, compreender a coisa. (KOSIK, 1989, p. 14).

Por isso, a compreensão da essência da formação humana também necessita de uma reflexão e problematização das categorias econômicas, uma vez que elas são, para Kosik (1989), “formas de ser” do sujeito social. Elas não são definidas por si só, mas sim pelo movimento que produzem, dinamizando o ser social: “[...] o seu pressuposto é a concepção da realidade como processo prático de produção e reprodução do homem social.” (KOSIK, 1989, 171). Apenas a compreensão dessas categorias econômicas e do quanto elas são determinantes em sua vida e em seu trabalho é que viabiliza as possibilidades de que o homem as supere. Este movimento consiste na dinamização das coisas que historicamente consolida as relações sociais estabelecidas entre os próprios homens.

A economia é a forma elementar de objetivação, é unidade objetivada e realizada de sujeito e objeto, é atividade prática objetivada do homem, justamente por isto em tal relação não se desenvolve apenas a riqueza social objetiva, mas ao mesmo tempo também as qualidades e faculdades subjetivas dos homens. (KOSIK, 1989, p. 172).

Mais do que bens materiais, a economia produz e reproduz as relações sociais. Por isso, é a partir das categorias econômicas que é possível entender e compreender a formação humana. “[...] é a totalidade do processo de produção e reprodução do homem como ser humano-social.” (KOSIK, 1989, p. 173). Consequentemente, as categorias econômicas exercem forte influência na definição da formação humana tanto em proposição ao capital (*Pedagogia Industrial*) quanto em contraposição ao capital (pedagogia do trabalho). Por exemplo, com o avanço tecnológico enquanto elemento propulsor do fortalecimento do

capital, a atividade do trabalhador é reduzida à maquinaria, no sentido que a ciência, ao invés de existir na intelectualidade dos trabalhadores, age sobre eles por meio da máquina.

O capital tende portanto a conferir à produção um caráter científico, e a reduzir o trabalho imediato de forma a que não seja mais do que um simples acessório desse processo. Constata-se, tal como para a transformação do valor em capital, que este implica previamente um certo desenvolvimento histórico das forças produtivas – entre as quais a ciência – para, por sua vez, as fazer progredir segundo um ritmo acelerado. (MARX, 1980, p. 42)

E sob a ótica da práxis utilitária, o empresariado respondendo à demanda imediata por força de trabalho, consolida sua proposta de formação do trabalhador, sem nem mesmo compreender a amplitude e complexidade deste processo formativo em sua integralidade. “A práxis de que se trata neste contexto é historicamente determinada e unilateral, é a práxis fragmentária dos indivíduos, baseada na divisão do trabalho, na divisão da sociedade em classes e a hierarquia de posições sociais que sobre ela se ergue.” (KOSIK, 1989, p. 10).

Por isso que fez-se necessário refletir sobre a ontologia da formação humana – qual projeto de homem?

Costuma-se dizer que a educação *deve* formar o homem integral, vale dizer, indivíduos capazes de pensar com lógica, de ter autonomia moral; indivíduos que se tornem cidadãos capazes de contribuir para as transformações sociais, culturais, científicas e tecnológicas que garantam a paz, o progresso, uma vida saudável e a preservação do nosso planeta. Portanto, pessoas criativas, participativas e críticas. Afirma-se que isto seria um processo permanente, um ideal a ser perseguido, de modo especial na escola, mas também fora dela. (TONET, 2006, p. 15).

Na perspectiva da *Pedagogia Industrial* o projeto de homem se justifica pela Teoria do Capital Humano e seus elementos explicativos da diferenciação de salários e cargos fundamentada no saber socialmente legitimado. Ora, como justificar o projeto de homem trabalhador da indústria pela hierarquia do saber se, contraditoriamente, na dinâmica de organização da produção à qual ele pertencente, o saber/pensar se separa do fazer/executar? Eis, portanto, a justificativa da falácia da formação para o trabalho que revela, em profundidade, apenas o disciplinamento para o trabalho.

O princípio educativo do trabalho ou sua essência, está essencialmente articulado aos contraditórios movimentos da história, que por sua vez é um processo infinito e que sempre traz novos elementos em seu bojo. A essência da formação humana se situa no fato em que a “verdade” é realizada pela humanidade e pelo indivíduo, relação esta que se desdobra na

humanização do homem. E esta “verdade” somente se revela a partir da própria história humana, onde o fenômeno e a essência estão dialeticamente juntos. Ou seja, a idealização dos propósitos de formação humana, tais quais expostos pelas palavras de Tonet (2006), consistem no “dever ser” da formação humana que invadem os discursos educacionais apresentados pelo capital no plano do discurso empresarial.

O empresariado não nega os pressupostos de humanização integral do homem, mas pelo contrário, prega isso em seu sedutor discurso, em suas prospecções educacionais reafirmando o poder que o capitalismo tem em reverter as situações ao seu favor. Em termos pormenores, a “humanização empresarial” implica na elevação da exploração como forma de garantir a reprodução do capital por meio da mais-valia.

Na indústria, na técnica, na ciência e na cultura, a natureza existe para o homem como natureza humanizada, mas isto não significa que a natureza em geral seja uma “categoria social”. O conhecimento da natureza e o domínio da natureza são socialmente condicionados, e neste sentido a natureza é uma categoria social que varia historicamente, mas a absoluta existência da natureza não é condicionada por coisa alguma e por ninguém. (KOSIK, 1989, p. 229).

O condicionamento social tanto do conhecimento da natureza quanto do seu domínio, é efetivado a partir do processo educativo, que também é delineado pelo dinâmico processo histórico e pelas determinantes relações sociais de produção. Tanto que a escola não é e nunca foi espaço exclusivo de formação humana, uma vez que são nos diferentes espaços de interação humana e social, que consolidam, em termos potenciais, distintas possibilidades de formação e de sociabilidade.

[...] o empresariado industrial há décadas preocupa-se com a (con)formação da força de trabalho, elaborando um projeto hegemônico-pedagógico para a sociedade brasileira. Tal preocupação, inclusive, concretizou-se em ações pedagógicas de massa efetivas, empreendidas fundamentalmente pelo SENAI e pelo Sesi. (RODRIGUES, 1998, 128).

Ou seja, na perspectiva da *Pedagogia Industrial*, o espaço onde ocorre o processo educativo, é a própria indústria: local propício para aprendizagem do trabalho e das formas de comportamento que ele pressupõe – além disso, destacando que neste espaço automaticamente já estão disponíveis os instrumentos e meios de trabalho necessários, enquanto que numa oficina de aprendizagem ou numa escola propriamente dita, haveria a necessidade de organizar todo o espaço espelhado na concretude do processo produtivo.

As concepções e propostas do empresariado industrial para a educação, nesse sentido, não estão prioritariamente articuladas com os padrões tecnológicos nem com as demandas de qualificação, mas sim com os padrões de acumulação do capital, com ênfase, neste caso, nos interesses, objetivos e metas do desenvolvimento industrial brasileiro e mineiro. Tanto que, conforme destaca Rodrigues (1998), sempre fez parte das preocupações deste empresariado industrial, consolidar, por si só, dentro de suas entidades, a suas proposições pedagógicas voltadas para os trabalhadores da indústria, ou uma *Pedagogia Industrial*. São estes os indícios que começam a descortinar as representações do empresariado acerca da formação humana.

É necessária demasiada atenção ao analisar essas questões, fenômeno este que para Kosik (1989) é designado de “práxis utilitária imediata”: nela é possível utilizar o conceito, mas não compreendê-lo. Esta é a pseudoconcreticidade presente nos discursos empresariais: a captação da realidade pelo fenômeno ao invés da essência. “Os homens usam o dinheiro e com ele fazem as transações mais complicadas, sem ao menos saber, nem serem obrigados a saber, o que é o dinheiro.” (KOSIK, 1989, p. 11). A práxis utilitária é unilateral e historicamente determinada (positivista). A pseudoconcreticidade implica no imediatismo cotidiano ou cuidado entre aparência e essência, pois com ela não é possível compreender a essência da formação humana, a pedagogia do trabalho.

Assim, para além da pseudoconcreticidade da práxis utilitária, a formação humana implica em “(con)formar” os indivíduos, atendendo às demandas da sociedade – que por sua vez também são determinadas pelo Estado e pelos interesses econômicos que o cercam. Mas que formação humana é essa? É a pedagogia empresarial. Daí a necessidade do materialismo, da observação empírica: pensar a formação humana a partir dos projetos empresariais que nela se focam. Neste caso, observação empírica centrada nos projetos e diretrizes educacionais do empresariado brasileiro e mineiro. Para isso, foi necessário então, articular as dimensões que configuram todo este contexto: social, político e econômico.

Cada formação social capitalista específica, na arena histórica da luta de classes constituiu formas também específicas, e mesmo singulares, de produzir a vida humana e de organizar a produção social. No entanto, mesmo considerando-se as singularidades construídas em cada formação social, podem-se traçar quadros gerais nos quais se inscrevem as múltiplas particularidades do desenvolvimento econômico industrial. (RODRIGUES, 1998, p. 49)

Apesar de todas as particularidades e diferenciações de como a produção é organizada, é perceptível que o desenvolvimento econômico industrial possui traços gerais e o que se destaca, neste cenário, é a constante busca de adequação dos trabalhadores ao processo produtivo, que são imprescindíveis para que tal desenvolvimento se concretize.

Além disso, a formação humana também é composta pelas representações que em seu conjunto refletem na práxis do indivíduo, ou na *Pedagogia Industrial*, uma vez que se relaciona com a atividade material, com o processo de trabalho e juntamente com os valores e crenças do indivíduo. A consciência, a intelectualidade, a abstratividade, o “ser consciente” do homem possuem suas raízes, desse modo, na vida real.

[...] não se parte daquilo que os homens dizem, imaginam ou representam, e tampouco dos homens pensados, imaginados e representados para, a partir daí, chegar aos homens em carne e osso; parte-se dos homens realmente ativos e, a partir de seu processo de vida real, expõe-se também o desenvolvimento dos reflexos ideológicos e dos ecos deste processo de vida. [...] **Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência.** (MARX; ENGELS, 1987, p. 37, grifos nossos)

É na vida real que se inicia a formação humana, o trabalho, o conhecimento, a ciência: a ciência é uma ferramenta que analisa o mundo. Entretanto, ela somente tem sentido quando vem das necessidades deste próprio mundo, quando se pauta no concreto e capta seu respectivo movimento dialético. E nessa perspectiva, a formação humana também só tem sentido não pelo que ela representa, mas pelo que ela é na vida do indivíduo, enquanto elemento essencial para sua existência.

Pensar o que é a *Pedagogia Industrial*, é estar rumo à totalidade do real, o que não significa ter como foco a completude ou incompletude dos fatos, mas sim a aproximação da realidade social a partir de certos questionamentos estabelecidos desde o início da presente pesquisa: O que é formação humana? Como se cria a formação humana? Há nesta categoria uma concepção revolucionária? Onde? – ora, em síntese, torna-se mister indagar o que é a formação humana mediante a verificação de como ela é criada e, por conseguinte refletir sobre sua concepção em uma dimensão revolucionária. “A diferença entre a realidade natural e a realidade humano-social está em que o homem pode mudar e transformar a natureza; enquanto pode mudar o modo revolucionário e a realidade humano-social porque ele próprio é o produtor desta última realidade.” (KOSIK, 1989, p. 18)

Para Kosik (1989, p. 19), a formação humana implica, a partir da *Pedagogia Industrial*, que “Cada indivíduo – pessoalmente e sem que ninguém possa substituí-lo – tem

de se formar uma cultura e viver a sua vida.” Nesse sentido, é perceptível que a formação humana enquanto *Pedagogia Industrial*, consiste, em síntese, na maneira de viver e trabalhar que o homem estabelece, a partir das relações que estabelece entre si e com os outros, no que se refere à maneira como lida com as forças produtivas. Essas experiências do homem perpassam pela sua apropriação prático-espiritual do mundo, que por sua vez se desdobra em outras distintas apropriações dessa mesma realidade, que é um “[...] todo indivisível de entidades de significados.” (KOSIK, 1989, p. 24). A realidade vai muito além da mera imagem física do mundo e do homem.

Assim, a formação humana hoje, pensando qual o projeto de homem a sociedade capitalista pressupõe, e no caso específico da indústria, que consiste na *Pedagogia Industrial*, tem sua concretude nas empresas, organizações, escolas, igrejas, sindicatos, cooperativas etc., ou seja, na realidade que lhe é posta.

Em resumo, se uma educação cidadã, participativa, crítica, incluindo aí a formação para a capacidade de pensar, de ter autonomia moral, a formação para o trabalho, a formação física e cultural, a formação para a defesa do meio ambiente, do desenvolvimento sustentável é a mais elevada contribuição que a educação pode dar para a construção de uma autêntica comunidade humana, então chegamos à absurda constatação de que isto nada mais significa, ao fim e ao cabo, do que formar para a *escravidão moderna*. Pois, a relação capital-trabalho implicará sempre a exploração do homem pelo homem e, portanto, uma forma de escravidão. (TONET, 2006, p. 18, grifos do autor)

A concretude da formação humana dos homens do tempo presente (1961-1974), especificamente o homem trabalhador brasileiro e mineiro, como o de todos os outros dispersos em diversas partes do globo, remete a uma das mais perversas formas de escravidão, tal como Tonet (2006) acima designa de “moderna”. Ao trabalhador da indústria, portanto, são destinados projetos educacionais disciplinadores, ou melhor, escravizadores de homens – ainda que de maneira sutil e concomitantemente voraz. Independentemente de suas finalidades, a educação é o mais poderoso instrumento de formação humana. Mais do que precisar ou depender dela, o empresariado necessita do poder que ela delega àqueles que a dirigem, criando seus próprios mecanismos formativos que consistem na *Pedagogia Industrial*.

Sob a ótica de Kosik (1989), é perceptível que a formação humana se estabelece enquanto fato histórico, que pressupõe definição de si mesma enquanto categoria de análise e também definição do todo que a contextualiza: a formação humana é produtora e produto ao mesmo tempo – ora produz e reproduz ao capital e ora é produzida e reproduzida por ele.

Da minha audição e da minha vista participam, portanto, de algum modo, todo o meu saber e a minha cultura, todas as minhas experiências – sejam vivas, sejam ocultas na memória e se manifestando em determinadas situações –, os meus pensamentos e as minhas reflexões, apesar disto não se explicitar nos atos concretos da percepção e da experiência sob um aspecto predicativo explícito. (KOSIK, 1989, p. 24).

Visando a exploração do homem pelo homem, a formação humana é estrategicamente utilizada pelo capital em prol dos interesses pecuniários/econômicos que ela pode atrair. As formas de sociabilidade humana, dessa maneira, são norteadas pela mesma lógica de produção própria das empresas, ou seja, a *Pedagogia Industrial*. “Na sociedade capitalista isto é ainda mais forte e insidioso porque as aparências indicam que uma formação de boa qualidade é acessível a todos, enquanto a essência evidencia que tanto o acesso universal quanto a qualidade não passam de uma falácia.” (TONET, 2006, p. 18). Eis então, a formação humana sob a lógica do empresariado industrial. Dentro das formas de sociabilidade inerentes ao sistema capitalista de produção, é inviável pensar em formação humana integral, para além do capital – que para Tonet (2006) somente são viabilizadas não como educação em si, mas como atividades educativas engajadas na luta pela transformação da sociedade, objetivando uma nova forma de sociabilidade, tal qual o socialismo ou até mesmo o comunismo.

Se os projetos de formação humana dominantes são os projetos educacionais das classes dominantes, dentre elas o empresariado, a educação, neste viés, é um instrumento poderoso, de alto teor ideológico e que sob o domínio deste grupo constituem a *Pedagogia Industrial*. Focado no controle do capital no que concerne à reprodução social que ocorre nos diferentes espaços da sociedade, essa lógica educacional foi muito além dos muros da escola – oportunamente arraigada dentro do próprio processo de trabalho.

O homem é um ser que sabe o que pode saber, o que deve fazer e em que pode esperar... [...] o homem é sujeito de conhecimento, é sujeito de vida e de ação. No coerente aperfeiçoamento desse traçado o mundo se apresenta como projeto do homem: o mundo está aqui só enquanto o homem existe. (KOSIK, 1989, p. 226-227).

A história é fator imprescindível para o paradigma dialético, uma vez que “[...] os homens devem estar em condições de viver para poder ‘fazer história’” (MARX; ENGELS, 1987, p. 39). Então, o primeiro ato histórico é justamente a materialização do processo que vem satisfazer as necessidades humanas, ou seja, o trabalho, que por seu turno, deve ser contextualizado ao cenário socioeconômico no qual se situa. “[...] é preciso conhecer a

realidade social concreta, aí estando implicadas a história da humanidade, a forma capitalista da sociabilidade e a natureza da crise por que ela passa hoje bem como seus rebatimentos sobre a realidade mais próxima na qual se atua.” (TONET, 2006, p. 19)

O trabalho consiste também em produzir novas necessidades. Este trabalho focado no suprimento inexorável das necessidades que homem vem adquirindo socialmente, no decorrer da história requer também que os indivíduos e/ou trabalhadores estejam preparados para isso. O terceiro aspecto consiste na própria renovação da vida por meio da procriação.

A produção da vida, tanto da própria, no trabalho, como da alheia, na procriação, aparece agora como dupla relação: de um lado, como relação natural, de outro como relação social – social no sentido de que se entende por isso a cooperação de vários indivíduos, quaisquer que sejam as condições, o modo e a finalidade. [...] **a ‘história da humanidade’ deve sempre ser estudada e elaborada em conexão com a história da indústria e das trocas.** (MARX; ENGELS, 1987, p. 42, grifos nossos)

Ou seja, a partir da historicidade do processo de trabalho em si, que corresponde ao homem enquanto ser social e ser pertencente a determinado modo de produção, aqui foi analisada juntamente com a história da formação deste mesmo homem, que por sua vez, está diretamente atrelada a história da indústria – uma vez que o indivíduo é formado justamente para estar a serviço dessa indústria, em um contexto complexo e contraditório. Aqui estão portanto, as raízes do que é denominado de formação humana para a indústria. Entretanto, “[...] as alternativas existem já que o capital não pode exercer um domínio absoluto, sob pena de se auto-destruir.” (TONET, 2006, p. 19).

É por isso que, a formação humana problematizada pelo princípio metodológico da dialética da realidade social se consolida enquanto expressão da totalidade concreta e essencialmente contraditória, uma vez que se trata de um fenômeno social que pode ser entendido como momento do todo, ou seja, como fato histórico. “[...] o pensamento dialético parte do pressuposto de que o conhecimento humano se processa num movimento em espiral, do qual cada início é abstrato e relativo.” (KOSIK, 1989, p. 41). Entender e compreender a formação humana é dessa forma um processo em espiral, onde em função do “recorte” metodológico que delinea o objeto de estudo, requer a compenetração e a elucidação dos conceitos, de maneira que a abstratividade a eles inerente, é superada pela correlação contraditória que a formação humana tem com a realidade social.

A formação humana, em sua essência, a partir do processo de apropriação teórica e do conhecimento da realidade histórica, é parte imprescindível da atividade do homem, ou seja,

do seu trabalho e por isso é condição necessária para o conhecimento objetivo dos fatos que a ela estão atrelados. “A história real é a história da consciência humana, história de como os homens tomaram consciência da contemporaneidade e das ações que ocorreram, ou é história de como as ações efetivamente ocorreram e de como deveriam ter refletido na consciência humana?” (KOSIK, 1989, p. 46).

Ora, a formação humana, deste modo, faz parte das ações do homem e seus respectivos impactos na consciência humana, ou até mesmo, incide na orientação para o trabalho. “Isto porque, como dizia Marx, as ideias apenas transformam a mente, o que certamente é muito importante. Mas para que transformem a realidade, é necessário que elas se tornem força material e isso se dá através da ação política.” (TONET, 2006, p. 21).

Enquanto fenômeno, a formação humana sob ótica das representações de educação advindas do empresariado, corresponde à *Pedagogia Industrial* ou à (con)formação de recursos humanos adequados às demandas de trabalho da indústria. Essa discussão, por seu turno, tem seus fundamentos na Teoria do Capital humano (tal como foi debatido no segundo capítulo deste estudo), inerente à consolidação, por parte da burguesia industrial, da educação enquanto investimento. Por conseguinte, trata-se de pensar a educação em sua essência, na qualidade de processo de formação humana.

Ora, esta é exatamente a maneira idealista de pensar a questão da relação entre educação e formação humana, ou seja, uma forma que parte do céu para a terra. O estabelecimento do ideal seria uma tarefa do espírito, da consciência, da subjetividade. A realização prática consistiria na tentativa permanente de configurar a realidade objetiva a partir do que foi estabelecido. (TONET, 2006, p. 16).

Além disso, é importante destacar o caráter contraditório que esta categoria vem recebendo e recebe ao longo da história e de suas respectivas contradições, diferentes sentidos e significados deste “ideal” de humanização produzido pelas relações sociais e humanas, que vem, neste mesmo movimento histórico, precarizando-se pelas próprias ações humanas, quando subordinadas à égide do capital.

Desse modo, sobre os aspectos gerais que prevalecem na burguesia industrial desde os primórdios da industrialização no Brasil, é notável o foco deste empresariado na elevação do nível de vida, que por sua vez, se sustentam por dois grandes pilares: a elevação global da produtividade no trabalho e dos níveis de produção (ROGRIGUES, 1998).

Segundo Euvaldo Lodi – um dos principais ícones da burguesia industrial brasileira, é necessário preocupar-se com a preparação do homem, para que a partir de sua formação seja

possível o melhor aproveitamento dos recursos disponíveis. Logo, no vocabulário propositivo empresarial formação humana é sinônima de investimento em recursos humanos e no presente trabalho corresponde à categoria *Pedagogia Industrial*.

A ênfase no apoio ao trabalhador da indústria por parte do empresariado não é gratuita: com um desconto no seu salário, ao indivíduo e à sua família é ofertada uma gama de serviços de variada espécie – com destaque para a qualificação profissional (ex.: Sesi e Senai), que lhe viabilizam o aumento no seu respectivo “nível de vida”. Soma-se a este “benefício” e/ou “concessão” o principal interesse da burguesia industrial com essa ação: aprimorar no trabalhador seu preparo físico, técnico e moral para produzir cada vez mais e com isso receber salários cada vez maiores (RODRIGUES, 1998).

Entremeio a este debate, há uma constante lamentação, por parte do empresariado industrial, em relação ao descompasso existente entre a lógica de qualificação profissional e à realidade material circunscrita ao crescimento econômico da indústria – educação desprovida de função econômica, em relação à lógica da indústria. “[...] a industrialização pouco se beneficiou da escolaridade, fazendo-se mesmo independente dela.” (RODRIGUES, 1998, p. 72). É fato que a indústria capitalista independe da educação para sua reprodução, a ponto dela mesma criar os mecanismos necessários para adequar os princípios formação profissional aos interesses do capital.

Esta é assim, a representação do empresariado industrial acerca da educação, da formação humana dos trabalhadores da indústria – preocupada, por seu turno, em disciplinar o homem para o seu trabalho, impulsionando-o a partir da possibilidade e do discurso – muitas vezes utópico de ascensão social e profissional a partir do seu próprio processo de trabalho, enquanto condição para o melhoramento do seu nível de vida. Esta representação de educação para o empresariado é designada por Rodrigues (1998) de pensamento pedagógico industrial.

Eis aqui a importância de retomar a discussão desenvolvida no primeiro capítulo deste trabalho, em relação à Teoria do Capital humano: “O argumento central da economia capitalista da educação para justificar a necessidade de investimento na educação e legitimá-la como canal lícito de ascensão social é o pressuposto do retorno em forma de benefícios individuais e sociais.” (MACHADO, 1989, p. 113). Ou seja, o que sustenta o cunho ideológico da Teoria do Capital Humano é a taxa de retorno que justifica o investimento na educação, sustentado na justificativa de que o indivíduo é beneficiado por tornar-se mais produtivo, sociedade também é beneficiada em relação ao progresso técnico e científico e ainda é justificada a hierarquia salarial da remuneração dos trabalhadores. “Precisa desmascarar a suposta relação entre educação-produtividade-renda como benefício

generalizado e a suposta determinação da educação como fator explicativo do atraso dos países subdesenvolvidos.” (MACHADO, 1989, p. 113)

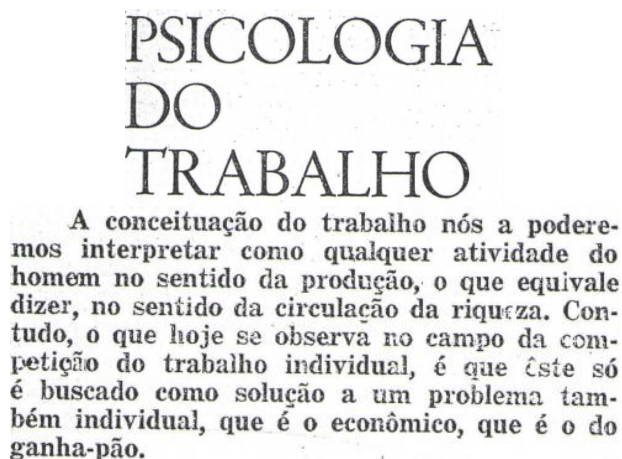
Todo este esforço, sob a lógica do empresariado industrial, faz-se necessária em detrimento da “inadequação profissional” entre o sistema educacional vigente e realidade material do país. Este fator também consiste em um dos aspectos gerais que comumente estão presentes nos diferentes momentos históricos da industrialização brasileira: a incompatibilidade da dinâmica e conteúdos escolares, com a realidade humano-social própria do país.

CAPÍTULO 4

O PENSAMENTO EMPRESARIAL MINEIRO E SUAS REPRESENTAÇÕES DE EDUCAÇÃO: A *PEDAGOGIA INDUSTRIAL* DA FIEMG A PARTIR DA REVISTA *VIDA INDUSTRIAL* (1961-1974)

4.1 O período pós desenvolvimentista na Revista *Vida Industrial*: o crescimento econômico e seus impactos na *Pedagogia Industrial*

Um dos grandes desafios postos no presente estudo foi apreender, no âmbito das relações de produção desenvolvidas nas indústrias mineiras e determinadas pelo empresariado que as representa, o processo educativo que se instaurou nas unidades de produção industrial, rumo à desumanização do trabalho. Sob essa justificativa é iniciada aqui a análise de tal processo no âmbito da indústria mineira, tendo como ponto de partida o modo como o trabalho é concebido na lógica do empresariado industrial mineiro.



(REVISTA VIDA INDUSTRIAL, dezembro 1962 - janeiro 1963, s/p)

Ou seja, é no trabalho e para o trabalho em suas diversas configurações que o trabalhador é educado. E no trabalho e para o trabalho que é possível encontrar os fundamentos tanto para a *Pedagogia Industrial* quanto para a pedagogia do trabalho. Enquanto a *Pedagogia Industrial* se pauta, conforme está expresso na fonte acima, no trabalho enquanto atividade de circulação de riqueza, a *Pedagogia Industrial* se pauta no trabalho enquanto princípio educativo. Ora, era emergente a necessidade de educar o trabalhador para que com o seu trabalho, ele auxiliasse a circulação da riqueza, garantindo

também, suas condições materiais de existência. Eis então, na perspectiva da FIEMG enquanto representante do empresariado industrial mineiro, a definição de trabalho: restrita ao trabalho na indústria rumo ao crescimento da produtividade e reduzida à individualidade do trabalhador, no intuito de enfraquecer as possíveis relações de classe que poderiam conduzi-lo ao à concreticidade do seu modo de viver e de trabalhar.

Nessa perspectiva, o início dos anos de 1960 foram complexos para o estado de Minas Gerais. Trata-se do momento em que o referido estado estava enfim preparado para a expansão capitalista acentuada e para a circulação da riqueza por via do trabalho na indústria, após superar sua situação de modernização tardia, porém suas expectativas, segundo Diniz (1982), foram frustradas por dois principais aspectos: 1) Em Minas Gerais, o capital estrangeiro somente se interessava pelas atividades relacionadas ao aproveitamento dos recursos naturais, pois sua preferência era se instalar próximo aos mercados maiores e também às facilidades econômicas inerentes aos grandes centros urbanos e industriais; 2) Os indícios que culminaram na crise ocorrida em meados da década de 1960, tais como a inflação e o estrangulamento externo provocaram a descapitalização da indústria tradicional mineira. Foi assim que,

Embora existam distintas interpretações teóricas e analíticas, há unanimidade em reconhecer que, no início da década de 1960, a economia brasileira passou realmente por uma profunda crise econômica, política e social, cujos principais indicadores registravam, pelo lado econômico, o estrangulamento do balanço de pagamentos e uma inflação crescente, que se aproximou dos 100% ao ano, e sob o aspecto político e social, um desencadear de conflitos na área institucional, como greves e manifestações populares. Com relação ao setor industrial, houve inicialmente uma queda dos investimentos, com expansão industrial, passando-se depois à crise e à recessão. (DINIZ, 1981, p. 121)

Porém, mesmo em condições adversas ao desenvolvimento econômico mineiro, o que se observa é que o empresariado industrial mineiro, orientado pelos interesses da indústria, começou a partir de então a se organizar para a superação das restrições oriundas de suas condições históricas, organizando também, a partir do trabalho, ações e estratégias que fortalecessem a indústria mineira.

O que chama a atenção na Revista Vida Industrial foi a formação da *Pedagogia Industrial*, construído como desdobramento da preparação institucional, por parte da FIEMG, em apoio à expansão da industrialização. Em suma, a *Pedagogia Industrial* corresponde à consolidação dos projetos educacionais desenvolvidos pelo empresariado mineiro; às estratégias de disciplinamento da maneira de viver e de trabalhar do trabalhador da indústria;

ao processo educativo no qual o trabalhador é educado para o trabalho no interior da própria indústria. Trata-se de uma série de planos e ações, articulados com o contexto econômico, social e histórico, que no seu conjunto expressam os interesses e objetivos do empresariado industrial mineiro em relação à educação.



ENSINO ONTEM E HOJE

O prof. Agnelo Corrêa Viana, que traz também as credenciais de coordenador em Minas do "Programa intensivo de preparação de mão-de-obra", do Ministério da Educação, analisou a situação do ensino industrial no País desde 1500 até 1960. Salientou que, até 1900, o panorama se apresenta-

De 1909 a 1960, o ensino industrial começou propriamente a existir com as escolas de aprendizes-artífices e as escolas industriais fundadas pela União, Estados e Municípios. Foi particularmente mencionado pelo conferencista o período de 1924 a 1960, quando surgiram os cursos de mecânica prática, curso de ferroviário da Sorocaba, SENAI, escolas de treinamento, aprendizagem, etc.

O prof. Agnelo Corrêa Viana informou que existem no Brasil 120 mil alunos de escolas técnicas industriais e em Minas Gerais 8 mil. Os estabelecimentos se distribuem entre ginásios — 117, colégios técnicos — 58, escolas de aprendizagem — 130, somando 305 em todo o País. A Escola Técnica de Belo Horizonte mantém atualmente 1.200 alunos aprendendo as mais variadas especialidades, mas o conferencista considera que deve haver maior entrosamento entre o estabelecimento e as indústrias para absorção da mão de obra ali adestrada.

(REVISTA VIDA INDUSTRIAL, novembro-dezembro, 1964, s/p)

É nesse sentido que a *Pedagogia Industrial* tinha seus fundamentos no sistema educacional brasileiro, haja vista que, como demonstra a fonte, uma das preocupações do governo, em defesa do desenvolvimento econômico e da industrialização, era a expansão do ensino industrial no Brasil e em Minas Gerais. Além disso, a fonte em debate justifica a alusão à Lei 3.552, de 16 de fevereiro de 1959, que foi num marco para o ensino técnico industrial do país, uma vez que ela reformulou o ensino industrial brasileiro. Segundo Machado (1989), essa lei inaugurou uma nova fase para o ensino industrial, trazendo em seu bojo, uma maior autonomia e descentralização da organização administrativa e também a ampliação do conteúdo de cultura geral dos cursos técnicos. O que chama atenção nessa nova legislação é o fato de que em cada Conselho Dirigente de uma escola técnica, deveria haver dois membros enquanto representante das indústrias, com o intuito de promover a associação escola-fábrica, para que os formandos dos cursos atendessem efetivamente as demandas da indústria (o que também foi enfatizado na fonte acima, que destacou a importância que deve haver entre as instituições educacionais que ofertavam ensino industrial

e as indústrias). O fato é que daqui em diante, observa-se, ao longo da década de 1960, como foram destacados na análise das fontes, constantes apelos, parcerias e convênios estabelecidos entre o empresariado industrial mineiro e o sistema educacional, sobretudo o MEC. Foi assim que essa reforma educacional propiciou uma estrutura e organização do ensino industrial flexível às necessidades do mercado de mão de obra e também do grau de desenvolvimento fabril de várias regiões geoeconômicas. Em síntese, a lei veio alinhar o ensino industrial às demandas da própria indústria, de modo a poder atender as particularidades de cada região do país em geral e de Minas Gerais em específico – eis a expansão industrial sendo prioritária em relação a uma política mais democrática da educação. Porém, nos moldes da *Pedagogia Industrial*, a formação em questão se remete ao “adestramento de mão de obra”.

O PAPEL DOS EMPRESÁRIOS

Com essas idéias, e essa concepção do Brasil, não preciso de encarecer importância que atribuo ao papel dos empresários e dos industriais. Também é supérfluo mencionar o valor excepcional de nossos técnicos e de nossos operários. A esses elementos indispensáveis é que está destinada uma das mais fecundas missões redentoras de nosso país.

Em matéria de desenvolvimento industrial, já não podemos falar apenas em termos de confiança e esperança. A verdade é que já estão erguidos os primeiros marcos de nossa resistência aos empecilhos que lhes opunham. O exame imparcial destes últimos anos demonstrará o quanto ficou devendo este país ao nosso surto industrial, que nos permitiu, até agora, evitar que as crises políticas consecutivas degenerassem em crises econômicas de extrema gravidade. Não tivéssemos já uma produção industrial considerável, e não saberíamos que rumos teríamos tomado em face das crises por que passamos.

Assim sendo, não é possível consentir seja desfigurado o papel relevante do homem de empresa, que tantas vezes tem recolhido, de seu esforço, injustiças, perseguições e maldades.

Há, pois, uma revolução para fazer: a revolução pelo trabalho, pela atuação da técnica, pela produtividade. Todos estão convocados para essa revolução, que deve, porém, ser um ato de vontade livre, um ato de opção espontânea. A idéia de constranger o homem, de obrigá-lo a sacrifícios cruéis, não é o que desejamos, nem oferecerá os resultados que ambicionamos; os frutos da escravização, seja ela qual fôr, são poucos e amargos.

Erá-isto o que me pareceu dever ser dito no dia de hoje, véspera de acontecimentos que poderão decidir o rumo de nosso país”.

Além disso, com a Lei 3.552, os cursos industriais básicos foram padronizados e à eles foi acrescida a fundamentação de cultura geral e noções de vários ofícios (MACHADO, 1989). Os cursos técnicos, propriamente ditos, passaram a ser designados de cursos industriais técnicos. Afinal, era emergente a necessidade de consolidação da *Pedagogia Industrial*. Paralelamente, o empresariado se organizava, a partir do SENAI-MG e do SESI-MG, com o intuito de estabelecer constantes parcerias com o sistema educacional, em que se pese, o MEC, para que assim, a consolidação das leis referentes aos cursos industriais de caráter técnicos, estivesse convergente com os pressupostos da indústria mineiras e com os imperativos da acumulação de capital.

INDUSTRIALIZAÇÃO

Posso afirmar-vos, sem receio de engano, que a parte mais difícil da tarefa já foi executada. No longo e árduo caminho para a industrialização, os obstáculos mais temíveis foram transpostos e vencidas as provas mais decisivas. Tornou-se patente que já possuímos os elementos básicos para forjar o nosso próprio futuro, e que esse amanhã poderá ser grande, se o desejarmos. Mostramos condições para desmentir os que nos querem manter na situação de simples exportadores de matérias primas, num momento histórico em que as nações dirigidas em tal sentido estão feridas de morte, enfrentando crescentes dificuldades de acesso aos grandes mercados dos países industrializados, que pagam sempre menos pelos produtos básicos que lhes são oferecidos em abundância, ao passo que aumenta incessantemente o valor dos produtos beneficiados e transformados, bem como dos bens de equipamento essenciais à industrialização.

Íntegra da conferência proferida pelo Senador Juscelino Kubitschek de Oliveira:

vimento nacional. O conjunto de realização que hoje podemos apresentar ao mundo se deve, sobretudo, ao esforço, à competência, ao gosto do risco dos chefes de empresa, aliado à inteligência e à pronta adaptabilidade do nosso operário. Não seríamos o que somos na América, não constituiríamos uma Nação capaz de modificar substancialmente o seu próprio destino, sem a extraordinária contribuição fornecida por tantos empresários dispostos a trabalhar pelo enriquecimento nacional.

UM DILEMA

Estamos, pois, ante um dilema: voltar ao estado de colônia, ao marasmo econômico ou firmar nossa independência através do desenvolvimento. Desenvolvimento econômico implica natural-

mente industrialização e produtividade agrícola. O sentido de nossa revolução é levar a cabo essa cruzada que hoje pode ir avante por caminhos paralelos, de nos libertarmos da servidão de uma economia subdesenvolvida. Se quisermos, de uma vez para sempre, sair da série de crises que nos vêm atormentando, temos de fixar em termos claros os nossos objetivos, entre os quais avulta o da diversificação da nossa pauta de artigos exportáveis. Deixaremos, assim, de experimentar a angústia da espera, até sabermos quanto vamos perder, em relação ao ano anterior, na exportação de café, do cacau, ou de outros produtos primários que nos custam tanto esforço. Esta situação permanente de fragilidade econômica, num país tão rico de possibilidades e de efetivas realizações assume um caráter insuportável.

(REVISTA VIDA INDUSTRIAL, dezembro 1962 – janeiro, 1963, s/p)

Nas palavras de Jucelino Kubitschek, senador em 1963, a industrialização naquele contexto estava em via de efetivar-se por já ter passado pelas suas fases mais difíceis. E nesse